

Agradecimentos aos colegas e estudantes do Curso de Jornalismo da UFSC, que me tornaram disponível o tempo para a produção deste texto e, em particular, aos chefes de departamento que se sucederam nesse período, professores José Francisco da Silva Karam e Regina Carvalho..

Registro - Para esta versão do texto – a terceira edição, contando a primeira e reimpressão –, destinada exclusivamente a veiculação pela Internet, foi feita nova revisão, incluindo a normalização das notas de rodapé e fim.

Novembro de 2015

Introdução

Quando Theseus voltou da vitória sobre o Minotauro, conta Plutarco, as atenienses repararam seu navio e, como as pranchas estavam podres, trocaram-nas uma a uma. Quando a primeira prancha foi colocada no lugar, todos concordaram que o navio continuava o mesmo. Uma segunda prancha também não fez diferença. Em certo ponto, os atenienses haviam trocado todas as pranchas do navio. Era outro navio? Em que momento ele se tornou um só? The Logic of Fuzziness, Nazim Soylemezogolu¹.

No princípio era o verbo. Se era verbo², era verbal, quer dizer, algo constituído de sons significantes. Dentre dezenas ou centenas de milhares de idiomas que foram ou estão sendo usados no mundo, apenas um punhado transformou cadeias sonoras em símbolos formando palavras, locuções, sentenças e discursos³. Os outros, em maioria, permaneceram ágrafos, isto, sem representação gráfica para seus enunciados.

Mesmo dentre as culturas que desenvolveram a escrita, existem as que representam o conceito graficamente, mas sem qualquer correspondência com o som das palavras. Em chinês, 15 mil ideogramas combinam-se para expressar todas as ideias, desde aquelas que têm representação concreta até as mais abstratas. Lá, onde é grande a diversidade cultural, a escrita comum desempenha papel essencial para a unidade política do país. Na tele-

¹ (<http://www.math.harvard.edu/~hmb/issue2.1/FUZZY/fuzzy.html>)

² Esta expressão deriva por via culta do latim *verbum*, significando ‘a palavra’. Traduz, no contexto bíblico, a expressão grega *logos*, que também pode significar ‘razão’, ‘conceito’. O uso de ‘verbo’ como palavra conjugada nuclear de uma sentença foi introduzido no século XIV.

³ O Museu Virtual da Imprensa (<http://www.imultimedia.pt/museuvirtpress/port/alfa.html>) registra 8 alfabetos, 21 escritas e 18 outras formas de representação, entre atuais e antigas. Entre elas, a escrita maia, da América Central.

visão, o discurso dos locutores ou atores é legendado para que a população, embora fale idiomas distintos, entenda o que está sendo dito.

No Japão, a escrita chinesa (*kanji*) convive com duas formas de escrita silábica (o *hiragana*, que se origina da prática de mulheres, na época em que eram impedidas de frequentar a escola; e o *katakana*, inventado por monges – cada um deles com 71 caracteres) e com a grafia ocidental, que procura representar os sons no alfabeto inglês.

O mecanismo de representação adotado nos ideogramas é analógico, isto é, baseado em semelhança, ainda que vaga. O ideograma que representa ‘árvore’ lembra a disposição em galhos; duplicado, significa ‘bosque’; triplicado, ‘floresta’. O ideograma que representa ‘porta’, quando combinado com o que representa ‘luz’, passa a representar ‘fresta’ e, acrescido do ideograma de ‘árvore’, significa ‘tranquilidade’ – pois não estará tranquilo aquele que olha o jardim iluminado através da porta entreaberta?

A partir do Século XIX, desenvolveu-se a tecnologia que permite o registro de sons de qualquer língua, com a criação de um sistema de símbolos gráficos discriminados, para uso técnico. Dessa maneira, pode-se distinguir o ‘a’ português pleno em ‘ar’, nasal em ‘maçã’, reduzido em ‘pera’; nada lembra a homogeneidade do ‘a’ italiano – por exemplo, o som aberto do primeiro ‘a’ em ‘dama’. Por outro lado, o ‘l’ e o ‘r’ brando, que em algumas línguas se confundem, aqui distinguem ‘tala’ e ‘tara’, ‘gera’ e ‘gela’ etc. A organização de enunciados em pares mínimos (duplas de significado distinto e expressão parecida) permitiu descobrir quais as diferenças de sons que têm significado numa dada cultura e quais são vistos por ela como equivalentes. O ‘j’ gutural castelhano de ‘juventud’, ‘jamón’, é percebido pelos falantes hispânicos de maneira completamente distinta do ‘r’ de ‘ruta’ ou de ‘realidad’; para o ouvido brasileiro, a diferença parece irrelevante. O ‘ch’ inglês de ‘chalk’ e ‘chair’ corresponderia aproximadamente ao grupo consonantal ‘tch’ que não existe em português mas existe, por exemplo, em russo, no qual é identificado por uma única letra do alfabeto cirílico (Щ); já o ‘sh’ inglês, de ‘shadow’ ou ‘shame’, equivale ao ‘ch’ português.

Pena que esse estudo, que permitiu inventar escritas para línguas de povos que não as possuíam, não teve nascimento generoso: na verdade, começou nos Estados Unidos, no final do Século XIX, como tentativa de submeter e converter mulheres, crianças e velhos, sobreviventes das nações indígenas extintas em sucessivas operações militares genocidas apelidadas de ‘guerras’ e interrompidas de tempos em tempos por efêmeros ‘tratados de paz’, em que a luta continuava no contexto político da conversação religiosa e da extinção sistemática dos meios de sobrevivência, como os rebanhos de bisões.

O método criado por Franz Boas, antropólogo húngaro, e por seus discípulos, dentre os quais se destaca Edward Sapir, traía seu viés de etnocentrismo (ou, ainda que inconsciente, o intuito de dominação) ao considerar apenas objetos materiais – tendas, pratos, tigelas –, sem penetrar em conceitos que expressam valores abstratos e que são os mais nobres dentre os partilhados por qualquer grupo humano. Assim, perdeu-se o sentido exato que teriam palavras como ‘liberdade’, ‘justiça’ ou ‘verdade’, para cidadãos das nações Apache, Cheyene ou Sioux. Conceitos como esses são os que, na essência, definem a identidade cultural.

Até algum tempo depois da Segunda Guerra Mundial, era comum a literatura especializada apontar a escrita fonética, com suas consoantes e vogais⁴, como fator de ‘superioridade’ ou, no mínimo, vantagem competitiva das culturas do Ocidente – comprovada, diziam, pelo êxito dos países europeus quando partiram à conquista do mundo, nos séculos XVI (Portugal e Espanha) e seguintes (Inglaterra, França, Holanda, Alemanha, principalmente).

Esse preconceito começou a se desfazer na época do ‘milagre japonês’, no início da década de 1970. Ainda assim, levou muita gente a prognosticar o fracasso dos ícones de comando introduzidos no visual dos MacIntosh e, depois, dos sistemas operacionais das séries Windows e Linux para PC. Ainda hoje editores de texto, planilhas e bancos de dados indicam a combinação

⁴ A escrita fonética moderna deriva, em última análise, do alfabeto fenício que, por sua vez, teria sido uma evolução da grafia proto-Sinai, anterior ao Século XV antes de Cristo. Os gregos o adotaram, modificaram, simplificaram e aperfeiçoaram, acrescentando o registro das vogais.

de teclas correspondente a cada operação, embora os usuários prefiram quase sempre apontar com a seta, na tela, o símbolo respectivo, que funciona como ideograma.

Tomemos o ícone que representa ‘abrir arquivo’: uma pasta entreaberta com uma seta circular por cima. Era representação válida na época em que foi concebida: guardavam-se assim os documentos para que ficassem pendurados pelas alças em gavetas de arquivo. No entanto, para os jovens de hoje, a palavra ‘arquivo’ remete ao espaço virtual onde o conteúdo subsiste na forma de *bits*, em disco ou em algum lugar (a ‘*nuvem*’) da rede de computadores. Para elas, a pasta entreaberta e a seta significam tanto quanto as gravatas ou os botões de punho para executivos em serviço, advogados no fórum ou porteiros em edifícios de luxo⁵. Mas a arbitrariedade da representação em nada as atrapalha.

O que se quer demonstrar é que a relação entre o signo visual e seu conceito é mais imediata do que a relação entre uma cadeia de sons e esse mesmo conceito – e mais ainda do que entre palavras escritas e o que representam. Para ser compreendida, a mensagem escrita em representação fonética tem que ser (a) transformada em ‘cadeia sonora’, objetiva (em voz alta) ou subjetivamente (em silêncio); e (b) interpretada no cérebro para que possa corresponder aos conceitos, o que envolve conjunto complexo de associações em rede neural.⁶

A experiência da publicidade, cuja prática sistemática data do Século XVII⁷, atesta a veracidade do conjunto de proposições do parágrafo anterior: marcas (como a cruz dos cristãos, o crescente árabe ou a estrela de David) são bens simbólicos universais e de reconhecimento imediato. Quanto ao

⁵ A origem da gravata é atribuída a peças de uniformes militares na Antiguidade, incorporadas à vestimenta no Século XVII; a aba da gola dos paletós lembra o uso eventual que tinham, para cingir o pescoço e proteger do frio; os botões dos punhos fixavam as luvas.

⁶ A compreensão da escrita é um procedimento cerebral complexo. Dele participam, pelo menos, o lobo parietal esquerdo, responsável em condições normais pela identificação dos símbolos escritos; o lobo frontal esquerdo, que atua nas funções intelectuais, processos de pensamento, comportamento e memória; e o lobo temporal esquerdo, responsável pelo entendimento da fala. Uma das competências das redes neurais (biológicas ou físicas) é o reconhecimento de padrões: outra, o aprendizado.

⁷ A bula *Inscrutabili Divinae*, de 22 de junho de 1622, promulgada pelo Papa Gregório XV, deu início à constituição da Congregação *Propaganda Fidae* (<http://www.fide.org>). Essa data pode ser tomada como referência.

fato de que o enunciado é transformado em som para ser lido, há provas empíricas subsidiárias. Uma delas é o cacófato, que é um encontro inconveniente de sons, não de símbolos gráficos: por ser assim, o segmento H' M' (lido, no contexto, como 'agá linha, eme linha') causou muito reboliço na aula de desenho projetivo da minha turma de colégio, porque Emília era o nome da garota da sala ao lado. Afinal, na sequência de símbolos não há indicação de comicidade; ela só aparece com a combinação dos sons que, todavia, não foi expressa pelo professor, silencioso desde que se apercebeu da iminência da conexão hilariante. A saída que encontrou – dizer 'este segmento' – agravou a explosão de riso dos meninos.

Do que se disse até aqui, algumas deduções são relevantes para o jornalismo:

(a) o planejamento gráfico de um produto é o primeiro fator de atração, pela variedade, e de reconhecimento, pela uniformidade. Combinar a uniformidade do estilo e o nível de variedade compatível com o fluxo dos eventos é a essência de um bom projeto gráfico em jornalismo;

(b) o mesmo acontece com audiovisuais; a vinheta, o cenário, a entoação nos telejornais permitem o reconhecimento – o reencontro visual ou auditivo com o já visto ou o similar – que facilita concentrar a atenção no conteúdo noticioso, desde a escalada⁸ até o final do programa.

(c) a percepção de fotografias, cenários ou imagens em vídeo precede, em condições de igualdade, a percepção de qualquer forma de enunciado oral e mais ainda do texto escrito: o processo de compreensão destes é mais lento. Fotos, ambientes e imagens são 'lidos' primeiro.

(d) o mesmo acontece com efeitos sonoros e música de fundo, ainda que não sejam notados de maneira consciente. Como sua percepção é mais imediata do que a das palavras e se associa diretamente a sequências memorizadas – eventualmente associadas a estados emocionais – na mente do público, cria-se ambiente para a mensagem textual e pode-se, assim, por exemplo, distrair a atenção de cortes abruptos de imagem, sugerir comicidade, dramaticidade ou ironia.

⁸ Série de manchetes ou chamadas que costuma preceder noticiários no rádio e televisão.

A linguagem jornalística compreende não apenas o enunciado linguístico, mas também as expressões que o envolvem, do projeto gráfico às estratégias cenográficas e sons envolventes. A função destas unidades expressivas é evidenciar e valorizar o conteúdo. Pode-se dizer que o mesmo ocorre com a própria forma do texto: ela não deve chamar a atenção para si mesma e sim para o que está lido ou dito – a informação.

Eis uma distinção clara entre jornalismo e literatura ou artes (plásticas, cênicas, dramáticas), ainda quando estas, manipulando a forma ou compondo a ficção com retalhos factuais e traços do mundo objetivo, buscam revelar essências da realidade. O jornalismo é sobretudo um relato de aparências, sob dois aspectos principais:

- (a) produzido às pressas, em sociedades estruturadas, com suas tensões, regras e leis, jogos de riqueza e poder; obrigado a tornar os fatos inteligíveis para um público aferido em quantidades médias e qualidade perceptiva mínima – as interpretações que faz são datadas e efêmeras. Urgência e contingência constituem barreiras difíceis de transpor.
- (b) não lhe é permitido afirmar intenções e a subjetividade dos personagens ou o percurso secreto das decisões em estruturas de poder; em suma, assegurar o que ninguém confessa. Como se mostrará adiante, tal avaliação e tais inferências (as "versões"), transferidas no jornalismo para a especulação do público, são essenciais na formulação das suposições sobre a realidade com que os homens fundam seus procedimentos.

Tentativas de utilizar técnicas literárias para revelar aspectos menos visíveis da realidade – por escritores como Tom Solfe, Norman Mailer ou Truman Capote⁹ – resultaram em alguns perfis magníficos¹⁰ e relatos realmente interessantes e engajados, porém fora da rotina jornalística; foram

⁹ Do movimento chamado de “novo jornalismo”. A primeira edição do livro de Tom Wolfe com esse título – *The new journalism* – é de 1973.

¹⁰ Como o de Marilyn Monroe por Capote em *Dog baks...*

longamente tecidos à custa de pesquisa de fatos e tratamento estilístico do texto, muito além, portanto, da possibilidade da indústria de periódicos em tempos normais.

Figuras sonoras de estilo

Várias figuras de estilo que se reconhecem em textos escritos reportam-se à origem oral das línguas. As mais óbvias são o ritmo e a rima, esta comum em poesia e geralmente não aconselhável em prosa.

Cada idioma tem ritmo dominante próprio – oxítono em francês, paroxítono em português. Independentemente dos marcadores sintáticos, como a vírgula, o ponto-e-vírgula e o ponto, os enunciados são lidos em ‘grupos de força’, isto é, conjuntos que tendem a segmentar as orações, buscando certa homogeneidade rítmica. Assim, uma sentença como

seis mil quilômetros de rodovias federais serão recuperados este ano com recursos oriundos do excesso da arrecadação de impostos, que superou bastante a previsão orçamentária.

será lido mais ou menos assim:

seis mil quilômetros de rodovias federais/ serão recuperados este ano/ com recursos/ oriundos do excesso da arrecadação de impostos,/ que superou bastante/ a previsão orçamentária.

Além dos efeitos do ritmo (que ajuda a estabelecer distinções expressivas sutis entre ‘ruir’, ‘tombar’ e ‘desmoronar’, por exemplo), outras figuras de estilo aparecem, principalmente em títulos de jornais, suplementos e revistas; ‘chamadas’ em radiojornalismo e telejornalismo; e nos *flashleads*¹¹ que se tornam comuns em moradas (*homepages*) de sítios (*sites*)¹² informativos na Internet.

¹¹ *Leads* compactos, reduzidos em regra a uma única sentença

¹² Tenta-se aporuguesar alguns dos termos em inglês utilizados por usuários de Informática, principalmente aqueles que introduzem leituras estranhas à língua, como ‘ai’ para ‘i’ e ‘r brando’ para ‘h’.

É o caso das assonâncias, confluência de sons vocálicos idênticos ou muito parecidos. Usando esse recurso, um jornal francês, ao compor a primeira página com a notícia do lançamento do Sputnik 1¹³, de uma crise no gabinete de governo e de uma epidemia que varria a Europa, colocou essas matérias lado-a-lado na capa com as palavras-chaves ‘*crise, grippe, bip*’.

Figuras do mesmo gênero são a onomatopeia (que é também um fato linguístico: as bombas explodem diferentemente em inglês e português, os galos cantam de maneira diferente para brasileiros e franceses); a aproximação de palavras com sons parecidos (‘obediência ao Fundo afundou a Argentina’); o trocadilho ou jogo de palavras (‘mercados emergentes submergem em dívidas’); a repetição enfática (‘uma festa com muita gente, muitas pessoas, muito povo’); e, talvez a mais comum, a paráfrase, proposição que lembra, pelo ritmo e sonoridade, outra já conhecida: ‘Os homens de bens’ [≅ ‘homens de bem’ = homens honestos] (título de uma série de reportagens sobre a evolução do patrimônio de políticos, em *O Globo*, 2004), ‘Uma rainha na corte de seu Artur’ [≅ ‘Um ianque na corte do Rei Artur’, romance de Mark Twain, escrito em 1889] (em *Manchete*, quando a Rainha Elizabeth, da Inglaterra, visitou o Brasil no governo do General Artur da Costa e Silva), ‘O extremo Ocidente’ [≅ ‘o extremo Oriente’, denominação referida à posição geográfica dos países coloniais da Europa] (também em *Manchete*, no início da década de 70, sobre a inauguração da linha aérea para o Japão; em um caso feliz de acumulação de sentidos, acentuava as circunstâncias de o voo partir do Rio de Janeiro para o Ocidente e de a economia japonesa ser tida, na época, como forma extremada do capitalismo ocidental).

A ambiguidade das referências

A primeira e essencial ambiguidade de qualquer palavra ou enunciado portador de sentido é que ele pode se reportar a seu conteúdo ou à sua forma, gráfica ou sonora. Para o receptor humano, é claro que, em uma frase como

¹³ Primeiro satélite terrestre, lançado em 1957 pela União Soviética. Emitia um sinal ‘bip’, que se podia, em dada região, captar nos receptores de rádio de ondas curtas quanto da passagem em órbita.

*‘paralisar, analisar e catalisar’ escrevem-se com ‘s’
porque não derivam de formas nominais,*

não se está falando de nenhuma paralisia, análise ou catálise existentes no mundo, e sim de formas gráficas. Trafegar de um para outro universo de significados parece fácil às pessoas, mas é algo complicado, em termos de lógica computacional.

A segunda forma de ambiguidade acontece com indicadores de pessoa, posse e espaço¹⁴. A situação primitiva é de alguém falando a outro ou a outros, em presença:

TERCEIROS REFERIDOS
Ele(a), Eles(as)
Seu, dele (a), seus, deles (as)
Aquele (a), aqueles (as), aquilo
Lá
.....

EMISSOR Eu Meu(s), minhas) Este(a), estes(as), isto Aqui, cá	RECEPTOR (ES) ¹⁵ Tu (você), vós [vocês) Teu(s), seu (s), tua(s), suas(s) vosso (s) Esse(a), esses(as), isso Aí
--	---

As designações ‘nós’, ‘nosso’, ‘a gente’ são, em si, ambíguas: podem referir-se a um grupo ao que pertença o falante, ao que inclua falante e ouvinte ou a segmento amplo, que compreenda ambos os envolvidos na conversa e mais aqueles de que se fala – por exemplo, em ‘nosso país’ ou ‘nossa língua’.

Das três coleções de indicativos de pessoa, posse e localização mostradas no gráfico, é evidente que as duas primeiras têm forte sugestão (tecnicamente, ‘conotação’) emocional: falar de si mesmo, do que se tem, do que está próximo de nós envolve riscos equivalentes a falar do interlocutor, do que é dele, do que lhe está próximo. Não é por acaso, assim, que a terceira pessoa, formalmente menos comprometida, é usual nos textos informativos, de ciência e em narrativas que

¹⁴ Em semântica, referidos geralmente como dêiticos, de dêixis (do verbo grego δειχνομι, indicar).

¹⁵ Obviamente, as posições de emissor e receptor podem se alternar na conversação, estabelecendo o diálogo.

pretendem ou simulam a neutralidade, bem como no tratamento, originalmente respeitoso, em português¹⁶.

Quanto ao tempo, ele transcorre materialmente da mesma forma para todos os actantes, já que tudo está em fluxo¹⁷. No entanto, há duas formas de entender sua passagem: uma, em ciclos (manhã, tarde, noite; verão, outono, inverno, primavera; segunda a domingo; janeiro a dezembro; plantio a colheita; lua nova a minguante), que se transferiu aos relógios de sol, aos calendários e daí aos mostradores circulares com ponteiros; outra, linear, vetorial. Essa estipula a equivalência entre espaço e tempo, em formas linguísticas como ‘antes’, ‘depois’, ‘desde’, ‘até’, ‘a partir de’, então, ‘faz/há x (unidades de tempo ou espaço)’ etc.

As situações descritas acima se alteram com a invenção da escrita. A personalidade e a localização do emissor podem ser vagas, ignoradas ou irrelevantes, tanto quanto as do receptor. Em regra, não estão no mesmo espaço-tempo; a recepção é ou pode ser plural; o emissor, muitas vezes, tem apenas hipóteses ou presunções sobre os receptores – na melhor hipótese, dados estatísticos e conhecimento empírico. Pode haver ou não fronteiras definidas no espaço e tempo balizando o enunciado.

Surgem, então, duas possibilidades de uso, ou dois universos de significação que cabe aos receptores distinguir: a referência pode ser ao próprio enunciado e é tecnicamente chamada, então, ‘*de dicto*’¹⁸; ou ao tema do enunciado, a ente do mundo, e será ‘*de re*’¹⁹. ‘*De dicto*’ é uma expressão latina, ‘sobre o que é dito’; ‘*de re*’, também do latim, ‘sobre o ser, a coisa’.

O conflito entre esses universos é notável no caso dos demonstrativos (este [a][es][as], esse[a][s][as], aquele[a][es][as], o[a][os][as], isto, isso, aquilo), dos locativos e marcadores temporais referidos à pessoa (aqui, aí, cá, lá etc.; agora, hoje, ontem, então, ano passado etc.):

Na linguagem oral, os demonstrativos são comumente usados *de re*: reportam-se a entidades referidas no discurso. No texto escrito, seu uso

¹⁶ ‘vossa mercê’ > você. Em francês, o mesmo efeito é obtido com a segunda pessoa do plural: ‘Vous êtes belle, madame’

¹⁷ A frase é de Heráclito de Éfeso, filósofo pré-socrático.

¹⁸ Ou ‘endofórica’

¹⁹ Ou ‘exofórica’

mais comum é *de dicto* - isto é, referem-se a porções do próprio enunciado. Em textos clássicos escritos em linguagem simples, como os *Commentarii de bello galico* (*Comentários sobre a guerra da Gália*), de Júlio César, chama a atenção o uso amplo dos demonstrativos da terceira pessoa: é preciso recorrer ao contexto para saber se o pronome se refere a um general ou a outro, a um exército ou a outro.

Mesmo hoje não há convenção rígida quanto ao uso *de dicto* dos demonstrativos. O mais comum é referir como ‘esse [a]’ o antecedente e ‘este [a]’ o conseqüente, reservando-se ‘o [a]’ e, raramente, ‘aquele [a]’ para um terceiro nome ou proposição. Havendo dois antecedentes consecutivos, no entanto, costuma-se usar ‘este’ para o mais próximo e, em oposição, ‘aquele’ para o mais distante. Assim:

(a) *As eleições não reduziram a tensão entre governistas e opositores, estes acusando aqueles de fraude.*

(b) *A junta eleitoral destacou o testemunho dos observadores estrangeiros. Representando diversos países europeus e americanos, esses diplomatas não encontraram irregularidade no processo de apuração.*

(c) *Ao fim do dia, as principais ações negociadas alcançaram estas cotações: Petrobrás, ...; Vale do Rio Doce, ...*

A prevalência do som

As formas literárias guardam a memória da época anterior à existência da escrita. Chefes tribais e matriarcas aprenderam a dar ordens, inventando, de alguma forma, o imperativo. Documentos essenciais da cultura foram ritmados, metrificados e enriquecidos com informações redundantes, melodia e dança para que não se perdessem. Personagens tiveram epítetos adicionados ao nome para que suas características não fossem esquecidas: *Aquiles, o de pés ligeiros*, por exemplo.

Lemas repetidos antecipam conclamações clássicas (como *Delenda Cartago*, ‘destruamos Cartago’, tantas vezes repetida por Marcus Tullius Cícero, tribuno romano) e, daí, as modernas palavras-de-ordem e *slogans* publicitários. Medidas sanitárias circunstanciais, como a proibição ou restrição do consumo de determinados produtos em certas épocas (carne ou leite, comumente), tornaram-se preceitos religiosos cumpridos até hoje em muitas culturas²⁰.

Quem pretendia despertar a atenção para um perigo iminente ou o relato de fatos singulares, começava pelo aspecto mais relevante da perspectiva do(s) ouvinte(s). Após correr o acidentado percurso de Maratona a Atenas, em 490 antes de Cristo, o soldado Pheidippides disse apenas “Vencemos” – e morreu; se tivesse começado a contar desde o início como foi a batalha contra os persas, seu esforço teria sido inútil. A urgência de informar, o empenho em atrair a atenção para um evento singular²¹ estão, sem dúvida, na origem mais remota do *lead* jornalístico.

No entanto, para prolongar a motivação dos interlocutores, eventos sucessivos deviam ser alinhados de modo que cada qual despertasse a curiosidade para o seguinte – e surgiu a narrativa. Seja para explicar o mundo, seja para justificar relações de poder na comunidade, também a lenda – constituindo instância mágica paralela à realidade e buscando explicá-la²². Fenômenos que não se reduzem a relações claras de causa e efeito são inquietantes para a mente humana; por outro lado, entre duas possibilidades explicativas, a menos complicada (e aquela cuja falsidade não se pode demonstrar) é geralmente a preferida.

Dentre os jogos de poder, o mais fascinante é o do sexo, com seu ritual de provocação e galanteio. É preciso conquistar o(a) parceiro(a). Em regra, qualquer que seja o principal interessado, cabe ao varão ser ou fingir que é o conquistador; de seus desempenhos mais brilhantes se fez a poesia lírica.

²⁰ Seria essa, em última instância, a origem da interdição da carne na quaresma católica, da interdição do consumo de leite pelos adultos, na medicina chinesa, e da preservação das vacas como animais sagrados, na Índia: nos dois últimos casos, é provável que se cuidasse de assegurar o suprimento de leite para as crianças, mesmo em tempos de seca.

²¹ Em linguagem mais moderna, referida à Teoria da Relevância (SPERBER & WILSON, 1996), ‘a necessidade de tornar manifesta sua intenção de informar’.

²² Do Olimpo aos orixás.

Grupos humanos precisam tanto de autoestima quanto de comida ou abrigo. As artes plásticas e dramáticas (em sentido amplo, da forma dos monumentos às paradas militares e às festas paroquiais) tem sido empregadas para estimular essa forma de orgulho, conformando os indivíduos a padrões da cultura e advertindo-os dos perigos – e do maior deles, a falta de fé, a desobediência a regras cujo único sentido, eventualmente, é sedimentar a unidade do grupo.

Retórica, verdade e poder

À medida que as sociedades foram ficando mais complexas, comprovou-se que o exercício do poder dependia da concordância dos subordinados²³, que era preciso convencer. A retórica nasce aí como arte dos sacerdotes que, em alguns impérios (o Tawantinsuyu, império inca, por exemplo, no tempo da invasão espanhola), chegaram a competir com senhores da guerra; em outros (como no Japão) divinizaram o poder secular; em um terceiro caso (no Nepal ou nos primeiros séculos da Idade Média europeia), ocuparam o espaço do império; na situação mais comum, estabeleceram alguma forma de convivência ou associação com a casta armada, a nobreza ou a burguesia dominantes.

Não é surpreendente, portanto, que a retórica da catequese católica tenha tolerado e até instigado a miscigenação de espanhóis e portugueses que, na primeira leva mercantil da expansão europeia, estabeleceram-se sozinhos (não trouxeram suas mulheres) em entrepostos de comércio pelo mundo; que o discurso luterano de valorização do trabalho e rejeição à integração racial (a essência da *apartheid*) tenha fornecido motivação e argumentos ao processo de colonização promovido pela Inglaterra, Holanda e, em menor escala, França e Alemanha, que exportavam não os varões, mas casais e famílias inteiras; que elementos das igrejas da Polônia (católica romana), da Inglaterra (anglicana) e da Rússia (católica ortodoxa) tenham ocupado espaços notáveis de poder.

²³ Um 'contrato social', escreveria Jean Jacques Rousseau.

Retórica é tecnicamente definida como ‘a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão’²⁴. Em sentido lato, mistura-se com a poética, como ‘arte da eloquência em qualquer tipo de discurso’. Utiliza normalmente a linguagem comum e, como escreveu Aristóteles, parte de ideias geralmente aceitas; eventualmente, procura impressionar usando formas arcaicas que sugerem a posse de uma ‘cultura superior’. No caso da retórica jurídica, alguns desses arcaísmos são manuseados como se fossem autêntica ‘linguagem técnica’²⁵.

A persuasão que a retórica persegue deve ser obtida por meio de palavras ou, em sentido amplo, também de gestos e formas empáticas (por exemplo, a arquitetura majestática); não há o recurso a experimentos empíricos nem à violência, embora força e argumentação possam e costumem ser usadas com objetivos convergentes. A preocupação maior é com a adesão, não com a verdade, se concebermos esta como adequação do enunciado aos fatos²⁶.

Tal definição de verdade, tomada como referência nas ciências exatas, é uma leitura particular, embora consensual, da fórmula *veritas logica est adaequatio intellectus et rei* (‘a verdade lógica é a adequação entre o enunciado e a coisa’), proposta inicialmente por Isaac Israeli no Século IX, e adotada por São Tomás de Aquino (*Summa*, I :21:2), no Século XIII. Martin Heidegger²⁷, ao mesmo tempo simpático ao nazismo e o filósofo mais influente do Século XX, decompôs esse conceito (de fato, suprimindo a palavra ‘lógica’), em duas possibilidades; a verdade como adequação do enunciado à coisa (o que é o entendimento clássico²⁸) e a verdade como adequação da coisa ao enunciado.

²⁴ PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1999:6

²⁵ A linguagem técnica para distinguir o grupo que a pratica do que para referir com precisão o objeto.

²⁶ Considerando a verdade como adequação, deve-se admitir, em muitos casos, a contradição entre a verdade e a aparência (por exemplo, “o sol nasce no Oriente e se desloca no céu durante o dia” (a referência é a Europa) e a verdade da essência (“a Terra gira em torno do Sol”).

²⁷ (HEIDEGGER, 1973:328)

²⁸ “Neva” é uma sentença verdadeira se, de fato, quando e onde enunciada, refere-se a uma situação real em que cai neve (TARSKI, 1972, vol 1:162-171): “É verdadeira uma proposição dizendo que as coisas se passam de tal e qual maneira, desde que as coisas se apresentem justamente dessa maneira’.

Este último sentido pode ser compreendido como subordinação da verdade ao poder de *alguns homens*. Por assustador que seja, esse entendimento corresponde a uma percepção real do tempo histórico, com maior ou menor grau de violência física; no mundo atual, assume a forma de uma espécie de fascismo disfarçado ou de fantasia democrática imposta pelo dinheiro ou pelas armas, associada a estratégias de ‘fabricação do consentimento’ ou de ‘engenharia social’²⁹

O consumo de produtos ou ideias, motivado pela associação a bens simbólicos (sugerindo prestígio, juventude, realização afetiva etc.) e pela construção de raciocínios similares aos lógicos, seria, assim, o resultado *verdadeiro* da retórica publicitária ou propagandística – não da conformidade entre enunciados (ou sujeitos) e objetos (o produto, a ideia), como conceberam os escolásticos.

Nada além de estratégias do imperativo.

A introdução maciça da mulher no mercado de trabalho resultaria, por exemplo, não da pretensão de libertá-la (do jugo do marido, das atividades domésticas, da dependência econômica?), mas do intento de duplicar o contingente de mão de obra sem elevar a massa salarial – revestindo tal meta produtiva (e lucrativa) com recursos retóricos tais como a imagem sedutora e o discurso igualitário. Não se cogitou, pelo menos no primeiro momento, de consequências óbvias, tais como a redução de nascimentos resultante da disputa feroz por empregos e salários durante a fase fértil da vida feminina nos países industrializados – e não nas sociedades periféricas.

Outras possibilidades de entendimento do conceito de verdade seriam a de ‘verdade arbitral’ (na Justiça, principalmente) e de ‘verdade como revelação’ (na fé) – esta correspondendo à chamada ‘verdade ontológica’ da tradição medieval (‘as criaturas de Deus se ajustam e encarnam as ideias

²⁹ A primeira dessas expressões é de Walter Lippman, *Public Opinion*, 1ª edição de 1921. Idéias similares reaparecem no verbete “Propaganda”, da *Encyclopaedia of Social Sciences*, de 1933 (Nova York, Macmillan); em *Propaganda*, de Edward Berbays, de 1928 (Nova York, Liverright), e são retomadas por Crozier, Huntington e Watanuki em *The Crisis of Democracy?: Report on de Governability to the Trilateral Commission* (New York University Press, 1975). Essas idéias inspiram claramente Harwood L. Childs em *Relações públicas, propaganda e opinião pública*, livro traduzido no Brasil em abril de 1964 pela Fundação Getúlio Vargas com a cooperação a missão americana da USAID – Aliança para o Progresso. *Social Engineering* é o título de um texto de Zbigniew Brzezinski, de 1971.

d'Aquele que lhes deu o ser³⁰). Daí críticos atribuírem a Heidegger a invenção de uma 'religião sem Deus'.

Além da retórica deliberativa (que pressupõe, em alguma medida, o arbítrio) e da retórica jurídica, a retórica de louvação ou execração de alguém ou de algo frequenta academias e cemitérios. Pode incluir a ironia, como (na tragédia de Shakespeare) o discurso de Marco Antônio sobre Brutus, conspirador que assassinara Júlio César, uma dura exposição de fatos negativos pontuada pelo bordão *But Brutus is an honorable man*, 'Mas Brutus é um homem honrado'.

A retórica suscita temas fundamentais na abordagem do texto jornalístico, que serão objeto de menção, implícita ou explícita, nos capítulos seguintes: a lógica; a clareza; a universalidade; a distinção entre fatos e versões; a ideologia; a busca da objetividade e fidelidade dos relatos.

Embora o jornalismo, tal como a ciência, persiga o conhecimento fidedigno, ambos estão inseridos em universo social dominado pelos discursos retóricos. Esse é um aspecto relevante da questão, já que a retórica tem sempre em vista o comportamento concreto resultante da persuasão que exerce, buscando alterar tanto atitudes quanto convicções, sem excluir, por certo, as de jornalistas ou de cientistas.

Assim como a filosofia, a retórica teve sua origem no contexto das relações sociais advindas do surgimento da *polis* – a cidade grega. O primeiro tratado sobre o tema foi escrito em 465 a.C. por Tísias e Córax, oradores que se notabilizaram na defesa das vítimas de arbítrios (reais ou imaginários, descritos não se sabe se com realismo ou exagero) cometidos pelo tirano de Siracusa.

A competência retórica desenvolveu-se plenamente após a consolidação da democracia ateniense, em que assembleias populares tinham funções legislativas, executivas e judiciárias, numa forma de democracia direta que se tornou menos eficiente à medida que novos contingentes eram adicionados ao corpo deliberativo. Como o exercício da política dependia da habilidade de argumentar para a grande plateia, era natural que houvesse de-

³⁰Summa I:16:1

manda de professores que proporcionassem a necessária ‘educação política’. Esses professores (o mais notável deles foi Górgias, que nasceu em 485 a.C. e viveu cem anos ou mais) foram chamados de sofistas e cobravam caro aos homens ricos pelo ensinamento.

A retórica tem hoje muitos praticantes, que se disfarçam; nem não gostariam de ser chamados de sofistas (ou mesmo de ‘retóricos’), embora tão frequentemente pareçam ser; a palavra ‘sofisma’ designa, atualmente, o raciocínio enganador; já e o entendimento corrente da palavra ‘retórica’ pressupõe a ausência de projetos consistentes e a intenção de enganar pela magia da palavra.

Discursos retóricos e informativos

O discurso retórico é voltado para versões ou interpretações da realidade; isso o distingue do discurso informativo, voltado essencialmente para os fatos. Assim, não se pode dizer que houvesse má fé do Padre Antônio Vieira, quando, em suas pregações, calculou em 20 milhões o número de índios existente no Maranhão, no século XVII; o que lhe importava era a utilização retórica desse dado, em que há evidente exagero, para a defesa da causa do não-extermínio, da não-escravidão e da evangelização dos índios.

Os promotores de causas modernas costumam ampliar a relevância de fenômenos como a prostituição infantil, a incidência da cárie dentária ou a destruição ecológica. As *boas intenções*, nessa linha de raciocínio, inocentariam a mentira; no entanto, pelo menos em tese, caberia aos jornalistas restabelecer a verdade factual, buscando-a em outras fontes.

O exagero é um recurso retórico entre outros – por exemplo, a repetição, o uso de efeitos fonéticos atraentes ou de associações analógicas reforçadas por metáforas de uso amplo (entre medo e escuridão, sequência e consequência, revelação e clareza etc.). Discursos retóricos sempre foram esteticamente mais cuidados do que os informativos: a beleza e o ritmo fazem parte de seu poder de atrair.

Pode-se admitir, como parece óbvio, que o jornalismo contemporâneo descende dos discursos informativos clássicos; e que a publicidade, da mesma forma, decorre dos discursos retóricos. No entanto, a relação não é tão simples: na verdade, o universo político e social é retórico, e o jornalismo está imerso nele. A forma de convivência é, aí, o discurso indireto, em que opiniões, interpretações ou versões são citadas, não assumidas. Escreve Mikhail Bakhtin (BAKHTIN, 1992, pp. 144 fls):

O discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação. (...) É visto pelo falante como a enunciação de outra pessoa, completamente independente na origem, dotada de construção completa e situada fora do contexto narrativo.

A partir dessa existência autônoma, o discurso de outrem transfere-se “para o contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e ao menos rudimentos de sua integridade linguística e de sua autonomia estrutural primitivas”.

Bakhtin observa que quem apreende a enunciação de outrem “não é um ser mudo, privado de palavra, mas, ao contrário, um ser cheio de palavras interiores”. No discurso jornalístico, pelo menos em suas formas canônicas (a notícia e a reportagem), as formas de citação usuais são o discurso direto e o indireto; outros mecanismos de estruturação, como o discurso indireto livre (em que o narrador assume a subjetividade do indivíduo citado, simula sua reflexão silenciosa), não são considerados legítimos fora do campo da ficção. A única responsabilidade que o jornalista se impõe diante de uma citação é que esteja conforme a essência (ou a forma, se entre aspas) do discurso citado. Ainda assim, quem cita escolhe o que cita e, muitas vezes, de maneira mais ou menos sutil, consciente ou inconscientemente, assume posições em face da citação.

O narrador pode interferir pela escolha do verbo *dicendi* (*disse, afirmou, declarou* etc.), pela definição de circunstâncias para o trecho citado,

pela seleção de trechos entre aspas etc. Pode suprimir ou descrever convencionalmente o contexto da enunciação; ou, pelo contrário, explicitá-lo ou colocá-lo em primeiro plano – conforme suas intenções, ou quantas inferências adicionais imagine possibilitar ao leitor. Compare-se:

1. Em discurso direto:

- a. *“Vamos recorrer no Judiciário até a última instância”, disse o advogado.*
- b. *“Vamos recorrer no Judiciário até a última instância”, advertiu o advogado.*
- c. *“Vamos recorrer no Judiciário até a última instância”, ameaçou o advogado.*

1. Em discurso indireto:

- a. *A prefeita disse que, “por dever de amizade”, votará no candidato do outro partido.*
- b. *A prefeita anunciou seu voto no candidato do outro partido, “por dever de amizade”, ainda que isso desagrade seus correligionários em Brasília.*
- c. *Discordando da orientação do Diretório Nacional, a prefeita tornou pública sua “decisão pessoal” de , “por dever de amizade”, votar no candidato do outro partido..*

Os livros de normas (*style books*) de alguns veículos preocupam-se com alguns desses recursos, vedando a utilização de verbos proposicionais que encerram nítido juízo de valor, como *disparar* ou *vociferar* – ambos, aliás de muito mau gosto. No entanto, a preocupação manifesta com a exatidão da citação, a reiteração de seu conteúdo podem ser também recursos para desqualificá-la ou fornecer elementos para sua crítica:

O Ministro da Fazenda disse, ao longo da entrevista, que a prorrogação da cobrança do imposto “é indispensável”, “mais do que necessária”, “essencial” e que o aumento de 50 por cento da alíquota “não pode ser descartado”, “é provável”, “está quase decidido”.

Combinada com um antecedente circunstancial – e a partir do princípio retórico de que “se a vem antes de b, a é a causa de b”, ou *post hoc ergo propter hoc* - uma citação pode assumir o valor de discurso opinativo:

O parlamentar governista, cujo salário aumentará com a elevação do teto de vencimentos do funcionalismo, manifestou-se “plenamente favorável” à medida.

A citação é frequentemente tomada, no discurso científico, tal como na retórica clássica, como base para o argumento de autoridade. Mas nem sempre é o caso do jornalismo contemporâneo, inserido no que o Bakhtin chama de *individualismo relativista*. Adverte ele que “é importante determinar o peso específico dos discursos retórico, político ou jurídico na consciência de um dado grupo social em determinada época”, bem como “a posição que um discurso citado ocupa na hierarquia social de valores”.

A conclusão é que, por um lado, é impossível ordenar ou estabelecer relações entre fatos sem realizar algumas escolhas; por outro, a distinção entre jornalismo e qualquer dos gêneros retóricos é, hoje, nítida no plano técnico e percebida com clareza pelo público. A essência do Jornalismo é informação: o dever de informar e, principalmente, o direito que os cidadãos têm de ser informados.

O uso – e, principalmente, o abuso – de recursos retóricos em jornalismo tem custo elevado. O êxito de um empreendimento jornalístico depende de duas variáveis relevantes: (a) o número de pessoas atraídas ou interessadas por sua mensagem editorial; e (b) a credibilidade ou prestígio junto a uma parte do público – a que tem maior senso crítico, conhecimento da realidade e capacidade de liderança. Esses formadores de opinião costumam distinguir o que é relato, o que é constatação e o que é interferência indevida.

O jornalismo, sujeito a essas circunstâncias de mercado, é parte de um sistema – e não a parte mais comprometida. A cultura profissional valoriza a verdade como conformidade, relativiza a opinião e se apoia na busca

das contradições e valorização dos conflitos. É, às vezes, uma cultura quixotesca³¹, de desmedido idealismo.

³¹ Referente a Dom Quixote, personagem de Miguel de Cervantes, cavaleiro orgulhoso e ensandecido que luta pela justiça combatendo moinhos de vento e defendendo donzelas imaginárias.

Os estilos e seu tempo

Todos veem aquilo que tu pareces, poucos sentem o que és, e estes poucos não se atrevem a opor-se à opinião dos muitos (...). Porque o vulgo deixa-se sempre levar pela aparência e o sucesso das coisas; e no mundo não há senão vulgo e os poucos só têm lugar quando os muitos não têm em que apoiar-se. (MAQUIAVEL, N. O Príncipe, cap XVIII)³²

A preservação da unidade dos grupos humanos inclui a exaltação de um passado particular, pelo menos em parte ficcional, e o respeito a autoridade externa superior aos poderes da tribo ou nação, o que implica algum tipo de religiosidade ou filosofia, expressa em narrativas cânticos e ritos. Ao mesmo tempo, a organização da comunidade (divisão de tarefas, mobilização em situações de risco, gestão do patrimônio comum) exige decisão e comando, o que significa autoridade interna, chefe, conselho de guerreiros ou de velhos – mecanismos dos quais se originou o Estado.

Nas civilizações antigas, mesmo nas mais poderosas e estruturadas, essas duas instâncias de poder – sacerdotes e caciques – negociavam espaços e privilégios. Para que a sociedade funcionasse sem traumas, era preciso que estivessem articuladas, isto é, que o poder ideológico, incumbido de manipular o espaço simbólico, atuasse conforme a autoridade leiga, reguladora da economia e controladora dos mecanismos de coerção. Quando essa articulação não acontecia, a divisão costumava ser ruínosa e instável.

Exemplos relativamente recentes são os cismas da Igreja Ortodoxa (1054 d.C) e da Igreja Anglicana (1534); ou a implantação do xintoísmo estatal (Século XVII) no Japão. Em cada um desses casos, o

³² http://www.arqnet.pt/portal/teoria/principe_cap18.html, acessado em 05/05/2005)

discurso ideológico conformou-se aos objetivos do poder do Estado. A falência dessa articulação aparece, pelo contrário, quando Atahualpa, chefe militar, aliou-se ao conquistador Pizarro imaginando que os canhões espanhóis ajudariam a conquistar Cuzco, capital religiosa do Império, no altiplano peruano, onde se aquartelava Huascar, seu irmão – e acelerou assim a liquidação do Tauantinsuyu, o Império Inca³³.

Os aedos homéricos

Na Grécia pré-socrática, a função de mobilização ideológica era exercida por aedos homéricos, cantores que discursavam em versos e música, envolvendo a plateia tanto pela melodia e ritmo quanto pelos movimentos do artista e o sentido das falas. Sua descrição típica é de uma figura espetacular: cego coberto por grande manto, portando bengala ou bastão. Propunham-se com saber hereditário, talento de cantor e respeito pela organização ou estratégia de discurso com que pretendiam assegurar a verdade da mensagem:

De algum modo que hoje não compreendemos claramente, a experiência da narração permitia liberar emoções dolorosas; precisamente por isso, o bom narrador era aquele que regulava o grau de participação da plateia tanto no relato quanto na ação. Além disso, o poema permitia a cada pessoa redefinir e restabelecer sua inter-relação com a família, o clã, os antepassados, os deuses e, em última instância, com todos os seres humanos. Pelas próprias condições de composição e representação, estimulava a confusão de limites que facilitava a identificação do auditório com os personagens: da mesma forma podia tanto elevar a estatura e aumentar o amor próprio dos ouvintes quanto impor certos limites à grandiosidade do eu. (ESPEJO MURIEL, web)

³³ Isso aconteceu em 1532, mesmo ano em que foi publicado postumamente *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel (1469-1527).

Os aedos hospedavam-se em casas de pessoas ricas por dias ou semanas; do interesse de prolongar essas estadas resultou a tática de interromper a apresentação em momentos dramáticos, deixando no ar a expectativa do que viria depois – algo parecido com a estratégia dos folhetins do Século XIX ou das novelas atuais da televisão. Donos de memória fantástica e da capacidade de improvisar, cumpriam papel educativo, ao formular “uma representação da técnica oral a serviço do governo em uma comunidade privada da escrita” (HAVELOCK, 1975). Não tinham a pretensão de autoria. Autores, diziam eles, eram as musas, eleitas pelos deuses.

As crônicas do poder

Todo poder cuida de se evidenciar e prolongar-se no tempo. Castelos, catedrais, sedes monumentais de bancos e conglomerados atestam essa ambição. A religiosidade dos poderosos, sua crença na vida eterna, está repleta desse sentimento de duração: das inscrições em pedra às pirâmides, das placas de inauguração a monumentos de significação abstrata, como a Torre Eiffel, a intenção é sobreviver, de alguma forma, no futuro.

Esse é o espírito de documentos como os mármores de Paros, que se referem a fatos ocorridos em Atenas antes do ano 354 a.C. e estão hoje na Universidade de Oxford, na Inglaterra; a Pedra de Palermo, crônica de reis do Egito; os oito mil soldados, carroças e cavalos do exército de terracota do imperador Qin Shi Huang (século III a.C.) encontrados em Lintog, Xian, na China; ou as inscrições no monólito erguido em honra de Esculápio, em Epidauro, nos quais se contam suas vinte curas milagrosas – entre elas fazer crescer cabelos esfregando certa pomada na cabeça de um sujeito calvo.

A motivação não era muito diferente daquela que inspirava os cronistas da Idade Média. O objetivo das crônicas medievais (a palavra é

derivada de Chronos, deus do tempo que engoliu um por um seus filhos até que o último deles, Zeus, os libertou de suas entranhas) era exaltar a vida e os feitos dos reis e nobres para que fossem lembrados no futuro. Escreve Gomes Eanes de Zurara, um dos mais citados cronistas portugueses, em sua *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses* (apud QUEIROZ, 1997):

Não pode dar herdade de maior riqueza nem jóia de maior valor a qualquer nobre (...) que a imagem sua pintada de virtudes, na qual, como um espelho, se possa resguardar o lume de seus feitos ante a presença de todos os outros (...) havendo conhecimento de tais coisas, bem como os feitos e obras do passado sejam regra e ordenança para os que hão de vir.

Trata-se de um gênero de interesse para a historiografia e para o estudo da evolução da língua (o trecho acima é uma tradução para o português atual) que, aparentemente, por sua burocracia servil, em nada se parece com a crônica literária moderna.

O eventual e o durável

Mas há um ponto de contato: os melhores cronistas modernos conseguem construir textos duráveis sobre realidades transitórias. Em um ensaio sobre cronistas brasileiros, Paulo Kozen cita como exemplo este trecho de crônica de Machado de Assis, publicada em seis de setembro de 1892, numa semana em que o noticiário registrou muitas mortes em um Rio de Janeiro assolado por epidemias:

Qualquer um de nós teria organizado este mundo melhor do que saiu. A morte, por exemplo, bem podia ser tão somente a aposentadoria da vida, com prazo certo. Ninguém iria por moléstia ou desastre, mas por natural invalidez: a velhice, tornando a pessoa incapaz, não a poria a cargo dos seus ou dos

outros. Como isto andaria assim desde o princípio das coisas, ninguém sentiria dor nem temor, nem os que fossem, nem os que ficassem. Podia ser uma cerimônia doméstica ou pública: entraria nos costumes uma refeição de despedida, frugal, não triste, em que os que iam morrer dissessem as saudades que levavam, fizessem recomendações, dessem conselhos, e se fossem alegres, contassem anedotas alegres. Muitas flores, não perpétuas, nem dessas de cores carregadas, mas claras e vivas, como de núpcias. E melhor seria não haver nada, além das despedidas verbais e amigas.

Machado inspirava-se nos ensaios ingleses³⁴, textos temáticos sem pretensão acadêmica, incorporando a eles um tanto do gosto literário dos folhetins, gênero que a imprensa brasileira do Século XIX importou da França e que era intensamente cultivado por José de Alencar em suas narrativas semanais publicadas na imprensa. Teve muitos seguidores: João do Rio (Paulo Barreto), repórter sensível que se lê pouco por causa do preciosismo da linguagem que usava; Lima Barreto, crítico cáustico da realidade brasileira; Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, dentre os modernistas; Rubem Braga, Paulo Mendes Campos e Sérgio Porto, entre outros, no após-guerra; e, no início do terceiro milênio, João Ubaldo Ribeiro e Luís Fernando Veríssimo, também entre outros.

O que distingue o cronista dos demais colunistas de jornal é que estes, em regra, ou dispõem de fontes de informação próprias ou comentam fatos de atualidade, interpretando e opinando, sem maior preocupação com a transcendência ou durabilidade do texto. Crônica, modernamente, como se pratica no Brasil, é literatura, que vai da emoção à ironia; já a coluna flutua entre o jornalismo excelente e o palpite não solicitado. Eventualmente – e cada vez mais, nos últimos anos, diante do discurso unânime da globalização, que a todos

³⁴ E estes, diz Afrânio Coutinho, no estilo livre de Michel de Montaigne, cujos *Essais* foram publicados postumamente, em 1595 (O autor morreu em 1592).

incomoda – cronistas indignados escrevem colunas sem se preocupar com a qualidade literária do texto e colunistas, provavelmente cansados da impossibilidade de influir sobre a realidade, tentam enfeitar o estilo e criar suas crônicas.

As atas diurnas

Em 69 a.C., Júlio César determinou que os “atos do povo e do senado romano” fossem diariamente publicados no fórum. Essa informação oficial, periódica e recente, destinada a que as pessoas “omassem conhecimento das leis corretamente” (*unde plano recte lege possit*), foi sendo complementada com contribuições individuais sobre os mais diversos assuntos: mulheres comentando seus divórcios, o cão que se afogou no rio Tibre para não abandonar o corpo do dono, o bem e o mal que diziam de Tibério Cláudio Nerón (42 a.C. – 37 d.C.), sucessor do imperador Augusto e marido de sua filha Júlia – ‘escandalosa e promíscua’, dizia-se na corte. Desses eventos tem-se notícia, respectivamente, pelos registros de Plínio, de Sêneca e do próprio Tibério, que usava, como muitos outros, as atas diurnas para fins políticos.

Copiadas, as atas (em latim, *actae diurnae*) circulavam entre os eminentes do Império. Lidas pelos romanos alfabetizados, davam origem a interpretações de toda ordem. Comentava-se a vida dos poderosos, discutia-se a estratégia das guerras a ponto de incomodar generais como Paulo Emílio, na campanha da Macedônia. Marco Túlio Cícero, (106 a.C. – 43 a.C.), célebre orador romano, na época procônsul na Cilícia e ele próprio autor de cartas que fazia colar nas paredes, envia a seu correspondente Atticus, na capital, uma pauta de cobertura política:

Espero suas cartas com tudo o que se passa em Roma. Que diz Arrius? Aborrece-o estar abandonado? Que cônsules nos destinam? Fala-se de novas leis? Enfim, o que há de novo? Já

*que Nepos deixa o lugar de áugure³⁵, quem o substituirá?(..)
Informe-me de Curtius (...) e de P. Clodius (...) espero novidades
com impaciência. (apud RIZZINI, 1977:10)*

As atas diurnas romanas circularam durante cinco séculos; só desapareceram quando Constantino transferiu a capital do Império para o Oriente, entre 324 e 336 d.C., construindo lá uma cidade projetada à semelhança de Roma, Constantinopla³⁶, e dando início ao Império Bizantino.

A memória das atas, que eram chamadas apenas de *diurnas* – de onde a palavra *jornal* –, permaneceu de certa forma no imaginário coletivo da península italiana. Elas reapareceriam no Século XVI em Veneza, mas já agora distribuídas em cópias manuscritas, ao preço de uma *gazeta*, moeda local, de onde veio o nome: traziam notícias dos negócios de empresas locais no Oriente e também de acontecimentos urbanos.

A difusão do livro no Império Romano, paralela e independente das atas, teve seu apogeu graças às folhas de papiro prensado, produto do Egito que tinha preço razoável. Os livros eram dispostos em rolos, entre ripas de madeira e muitos deles continham relatos episódicos que, em alguns casos, poderíamos associar às reportagens modernas.

A decadência dessa forma de comunicação ocorre com a interrupção do fluxo do papiro egípcio³⁷; seu substituto, o pergaminho, pele animal, era mais caro e, pior, podia ser raspado para a inscrição de novos documentos³⁸ – o que significava a perda dos registros mais antigos. O incêndio deliberado de bibliotecas (principalmente a de Alexandria, o maior repositório do saber clássico, destruída em um ou vários eventos, no início da era cristã) e o procedimento

³⁵ Cargo sacerdotal romano.

³⁶ De Constantino + polis (cidade, em grego)

³⁷ Marshal MacLuhan atribui a queda do Império Romano à interrupção desse comércio, que inviabilizou o tráfego de informações entre a capital e as províncias do gigantesco território.

³⁸ Tal prática gera os chamados *palimpsestos*. Muitas vezes, o tratamento químico permite recuperar, ao menos em parte, o que foi raspado.

fundamentalista dos antagonistas de Roma podem ser inculcados em parte pela descontinuidade cultural na Idade Média.

De volta à oralidade

A atividade cultural jamais cessou de todo. No entanto, com o comércio reduzido ao mínimo, a Europa dividida em feudos e o poder da Igreja (Roma, Bizâncio) tido como referência, as notícias deviam ser raras e certamente controladas na fonte, de onde chegavam aos púlpitos. O conhecimento refugiou-se nos conventos. E esse quadro só começou a mudar no início do segundo milênio da Era Cristã, quando a Igreja, premida pela inviabilidade de gerir pequenas e grandes paixões em tão extensos territórios, passou a delegar autoridade a personagens leigas locais.

A copiagem manuscrita tornou-se, então, ofício que empregava muita gente, embora a alfabetização se limitasse, em regra, aos padres, aos funcionários mais graduados, comerciantes e contadores. O método consistia em lotar uma grande sala com copistas, que escreviam rapidamente o que um orador lia; isso explica variantes e erros encontrados nos textos. A partir da estética engendrada no império de Carlos Magno (768-814)³⁹, cuidava-se de ocupar toda a página e de dar ao produto acabamento adequado ao gosto da época, com capitulares (letras maiores na abertura dos capítulos) e iluminuras (ilustrações e ornamentos).

Papel, a partir do Século X, já não era problema. A técnica de obtê-lo a partir de trapos, redes de pescar usadas e outros materiais foi desenvolvida pelos chineses dois séculos antes do nascimento de Cristo. No Século VII d.C., alguns chineses aprisionados durante a guerra entre a China e a Pérsia foram parar em Samarcanda (Uzbequistão), que os árabes haviam conquistado em 698, e lá ensinaram o processo. Daí as

³⁹ Entre outras criações, deve-se aos escribas carolíngios a diferenciação entre o 'a', o 'e' e o 'o' minúsculos, preservada quando, na segunda metade do Século XV, Nicolas Jansen criou o alfabeto latino minúsculo, compondo-o com as maiúsculas romanas da Coluna de Trajano; Gutenberg usara em suas bíblias letras góticas. Os árabes criaram, em 773, os algarismos que conhecemos hoje.

fábricas ou moinhos de papel se espalharam pelo Norte da África, pela Península Ibérica (então dividida em califados) e o *know how* da fabricação chegou a Veneza, que prosperava comerciando com o Oriente.

Nos últimos séculos da Idade Média e início do Renascimento, a escrita⁴⁰ conviveu com a mídia presencial, isto é, o contato direto com o público, de arautos (do poder leigo), sacerdotes (falando no púlpito das igrejas ou pregando nas praças), jograis e trovadores. Estas duas últimas categorias de oradores preocuparam sempre os detentores do poder, que tentaram regulamentar sua atuação, impedindo que fossem portadores de mensagens contrárias ao interesse do Estado e da Igreja.

Daí as classificações. Em Castela, por lei de Afonso X, *juglares* (executantes), *bufones* (que se apresentavam com animais ou marionetes), *cazurros* (que declamavam sem nexos), *remedadores* (contorcionistas e imitadores); *segriers* (que se exibiam nas cortes, correspondendo ao que, mais tarde, se chamaria de menestrel), e *trobadores* (autor de versos); dentre estes, os considerados melhores teriam o título de *don doctor de trobar*. Em Portugal, as ordenações afonsinas reconheciam jograis, truões (caracterizados pelos trejeitos), goliardos (que se apresentavam em tavernas e eram, em geral, estudantes ou egressos de conventos) e bufões, que vendiam quinquilharias.

Mas há também registro de autoridades que pagavam a trovadores e jograis para difundir seus feitos ou espalhar boatos convenientes. Como dizem os franceses, quanto mais as coisas mudam, mais são as mesmas; e são, de fato. Há real parentesco entre trovadores e jograis, de um lado, e cantadores do Nordeste brasileiro, de outro. Quer criando, improvisando ou seguindo o texto de poemas alheios, não só revelam valores partilhados pelo povo, mas também testemunham fatos de seu tempo:

⁴⁰ Veiculando informação de uso imediato tem-se notícia dos *avisi* italianos e *zeitugen*, na Alemanha, manuscritos que surgiram a partir do Século XIII, geralmente defendendo interesses de comerciantes ou banqueiros.

De Jean Molinet (Século XV),

(a) sobre o descobrimento da América:

*Vi duas ou três ilhas,
Encontrados em meu tempo,
De terras férteis
E cujos habitantes
Têm maneiras estranhas
Selvagens e cabeludos.
Mineram ouro e prata
Vê-se pelos seus mantos*

(b) sobre o surgimento da imprensa:

*Vi grande quantidade
De livros impressos,
Para pôr a estudar
Gente de poucos recursos.
Desta nova maneira
Muitos poderão encontrar
Decretos, bíblias e códigos
Sem gastar muito dinheiro.*

De Leandro Gomes de Barros (1865-1907), sobre a seca no Ceará:

*Alguém no Rio de Janeiro
Deu dinheiro e remeteu
Porém não sei o que houve
Que cá não apareceu
O dinheiro é tão sabido
Que quis ficar escondido
Nos cofres dos potentados
Ignora-se esse meio
Eu penso que ele achou feio
Os bolsos dos flagelados.*

A literatura popular, destinada principalmente a ser lida ou recitada em público, para pessoas não letradas, sobreviveu na Europa até que a Revolução Industrial impôs a alfabetização das massas, no século XIX. Em prosa ou em verso, alguns com a indicação da melodia com que poderiam ser cantados, os folhetos eram comuns na Alemanha, nos séculos XV e XVI; na França, foram classificados como *littérature de colportage* (literatura de mascate); na Inglaterra, chamados

de *catchpennies* (quinquilharias) ou *cocks*, quando ficcionais, e *broad-sides* (volantes), quando relacionados a eventos reais.

O processo de impressão dos cordéis brasileiros⁴¹, com capa em xilogravura (gravação com matriz de madeira escavada), chegou via Espanha e Portugal; o cordel brasileiro é similar às *hojas*, *corridos* e *pliegos sueltos* da Argentina, México, Nicarágua ou Peru – embora, nesses países, sem a amplitude que o gênero alcança no Nordeste do Brasil. Feitos para ser lidos em voz alta, sobrevivem aparentemente em um meio social em que é comum o não letramento ou o analfabetismo funcional, isto é, a existência de pessoas que, embora tendo frequentado por algum tempo a escola, exercem atividade que não exige contato com textos escritos e, por isso, leem laboriosamente, ou não entendem o que leem. Já, entre os autores, há pessoas com pouco, médio e bom nível de instrução.

Para a prática do jornalismo, o cordel contém várias lições:

2. A importância da comunicação oral e da imagem ou presença física em países como o Brasil, em que boa parte da população ingressou na sociedade industrial ao mesmo tempo em que surgiam e imperavam os veículos eletrônicos – inicialmente o rádio e a televisão;
3. As diferenças de agenda entre a classe média, a que os jornalistas, em regra, pertencem, e o maior contingente da população, que tende a preservar, principalmente no meio rural, e a recriar, principalmente nas metrópoles, discursos compatíveis com sua percepção de mundo;
4. A dificuldade de calibrar o discurso – seu conteúdo, sobretudo – de modo a chegar ao público pretendido. Isso fica evidente quando se constata que o dia-a-dia da vida civil corre quase inteiramente ignorado por essa literatura, que toma como grandes heróis raros personagens reais, de Lampião a Getúlio Vargas – embora registrem com espanto

⁴¹ O nome ‘cordel’ refere-se à maneira como são expostos nas feiras, pendurados em cordas.

temas como as guerras dos Bush contra o Iraque ou a destruição das torres gêmeas em Nova York.

No plano ético, as obras do poeta rural e de seu continuador urbano combinam espiritualidade com o realismo de pessoas que lidam com o sexo animal e convivem em pequenos espaços, aglomerados em cortiços e favelas. No entanto, isso não impede que sejam sensíveis à sutileza e construam mundos simbólicos de que se nutre a arte erudita, como se vê neste clássico de Patativa do Assaré (1909-2002):

*Ai, se sêsse...
Se um dia nós se gostasse;
Se um dia nós se queresse;
Se nós dois se impariásse;
Se juntinho nós dois vivesse!
Se juntinho nós dois morasse;
Se juntinho nós dois durmisse;
Se juntinho nós dois morresse!
Se pro céu nós assubisse?
Mas, porém, se acontecesse
que São Pedro não abrisse
as portas do céu e fosse
Te dizer qualquer tolice?
E se eu me arriminasse
E tu com eu insistisse,
Prá que eu me arrezorvesse
E a minha faca puxasse,
E o buxo do céu furasse?
Talvez que nós dois ficasse
talvez que nós dois caísse
e o céu furado arriasse
e as virgens todas fugisse!!!
Ai se sêsse...*

Dos idiomas aos jornais

Da liquidação do feudalismo, que começou, na Europa, nos últimos séculos da Idade Média, à superação da aristocracia pela sociedade burguesa, religião e Estado ditavam a interpretação dominante, na forma de proclamações e de pregação nos púlpitos. Por

toda parte, a religiosidade respondia pelo aspecto ideológico que cimentava a sociedade, aquietando-a em um modelo consensual.

Com o Renascimento e a formação dos estados nacionais modernos, línguas nacionais foram impostas a áreas territoriais extensas. Em muitas dessas línguas surgiram documentos literários canônicos, como *Os Lusíadas*, de Luís de Camões (1ª. Edição, 1572); *Dom Quixote* (em dois tomos: 1605 e 1615), de Miguel de Cervantes y Saavedra; peças de William Shakespeare (1564-1616) e poemas de John Milton (1608-1674); o teatro de Pierre Corneille (1606-1684), Jean Racine (1639-1699) e Jean Baptiste Poquelin de Molière (1622-1673).

Tais obras refletem a influência dos clássicos italianos dos séculos XIV (Bocaccio, Petrarca e Dante) e XVI (o teatro e, em particular, a proposta de Giraldi Cintio, em seu *Discurso sobre a comédia e sobre a tragédia*, publicado em 1554); foram responsáveis pela introdução de novas palavras, adaptadas do grego e do latim, e passaram a constituir, em cada país, o padrão ao qual deveriam conformar-se os discursos institucionais.

Em prefácio escrito para *A construção do Livro*, de Emanuel Araújo, Antonio Houaiss comenta:

(...) *A Europa de ponta (França, Inglaterra, certos cantões suíços, italianos, flamengos, certos estados alemães e centro-europeus) transitava dos seus dois por cento de letrados setecentistas para 50 por cento, aproximadamente, por 1850, e 92-93 por cento, por 1899-1900, enquanto a península ibérica sai dos dois por cento em fins do Século XVIII, chegava aos 20 por cento por 1850 para atingir os 50 por cento por 1899-1900. (...) Só no fim do Século XVIII, só no curso do Século XIX, é que se compreendeu o efeito multiplicador do prelo, à altura da literação geral.* (ARAÚJO, 16-18).

Por esses dados observa-se que diferentes ideologias e configurações do poder (absolutismo, despotismo esclarecido, maior ou

menor influência burguesa) parecem ter influído pouco na alfabetização das diferentes regiões europeias até o final do Século XVIII. Mas o fato é que Portugal e Espanha mantiveram-se, nesse período, distantes das ideias modernas que prosperavam nas demais nações da Europa. Impérios comerciais, contentaram-se com as riquezas pilhadas na América, África e Ásia: ouro, principalmente, tomado dos impérios inca e asteca, ou o descoberto em 1693 em minas brasileiras – mas também pau-brasil, porcelanas chinesas, especiarias, seda etc.

A abundância de recursos fáceis o catolicismo radical e a vigilância constante da Inquisição resultaram, ao findar-se o Século XVI, no começo de uma longa decadência. Esse quadro só fez acentuar-se ao longo do Século XVIII. No caso de Portugal, o tratado de Methuen, de 1703, ao estabelecer a aliança militar e comercial com a Inglaterra, praticamente impediu o desenvolvimento da indústria manufatureira, obrigando o país a importar quase tudo, em troca de alguns privilégios que se mostraram irrelevantes. A maior parte dos lucros obtidos nas colônias passou a ser transferida para os cofres ingleses.

A expulsão dos jesuítas, em 1759, depois da liquidação das colônias guaranis de Sete Povos das Missões (onde, segundo supunham – com razões para isso – portugueses e espanhóis, a ordem religiosa pretendia implantar um estado religioso), teve consequências graves para a educação em Portugal e territórios ultramarinos. Representou o fechamento de uma universidade (Évora), dois institutos universitários (Coimbra e Lisboa) e 19 colégios que constituíam a quase totalidade da rede de ensino superior e médio então existente, com número de alunos que ultrapassava vinte mil, para não falar no de 15 colégios no Brasil, um em Angola (Luanda), um em Goa e dois em Macau.

Resulta de tudo isso a herança de atraso que, no Brasil, só começará a ser superada em meados do Século XX, com a fundação das primeiras universidades, escolas técnicas e o início, por Getúlio Vargas, de um processo de revolução industrial tardia. No entanto, a colonização portuguesa nos deixou, entre algumas outras boas coisas, a intensa

miscigenação, padrões razoáveis de convivência étnica (em relação aos países de colonização protesante, como os Estados Unidos ou a África do Sul), maior tolerância e constante autocrítica. É o que se espelha no melhor das artes e literatura nacionais, em grande parte produto de criadores negros e mestiços.

A era do publicismo

Desde o final do Século XVI publicações impressas circulavam na Holanda, Inglaterra e Alemanha – não por acaso países nos quais a burguesia prosperava confrontando o Estado. As religiões protestantes, ao impor a leitura da Bíblia, criaram um mercado para a circulação de informações que já era pujante quanto Ben Johnson escreveu sua peça satírica *O fundamento das notícias (The staple of news)*⁴², em que elas são consideradas por seu valor de mercado. Pode-se atribuir a origem do jornalismo impresso periódico, século e meio depois da invenção dos tipos móveis, a vários fatores: a estruturação de serviços de correios; a difusão, ainda que em pequena escala, da alfabetização, graças à indústria do livro; melhores serviços de transporte, com o aprimoramento da criação de cavalos, a implantação de linhas de diligências e a construção de estradas entre portos e regiões de consumo. No entanto, não houve fator mais consistente do que a ambição burguesa de ampliar os recursos de que dispunha para confrontar a aristocracia.

Os textos principais, opinativos, seguiam o modelo retórico; reportavam-se à realidade para sugerir ou afirmar que os problemas se deviam aos impostos, barreiras alfandegárias e privilégios de que se beneficiava a *classe ociosa*, isto é, os aristocratas. As tiragens eram normalmente inferiores a mil exemplares; o editorial complementava-se com notas breves e registro de fatos de interesse comercial (chegadas e partidas de navios, atividade de piratas) ou indireto (guerras, secas e

⁴² https://openlibrary.org/books/OL7186148M/The_staple_of_news

outros eventos capazes de repercutir no mercado). Mas já apareciam as primeiras notícias sobre fatos inusitados, que ainda hoje seriam reconhecidos como *fait divers*⁴³.

Os primeiros jornais surgiram em burgos alemães, na primeira década do Século XVII. Logo viriam os jornais impressos na Holanda⁴⁴, que, com apoio inglês, enfrentava 80 anos de guerra para libertar-se do domínio espanhol. Em Marselha, principal porto francês, surgiu, em 1631, *La Gazette*, de Theophraste Renaudot, ao qual viriam juntar-se publicações literárias e de crítica de diversões. Escreve Fernand Terrou:

Na França, ao aparecimento da imprensa periódica correspondem o surto e depois o apogeu da doutrina monárquica absolutista que, esboçada na Idade Média, elaborada no Século XVI, vai triunfar no Século XVII. Ao poder absoluto do soberano, qualquer que seja a origem que lhe atribuam os teóricos (pacto fundamental: Hobbes⁴⁵; ou escolha divina: Bossuet⁴⁶), poder reforçado pela razão de estado abeberada em Maquiavel, não poderiam opor-se os direitos individuais nem a liberdade de expressão que lhes constitui o suporte.(TERROU, 1964:20)

Os melhores jornalistas do século XVIII eram *publicistas*, divulgadores de ideias e supostos portadores da verdade. O jornalismo iluminista tentava agrupar nas mesmas mensagens a ciência, a estética literária e a busca do convencimento. Isso o integrava, em espírito, ao enciclopedismo⁴⁷, movimento típico da época.

⁴³ Roland Barthes define o *fait divers* de duas maneiras: (a) pelo fato de não se enquadrar como relevante em qualquer área de conhecimento – economia, política, espetáculos etc. e (b) por conter em si, na estrutura retórica do texto, uma relação antitética. Entre outros exemplos, cita a notícia da prisão de um bispo em um cabaré: pouco importa onde isso aconteça ou as circunstâncias que teriam levado o clérigo a visitar a casa noturna. O interesse jornalístico reside aí, essencialmente, na relação paradoxal criada pela proximidade entre o supostamente sublime e o supostamente profano, (BARTHES, 1964)

⁴⁴ Lá se imprimiu, em 1622, o primeiro número do jornal inglês *A Current of General News*

⁴⁵ ¹⁰ Thomas Hobbes (1588-1679) rejeitava a filosofia aristotélica e escolástica. Descrente na natureza humana, é notável por suas contribuições à filosofia política. Para ele, o poder do soberano era necessário para conter as incontroláveis paixões humanas.

⁴⁶ Jacques-Benigne Bossuet (1627-1704), bispo e teólogo francês, foi um dos primeiros a defender o absolutismo. Argumentava que os reis recebiam de Deus seus poderes..

⁴⁷ Era o ‘século das luzes’, da renovação das teorias políticas, jurídicas e filosóficas. A Inglaterra e a Holanda exportavam a ideologia do liberalismo. Voltaire, Montesquieu e Rousseau revolucionaram a teoria política. Clamava-se pelos direitos humanos, pelo fim do absolutismo e separação dos poderes.

Enfrentando a censura (a imprensa periódica era quase sempre oficial ou oficiosa, dependente de algum tipo de concessão ou impostos especiais) – não apenas nos países sob governo absolutista ou aristocrático, mas também naqueles oriundos de revoluções burguesas⁴⁸ – os escritores da época inventaram estratégias interessantes. Uma delas é a alegoria e o tratamento irônico da realidade, de que restaram textos como *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift⁴⁹, e *Cândido ou o otimismo*, de Voltaire⁵⁰.

Ideias, notícias e folhetins

Jornais parecidos com os de hoje surgem no Século XIX – a começar pelo formato, que acompanha a largura da bobina das impressoras rotativas. Muita coisa nele teve que ser inventada: a separação entre notícias, os títulos que dariam origem às manchetes, a divisão da página em colunas, a gravura industrial, a gravação de fotografias sobre retícula... A primeira máquina contínua para fabricação de papel data de 1803; a primeira impressora mecânica estreou em 28 de novembro de 1914 rodando o *Times*, de Londres. A primeira rotativa de quatro cilindros, capaz de imprimir 25 vezes mais rápido do que as máquinas então existentes, foi inventada por Hipolyte Marinoni, em 1867; a fotografia, o daguerreótipo⁵¹, surge em 1838, no ano seguinte à extensão das linhas de telégrafo por todos os

Pretendia-se que os acusados de crimes fossem considerados inocentes até prova em contrário. Os Estados Unidos e países da América Latina iniciam o processo de sua independência. A Revolução Francesa é um clímax nesse processo..

⁴⁸ A censura inglesa foi suprimida em 1695, mas, anos depois, criou-se o imposto do selo, que só seria revogado em 1855. Os jornais obtiveram o direito de publicar debates parlamentares em 1771 e, em 1792, livraram-se da arrogância e conservadorismo dos juízes, quando o julgamento do crime de difamação passou ao âmbito do júri.

⁴⁹ Swift, escritor irlandês, viveu de 1667 a 1745. Publicou *Viagens de Gulliver* em 1726; parece um livro ingênuo, mas é uma visão ácida de vários aspectos do mundo de seu tempo. Antes de morrer, aos 78 anos, destinou fundos de sua herança para erguer, perto de Dublin, um hospital ‘para idiotas e lunáticos’, porque ‘nenhuma outra nação precisava mais disso’.

⁵⁰ Voltaire é o pseudônimo de François-Marie Arouet (1694-1778). Crítico do absolutismo e do fanatismo religioso publicou a novela satírica *Cândido* em 1759.

⁵¹ Inventado por Louis Jacques Mande Daguerre (1782-1851).

continentes⁵². Só em 1884 o imigrante alemão Ottmar Mergentaller fabricaria o protótipo da compositora mecânica, a linotipo.

Em termos de conteúdo, a opinião, tão relevante enquanto durou o conflito com o poder absoluto e a aristocracia, foi deixando de ser a principal motivadora de leitura. Na Europa, o público alfabetizado multiplicava-se com a incorporação de pessoas que traziam a tradição da oralidade, interessadas em fatos novos e lugares remotos. Entre 1770 e 1830, uma era de movimentos revolucionários, independência americana e guerras europeias alimentou interesse maior pelo noticiário.

Mas havia um concorrente importante para os fatos jornalísticos.

Desde o início do Século XVIII vinham-se multiplicando histórias sentimentais; uma das primeiras terá sido *Manon Lescault*, do Abbé Prevost (1697-1763). Um aspecto técnico interessante é que essas histórias, ao contrário do que acontecia até então, são contadas sem interrupção como narrativa contínua. Na literatura clássica (na *Odisséia*, por exemplo, mas também em *Viagens de Gulliver* e no *Cândido*), há descontinuidade entre um episódio e outro – entre um capítulo e outro, salta-se no tempo e no espaço.

A burguesia buscava construir um passado heroico para si mesma, retomando lendas medievais como as de Robin Hood e Guilherme Tell. O pré-romantismo passou a valorizar os sentimentos, o amor à natureza idealizada e ao passado remoto, a revolta do indivíduo diante das convenções e da moral social. Essa tendência se espalha pela Europa, chega a Portugal e ao Brasil com o movimento arcádico – a poesia de Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805) e Tomás Antônio Gonzaga (1744-1809), mas atinge seu ponto alto na Alemanha, com o *Sturm und Dräng*, projeto nacionalista de que participaram, entre 1770 e 1784, Joahan Wolfgang von Goethe (1749-1832) e Johann Christoph Friedrich von Schiller (1759-1805). No drama *Götz Von*

⁵² Stefan Zweig saúda 1937 como o ano em que, “pela primeira vez, o telégrafo transmite simultaneamente através d o mundo a notícia dos menores acontecimentos (TERROU, 1964:30)

Berlichingen (1773), Goethe cria um personagem alemão inspirado em Robin Hood, mas a mais tipicamente pré-romântica de suas novelas será *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774).

Na fronteira entre o verdadeiro e o verossímil, está *Ivanhoe* (1819), de Walter Scott. Para além de qualquer verdade, *Os três mosqueteiros* e *O Conde de Monte Cristo*⁵³ e centenas de outros textos de Alexandre Dumas, pai (1802-1870), que trabalhava comandando uma equipe de redatores e consultores (por exemplo, para a descrição correta das lutas de espadas), em um empreendimento que rendeu centenas de textos e a que seu filho deu continuidade, embora sem o mesmo brilho.

Em meados do Século XIX, não bastavam algumas gavetas de tipos móveis e uma prensa para produzir um jornal; tratava-se de empreendimento bem mais caro. Entre 1830 e 1870, prosperam agências de notícias: a francesa Havas, a inglesa Reuter, a alemã Wolf, a americana Associated Press. Entre 1880 e 1910 irão estender-se cabos submarinos. Os telefones começam a ser úteis em 1900.

A principal alteração nos fundamentos da prática jornalística foi atribuída à publicidade que, a partir de 1830, tornou-se rapidamente a principal receita das empresas, permitindo reduzir o preço dos exemplares vendidos ao público. Em tese, anúncios buscam atingir o maior número possível de clientes potenciais ou de indivíduos capazes de fixar um logotipo ou marca. Daí a disputa pelos leitores, que reunia nos mesmos veículos fatos reais e imaginários e, o que é mais grave, a dramatização ficcional de fatos reais.

Mas a publicidade, ao estabelecer o triângulo jornal-leitores-anunciantes (e, junto desses, os financiadores), integrou o jornal ao sistema econômico – razão para que, nos principais países da Europa, a censura estatal tenha desaparecido na segunda metade do Século XIX.

Numa época em que o melodrama era a forma mais difundida de expressão, desde os romances com muitas páginas até o teatro e a ópera, o sensacionalismo – que é uma espécie de melodramatização da

⁵³ De Alexandre Dumas, pai: *Os três mosqueteiros* (1844); *O Conde de Monte Cristo* (1846)

realidade – trazia leitores. A intensidade do surto sensacionalista variou de país para país; nem se pode honestamente dizer que ele tenha acabado.

Os estilos nacionais geraram padrões diferentes de textos, tanto quanto de formas gráficas diversificadas: os jornais franceses dispunham as matérias em camadas, reservando os rodapés para as novelas em capítulos, com tipologia variada, fios de várias espessuras, alguns sinuosos; os alemães, colunas largas e textos densos. O jornalismo inglês dividiu-se entre veículos da elite, pragmáticos com suas colunas estreitas, e pasquins populares, vistosos e dados ao escândalo.

Da emoção ao serviço público

O verdadeiro embate sobre paradigmas em jornalismo ocorreu, porém, nos Estados Unidos, e teve consequências relevantes no futuro da linguagem jornalística.

Em 21 de setembro de 1897, o *New York Sun* publicou um editorial, “Papai Noel existe?”, que os americanos consideraram uma obra prima⁵⁴. Redigido pelo editorialista Francis P. Church, ficou famoso na historiada imprensa americana. O *Sun*, dirigido por um velho jornalista, batia firme no estilo do *New York Journal*, de William Randolph Hearst.⁵⁵, denunciando as “crônicas de crime, luxúria e corrupção”. O *Journal* praticava o que seu editor, então com 34 anos, chamava de *novo jornalismo* ou *jornalismo de ação*: intrometia-se na realidade, com manobras tais como patrocinar a fuga de uma mulher⁵⁶ da prisão, em Havana, realizar investigações que pretendiam competir

⁵⁴ Trata-se, em síntese, de defender a figura de Papai Noel com argumentos tão sentimentais quanto estilisticamente brilhantes. Papai Noel, tal como descrito nos últimos anos do século XIX, promove, desde então, as vendas de fim de ano.

⁵⁵ Circulavam em Nova York, então, o *Journal*, de Hearst; o *New York World*, de Joseph Pulitzer (pioneiro, mas não tão radical no sensacionalismo); o *New York Herald*, de James Gordon Bennett Jr; o *New York Tribune*, de Whitelaw Reid; o *Sun*, de Charles Anderson Dana; e o *New York Time*, de Adolph Ochs. Dana, nascido em 1819, morreu em 17 de outubro de 1897. Dentro todos os editores, Hearst e Ochs eram os novatos..

⁵⁶ Evangelina Cisneros

com as da polícia, liderar campanhas de caridade, promover festas milionárias, espionar autoridades municipais em busca de irregularidades e promover a guerra contra a Espanha para *libertar* Cuba, Porto Rico, Filipinas e Guam.

No polo oposto estava o *New York Times* que, em 10 de fevereiro do mesmo ano, havia transposto da página editorial para o cabeçalho da primeira página o lema *All the news that's fit to print* – todas as notícias que merecem ser publicadas. A competição era terrível: quando o *Tribune* de Pulitzer publicou a primeira fotografia com semitons da imprensa diária, em 21 de janeiro (do senador eleito Thomas Platt), o *Times* gastou cinco mil dólares – na época uma fortuna – para equipar-se com uma impressora de alta qualidade a tempo de cobrir com fotos o cortejo que celebrou o jubileu da Rainha Vitória, em junho⁵⁷. O *Journal*, que não queria ficar para trás, contratou como repórter para esse evento Mark Twain, escritor famoso nos seus 62 anos.

Foi ainda em 1897 que o estilo de Hearst foi chamado por *The New York Press* de *jornalismo amarelo*, nome pelo qual seria conhecido na história; e em que o *Sun*, nas semanas que antecederam a morte de Charles Dana, lançou uma campanha para que o *Journal* e o *World* fossem banidos das bibliotecas públicas e salas de leitura das universidades. Pretendeu, ainda, sem êxito, proibir a publicação de caricaturas na imprensa sem autorização dos caricaturados.

Esses episódios são notáveis porque balizam as ocorrências dos anos seguintes: a vitória do estilo *New York Times*, que separa fatos de opiniões: a busca de uma metodologia de produção de texto tão formalmente isenta de tendenciosidade quanto possível; a supremacia da reportagem testemunho sobre o *jornalismo de ação*⁵⁸; a criação dos cursos universitários de jornalismo (o primeiro graças a uma doação de

⁵⁷ Vitória reinou de 1837 a 1901, a chamada “era vitoriana”. Foi o reinado mais longo da história da Inglaterra e, na Idade Contemporânea, o membro da família real que mais diretamente atuou na política britânica.

⁵⁸ Na verdade, em teoria, o ‘jornalismo de ação’ foi proposto pelo inglês William Sead, na década de 1880, com o nome de ‘governança pelo jornalismo’.

Pullitzer) e o estabelecimento de regras claras para a produção das mensagens noticiosas.

Há, no entanto, um detalhe que tem escapado aos historiadores no estudo daqueles tempos. A *imprensa livre* assegurada pela 1ª emenda à Constituição americana não impede iniciativas como a de Dana: com boas razões, ou sem razão alguma, os jornais da América estiveram e estão ainda (hoje talvez mais intensamente do que em outras épocas) sob pressão de organizações mantidas pelo grande empresariado, grupos políticos conservadores e fanáticos religiosos, com seus especialistas em opinião pública e *engenharia social*. Estes dispõem de seus próprios veículos, influem na linha editorial dos demais e, ao contrário do velho Dana, são capazes de ir mais longe do que Hearst – o homem que inspirou *Cidadão Kane* (1941), filme de Orson Welles, considerado por muita gente a melhor película da história do cinema.

Questões conceituais

Crentes que os signos são arbitrários, as pessoas às vezes esquecem que x, y, z... estão condenados eternamente a ser incógnitas; a, b, c ... apenas variáveis; e n, um número aleatório. Se necessário, acrescentam-se índice subscritos. Arbitrário é o critério, a que todos obedecem.

Como a advocacia, a engenharia ou a medicina, o jornalismo torna-se visível, ganha esse nome, com a evolução da sociedade e consequente fragmentação do conhecimento e das funções da vida social. Para sua conformação, na Idade Moderna, como ofício diferenciado – do qual resulta uma forma corrente de conhecimento ou percepção social da realidade –, convergiram duas vertentes: a dos arautos e sacerdotes que levavam a público decisões da Igreja e do Estado e a dos aedos ou menestréis que percorriam aldeias contando histórias atraentes e difundido ideias espantosas.

No conceito mais amplo do ofício, jornalistas exercem atividade de natureza técnica caracterizada por um compromisso ético peculiar. Aos jornalistas cabe selecionar informações que interessam e são úteis ao público (o *seu* público, o público-alvo); dar-lhes a forma mais atraente possível; buscar a verdade quanto aos fatos (*verdade*, aí, é a adequação perfeita do enunciado às coisas, *adaequatio intellectus ad rem*) e fidelidade a ideias de outrem que transmitem ou interpretam; admitir a pluralidade de versões de um conjunto de fatos; e manter cuidados éticos com relação a prejuízos causados a pessoas, coletividades e

instituições por informação errada ou inadequada a circunstâncias sensíveis.

Conceituada desta forma, definida pela práxis e pelo ethos – como faz a legislação brasileira –, a profissão pode ser exercida em empresas e microempresas de informação ou como atividade autônoma, mas também em instituições, públicas e privadas, e órgãos de governo. Em qualquer organização em que atue, o jornalista deverá empenhar-se pela mais ampla difusão dos fatos de interesse público, pela confiabilidade dos dados, relatos e análises de terceiros que divulga e pelo respeito à pluralidade de interesses que conflitam na sociedade.

Fatores históricos impõem outra concepção, que se difundiu pelo mundo a partir da Europa e dos Estados Unidos: a de que o jornalista, além das competências do ofício ou mais do que elas, tem o dever da militância a serviço de causas julgadas nobres; isso se aplica não apenas à opinião expressa ou à interpretação dos fatos, mas também às escolhas temáticas e à própria versão ordenadora do relato factual. Trata-se de traço peculiar, já que essa participação, própria da cidadania, não é exigida de advogados ou quaisquer outros profissionais no exercício de suas atividades.

A ‘causa nobre’ por excelência era, inicialmente, muito clara. Desde o Século XVI, ao expandir-se, na Inglaterra, como adaptação modernizada (e impressa) dos *Avisii* italianos e, já no começo do Século XVII, quando surgiram os diários, o jornalismo prosperou associado à luta da burguesia pelo poder. Isso não mudou essencialmente com a adoção de estrutura industrial pela imprensa, no Século XIX europeu: continuou cabendo ao Estado arbitrar episódios tensos do conflito de classes – com a capacidade de confrontar até certo ponto o empenho burguês pelo máximo lucro, a propriedade prioritária tanto de ideias quanto de bens, o sigilo dos negócios e nenhum controle externo da produção e tráfego de mercadorias.

Até a Revolução Industrial, a imprensa, como outros produtos de artesanato, era atividade de um indivíduo ou de pequenos grupos

associados operando oficinas constituídas de tipos móveis e impressoras planas; havia necessária identidade ideológica entre editores e seu público. As tiragens, que não excediam centenas ou poucos milhares de exemplares, eram financiadas basicamente por assinaturas e venda avulsa; anúncios e mensagens pagas constituíam complementos de receita.

As impressoras rotativas e a publicidade mudaram esse quadro: ampliaram tiragens, inverterm a composição da receita, passaram a exigir investimento elevado, organizaram a captação e processamento das informações – submeteram, enfim, a estrutura de produção à lógica dominante na indústria.

Estando a imprensa concentrada em mãos de empresas inseridas no quadro da economia burguesa e sendo a burguesia controladora hegemônica do Estado, imaginou-se um sistema em que os fatos seriam preservados no noticiário e a opinião contida em área editorial *nobre*, atenta ao contrato social que pressupõe alguma partilha de direitos e deveres com o conjunto da população. Data dessa época – meados do Século XIX – o desaparecimento dos mecanismos diretos ou indiretos de censura que haviam sido preservados nos estados burgueses europeus.

Os únicos conflitos admissíveis seriam entre grupos na disputa por mercados ou dinheiro – por exemplo, entre agentes da economia real (de bens e serviços) e detentores ou administradores do dinheiro, mercadoria por excelência em que se converte toda riqueza; as contradições entre rentistas e produtores, no entanto, raramente foram explicitadas, porque os segundos dependem e são geralmente liderados pelos primeiros.

De início, o conteúdo valorizado da mídia jornalística geral compreendia temas de interesse dos setores produtivos e burocráticos – da política à economia, do clima ao transporte, da legislação à administração pública. À medida que o jornal-empresa abriu-se à conquista de público mais amplo, acrescentaram-se outros assuntos: esporte, crime, consumo, moda, recreação e vida social;

inevitavelmente, a luta dos trabalhadores pela sobrevivência e por fatias de poder,

Nos Estados Unidos, que se preparavam, no final do Século XIX e início do Século XX, para herdar o espaço hegemônico da Inglaterra, a competição entre empresas, no quadro dessa nova temática, marca o ciclo do sensacionalismo que levou ao extremo a conotação emocional e o descompromisso com a fidelidade aos fatos. Foi como reação ao desgaste da credibilidade e prestígio político dos jornais propiciado por esse desvio que se formularam, lá mesmo, regras formais buscando tornar notícias representações tão perfeitas quanto possível de flagrantes da realidade – algo que reflete, por um lado, o avanço da ciência experimental e a influência do positivismo lógico; por outro, a padronização dos produtos nas linhas de produção.

Os processos então adotados conseguiram por algumas décadas sustentar a busca do enunciado jornalístico voltado exclusivamente para a finalidade de informar e formulado conforme códigos e valores presumíveis do público: eliminação dos adjetivos que expressam juízo subjetivo ou qualidade, buscando sempre a quantificação; uso de palavras denotativas que se reportam a entidades e fatos de existência física e conhecimento partilhado pela sociedade; separação rigorosa entre a informação objetiva e a opinião, mencionando-se, neste caso, a fonte; exclusão da primeira pessoa do discurso e uso intensivo do discurso citado⁵⁹; busca da perspectiva mais neutra possível e crítica permanente dos próprios preconceitos e valores na interpretação da realidade.

Pode-se datar o início da decadência desse modelo, que nunca se realizou plenamente⁶⁰: no início da década de 1920 – a mais especificamente, com o surgimento, na América, do estilo *Time*, no quadro de um esforço nacional de mobilização para ‘desprovincianizar’

⁵⁹ Discurso indireto, verbos *dicendi*: disse, informou, afirmou etc.

⁶⁰ Embora a persistência formal: o Repórter Esso, o mais importante noticiário radiofônico brasileiro das décadas de 1940 e 1950, preservava a norma de se reportar aos fatos excluindo, por exemplo, entrevistas gravadas ou ao vivo.

a cultura do país e prepará-lo para suceder tornar-se potência global. A estrutura interpretativa/opinativa que se montou então prosseguiria atuando na mídia (não só em revistas, também na imprensa em geral, no rádio, nos documentários e cinejornais) contra a recessão da década de 1930, durante a Segunda Guerra Mundial, na guerra fria que se seguiu, e daí para sempre.

Trata-se de uma construção retórica que combina a objetividade aparente com o recurso a metáforas e qualificações genéricas ou distorções/acumulações de sentido que passam a rotular eventos reais conforme os interesses do momento; pressupõe a disponibilidade de grande volume de fatos dentre os quais se selecionam os adequados para validar, pelo raciocínio indutivo, a tese previamente estabelecida. Reforça-se, com tal estratégia, a representação intuitiva do conhecimento como resultado da mera acumulação de dados da observação empírica, desconsiderando os mecanismos de filtragem (e motivações, objetivas ou subjetivas) que orientaram sua seleção⁶¹.

O axioma de que é função da mídia confrontar o Estado manteve-se para além do processo que a gerou; tornou-se bandeira não só de movimentos contestadores de toda natureza. Pode-se dizer que a luta pela liberdade de imprensa pelos burgueses pretendeu essencialmente libertá-los do controle estatal; tornou-se, no entanto, ambígua quando a esse aspecto, por ser essencial para legalidade da veiculação dos discursos críticos em geral.

Jornalismo e objetividade

O conceito de objetividade admite várias interpretações. Na linguagem comum, designa a atividade mental voltada para algo definido, externo à consciência. Nas ciências da natureza, especializa-se para definir o que é racionalmente demonstrável e/ou comprovado pela observação empírica. Para a filosofia idealista alemã (por exemplo, em

⁶¹ A propósito, numa crítica dessa versão aplicada ao discurso científico, POPPER, Karl. *The logic of scientific discovery*. Londres, Rutledge, 2002. Ele destaca o papel da intuição como ponto de partida para a investigação científica.

Kant, Hegel, Heidegger) aparece nomeando a categoria das afirmações independentes do tempo, lugar ou valores do observador – o que inclui enunciados que não seriam, por outro critério, considerados ‘objetivos’.

No caso do jornalismo, o senso comum e as teorias em voga relacionam objetividade à neutralidade, algo próximo do modelo kantiano; nesse sentido, é inalcançável, já que o discurso jornalístico é produzindo em circunstâncias particulares e se aplica a eventos do mundo real – pela própria natureza, situados, efêmeros e abertos a interpretações conflitantes. O argumento é que, sendo inalcançável em sua plenitude, não teria sentido persegui-la – ao que se contrapõe outro: a felicidade, o prolongamento indefinido da vida e a sociedade perfeita são igualmente inalcançáveis e, no entanto, sempre perseguidos. É falácia comum desdenhar das pessoas que sustentam ideais demonstrando que eles não se realizam na realidade contingente; se se realizassem, de fato, ideais já não seriam⁶².

Ciente de que parte sempre de uma perspectiva entre muitas outras e de que sua observação é passível de erro, o jornalista que pretenda perseguir a objetividade como ideal e, tal como há um século, pense em copiar métodos da ciência – a descoberta e crítica dos próprios preconceitos, a avaliação estatística, a tradução exata dos discursos etc. – esbarrará em dificuldades específicas.

Tomemos a questão da linguagem. Do ponto de vista da comunicação, *carro* é, na maioria dos contextos, melhor do que *viatura* (de polícia) ou *veículo* (militar, na engenharia de tráfego); *geladeira* é preferível a *refrigerador*, *negar* a *denegar* (um mandado judicial), *barriga* a abdome, *casa* a *residência*, *perto* a *próximo* etc.: as primeiras palavras de cada um desses pares são mais comuns e, portanto, exigindo menos esforço de decodificação, têm entendimento mais imediato.

⁶² O conceito corrente de idealismo aplicado a pessoas – a busca de ideais que transformariam a realidade – não pode ser igualado ao idealismo filosófico, que pressupõe a subordinação da realidade às idealizações. Nesse sentido, para quem acredita em algum determinismo histórico (que a sociedade caminha para o socialismo, por exemplo), a determinação torna-se um ideal pelo qual se deve lutar.

No entanto, dar nomes é submeter a realidade a uma teoria do mundo; difundi-los, uma forma de impor dada teoria, obscurecendo outras. Nomes têm duas funções: além de designar o que significam em dado contexto, implicam conotações e sugestões de sentido – portanto, versões prontas e sistemáticas da realidade.

Corporações desdenham da nomeação historicamente consolidada; buscam denominações unívocas que, além da alegada (e eventualmente real) utilidade como recurso de precisão, terminam constituindo diferencial corporativo. Muitos cientistas (mais os físicos do que os biólogos, certamente) acreditam que afirmações unívocas só podem ser feitas quando expressas em linguagens não ambíguas, em que o sentido de cada conceito e a regras de sintaxe estão perfeitamente definidos: isso acontece apenas, porém, em universos restritos. Estabelecida uma convenção, ela assume rapidamente aplicação metafórica que lhe atribuirá outros sentidos.

A condição de intermediário entre a fonte de informação e o público suscita problemas de outra natureza. Toda estrutura de poder teme ser devassada e tende a resguardar informações. Em sua argumentação profissional, jornalistas levam desvantagem em relação a advogados, que se apoiam na lei; médicos, que se protegem com saberes validados pela ciência ou pela tradição; ou engenheiros, que, apoiados em certezas matemáticas, apostam na segurança e eficácia do que fazem. Os argumentos dos jornalistas são bem mais abstratos: credibilidade, compromisso social, interesse público, dever cívico, preservação da imagem são referências menos visíveis ou relevantes em condições usuais de trabalho.

Quando a mídia se organiza em rede, são as malhas que definem o que trafega e o que não trafega – fazem o *gatekeeping* – e, com a escolha de nomes, a qualificação e atribuição de causas aos eventos, determinam em grande parte o sentido da mensagem que chega ao consumo do público. A tendência dessas estruturas em rede é concentrarem-se cada vez mais, racionalizando custos e perseguindo

eficiência funcional, o que reduz a pluralidade e termina limitando a atuação individual do jornalista.

A informação pode se tratada em linhas de montagem: trafega, então, por vários agentes que a reformulam; cada jornalista é uma espécie de operário da palavra e a responsabilidade tende a ser solidária. Quando se exalta, pelo contrário, a autoria (e responsabilidade) – as figuras do repórter ou do cronista –, impõe-se grau maior de individualismo e competitividade. De toda maneira, a avaliação profissional do jornalista (o que lhe garante emprego e respeito em seu meio) é feita por outros jornalistas, e essa contingência corporativa importa quando se cuida de compreender suas motivações.

A socialização do jornalismo

Recentemente abriu-se a possibilidade de a produção e difusão de mensagens informativas tornar-se direito de todos – como o se pretende com a educação, a saúde ou a participação na gestão do Estado. O que viabilizou tal coisa foi a transformação tecnológica que começou no último quarto do Século XX, complementando o desenvolvimento anterior dos sistemas de comunicação e a implantação, a partir do Século XIX, do ensino básico universal.

Nesse contexto, o jornalismo profissional se distinguiria não só pela especialização e competência (técnica ou artística) – como no caso da fotografia – mas, principalmente, pelo acesso a fontes de informação que, pela própria natureza, são seletivas, seja o palácio de um príncipe, o cenário de uma batalha ou o escritório de um sábio. O jornalista seria o homem reconhecido socialmente como o incumbido de perguntar, de questionar, de mediar informação.

Além dos motivos práticos, há razões institucionais para a preservação desse privilégio de acesso: a produção de informação pública tem condolidadas uma ética de convívio e práticas de controle social . Constatase que a aparente liberdade propiciada pela Internet cria ambiente distinto da comunicação interpessoal, eliminando barreiras à transição do mundo real a mundos possíveis, do

diálogo educado ao insulto; facilita o ressurgimento de toda sorte de conceitos e valores abandonados ao longo da História e que se mantinham recessivos na sociedade.

A construção de uma rede mundial de computadores e de um depósito virtual infinito de informações⁶³ coincide com o apogeu do centralismo no tráfego de informações jornalísticas, o que lhe dá aspecto revolucionário. É duvidoso, porém, que baste para reduzir ou solucionar o conflito entre as grandes correntes de interpretação da realidade: a formação de opinião passa por teorizações que traduzem interesses poderosos e se transmitem não apenas pela mídia, mas radicalmente pela formação escolar, leis, religiões e tradições familiares que remetem à memória coletiva.

Isso não impede que consequências práticas, desde logo, sejam abrangentes: a existência da web afeta objetos culturais venerados, como livros, jornais e revistas; reconfigura bibliotecas e salas de espetáculos; abre ao acesso imediato enorme acervo de obras clássicas das diferentes culturas humanas. Seus efeitos são sentidos aos poucos: altera, por exemplo, a distribuição do espaço nas residências e o conceito de vizinhança nas relações entre pessoas. A adaptação a mudança tão grande vai além da mera montagem da estrutura de suporte (as redes de Internet e fabricação dos computadores); implica reformulação da cultura em geral e, no particular, da indústria cultural.

Não se sabe bem, ainda, como será a era do jornalismo online *puro*, *hub* do tráfego de todas as mídias – não só que espaço (econômico) restará à grande mídia diante de seus concorrentes menores, mais ágeis, criativos e setorizados (por público, por ideologia, por tema), e que espaço (político) restará aos produtores em geral diante dos monopólios/oligopólios que se formam no setor de máquinas de busca e telecomunicações; ou, ainda, quais constrangimentos legais poderiam conter a ‘anarquia informativa’ vigente.

⁶³ Nelas, a possibilidade de preservação se amplia na medida em que se multiplicam as cópias arquivadas e a diversificação das bases.

A aposta mais frequente é no fortalecimento de estruturas montadas para a relação direta das fontes institucionais (governos, empresas, organizações de classe e grupos de pressão) com o público, representado por número enorme de críticos e difusores.

Onde situar o jornalismo

Da mesma forma que o jornalismo em si, a reflexão sobre ele pode ser explicada por sua história. Embora as primeiras conjecturas sobre o jornalismo datem do início do Século XVII⁶⁴ e a primeira tese acadêmica que o aborda como tema seja de 1690⁶⁵, os estudos sistemáticos sobre tema figuram entre aqueles incorporados à academia no final do Século XIX e começo do Século XX. Poderiam ter sido agregados à área tradicional de Letras, com suas divisões em Fonética, Gramática (Morfologia, Sintaxe), Crítica Literária e a recém-afiliada Semântica, oriunda da Filosofia; no entanto, era generalizado o horror dos literatos e gramáticos pela forma apressada e, diriam, bastarda, de escrever dos jornalistas⁶⁶.

Por essa época, expandiam-se as ciências sociais, que prosperaram desde a primeira metade do Século XIX em decorrência de mudanças nas sociedades europeias determinadas pela revolução industrial. Nas cidades subitamente inchadas pela migração de proletários⁶⁷, surgiram iniciativas utópicas de socialismo⁶⁸ e uma série

⁶⁴ A peça teatral *The Staple of News*, de Ben Jonson, formalmente inspirada em comédias clássicas de Aristófanes, foi encenada em 1626 e publicada em 1631. Contém, na essência, uma crítica do capitalismo mercantil, tomando como referência o comércio de notícias, novidade na época. Texto integral (em inglês) em http://archive.org/stream/stapleofnews00jonsuoft/stapleofnews00jonsuoft_djvu.txt.

⁶⁵ PEUCER, Tobias. “Os relatos jornalísticos” (*De relacionibus novellis*), tradução de Paulo da Rocha Dias. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. 1 N° 2. UFSC, 2004. O texto é de uma tese defendida na Universidade de Leipzig, Alemanha.

⁶⁶ “Você é ambicioso, cínico, inescrupuloso. Tem todos os atriutos para se dar bem no jornalismo”, diz tipicamente um personagem de *As ilusões perdidas*, obra-prima de Honore de Balzac, escrita entre 1837 e 1843.

⁶⁷ Boas descrições do ambiente social nessa época, na Inglaterra, podem ser encontradas nos romances de Charles Dickens, em particular nos *Picknick Papers*, *Oliver Twist* (traduzido em português por Machado de Assis) e *Nicholas Nickleby*.

⁶⁸ Destacadamente, as do Conde de Saint-Simon, considerado o fundador da Sociologia, Charles Fourier, pai do cooperativismo; e Robert Owen – todos com projetos de fundo humanista; e, já no contexto do reconhecimento da luta de classes, Pierre Joseph Proudon.

de propostas inovadoras de interpretação da realidade, das quais a mais notável é, sem dúvida, a crítica do capitalismo por Karl Marx⁶⁹.

Nas décadas seguintes, o pensamento sociológico consolidou-se, principalmente, em poucas linhas paralelas:

1. o contato com contingentes étnicos diferentes dos europeus tornou-se tema crucial depois de séculos em que a expansão colonial se realizou pela via do confronto e do extermínio sistemático. Na América, os estudos de Franz Boas; na Europa, as obras de Émile Durkheim, seu sobrinho Marcel Mauss e Bronislaw Malinowsky, entre outros, orientaram avanços nos campos da antropologia;
3. a prolongada depressão econômica na Europa, na segunda metade do Século XIX promoveu migrações e aguçou tensões sociais. A reação gerada se expressou em textos como os de Scipio Sighele (*A multidão criminosa*, 1891) e Gustave Le Bon (*A psicologia das multidões*, 1895), que influíram decisivamente no pensamento político dos movimentos fascistas e foram o ponto de partida para a evolução das políticas de controle da opinião pública; estas adquiririam *status* científico com a aplicação da estatística às ciências sociais⁷⁰.
4. ao abordar a economia da perspectiva do consumo e não da produção, a Teoria da Utilidade Marginal, associada a Carl Menger, economista austríaco que a estudou e difundiu, já na década de 1870, abriu caminho à ampliação do mercado pela atuação sobre a subjetividade do consumidor, isto é, para o grande investimento em *marketing* e na publicidade como produção.

⁶⁹ Marx publicou textos entre 1841 e 1877, alguns deles associado a Friedrich Engels. O *Manifesto do Partido Comunista*, em que os autores expõem suas ideias políticas básicas, é de 1848; o primeiro volume de *O Capital*, obra teórica fundamental de Marx, foi publicado em 1867.

⁷⁰ Principalmente pela equipe de cientistas liderada por Paul Lazarsfeld que estudou, nos anos de 1930 e 1940, os efeitos do rádio, então veículo hegemônico, sobre a opinião pública, definindo-a como a interação social entre as audiências.

Com toda essa pluralidade e abrangência⁷¹, as ciências sociais foram a grande descoberta acadêmica do início do Século XX; logo pretenderam incorporar a sua matriz teórica práticas que escapavam às categorias tradicionais (educação, por exemplo). O jornalismo seria uma delas, incluída na área institucional de comunicação social, que compreende ainda relações-públicas, publicidade, radialismo (rádio e televisão), cinema-e-vídeo e, presumivelmente, produção para Internet.

Na verdade, o conceito amplo de 'ciência social aplicada' abarca uma infinidade de práticas sociais, das artes à administração, da arquitetura e do urbanismo à clínica médica, sem prejuízo da identidade de cada uma delas e da prevalência da formação instrumental e técnica nos cursos em que se preparam especialistas. A supervalorização das ciências sociais nas escolas de jornalismo seria um desvio, tanto quanto a ausência total delas nas escolas de medicina ou de arquitetura.

Na verdade, a base conceitual do jornalismo deve ser buscada numa composição de conhecimentos de filosofia – lógica, destacadamente – ciências sociais (sociologia e história, com ênfase em períodos recentes) e ciências da linguagem, dentre as se destacam estudos de retórica, semiologia e algumas vertentes de análise do discurso. E isso não deve excluir, de forma alguma, a preparação técnica, do manuseio de dados estatísticos e o domínio dos recursos de ciências da informação aplicáveis à pesquisa e produção de mensagens.

⁷¹ Manifestada, por exemplo, nas obras de Max Weber (1864-1920) sobre o método da pesquisa sociológica, as religiões e as formas políticas, o Direito como tentativa permanente de racionalização das relações sociais ou as relações entre sociologia e economia.

O texto moderno

Olhem para o espelho. O que está à sua direita uma página escrita; terão que decifrar letras ao contrário. Mas isso acontece apenas com o eixo vertical: se o espelho inverte as figuras, por que não aparecemos, nele, de cabeça para baixo? (adaptado de MÉRÖ, 1990)

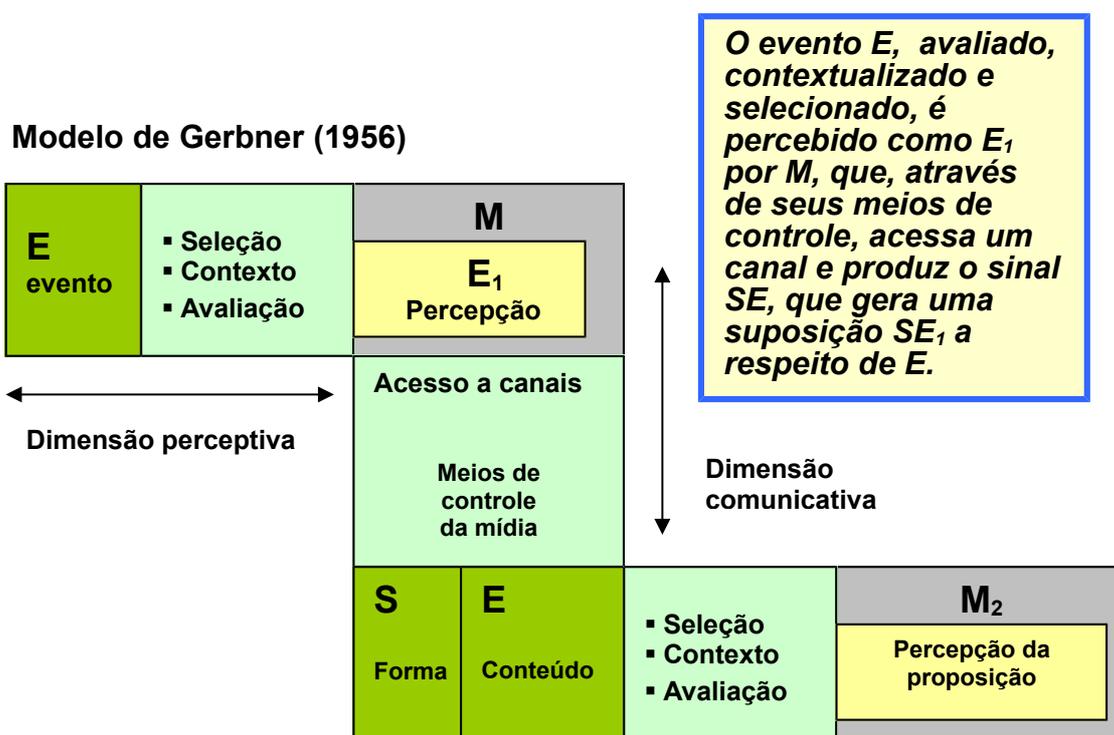
A palavra ‘texto’ significa, por sua origem, ‘aquilo que foi tecido’ – supõe entrelaçamento, contextura. Organiza-se segundo uma lógica interna, equivalente aos pontos e laços das rendas e bordados. Como acontece com tudo nos desempenhos humanos, essa lógica apoia-se numa estrutura mental em que se encaixam, na primeira infância, palavras e regras de gramática do idioma materno, numa aventura de conhecimento que continua por toda a vida.

Nosso mundo, como o percebemos, está em três dimensões em fluxo. O registro exato, instante por instante, com todos os detalhes, refeito por muitas gerações e por extensos territórios, formaria acervo impossível de preservar e acessar. Produzindo conceitos e rotulando-os com nomes, conseguimos, porém, ter acesso ao que houve de notável numa infinidade de experiências visuais, sonoras, táteis, gustativas e olfativas, sejam elas nossas, de contemporâneos ou de antepassados.

De vez em quando, lembramos de uma paisagem, paladar ou perfume – mas a língua nos permite falar e raciocinar com base em muito mais coisas que esquecemos ou que nunca testemunhamos.

Os idiomas parecem ter uma só dimensão – a sequência de sons que se representa na série de letras de um alfabeto fonético. Mas não é

exato: as sentenças articulam-se como uma rede, coesa e coerente, com proposições que se inferem do enunciado, do contexto ou da articulação de uma coisa e outra com informações ou sensações passadas que os receptores da mensagem têm na memória. Lê-se, por assim dizer, também nas entrelinhas – ou em profundidade. A percepção envolve a avaliação do que é mostrado ou dito, a seleção do que interessa e sua colocação em um ou vários contextos, como se vê no modelo de comunicação de Gerbner:



1. Os gêneros, quanto à finalidade

Os textos modernos obedecem, quanto à finalidade, a alguns padrões: os informativos, portadores de dados e que podem não ter outra intenção consciente se não essa, de informar; os imperativos, destinados formalmente a impor, conclamar ou convencer; os dialéticos, em que opiniões ou interpretações distintas são contrapostas; os líricos e os dramáticos, em que efeitos de linguagem pretendem despertar emoções;

os cômicos, fundados na ambigüidade, no *nonsense*, na violação não odiosa de interdições culturais etc.

Para tornar eficazes esses textos em diferentes circunstâncias, surgem artificios. A publicidade, que é conativa (busca no interlocutor a resposta desejada, de compra, adesão, voto ou escolha), utiliza frequentemente o imperativo (*voe x, use y*) mas pode disfarçar esse mando com um entimema⁷², associando o que está sendo promovido a uma proposição que o público tem por verdadeira. Mas ou menos assim:

[Devemos ter direito à livre-escolha].
X é monopólio porque todos o escolheram; logo,
Não há nada errado com o monopólio X

Ou partindo de um valor atribuído ao público:

[Emagrecer é bom]
Laxantes e diuréticos emagrecem
Laxantes e diuréticos são bons.

Outra estratégia publicitária consiste em produzir algo semelhante ao entimema, mas de fundo associativo ou analógico. Por exemplo, um carro que viaja por uma estrada 'limpa' (isto é, artificialmente desprovida de qualquer desigualdade no piso, no acostamento ou às margens), dirigido por um homem em traje esportivo, com a mulher sorrindo ao lado e, no banco de trás, duas crianças e um cachorro (que põe o focinho para fora) sugere um estado de espírito com que o espectador se identifica idealmente. Se não se vive esse estado ideal, ao menos compre-se o automóvel, do fabricante X, disponível com entrada Y e juros Z, ao longo de *n* meses.

A argumentação dialética, que tem nobre passado (nela se formula boa parte da filosofia grega), parte eventualmente, no mundo moderno, de pressupostos mais ou menos absurdos, sobre cuja aceitação as pessoas devem refletir: "se um antepassado meu ou alguém/ uma dire-

⁷² Entimema é um tipo de silogismo em que uma das premissas fica subentendida – neste caso, a premissa maior. No silogismo, da premissa maior (ex: Todo homem é mortal) e da premissa menor (ex: Sócrates é homem), extrai-se a conclusão (Sócrates é mortal).

toria/ um governo do meu país/ clube/ etnia/ família cometeu algum crime, então tenho culpa por isso”, “se todo ser humano descende de um óvulo fecundado, todo óvulo fecundado é um ser humano”; “se estabelecida a livre competição, todos ficarão mais ricos”. A aceitação de proposições como essas resulta da repetição, não da coerência delas.

O lirismo (que é, em regra uma expressão do eu subjetivo) e a dramaticidade desenvolveram recursos linguísticos capazes de estimular sentimentos do público, apoiando-se nos impulsos básicos da autodefesa (e das regras de relacionamento que ‘justificam’ a agressão), da alimentação e posse; da sexualidade; e de proteção (com relação a animais, crianças, deficientes, pobres, pessoas idosas, ambientes naturais). A fruição desses sentimentos permite o alívio de tensões, na catarse, mas pode ser elemento poderoso na pregação da violência, do ódio e da autocomplacência. (TCHAKHOTINE, 1952)

2. Estrutura do texto informativo

Considerando a maneira como se estruturam, os textos na prosa informativa moderna obedecem a dois modelos: o *expositivo*, nos relatórios, ensaios e na maioria das reportagens; e o *narrativo*, em relatos testemunhais, documentários e na ficção, particularmente a cinematográfica. Como primeiro passo no estudo dos textos em jornalismo é preciso conhecer essas duas estruturas, que têm na sociedade outros espaços, além do jornalístico.

Pequenas alterações no estilo do texto podem qualificar um gênero ou especificar o tempo e espaço em que foi produzido. O recurso a palavras arcaicas e brocardos (ditados, frases feitas), bem como o excesso de palavras, é típico do repertório jurídico (*quod abundant non nocere*, ‘o que é demais não prejudica’, afirmam os advogados, e só eles). Conclamações, conclusões mais do que fatos, caracterizam o documento político. A gradação cuidadosa dos juízos de valor especifica o texto

diplomático: um encontro ‘cordial’ entre chefes de estado não é o mesmo que um encontro ‘amistoso’ ou um encontro ‘proveitoso’.

Nos parágrafos seguintes, elege-se como tema de estudo a modalidade escrita de um tipo de texto conciso e discreto, voltado para o conteúdo, que não chama a atenção para a forma nem a toma como base da comunicação.

2.1. O texto expositivo

O primeiro conceito que se deve ter é o de *tópico*. Esse é o nome que se dá a qualquer parte do discurso destacada das demais sem vantagem para o significado, mas correspondendo a intenções do emissor, a suas estratégias discursivas e ao contexto: é o que se chama de recurso *pragmático*.

Na fala, o destaque ocorre pela entonação, pelo volume (alto ou baixo) da voz, pela colocação de partículas enfáticas (como “é o que”), pausas significativas, gestos ou deslocamento do segmento de sua posição normal; no texto escrito, geralmente, pela anteposição ou, em certos casos, pela posposição do segmento.

Existem palavras ou locuções-tópico. Por exemplo, as em itálico nas frases seguintes:

- *Maria* (..). chegou hoje / *Hoje*,.chegou Maria.
- *Um bobo é o que* ele é / *Ele* (...) é um bobo.
- *O doce*, Juquinha comeu; *o feijão com arroz*, deixou todo.
- O tempo aqui é assim mesmo: *de manhã*, choveu; *de tarde*, faz sol.

Locuções, citações e sentenças subordinadas podem destacar-se como tópicos, em função do contexto ou da intenção. Algumas dessas construções têm nomes específicos; a terceira da série seguinte chama-se de *particípio absoluto*:

- *Ao chegar ao escritório, notou que tinha esquecido a chave da gaveta.*
- *“Não vou de jeito nenhum”, foi o que ele disse.*
- *Irritado com as reclamações constantes, o gerente de vendas pediu demissão.*

Existem, ainda, os *períodos-tópicos*, *sentenças-tópicos* ou *tópicos frasais*. Trata-se de períodos que se destacam dos demais, em um *parágrafo lógico*, como resultado de uma intenção relacionada com o contexto ou a estratégia do discurso.

Parágrafo lógico é uma unidade de sentido. Corresponde, geralmente, ao parágrafo escrito, que se marca pelo recuo da primeira linha. Por motivos estilísticos, um parágrafo lógico pode, no entanto, ser dividido em vários parágrafos escritos – o que, eventualmente, aumenta a dramaticidade ou chama a atenção para o sentido de cada item do texto; ou, então, mais raro e menos útil, podem-se fundir dois parágrafos lógicos em um parágrafo gráfico.

Seguem-se parágrafos característicos do discurso expositivo. Note-se que, nos dois primeiros exemplos seguintes, os tópicos estão antepostos (sugerindo uma lógica dedutiva, do mais abstrato ao mais concreto) e, no último, posposto (o que sugere uma lógica indutiva, do mais concreto ao mais abstrato):

- *Foi um dia miserável.* O ônibus estava superlotado, o trânsito terrível, o chefe de mau humor e a cozinheira baiana temperou com pimenta malagueta o bife do almoço.
- *Duas coisas são necessárias.* A primeira é bom senso. A segunda, algum tino para os negócios.
- O trânsito e a violência urbana são as principais causas de morte entre os jovens. Metade das modelos de desfiles de moda têm subnutrição grave. *A estupidez humana vale hoje, sem dúvida, por uma epidemia.*

Finalmente, os *parágrafos-tópicos*. Nesse caso, um parágrafo lógico é destacado (anteposto ou marcado por corpo/ tipo diferente) em um texto. Em regra, contém uma proposição completa (uma ou mais orações, com suas circunstâncias). O *lead* jornalístico – mas não apenas ele – é uma forma de parágrafo-tópico.

2.1.2. O parágrafo lógico em texto expositivo

O parágrafo padrão, em um texto expositivo, obedece à fórmula
TF + D1,D2,D3...

Em regra, o tópico frasal, período-tópico ou sentença-tópico (TF) antecede outros períodos, que são chamados de *documentações* (D). O tópico geralmente contém uma conclusão mais abstrata ou essencial em relação às documentações, que são mais concretas ou aparentes; pode-se associar o tópico a uma teoria e as documentações a constatações empíricas.

Tomemos, primeiro, um exemplo na linguagem técnica dos relatórios⁷³ (tópicos em itálico):

5. *As vendas cresceram em março.* Foram colocados no mercado 2570 computadores, dos quais 2320 tinham sido até o dia 28 repassados pelos varejistas aos consumidores finais. Isso representa dez por cento mais do que as vendas no varejo em fevereiro, e indica que a procura na fábrica deverá aumentar, já que os estoques no comércio são baixos.

Agora, em um texto de crítica filosófica⁷⁴:

6. *O drama do pensamento ocidental se desenrola entre esta antítese: razão subjetiva e razão objetiva.* A polêmica de Horkheimer é contra a razão subjetiva, essencialmente voltada à

⁷³ De um relatório de filial a matriz de empresa. Foram deliberadamente omitidos nome e detalhes identificadores.

⁷⁴ TAMBOSI (1999: 145).

adequação dos meios e fins, que pouco se importa se tais fins são racionais em si. Anteriormente, predominara outra concepção da razão, “diametralmente oposta”, que “afirmava a existência da razão não só como uma força da mente mas também do mundo objetivo: nas relações entre os seres humanos e entre classes sociais, nas instituições sociais, e na Natureza e suas manifestações”.

Ou nas explicações de um físico⁷⁵:

- *Einstein mostrou que, ao contrário do que nos diz o bom senso, a passagem do tempo e as medidas de distância não são quantidades absolutas, mas dependem do movimento relativo entre os observadores.* Na verdade, existe uma diferença entre os intervalos de tempo medidos por um relógio em repouso e outro em movimento. Uma régua em repouso terá um comprimento maior do que se estivesse em movimento. Não percebemos esses efeitos porque os fenômenos relativísticos só têm magnitude apreciável a velocidades próximas da velocidade da luz, de 300.000 quilômetros por segundo. Mas um relógio que marcasse a passagem de uma hora em um trem capaz de andar a 180.000 quilômetros por segundo marcaria uma hora e 15 minutos na estação. Uma régua de um metro viajando no mesmo trem seria vista como tendo 80 centímetros por um observador em repouso na estação.

Há outras formas, menos frequentes, de se construir o parágrafo em textos expositivos:

- (a) Pode-se suprimir o tópico, considerando-o óbvio ou implícito. Por exemplo, é possível dispensar uma afirmação como “a seca foi rigorosa” ou “os prejuízos foram grandes” em um parágrafo como:

⁷⁵ GLEISER (1999: 135).

- Sem chuvas perderam-se dois terços da plantação de soja e morreram de sede e fome 40 das 70 cabeças de gado da fazenda de seu Januário. Os vizinhos contam prejuízos semelhantes.

(b) Pode-se colocar o período-tópico no fim do parágrafo (dando a impressão de que é uma conclusão do que foi afirmado antes) ou, ainda, no meio do parágrafo, o que é bem raro. Como nos exemplos:

- O caminho para a Praia de Naufragados é íngreme. *Não é fácil chegar lá.* São trilhas abertas no mato, montanha acima e, depois, montanha abaixo.
- (...) A primeira loja, de fato, herdou dos pais. Mas juntou tantas outras àquela que de adolescente rico tornou-se jovem milionário e velho magnata. *Hoje, com seu porte, temperamento agitado e barba branca, lembra um pouco o Rei Midas e outro tanto o Tio Patinhas.*

(c) Pode-se colocar o tópico em um parágrafo escrito e as documentações em outro ou outros; divide-se, assim, o parágrafo lógico em vários parágrafos escritos, para algum fim estilístico, como mostra o exemplo:

(c) *Às quatro da tarde, formou-se a tempestade.*

Nuvens escuras cobriram o sol de verão.

Soprou o vento, levantando a areia.

A praia ficou deserta em minutos, antes mesmo de cair a primeira gota de chuva.

O importante é considerar, no texto expositivo, a existência de dois tipos de proposição: uma, a documentação, correspondendo a aparências, ao mais concreto, ao particular, o dado; a outra, o tópico, correspondendo a essências atribuídas aos fatos, ao mais abstrato, ao mais geral ou conceitual.

Os tópicos são como índices para a organização das documentações; como rótulos de um arquivo ou denominações de gavetas que permitem distribuir e arrumar os relatos de fatos concretos de que se dispõe. Tópicos e documentações, articulados, formam o esqueleto do texto, como laços e pontos formam o esqueleto da peça de tricô ou crochê.

2.1.3 A distribuição das documentações no parágrafo lógico

Dentro do parágrafo lógico (que, para lembrar, coincide, geralmente, com o parágrafo escrito), as documentações não são dispostas ao acaso. Seria absurdo, por exemplo, um parágrafo como este, em que os períodos-documentação estão fora de ordem (no caso, a seqüência cronológica):

- *A vida foi ingrata com Luís.* Aos 40 anos, sofreu um acidente e perdeu um olho. Aos 10, seus pais morreram em um acidente. Aos 30, casou-se com uma megera. Aos 25, quando se formou em odontologia, descobriu que não tinha jeito para a coisa.

São vários os critérios para se dispor documentações em um parágrafo; tudo depende da natureza do texto, da intenção ou de algum propósito expressivo. Pode-se, por exemplo:

- (a) Dispor os períodos conforme a sucessão no tempo dos fatos a que se referem, em ordem crescente ou decrescente (como seria o caso no relato sobre a infelicidade do Luís);
- (b) Usar alguma forma de distribuição espacial: começar da esquerda para a direita; o contrário; do centro para a periferia; de cima para baixo; do próximo ao distante; do começo ao fim de um caminho, ou, em qualquer caso, o contrário etc.

- (c) Organizar os períodos em pares antitéticos (contradições ou paradoxos);
- (d) Ordenar os períodos na ordem de sua implicação lógica (a aceitação de um decorre ou resulta da aceitação do seguinte). Por exemplo:
- *As circunstâncias levaram o rapaz a ser reprovado.* Ele sentia o peso da responsabilidade. A família o pressionava. Emagreceu. NPassou as noites em claro estudando. No dia do exame, saiu de casa bem cedo mas enfrentou trânsito confuso e ruas alagadas. Chegou em cima da hora, uma pilha de nervos.
- (e) Ordenar os períodos por ordem crescente ou de decrescente de intensidade de algum valor referido

A ordenação é geralmente acompanhada por uma indicação clara de paralelismo. Isto é: se se usa a ordenação no tempo, destaca-se, em cada período, como locução-tópico, a circunstância de tempo; se o critério é espacial ou geográfico, a circunstância de lugar; se se trata de decorrência lógica, construções em ordem similar uma da outra, com ou sem relacionadores do tipo “daí”, “de onde”, “então” ou “portanto” – que em geral se utilizam com economia.

Caso particular de paralelismo é o das enumerações. Se é preciso relacionar ações ou movimentos, será necessário empregar, de maneira uniforme, ou o infinitivo verbal ou formas nominais derivadas do verbo. Explicando, pode-se escrever:

- (b) Os dermatologistas recomendam o uso do filtro solar e a preferência pelo sol das primeiras horas da manhã ou do fim da tarde.

Ou então:

- Os dermatologistas recomendam usar o filtro solar e preferir o sol das primeiras horas da manhã ou do fim da tarde.

Jamais:

- * Os dermatologistas recomendam o uso do filtro solar e preferir o sol das primeiras horas da manhã ou do fim da tarde.⁷⁶

Em regra, as formas infinitivas emprestam mais vigor ao texto.

2.1.4 Distribuição dos parágrafos lógicos no texto expositivo

Da mesma forma que as documentações devem ser ordenadas conforme algum critério, os parágrafos lógicos de um texto devem ser organizados segundo uma intenção de sucessão, de implicação, de argumentação por pares opostos etc.

Imaginemos que se vai escrever um texto sobre o mercado de microcomputadores, para os interessados na compra de um. Pesquisando o assunto ou entrevistando entendidos (primeira coisa que, em geral, ocorre aos jornalistas), selecionam-se essas quatro versões de fatos ou juízos de valor com os quais todos concordam ou que, por alguma razão, se admitem:

- (a) o mercado caracteriza-se pela rápida obsolescência dos produtos;
- (b) o diferencial de preço é muito grande entre os novos lançamentos e os aparelhos de modelos mais antigos;
- (c) a escolha depende do uso que se pretenda dar ao microcomputador.
- (d) velocidades de processamento mais elevadas, compactação de dados e maior capacidade de memória são necessários para armazenamento e edição de imagens em movimento e, dentre essas, as de melhor definição.

⁷⁶ O símbolo * precedendo o enunciado indica sua inadequação gramatical, semântica ou pragmática.

Formuladas essas proposições, que são, em tese, os tópicos frasais ou períodos-tópico, parte-se para documentá-las. Por exemplo:

- 1 - No caso da proposição (a), alinham-se modelos de processadores rapidamente superados por inovações tecnológicas (na linha PC, agora, em 2004, lembram-se os de oito bits, os XT, AT, 286, 386, 486, Pentium I a IV, multicore...), dimensões crescentes de memória de trabalho e discos (pode-se fazer isso mencionando consumidores que utilizaram vários desses equipamentos e se desfizeram deles ainda em condições operacionais boas);
- 2 - no caso da proposição (b), relacionam-se preços em revendedores para marcas conhecidas ou de montagem artesanal;
- 3 - para a proposição (c), mencionam-se usos comuns (planilhas de cálculo, edição de texto, desenho com suporte em informática) ou aplicativos mais raros (programas de orientação para certos diagnósticos médicos ou cálculos de astronáutica, Autocad etc.).
- 4 - para a proposição (d), lembra-se que a edição digital não linear de vídeo, graças à difusão das câmaras, à compactação crescente e à popularização de dispositivos de gravação, tornou-se novidade promissora na Internet e que a distribuição de imagens amplia-se continuamente na rede

A estrutura de um texto é, portanto, definida na escolha dos períodos-tópico, que valem por indexadores da massa de informações que constitui o tecido expositivo.

Uma questão de nomenclatura é a escolha da palavra 'expositivo', em lugar de 'descritivo' ou 'dissertativo'. Descrever é colocar em palavras um estado de coisas; dissertar é discorrer sobre um tema. expor é organizar o registro de fatos, articulados por conceitos que se encadeiam logicamente.

Embora os textos descritivos possam ter períodos-tópico, tais como ‘a paisagem é magnífica’, ‘a figura da mulher impressiona’ ou ‘o barco é o mais moderno já construído’, a exposição pressupõe uma demonstração ou evolução que remete a ações, não apenas a estados.

A dissertação, por princípio, desenvolve um tema segundo uma linha de raciocínio, encerra-se por si mesma; formalmente, é uma estrutura de inferências que, a partir de uma hipótese, demonstra uma tese. No texto expositivo, porém, podem surgir vários temas interligados e que, por definição, não esgotam o assunto; melhor, são unidades de um diálogo que se pode continuar no tempo.

3. Coesão, coerência, mentira

Ao lado da estrutura que subordina, no texto expositivo, o mais concreto ou mais verificável ao mais abstrato – o fato à versão –, alguns mecanismos permitem a quem ouve ou lê tecer uma rede invisível entre os conceitos:

3.1. Laços entre o antes e o depois

Chama-se de *anáfora* o item (pronome, nome, advérbio, pronome subentendido pela desinência verbal) que se reporta a um ente ou conceito expresso antes no enunciado⁷⁷. Ex⁷⁸:

Vale um parêntesis para elucidação de algumas citações que podem não estar acessíveis a todos quantos se envolvem em nosso estudo coletivo. [As citações mencionadas] são as referências a *Maremoto* e *Crepúsculo Napolitano*. A primeira peça [Maremoto] é citada como exemplo daquilo que convencionamos chamar de Rádio-Catástrofe, talvez um batismo [rádio-catástrofe] muito forte, mas um parâmetro [a denominação rádio-catástrofe] com o que cinema fez, décadas

⁷⁷ Tecnicamente, ‘de dicto’ (em latim, ‘sobre o [que foi] dito’).

⁷⁸ Evidentemente, o que está, sublinhado, entre chaves tem valor demonstrativo e não consta do texto original.

depois, com um gênero [cinematográfico] tipo *Tubarão, Inferno na Torre* e assemelhados.. Teriam sido essas peças [*Maremoto e Crepúsculo Napolitano*] os “efeitos especiais” do rádio. (MARANHÃO FILHO, 1998:158).

Chama-se de *catáfora* o item (nas mesmas categorias gramaticais) que antecipa ou se reporta a um ente ou a um conceito a ser expresso no enunciado.

Ex:

(...) Isso impõe a necessidade de intensificar [políticas públicas] e democráticas para a implantação de novas mídias e para o acesso a elas, além da fiscalização das existentes; Vicente Romano lembra que a democratização da comunicação [= *uma política pública*] é essencial para que a informação se realize, isto é, cumpra o papel de orienta as pessoas no labirinto dos processos e fenômenos sociais. Do meu ponto de vista , é imprescindível que as palavras e os discursos digam respeito à universalidade e ao compromisso recíproco [= *outra política pública*], com noção de responsabilidade e com o cumprimento dos preceitos deontológicos estabelecidos em diferentes profissões, incluindo a jornalística. (KARAM, 2004:245)

3.2. Laços entre presente e ausente

Itens léxicos⁷⁹ podem se reportar a valores ou atitudes sustentadas pelo receptor do texto e previsíveis ou não para o autor. O mesmo ocorre com dois itens léxicos contíguos ou relacionados de alguma forma. Sons, formas, conceitos podem suscitar no receptor, por analogia, sentimentos e sensações emocionais.

Um bom exemplo, em linguagem visual, é uma fotografia de capa do *New York Times*, tomada durante a visita do Presidente dos Estados

⁷⁹ Palavras, locuções.

Unidos, George W. Bush, a um cemitério de vítimas da Segunda Guerra Mundial, em maio de 2005. O repórter fotográfico escolheu um ângulo em que a figura do presidente aparece sobre o fundo de cruzeiras brancas perfiladas sobre a relva. Nada é explícito, mas a associação permite relacionar a imagem ao morticínio nas guerras que promoveu, contra o Afeganistão e o Iraque.

Outro exemplo dramático, este decerto consciente, é a sequência do documentário *Corações e Mentes (Hearts and Minds)*, de Peter Davis (1974) em que a câmera prolonga e intensifica o sofrimento de uma criança que chora a morte do pai, em um cemitério de Saigon para, em corte súbito, mostrar a imagem do General William Childs Westmoreland, comandante militar das tropas americanas em 1968, ao tempo da ofensiva do Tet, e sua frase conclusiva: “Os orientais não dão valor à vida”.

3.3. Relações coesivas e coerência formal

Coerência ou, tomando o falso cognato inglês, ‘consistência’ é a condição não contraditória do texto. Coesão é o estabelecimento de relações perceptíveis entre itens do texto, de modo a estabelecer ou reforçar sua consistência.

Relações coesivas ocorrem quando a interpretação de um item do discurso depende de outro ou de outros itens, estabelecendo vínculos de *referência, substituição, elipse, conjunção e coesão léxica*.

Dentre esses conceitos, o de coerência é o mais sensível – exatamente porque nem os homens nem suas sociedades são coerentes. Escrever sobre incoerências é a rotina do trabalho jornalístico. Daí se limitar a coerência ao texto, não ao mundo. Isso é possível com o uso do discurso indireto, no sentido que essa expressão tem em Bakhtin (BAKHTIN, 1986): ser coerente, muitas vezes, exige a citação da incoerência. Mas não é fácil discernir: pessoas desatentas geralmente culpam o jornal, a estação de rádio ou a emissora de televisão pelas

contradições incrustadas no nível dos personagens noticiados e das fontes citadas.

3.4 . Exposição de relações coesivas em um texto

No texto seguinte, redigido para demonstração, ilustram-se graficamente as relações coesivas vinculando negrito com negrito, grifo com grifo e, eventualmente, negrito-grifo, quando há vínculo duplo:

No começo, houve *a grande explosão*. **O universo compacto – enorme corpo negro que condensava energia – liberou ondas e partículas, massas de gás, poeira, cometas, e se dividiu em muitas estrelas, em torno das quais giravam, penitentes, muitos mais planetas. Isso foi antes do surgimento da vida.**

Tais eventos definiram **vetores de espaço e tempo** que nos aprisionam. Deslocamo-nos com lentidão das lentes e **parece que o**

tempo se esvai para nós. *Mas o tempo é o registro da eternidade; seus momentos são eternos. Nosso passado está gravado em luz: talvez o que ocorre hoje aqui seja visível em algum tempo na constelação de Sírius.* Lá, que pensarão de nós?

Se esses povos nos vêem, quer dizer que **têm tecnologia fantástica**. Haverá lá alguma coisa parecida com o politiqueiro um, negociando com o politiqueiro dois para derrubar o politiqueiro três ou vice-versa? **Será que o progresso da ciência melhora o homem ou ele continua a ser pequeno, fedorento, apodrecendo em vida como zumbi?**

3.5. A mentira como estratégia

A mentira é, no mundo moderno, uma estratégia como outra qualquer: não resulta de engano nem é questão de crença. É um ato deliberado, que geralmente se apoia em desejo atribuído ao receptor: querer algo é o primeiro passo para se acreditar que esse algo existe.

Na preparação do golpe de estado de 1964 no Brasil, por exemplo, exagerou-se deliberadamente o perigo de subversão com o objetivo de assustar empresários e, principalmente, comandos militares; buscava-se obter o financiamento, pelos primeiros, e a adesão ou inércia, pelos segundos, diante da conspiração para depor o presidente constitucional. A ilusão de realidade foi completada com a disseminação, nos segmentos da esquerda, principalmente intelectual, de informações que atendiam a suas fantasias de transição rápida para uma sociedade socialista.

Uma das leis da mentira é que ela tem o significado único de exercer influência. Em tese, populações com menor nível de instrução (portanto, com repertório linguístico limitado ou menos adaptado à realidade do mundo tecnológico) e menos experiência (jovens, portanto) são mais sensíveis à mentira, embora ela não exclua nenhum segmento etário ou cultural, desde que seja verossímil e/ou se apoie em crença.

Tomada em sentido amplo, como supressão parcial da verdade, a mentira é rotineira e, em muitos casos, inevitável. Situação distinta é aquela em que alguém, dispondo de uma representação da realidade, transmite outra, reconhecidamente falsa ou deformada, com a pretensão de vê-la aceita, em benefício próprio ou malefício para o receptor.

Raramente a mentira é óbvia. A melhor forma de enfrentá-la é tomar ao pé da letra a determinação lógica de que, ao aceitar uma proposição, tem-se que aceitar também seus corolários e inferências.

Sobre uma proposição que se supõe mentirosa, o argumento formal de restabelecimento da verdade obedece, em geral, a um padrão: “Se P for verdade, então Q”. Por exemplo: “Se é verdade que o represamento de água para grandes usinas hidrelétricas altera os

movimentos da Terra, então algum registro nesse deve existir, comparando-se o antes e o depois das maiores represas já existentes”.

3. O texto narrativo

O texto narrativo origina-se do épico grego (por exemplo, o relato do périplo de Ulisses pelas ilhas do Mediterrâneo). É organizado em sequências, que correspondem a sucessões de fatos:

- *Ele pegou a xícara, provou o café frio e cuspiu.*
- *O carro bateu no poste, rodopiou e atropelou o cachorro.*
- *A mulher gritou, o marido se ofendeu e os dois se engalfinharam.*

O que caracteriza cada um desses períodos (dessas *sequências*) é a sucessão de verbos de ação que correspondem à ordem cronológica dos eventos: quando se reportam ao mundo representado como real no texto, estão no Modo Indicativo; quando se referem a mundos identificados como possíveis, são precedidos de alguns verbos proposicionais (‘duvidar’, ‘temer’ etc.) e *vão*⁸⁰ no Modo Subjuntivo. A palavra *e* (o conectivo) significa, *e depois*, em lugar de *e também*, como acontece em geral nas exposições, descrições e dissertações.

O narrador é aquele que conta a história. Pode ser um personagem (dirá, por exemplo, “peguei a xícara, provei o café frio e cuspi” ou “vi quando ela pegou...”), mas o mais comum é que seja alguém indeterminado, onipresente, isto é, que acompanha todos os fatos, e onisciente, isto é, que sabe de tudo que se passa no cenário da ação⁸¹. Nesse caso, os verbos estarão na terceira pessoa.

⁸⁰ Ou deveriam ir. Um tanto por desgaste próprio e deficiência do ensino, mas também por influência do inglês, em que o Modo Subjuntivo é residual e suas formas sintéticas inexistentes, há tendência, principalmente no Brasil, de estender a todos os contextos formas do Indicativo.

⁸¹ A onipresença e onisciência é um truismo no texto jornalístico. O jornalista conta o que sabe e presumivelmente não sabe o que não conta. Ele está presente, direta ou indiretamente, nos cenários e instantes do relato, que podem não ser, de fato, o todo de um evento.

Ao narrar eventos no momento em que acontecem (ao vivo, no rádio ou na TV), se usará então o presente do Indicativo (“a rainha desce do avião e se dirige para a guarda de honra...”). O presente é um tempo versátil: podem-se, em certas circunstâncias, narrar no presente fatos do passado (o que se chama de *presente histórico*) e é comum usar o presente pelo futuro⁸².

O tempo presente, no seu sentido canônico, reporta-se a uma ação freqüentativa ou simultânea (no instante da narração) – portanto, não acabada (ou seja, com aspecto imperfeito). Se digo ‘vou ao cinema’, posso indicar que estou a caminho do cinema ou simplesmente informar que costumo ir ao cinema; não usaria essa fórmula se tivesse chegado ao cinema⁸³.

O uso do presente pelo futuro não oferece problema, desde que o tempo da ação seja indicado. Assim, o sentido das duas sentenças seguintes é praticamente o mesmo:

- *Nas próximas décadas, a Transamazônica será prolongada até o Pacífico.*
- *Nos próximos anos, a Transamazônica se prolonga até o Pacífico.*

Já o presente histórico, o presente pelo passado, é de uso mais sensível. Para se passar do pretérito para o tempo presente é preciso indicar mudança de cenário ou enfoque expressivo do texto. O segmento no presente também não deve ser estendido excessivamente: o presente histórico carrega uma conotação de realce, como se transportasse o receptor da mensagem ao tempo dos fatos narrados.

Eis um exemplo:

⁸² O presente é, quanto ao aspecto, sempre imperfectivo, isto é, reporta-se a evento concomitante (quem vai *está indo*) ou frequentativo (quem vai *costuma ir, vai sempre, vai às vezes*). O futuro é, por *default*, também imperfectivo; assumirá aspecto perfectivo (de ação que se declara terminada) quando expresso por uma forma composta (*terá ido*)

⁸³ Neste caso, com a ação ‘ir ao cinema’ acabada, sou forçado a usar o passado perfeito: ‘vim ao cinema’.

Na redação e nas oficinas, “o Sombra” *fazia* circular, anônimo, o boletim datilografado “Você sabia?”. Recheado de denúncias de corrupção, roubo e desmandos administrativos, *fazia* carga em cima de Vomar Pimenta. Volmar era o executor da política de austeridade implantada desde setembro de 65 por José Velasco Portinho, egresso do *Correio da Manhã*, no qual por muitos anos foi diretor-superintendente. (...)

Setembro de 65 *marca* a primeira mudança da revista no topo do expediente (...) ⁸⁴

A série de núcleos verbais com verbos de ação, um remetendo ao outro, dispostos linearmente conforme a ordem dos eventos, constitui o esqueleto da sequência narrativa. Ela admite, no entanto, dois outros níveis de informação:

- (a) o nível dos *actantes* – chamam-se de actantes os elementos, personagens, objetos ou ambientes que atuam na história. Por exemplo: a porta que range, o telefone rosa que indica excentricidade (ou, dependendo da situação, sinaliza feminilidade, infantilidade ou homossexualismo); a descrição da sala que define, ora a época, ora os padrões de gosto vigentes e o padrão de vida dos personagens etc. Informações sobre os actantes compõem um segundo nível na sequência, geralmente marcado por verbos de ligação (*ser, estar*) ou, na situação comum da narrativa de fatos passados, por verbos no pretérito imperfeito do Indicativo. No primeiro exemplo seguinte, as informações sobre actantes permitem situar a história no espaço, tempo e ainda informam sobre o tipo de vida do personagem. Em ambos os exemplos, o nível dos actantes é destacado entre

⁸⁴ CARVALHO (1999:507)

chaves e em itálico. O segundo exemplo é de Gabriel García Márquez⁸⁵:

- Marcos chegou no apartamento, fim da tarde. [*Estava transtornado, com o colarinho da camisa aberto e o nó da gravata desfeito*]. Empurrou a porta [*de fôrmica fosca, sempre suave nas dobradiças de aço*], correu para o banheiro [*sujando com o pó da calçada o tapete artesanal de dois mil dólares, o maior investimento em arte de sua vida*]. Os espelhos [*que forravam teto e parede do flat*] refletiam seu vulto curvado sobre o vaso. Vomitou.
- Guido Parra [*se enrolava em explicações vagas e pretextos pueris; negava-se a atender o telefone;*] desapareceu. Villamizar deu-lhe uma chamada dura. Parra se estendeu [*em preâmbulos*]. Disse que as coisas tinham se complicado [*pelo incremento do massacre que a polícia estava fazendo nas comunidades de Medellín. Alegava que enquanto o governo não desse fim àqueles métodos selvagens era muito difícil libertar alguém*]. Villamar não o deixou terminar.

(b) o nível das *funções* – chamam-se de *funções* partes do discurso que se reportam não à sequência em si, ou aos actantes, mas a fatos externos, quer no texto considerado por inteiro, quer alguma circunstância do mundo⁸⁶. Compreende, por exemplo, *pistas* de uma história policial, colocadas ao longo da história e que irão ganhar sentido no clímax, que é o desvendamento do enigma; *funções de reconhecimento*, que se obtém inserindo informações que o leitor provavelmente será capaz de identificar, ou com as quais se identificará (referências a lugares turísticos, filmes, músicas, pontos de vista associados a épocas ou

⁸⁵ GARCIA MÁRQUEZ (1996: 192-193).

⁸⁶ A distinção é entre notações *de dicto* (sobre o enunciado) e *de re* (sobre a coisa). São expressões latinas.

tipos humanos); *funções de real* (número da sepultura no cemitério, manchete do jornal do dia, circunstâncias que sugerem que o fato aconteceu ‘de verdade’)⁸⁷; *sugestões metafóricas ou citações*, em que se compara a história (ou um elemento dela) com outra já conhecida; *funções de metalinguagem*, em que o narrador se intromete na história para fazer comentários sobre o texto, o estilo, ou convidar o leitor a tomar partido; *funções de continuidade*, em que se sugere o prosseguimento da trama em outro espaço; *funções de descobrimento*, em que se introduzem signos que apontam para um incidente, na expectativa de que sejam descobertos pelo leitor.

Sequências podem ser adicionadas umas às outras. Nesses cortes, pode haver contiguidade no tempo ou não: avança-se no *flash forward* e recua-se no *flash back*. Pode-se mudar o ambiente ou mantê-lo. É possível introduzir novos personagens e novos enfoques.

Grupos de sequências formam episódios narrativos. No texto clássico, antes do final do século XVIII (quando o romance sentimental preparou o terreno para o texto narrativo romântico), esses episódios eram isolados: num texto como a *Odisséia*, nos relatos da vida de Cristo, no *Cândido*, de Voltaire, ou em centenas de outros documentos, há lapsos de tempo inexplicados entre um grupo de eventos (um episódio) e outro. No romance romântico e pós-romântico, há forte tendência de desaparecerem esses lapsos, como se o tempo da narrativa fosse homólogo ou proporcional ao tempo da realidade.

O romance romântico – e o chamado romance realista, romance psicológico etc., estruturalmente semelhantes – é geralmente uma narrativa extensa que varia do sentimental ao heroico. No realismo, o nível dos actantes se amplia com descrições, referências sociológicas ou cien-

⁸⁷ A inclusão de referências a fatos do mundo, comprováveis ou de suposto conhecimento dos destinatários da mensagem atua como recurso de verossimilhança e pode conduzir à crença na condição verdadeira da mensagem, no todo: é recurso comum em *best sellers* de ficção e em matérias interpretativas/opinativas típicas de magazines de informação geral (estilo *Time*)

tíficas; no romance psicológico, a ação explica-se pelas motivações subjetivas dos personagens. Na ficção científica, a compreensão é possível porque o que é imaginado altera alguns parâmetros da realidade, preservando outros.

Evidentemente há obras que fogem a esse modelo: há autores que buscam meios e modos de fugir desses modelos. No entanto, a grande maioria dos romances que alcançaram o sucesso popular, no Século XIX e, depois, no Século XX (agora ocupando espaço no cinema e na televisão), contém temática associada a gêneros definidos: melodrama, drama social, drama intimista, drama de ação, drama histórico, comédia dramática, drama épico etc.

Sequências podem ser inseridas em textos estruturalmente expositivos. Neste caso, elas são precedidas de um tópico frasal, do qual funcionam como documentação. No exemplo mais próximo acima, tirado de um texto de Gabriel García Márquez, a sequência (“Guido Parra se enrolava...”) é precedida de um desses tópicos: “No entanto, os dias passavam e não se viam indícios de libertação”.

Eis um exemplo de período tópico (em itálico) precedendo documentação em sequência narrativa⁸⁸:

- *A morte, para ele, foi um alívio.* Durante dias contorceu-se com dores terríveis, a barriga inchando, sem conseguir urinar. O quadro era tão doloroso que Prestes chegou até a mudar o curso da Coluna na esperança de encontrar um povoado com médico ou farmácia para salvá-lo. Gumercindo gritava dia e noite, sem parar, numa alucinante agonia, só interrompida pela morte. Uma simples sonda, introduzida na uretra, seria capaz de livrá-lo de todo aquele martírio: mas onde encontrar esse tipo de material numa região pobre e abandonada como o interior da Bahia?

⁸⁸ MERELLES (1995: 562).

Propõe-se então uma pergunta interessante:

– Por que os textos noticiosos e a maioria das reportagens não se constroem em forma narrativa?

A resposta, em primeiro lugar, é a falta do volume adequado de informação para que se possam construir narrativas densas e verdadeiras: o noticiário é editado com base em relatos fragmentados. A cobertura diária de um evento – digamos, uma guerra – combina dados parciais de diferentes fontes. Mesmo em um evento simples – ‘A matou B’ – levará algum tempo para saber o que um disse ao outro, em que discordavam, quais as circunstâncias, presentes ou passadas, que os tornam pessoas dramáticas (*dramatis personae*)

O segundo aspecto a considerar é o tempo. Escrever um capítulo de novela da televisão em poucas horas é difícil; fazer o mesmo sem inventar o mínimo detalhe, conferindo os dados um por um, é praticamente impossível.

As boas narrativas jornalísticas abrangentes são produzidas após longo tempo de maturação, com base em processos judiciais, confronto dos depoimentos de testemunhas e participantes, consulta a bibliotecas e arquivos pessoais. Para escrever *Os sertões*, Euclides da Cunha acompanhou a guerra de Canudos como repórter de *O Estado de São Paulo*, viajou pelo Nordeste e redigiu o texto durante os dois anos em que, sendo engenheiro, dirigia uma obra no interior paulista⁸⁹.

Hoje, computadores e equipes treinadas de pesquisa permitem recompor biografias e trechos da História com rigor documental e variável talento literário. Mas, ainda assim, gasta-se tempo e dinheiro na produção da obra e, eventualmente, é preciso que os anos passem antes de se poder abordar com um mínimo de isenção temas apaixonantes.

Um obstáculo final é que várias testemunhas relatam a mesma realidade com discursos contraditórios. Eis sentenças selecionadas de

⁸⁹ A construção de uma ponte, em São José do Rio Preto.

depoimentos prestados à *Memória Globo*⁹⁰ sobre, a edição no *Jornal Nacional* do debate entre Fernando Collor e Luís Inácio Lula da Silva no dia 15 de dezembro, véspera do turno final da eleição presidencial de 1989:

Armando Nogueira (então diretor da Central Globo de Jornalismo, de onde seria afastado em abril do ano seguinte):
Eu tinha um diretor chamado Alberico de Sousa Cruz que, à minha revelia, juntamente com um editor chamado Ronald de Carvalho, deformou a edição que nós tínhamos exibido no jornal *Hoje*, versão inclusive aprovada pelo João Roberto Marinho.

Alberico de Sousa Cruz (então diretor de telejornais da rede e que, em abril do ano seguinte, substituiria Armando Nogueira na direção da CGJ):

Ronald me ligou e disse o seguinte: ‘Alberico, eu recebi instruções da Alice Maria, transmitindo algumas determinações do João Roberto Marinho e do Dr Roberto. (...) A família está achando que a edição do *Hoje* foi manipulada a favor do Lula.’ **Alice Maria** (então diretora executiva do CGJ, cargo de que seria afastada em abril do ano seguinte):

Eu estava na sala do Armando quando o *Jornal Nacional* foi ao ar. Ao ver a edição do debate, levei um susto. A matéria do JN não tinha nada a ver com a do *Hoje*. O Alberico ignorara a orientação que recebera..

Ronald de Carvalho (então editor de política e que, em abril do ano seguinte, substituiria Alice Maria direção executiva do CGJ):

O jornal *Hoje* ainda estava no ar e já tinha passado o compacto quando eu recebo um telefonema da Alice Maria. Ela disse: ‘Olha Ronald, refaz o compacto do debate. Eu não quero no *Jornal Nacional* o mesmo debate do jornal *Hoje*. Faz uma outra edição. Perguntei: mas por que, Alice Maria? E ela (...):

⁹⁰ MEMÓRIA GLOBO (2004:215-221)

‘Eu achei que o debate está pasteurizado, está muito igual, e na verdade o debate não foi assim’.

Wianey Pinheiro (então editor regional de São Paulo)

A informação já tinha chegado na redação e alguns amigos já sabiam que tinham estado lá o Alberico de Sousa Cruz e o Ronald de Carvalho, e deram algumas orientações. Aí eu me descontrolei. (...) Um fenômeno que talvez algum dia se saiba é o que aconteceu (...) para ter essa mudança e, por orientação direta do Alberico, se cometer aquela violência.

Octavio Tostes (então editor de texto do *JM*):

Quando eu estava assistindo ao VT, na ilha 10, o Ronald de Carvalho entrou e disse textualmente: ‘É para fazer uma edição com o pior do Lula e o melhor do Collor. Põe aquele negócio de sub-raça (um deslize de Lula)’ (...) O Ronald deu as orientações citadas e o Alberico mais duas.(...) Foi uma edição manipulada.

Francisco Tambasco (então editor de imagens do *JM*):

Eu fiquei surpreso quando li uma matéria há pouco tempo em que o Ronald assumiu toda a edição do debate. E não foi isso. É mentira. Ao contrário, na época ele negou totalmente a responsabilidade.

Por aí se vê quanto é difícil estabelecer a verdade quando estão em jogo dinheiro e poder – isto é, nos ambientes pelos quais transita o jornalismo. Na verdade, isso só é possível, quase sempre, quando se parte de juízos de valor previamente assentados.

A globalização do estilo

Vivemos uma considerável transformação do sujeito cognitivo, da ciência objetiva e da cultura coletiva. É essa transformação que me faz lastimar, de verdade, não ter mais dezoito anos! Michel Serres (Serres, 2004:10)

A reforma do texto nos jornais brasileiros começou na década de 1950 num pequeno jornal do Rio de Janeiro, o *Diário Carioca*, de forte tradição política e orientação conservadora. Lá, dois professores do curso pioneiro de jornalismo que funcionava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil – Danton Jobim⁹¹, o catedrático, e Pompeu de Souza⁹², seu assistente – arregimentaram jovens, vindos vários deles de diferentes cursos universitários, para introduzir no Brasil as técnicas de redação originalmente desenvolvidas nos Estados Unidos e que já se haviam generalizado em países desenvolvidos.

A aspiração de modernidade adequava-se ao espírito desenvolvimentista da década e correspondia à influência do estilo das agências de notícias internacionais (France Press, United Press, Associated Press, principalmente), cujos telegramas traduzidos os jornais transcreviam. Com a Segunda Guerra Mundial e, em seguida, a guerra fria, esses telegramas ocupavam espaços privilegiados, em conflito estilístico claro com as matérias locais. Por outro lado, as técnicas modernas de redação eram conhecidas de jornalistas com experiência no exterior, como Joel Silveira⁹³ e Rubem Braga⁹⁴, correspondentes de guerra junto à Força Expedicionária Brasileira, na Itália, ou o próprio Pompeu de Souza, que trabalhou como redator de

⁹¹ (1906-1978)

⁹² (1916-1991)

⁹³ (1918-2007)

⁹⁴ (1913-1990)

um noticiário da *Columbia Broadcasting System* (CBS) dirigido ao Brasil, entre 1941 e 1943.

Um terceiro grupo lia jornais estrangeiros, que chegavam ao Brasil caros e atrasados, ou lidava profissionalmente com o noticiário das agências, como foi o caso de Carlos Castello Branco⁹⁵, que, antes de ser chefe de redação do *Diário Carioca*, editava o noticiário internacional do *Diário de Minas*. Os primeiros livros sobre técnica de redação em jornalismo traduzidos no Brasil foram *An Introduction to Journalism*, de Fraser Bond, (tradução de Cícero Sandroni), em 1959, e *The Professional Journalist*, de John Hohenberg (tradução de Ruy Jungmann), em 1962.

Foram características da reforma do *Diário Carioca*:

2. a adaptação do *lead* - primeiro parágrafo da matéria impressa, onde consta o fato principal ou mais importante de uma série, tomado por seu aspecto principal - à língua portuguesa evitando, por exemplo, o estilo *uma proposição por período*, que predominava em jornais americanos da década de 50. Para isso, foram incorporados outros modelos, principalmente dos jornais ingleses;
3. a adoção progressiva de critérios propostos pelos modernistas de 1922, para aproximar a escrita da fala corrente brasileira. Nessa linha, as pessoas deixaram de morar *à Rua X* para morar *na Rua X*. Os tratamentos tornaram-se menos cerimoniosos; passou-se, aos poucos, a escrever o nome das pessoas sem a precedência de um título - *senhor, senhora, doutor, excelência, dona* e, para os desqualificados, o estranho *indivíduo* - literalmente, 'o que não pode ser dividido'. Os redatores do *Diário* eram leitores constantes de autores contemporâneos, particularmente de

⁹⁵ (1920-1993)

Graciliano Ramos, cujo estilo enxuto era citado como modelo.

4. certo humor e ironia, que ia do grosseiro (‘o Brasil introduzirá brevemente sua banana no Canadá, segundo anunciou o Ministério da Agricultura’) ao poético: na edição do jornal em um dia tenso, marcado pelo temor de uma guerra nuclear a partir do conflito da Coréia e por um grande desastre de trem no Rio de Janeiro, a manchete, numa linha no alto da primeira página foi: “Nasce uma flor no Pólo Sul”. O fato ocorrera em uma base científica na Antártida e estava em telegrama da France Press.

É interessante comparar os *style books* - manuais de redação - do *Diário* e dos jornais atuais. O manual escrito em 1950 por Pompeu de Souza é documento sintético, até porque produzido por quem iria gerir sua aplicação. Contém concessões ao espírito da época: não se admitia chamar uma mulher casada pelo nome; era necessário precedê-lo de ‘*d*’ (‘dona’). Da mesma forma, o pronome para o Papa não era *ele*, mas *Sua Santidade*, e temia-se que fosse impossível suprimir inteiramente o *doutor* do nome de alguns figurões⁹⁶.

Esses preceitos tiveram que ser modificados ao longo do tempo, à medida que as experiências ou (falsos) *esquecimentos* esbarravam ou não em reações negativas - das *madamas*, da hierarquia da Igreja, daqueles a quem se negava a excelência. Alguns resistem, em alguns lugares, como os *smokings* ou as gravatas ensebadas que se penduram no pescoço dos presos levados à presença de juízes em audiências.

Já os manuais de redação atuais costumam ser detalhistas e abrangentes. Misturam discursos sobre o que o dono do jornal pensa do mundo (na *Rede Brasil Sul* – RBS, instruções internas informam aos

⁹⁶ Bacharéis em Direito, não doutores em coisa alguma, fazem questão disso até hoje. O mesmo quanto a médicos, ainda quando não em função profissional.

jornalistas que o jornal apóia decididamente a privatização e a globalização) - e nisto se parecem com o manual da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda que, na década de 50, imitando o *Diário Carioca*, lançou também seu *style book* - com critérios editoriais genéricos, manifestações de princípios e argumentos de *marketing* institucional.

Um reformista anônimo

Pompeu de Sousa, personagem esfuziante, sempre se apresentou e é tido universalmente como introdutor da técnica moderna no texto noticioso dos jornais diários.

Há, no entanto, um antecedente curioso. Em entrevista concedida em 1983 aos jornalistas Tales Faria e Sérgio Rodrigues⁹⁷, Pompeu confessou que, apesar de sua experiência nos Estados Unidos, só compreendeu o estilo jornalístico moderno em 1949, quando lecionava, como assistente de Danton Jobim, na Universidade do Brasil. Sobra, assim, para Danton, homem de perfil discreto⁹⁸, a provável autoria de uma série de colunas publicadas no *Diário Carioca* em agosto de 1945, expondo, em linhas gerais, o modelo de texto jornalístico que se espalhava por todo o mundo.

As colunas assinadas por Joaquim Manoel – certamente, um pseudônimo – saíram no canto direito da página 2 do *Diário Carioca* nos dias 4, 7, 8, 9, 10 e 11 de agosto de 1945. Com o título geral “Cartas a um foca”, traziam uma nota explicativa sempre repetida (“Num país em que todos se julgam jornalistas, eis uma pequena seção para discutir todos os dias os assuntos de jornalismo”). Sucessivamente, os títulos foram “O primeiro parágrafo”, “Elementos da notícia”, “A arte de opinar”, “Ser exato e poupado (?)”, “Primeiro a concisão” e “O que é notícia?”.

⁹⁷ FARIA, LAGE, RODRIGUES (2004::132-144)

⁹⁸ É dele esse trecho: “Por menos que acreditem, ninguém é mais discreto do que um jornalista (...) Examinassem um só dia o conteúdo da cesta de papéis de um secretário de redação (...) e encontrariam matéria suficiente para redigir um novo número de jornal impublicável, com verdades que não se dizem ou não se devem dizer” (CARVALHO, 1999:349)

O autor cita, dia 4, o livro *City Editor*, de Stanley Walker (edição mais recente: 1999) e defende que a notícia comece pela informação:

O primeiro parágrafo, em certos casos também o segundo, deve satisfazer a curiosidade do leitor e estimulá-lo a prosseguir na leitura. Isso se obtém respondendo clara e diretamente a seis perguntas latentes e fundamentais. Em inglês, são cinco W e um H: who?, what?, when?, where? e, frequentemente, why? – ou, em certos casos, how? Em português, são pelo menos três Q? quem?, que?, quando? e onde? e, freqüentemente, por que? ou, em certos casos, como?

No dia 7, ele analisa esses elementos da notícia, um por um, e conclui:

Quanto a distinguir esses elementos numa notícia, separá-los, pesar o valor de cada um e lhes dar uma ordem de proeminência decrescente, meu caro, isto é – como o amor naquela ilha dos Lusíadas – ‘mais fácil experimentá-lo que julgá-lo, mas julgue quem não pode experimentá-lo’.

O terceiro texto, dia 8, trata do texto opinativo, condena as citações presunçosas e as conclusões descabidas:

Uma informação é pura e simplesmente uma informação. De certo será impossível e mesmo inviável chegar um jornal à perfeição de dar informações rigorosamente imparciais. (...) Mas sejam ou não ‘imparciais’, elas devem ser objetivas. Não fantasiar, não fazer literatura, porque então você cometerá dois erros: não trabalhará como bom jornalista e fará uma péssima literatura.

A coluna do dia 9 denuncia o uso de expressões vagas (‘vários’, ‘muitos’, ‘pequena multidão’) e condena os chavões comuns na imprensa da época:

O Barão de Itararé, nos grandes tempos da Manhã, inutilizou com seu riso a expressão ‘nosso querido diretor’, ridículo inominável que afetava a imprensa da época. Pois bem: até hoje muita gente não percebeu isso e continua a escrever ‘o nosso querido diretor’, como você escreve ‘ilustre progenitora’ em vez

de ‘mãe’, ‘pequena multidão’ e ‘impressionante desastre’ para dizer que a mãe de um funcionário classe J escorregou na escada e juntou gente para ajudá-la a levantar-se.

A denúncia enfática do ‘nariz de cera’ está na coluna do dia 10.

Cita:

“Aumentam dia a dia os desastres na Central, dolorosamente desgovernada pelo major Napoleão, que é um quererista ardoroso. Ainda ontem, o cargueiro P-17 ...”

E a pergunta:

A notícia, onde está?

A última coluna da série baseia-se numa estratégia didática de George Bastian (*Editing the day’s news*, primeira edição de 1923, livro atualizado em 1943 por Leland Davidson e reeditado pela última vez em 1956), que dava nota zero e um ao que não era e ao que era notícia. Mostra exemplos e completa:

Mas de repente (você) há de verificar que uma vida inteiramente comum de uma família pode ser notícia – se você transformá-la numa reportagem sobre as desventuras da vida de uma família comum. (...) Mas não se meta, por enquanto. Senão, em vez de jornalismo, você estará enriquecendo apenas a fauna dos literatos fracassados.

Em depoimentos a Luiz Malouf Carvalho (CARVALHO, 1999:351-356), jornalistas que se formaram no *Diário Carioca* (Jânio de Freitas, Evandro Carlos de Andrade, Armando Nogueira, Gilson Campos) destacaram a figura de Luís Paulistano, que morreu, na década de 60, na queda do helicóptero em que viajava com o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Roberto Silveira, de quem era assessor. Mas havia outras figuras notáveis no Diário: Carlos Castello Branco; Mário Ribeiro, padrão do repórter sindical, categoria que deixou de existir

(com as mudanças políticas, sindicatos passaram ao âmbito editoria econômica); Nilson Vianna; José Ramos Tinhorão...

A imprensa brasileira, antes disso

A imprensa no Brasil começou oficialmente em 1808, quando a família real portuguesa, expulsa da Europa pela ofensiva napoleônica, fez imprimir a *Gazeta do Rio de Janeiro*⁹⁹, órgão oficial que exaltava a aristocracia.

Os historiadores apontam, como primeiro jornal brasileiro, o *Correio Brasiliense*, editado em Londres a partir de junho de 1808, por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça¹⁰⁰, gaúcho, maçom, fugitivo da Inquisição portuguesa. Eram edições caras, livros de cerca de cem páginas e capa dura: patrocinados pelo Duque de Sussex, defendiam o liberalismo, a abertura do Brasil ao comércio internacional – algo progressista mas que, certamente, convinha aos ingleses, oficialmente aliados à corte de Portugal.

Nos anos seguintes, no primeiro império e na regência, a imprensa foi caracterizada pelos veículos temporários e pela intensa polêmica, envolvendo ofensas pessoais e interesses de toda ordem.

Eis alguns parágrafos que mostram como eram redigidas as notícias da época – no caso, a da abdicação de D. Pedro I e a apresentação do novo imperador, D. Pedro II, menino em nome de quem governariam os regentes¹⁰¹:

Do *Jornal do Comércio*¹⁰² - digamos, ‘neutro’ –, de 8 de abril de 1831:

Em consequência da Abdicação de S. M. D. Pedro I, em seu Augusto Filho, o Sr. D. Pedro II, havendo uma urgência de se

⁹⁹ O primeiro número circulou em 10 de setembro de 1808, com 27 páginas, publicando nomeações de autoridades militares para toda a colônia. Era dirigido por Tibúrcio Jorge da Costa, e circulava duas vezes por semana.

¹⁰⁰ (1774-1823)

¹⁰¹ Citações extraídas de CHAGAS, 2002:83-85.

¹⁰² Fundado por Pierre Plancher, para competir com o *Diário do Rio de Janeiro*, em 1 de outubro de 1827, era dirigido, então, por Emil Seignot.

nomear uma regência para o governo do Estado, os Augustos Srs, Representantes da Nação, Senadores e Deputados reunidos no número que foi possível em Assembleia Geral na Câmara dos Senadores, convieram em nomear uma Regência Provisória para governar até a nomeação da Regência definitiva (...).

O mesmo fato, indiretamente mencionado, na visão da *Aurora Fluminense*¹⁰³, de Evaristo da Veiga:

Uma revolução, a mais assombrosa por seus amplos efeitos e pela marcha que tem seguido, ocorreu no Brasil. (...) A Constituição seja o nosso norte. Com ela, tudo venceremos: prudência, concidadãos, moderação, ordem e respeito a todos os nossos chefes.

E na de *O Repúblico*¹⁰⁴, de Borges da Fonseca:

Depois de tantos sofrimentos teve que ceder o ingrato à vontade nacional. Êia, nós estaremos no Campo de Marte e aí findaremos a nossa regeneração, que não deve ser manchada por excesso algum. O perjuro abdicou – que se vá em paz gozar dos frutos de sua traição.

A aparente aliança entre liberais (Evaristo, à direita; Borges à esquerda) logo se desfaria, como se vê pelo tom entusiasmado da reportagem do jornal de Evaristo da Veiga, dia 10 de abril, noticiando o *Te deum* na Capela do Imperador:

Ao aparecer o menino (D. Pedro II, então com cinco anos), que vinha em um coche puxado pelo povo, rompeu imensidade de vivas à nação, à Constituição, ao Sr. D. Pedro II, ao Imperador brasileiro. O pequeno imperador correspondia aos vivas acenando com o lenço. Os olhos se arrasavam de água, a tropa e a população simpatizando se mostravam irmãos e despidos

¹⁰³ Começou a circular em 21 de dezembro de 1827. Pouco depois, Evaristo da Veiga passou a ser o redator principal e, por fim, o único. Os historiadores o situam na direita liberal.

¹⁰⁴ Circulou a partir de 2 de outubro de 1830. Seu liberalismo era radical.

da menor lembrança de rancor ainda contra aqueles que nos ofenderam. Uma circunstância se fez muito digna de nota. Após os juizes de Paz, que iam a cavalo com as bandeiras verdes desenroladas, vinham mais de 500 cidadãos, todos bem vestidos e com os braços entrelaçados, como um sinal de mais estreita união.

O clima de agitação prolongou-se até depois de proclamada a maioria de D. Pedro II. Eram anos tensos, em que a manutenção da unidade nacional foi conseguida à custa de muito sangue. Sobreveio a guerra do Paraguai¹⁰⁵, estimulada por interesses ingleses e que o *Jornal do Comércio* cobria com cartas enviadas por militares cujos nomes não eram mencionados.

Passada a guerra, consolidaram-se jornais com grande margem de manobra (na corte, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio*, *O País* etc.), – abolicionistas, liberais, conservadores, republicanos. Os redatores eram homens de cultura, do porte de um Machado de Assis¹⁰⁶, um José do Patrocínio¹⁰⁷, um Raul Pompéia¹⁰⁸. Eça de Queirós¹⁰⁹ cobriu para a *Gazeta de Notícias* (em que Machado fazia, com sutileza notável, a crônica do Senado) a viagem de D. Pedro II a Portugal. O relato da visita do imperador a Alexandre Herculano é uma peça extraordinária de humor sutil.

O mecenato, patrocinado por D. Pedro, permitia aos veículos refletir uma realidade em que o partido emergente seria cada vez mais o Exército. Retornado do Prata com seus efetivos de negros libertos e a oficialidade em grande parte oriunda das classes médias urbanas, ele se armava com o discurso positivista articulado na Escola Militar do Realengo¹¹⁰.

¹⁰⁵ (1864-1870)

¹⁰⁶ (1839-1908)

¹⁰⁷ (1854-1905)

¹⁰⁸ (1863-1895)

¹⁰⁹ (1845-1900)

¹¹⁰ O positivismo de Augusto Comte, do início do Século XIX. Não o positivismo lógico que, na época, ganhava forma na Inglaterra.

A imprensa empenhou-se na campanha abolicionista. Entre os intelectuais militantes, muitos negros e mulatos – Castro Alves¹¹¹, André Rebouças¹¹², Luís Gama¹¹³, José do Patrocínio, que beijou os pés da Princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888 – , dando conta do quanto era estranha a escravidão neste país mestiço. Do ponto de vista da mobilização popular, valiam mais os desenhos de Ângelo Agostini¹¹⁴, na *Revista Ilustrada*, do que os textos da imprensa. Eram ainda poucas as pessoas do povo que sabiam ler.

As mazelas da República

Os padrões éticos do Jornalismo pioraram gradativamente com a República, que se iniciou com uma reportagem antológica de Raul Pompéia, relatando a expulsão da família real, nos dias seguintes ao golpe republicano.

Desde os primeiros movimentos do novo regime, com a ilusão capitalista do ‘encilhamento’, ficou claro que, em lugar do mecenato tolerante de um imperador com pretensões intelectuais, o que teria peso era a exploração do trabalho mais barato possível e a realização de lucros, mesmo à custa de negócios eticamente injustificáveis. Semianalfabetos apuravam as notícias e corretores de anúncios com muitos clientes sentavam-se no lugar antes ocupado por escritores brilhantes. Poucos jornalistas que não fizessem da profissão escada para a vida política conseguiam, nesse contexto, manter a dignidade.

No romance em que registra esse declínio¹¹⁵, Lima Barreto dá conta de um aspecto estritamente técnico do processo:

¹¹¹ Poeta, autor de ‘Navio negreiro’ (1847-1871)

¹¹² Engenheiro, botânico, defensor da reforma agrária (1838 – 1898)

¹¹³ Poeta, jornalista (1830-1882)

¹¹⁴ Desenhista, caricaturista, nascido na Itália (1843-1910)

¹¹⁵ *Recordações do Escrivão Isaiás Caminha*, primeira edição em 1909.

Chama-se ‘cabeça’¹¹⁶ , nos jornais, às considerações que precedem uma notícia. Feita com a moral de Simão de Nântua e a leitura de folhetins policiais, a ‘cabeça’ é a pedra de toque da inteligência dos pequenos repórteres e dos redatores anônimos. Para dar um exemplo, vou reproduzir aqui trechos de uma ‘cabeça’.

Tratava-se de uma briga entre amantes e o repórter, após intitular a notícia – ‘o eterno ciúme’ – começou a filosofar, com muita lógica e inédita filosofia:

“O ciúme, esse sentimento daninho que embrutece a imaginação humana e a arrasta à concepção de crimes, cada qual mais trágico e horripilante, não cessa de produzir seus efeitos maléficos.”

(...)

São assim, com poucas variantes, as ‘cabeças’. (BARRETO, 1961:206).

Alguns repórteres eram retratados nos próprios jornais como aventureiros ou heróis. Quando um deles foi a bordo de dois maiores navios sublevados a Armada, na revolta da chibata, em 1910¹¹⁷, o *Jornal do Comércio*, introduziu assim uma longa matéria:

O nosso colega, Sr. Júlio de Medeiros, conseguiu ontem à tarde ir no bote ao São Paulo e ao Minas Gerais. Damos a seguir a narrativa que ele nos faz dessa afoita visita: Cais dos Mineiros. Três horas da tarde. São raros, ali, os curiosos. Dificilmente se avistam desse ponto os navios da esquadra revolucionária.(..)

E o texto se alonga por colunas e colunas, onde o leitor deverá pinçar algo de interessante. A estrutura é narrativa, como se o repórter estivesse escrevendo um folhetim, sendo ele próprio o protagonista.

¹¹⁶ Lima Barreto (1881-1922) refere-se ao ‘nariz-de-cera’, coisa típica dos semi-alfabetizados que proliferavam nas redações e queriam “escrever como Rui Barbosa”..

¹¹⁷ Levante da Armada sob o comando do Cabo José Anselmo.

Os jornalistas mais prestigiados da época – João do Rio (Paulo Barreto)¹¹⁸, Coelho Neto¹¹⁹, Humberto de Campos¹²⁰ – redigiam em linguagem empolada, com muitos adjetivos, galicismos e palavras em desuso. Como neste trecho de uma crônica sobre o carnaval carioca, por João do Rio, em que a festa popular resume-se à expressão final – “o baixo instinto da promiscuidade”:

Era em plena rua do Ouvidor. Não se podia andar. A multidão apertava-se, sufocada. Havia sujeitos congestionados, forçando a passagem com os cotovelos, mulheres afogueadas, crianças a gritar, tipos que berravam pilhérias. A pleora da alegria punha desvarios em todas as faces. Era provável que do largo de São Francisco à rua Direita dançassem vinte cordões e quarenta grupos, rufassem duzentos tambores, zabumbassem cem bombos, gritassem cinqüenta mil pessoas. A rua convulsionava-se como se fosse fender, rebentar de luxúria e de barulho. A atmosfera pesava como chumbo. No alto, arcos de gás besuntavam de uma luz de açafraão as fachadas dos prédios. Nos estabelecimentos comerciais, nas redações dos jornais, as lâmpadas elétricas despejavam sobre a multidão uma luz ácida e galvânica, que enliviava e parecia convulsionar os movimentos da turba, sob o panejamento multicolor das bandeiras que adejavam sob o esfarelar constante dos confetti, que, como um irrisamento do ar, caíam, voavam, rodopiavam. Essa iluminação violenta era ainda aquecida pelos braços de luz auaer, pelas vermelhidões de incêndio e as súbitas explosões azuis e verdes dos fogos de Bengala; era como que arrepiada pela corrida diabólica e incessante dos archotes e das pequenas lâmpadas portáteis. Serpentinhas riscavam o ar; homens passavam empapados d'água, cheios de confetti; mulheres de chapéu de papel curvavam as nuca à etila dos lança-perfumes, frases rugiam cabeludas, entre gargalhadas,

¹¹⁸ Pseudônimo (entre outros) de Paulo Barreto (1881-1921)

¹¹⁹ (1864-1934)

¹²⁰ (1886-1934)

risos, berros, uivos, guinchos. Um cheiro estranho, misto de perfume barato, fartum, poeira, álcool, aquecia ainda mais o baixo instinto de promiscuidade.

Vaidade, pompa e circunstância vestem estas linhas de Humberto de Campos:

Por especial deferência do sr. ministro das Relações Exteriores, foi-me permitido, anteontem, nos "Diários", tomar parte, como diplomata, nas homenagens prestadas pela intelectualidade brasileira a Sua Majestade o Rei da Bélgica. Relegado para as filas destinadas aos jovens funcionários do Itamarati, não foi sem custo que consegui aproximar-me do local distribuído aos homens de ciências e de letras, cujos paramentos, tirados às sete cores do arco-íris, davam à solenidade um tom de magnificência, de luxo, de riqueza, verdadeiramente excepcional. Ao lado dos fardões acadêmicos, faiscantes de ouro, berravam o vermelho dos capelos, o verde das murças, o negro das becas, assinalando, no tumulto das cores, os catedráticos das Faculdades de Medicina e de Direito, os membros do Instituto Histórico, os doutores da Ordem dos Advogados. E como se não bastasse o aspecto magnificante das vestimentas, cintilavam por toda a parte as medalhas, os crachás, as condecorações de todos os países do mundo, como se tivesse caído sobre aquela assembléia de sábios uma luminosa chuva de pedrarias.

Um terceiro grupo de escritores e jornalistas, de que participaram Lima Barreto, no Rio de Janeiro, e Monteiro Lobato¹²¹, em São Paulo, preferiu escrever com simplicidade. A obra desses sobreviveu ao movimento modernista e está viva até hoje.

De submissos a arrogantes

¹²¹ (1882-1948)

A Revolução de 1930 quebrou a rotina da alternância de poder entre Minas Gerais e São Paulo – o café com leite. Nos anos agitados que precederam o golpe de 1937, que proclamou o Estado Novo, o debate era basicamente político e ideológico. Implantada a ditadura, os donos de jornais logo se aquietaram: receberam de bom grado verbas do Departamento de Imprensa e Propaganda, os subsídios ao papel e a farta distribuição de empregos a jornalistas em repartições públicas a que, às vezes, compareciam para receber o pagamento.

Houve duas exceções notórias: o *Estado de São Paulo* que, coerentemente, não topou o negócio e foi colocado sob intervenção, e o *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, cujo proprietário era Orlando Dantas. É claro que jornais comunistas (partidários do levante da Aliança Nacional Libertadora, em 1935) e integralistas (uma tentativa de assalto ao Palácio do Catete, em 1938) não tinham autorização para circular.

Com a aproximação do fim da guerra, porém, percebeu-se que Getúlio Vargas teria dificuldades em permanecer na presidência, quer com poderes absolutos ou não. Os motivos são vários, mas não se pode omitir a pressão dos Estados Unidos¹²². O fato é que, aberta essa perspectiva, o discurso mudou inteiramente. Retornado dos EUA, no início de 1945, Paulo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, decidiu publicar uma entrevista de José Américo de Almeida, político paraibano cujas pretensões presidenciais o golpe de 1937 frustrara. Mais que um apelo à democracia, era um convite à deposição de Vargas – mesmo porque a vitória, “caso fosse vencedora a candidatura do sr. Getúlio Vargas”¹²³, afirmava, “seria apenas o começo de uma nova luta a reacender-se no Brasil”.

Comenta Carlos Chagas:

¹²² Relatório de 3 de setembro de 1945, enviado Pelo Embaixador Adolf Augustus Berle Junior ao Secretário de Estado americano, recomenda forte oposição a Vargas. Em outra nota, diz 18 de setembro, analisa: “As eleições significam que jm candidato, conservador política e reacionário na economia, tanto Eduardo Goms quanto Eurico Dutra, assumirá o governo so a forma de democracia” (Paulo Sérgio Pinheiro, *Isto é*, setembro de 1978, *apud* CHAGAS, 2001:512)

¹²³ Nota do Autor: algo mais do que provável, nas circunstâncias.

A queda de Vargas mereceu espetacular cobertura por parte da imprensa, já então livre de toda censura. Os Diários Associados conseguem ter os repórteres Edmar Morel e Neiva Moreira dentro dos tanques que ocuparam o Palácio Guanabara. Lá, posicionou-se o fotógrafo Jean Manzon, único a ser admitido no gabinete do ditador, pouco depois da saída do General Cordeiro de Farias. Virando-se para ele, Getúlio comenta: “O artista veio fazer meu último retrato...” Manzon deporá, naquela noite, para O Jornal: “Ele parecia um homem cansado, mas por trás dos óculos havia um olhar vivo e frio, de um animal prestes a defender-se com vigor” (...) Defensores, o Estado Novo tinha muitos, enquanto exercido com mão de ferro. Depois, os áulicos foram desaparecendo, a ponto de se contarem nos dedos de uma só mão aqueles que, mesmo depois do fim, continuaram a defendê-lo” (CHAGAS, 2001:509)

Getúlio retorna em 1951, arrocha as finanças do país por dois anos¹²⁴ e inicia o processo de desenvolvimento com recursos estatais e, subsidiariamente, privados. Em 1954, após o episódio do atentado contra Carlos Lacerda na Rua Toneleros (coberto, com exclusividade e por acaso por Armando Nogueira e Deodato Maia, do *Diário Carioca*), chegamos ao momento em que o *Diário* reformava a imprensa diária brasileira.

Getúlio suicida-se em agosto e se divulga sua carta-testamento. E um detalhe apenas avulta no registro desses fatos pela imprensa: a incrível comoção do velório de dois dias no Rio de Janeiro. De todos os governadores, só um esteve lá: Juscelino Kubitschek – o candidato que o *Diário Carioca*, tão radicalmente antigetulista, ajudaria a eleger no ano seguinte.

Os principais jornais que conspiravam contra o governo passaram mais momentos sob pressão de multidões enlutadas e enfurecidas.

¹²⁴ Sendo ministro da fazenda Horácio Lafer.

A mudança chega ao *Jornal do Brasil*

Do *Diário Carioca* a nova maneira de redigir migrou - na verdade, foram os redatores que migraram - para o *Jornal do Brasil*, veículo tradicional (fundado em 1891, com orientação monarquista e tradição católica), decidido a fazer uma reforma editorial que lhe desse expressão política. Lá, no final da década de 50 e nos primeiros anos da de 60, o estilo de texto se fixou, associando-se a uma nova estética gráfica. A primeira página, antes ocupada por anúncios classificados, ganhou formas inspiradas no construtivismo e projetadas por um escultor mineiro com presença no exterior, Amílcar de Castro¹²⁵; o mesmo formato prosseguia pelas páginas internas e suplementos. Um deles, o *Suplemento Literário*, com diagramação experimental surpreendente, veiculava discursos estruturalistas e publicava poemas concretos. A própria diagramação das páginas - projeção em prancheta - era novidade, introduzida na imprensa diária, anos antes, pela *Última Hora*, de Samuel Weiner, que, no entanto, importou da Argentina estética popular e mais conservadora. O *Diário Carioca*, como os outros jornais da época, não era diagramado.

O efeito da reforma do *Jornal do Brasil* foi notável, não tanto pelo aumento da tiragem (que se elevou bastante, mas não a ponto de torná-lo o líder em vendas na cidade), mas, principalmente, pelo prestígio que o jornal assumiu como porta-voz das aspirações da nova classe média que ocupava postos de decisão nas empresas estatais e multinacionais. Como consequência, a reação dos concorrentes foi intensa.

A maneira encontrada pelo *Jornal do Brasil* para modificar, do dia para a noite, o estilo de todo texto do jornal foi a institucionalização de um procedimento já adotado no *Diário*, de maneira informal: reescrever matérias, ampliando as atribuições do *copy desk*, seção da redação existente na imprensa americana com a incumbência de revisar originais. Foi exatamente contra o *copy desk* do *JB* que se concentrou a

¹²⁵ (1920-2002)

campanha movida tanto por jornais do Rio de Janeiro, principalmente *O Globo*, quanto, em caráter preventivo, pelos de São Paulo.

A razão principal é que o *copy desk* era um corpo de profissionais com visão técnica do jornalismo, excluído do sistema de injunções que tradicionalmente se instituía na imprensa. Naquela época, as empresas jornalísticas costumavam remunerar oficialmente todos os redatores e repórteres com o salário-mínimo permitido por lei. Muitos tinham fontes de renda como corretores de anúncios ou empregos públicos fictícios. Nos casos (como os dos jovens redatores) em que havia necessidade de pagar além do mínimo, o dinheiro saía *por fora*, isto é, sem o recolhimento de encargos previdenciários, sem a obrigação de pagar por férias, repouso semanal ou indenizar por ocasião da dispensa.

A luta contra essa *caixa dois*, pela profissionalização e moralização do jornalismo, empolgou naturalmente os jovens redatores do *copy desk* do *Jornal do Brasil*, que estiveram na linha de frente de uma greve que paralisou os jornais cariocas, em 1962, exatamente com essas palavras de ordem. No clima político agitado da época que precedeu e se seguiu imediatamente ao golpe de 1964, eles foram, então, sucessivamente acusados de conspiradores comunistas, comparados a censores e, finalmente, apelidados de *idiotas da objetividade* por Nélon Rodrigues, o teatrólogo que escrevia uma coluna em *O Globo* expressando, se conveniente, o pensamento de Roberto Marinho.

A reforma se espalha pelos diários

Só no início da década de 70 (com os militares firmemente entrincheirados contra o comunismo) outros grandes jornais do Rio e os de São Paulo – logo seguidos pela imprensa de todo o País – adotariam normas de redação similares às lançadas pelo *Diário Carioca* (que deixou de circular em 1965) e fixadas no *Jornal do Brasil*. *O Globo*, inicialmente, contratou um profissional oriundo do *Diário Carioca* para

reformatar seu texto noticioso¹²⁶, organizando um *copy desk*; cerca de um ano depois, quando vagou o cargo de diretor de redação, trouxe outro jornalista do *Diário*, Evandro Carlos de Andrade¹²⁷, para ocupar o cargo.

Em São Paulo, a mudança dos métodos e critérios do jornalismo havia começado, na década de 60, com as revistas mensais *Quatro Rodas* (especializada em automóveis e em turismo rodoviário) e *Realidade*, ambas muito bem editadas. Escreve J. S. Faro:

Realidade pode ser vista como um divisor de águas na história do jornalismo brasileiro: ela organizou, sob a forma de reportagem, a participação do profissional de imprensa nas questões colocadas em sua época. E não o fez exclusivamente como uma experiência editorial voltada para si mesma, senão que se fixou como uma escola que abrangeu outros órgãos de informação e como uma experiência que buscou a atemporalidade de sua prática (...) Mas era apenas fruto de uma conjuntura específica e irrepetível. (FARO, 1999: 281)

A modernização dos magazines brasileiros tem antecedentes notáveis e bem marcados no tempo: *O Cruzeiro*, lançada em 10 de novembro de 1928, e *Manchete*, que começou a circular em abril de 1952, representaram dois momentos distintos do fotojornalismo – a primeira com seus cadernos em sépia; a segunda, colorida artificialmente a ponto de tornar azul ou verde o rio de lama do Canal do Mangue, no Rio de Janeiro.

Ambas pertenceram a criaturas interessantes: *O Cruzeiro* a Assis Chateaubriand; *Manchete* a Adolpho Bloch, gráfico ousado que se tornou editor de revistas para ocupar o tempo de uma oficina ainda precária; prosperaria ao embarcar na onda do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, que presidiu o Brasil de 1956 a 1961:

1. (...) *vê surgir em 10 de novembro de 1928 uma nova publicação. Cinco dias antes, 4 milhões de folhetos – um número três vezes*

¹²⁶ Fui esse profissional. Contactaram-me em Bloch Editores (*Manchete*), em que trabalhava. Propus um quadro de salários relativamente elevado para os redatores selecionados na empresa ou contratados e o compromisso de que os não selecionados não seriam demitidos. Roberto Marinho aceitou essas condições.

¹²⁷ (1933-2001)

maior do que o de habitantes da cidade – são atirados do alto dos prédios na cabeça de quem passa na então Avenida Central. Os volantes anunciam o aparecimento de uma revista “contemporânea dos arranha-céus”, uma revista semanal colorida que “tudo sabe, tudo vê”. Os panfletos trazem no verso anúncios que serão veiculados pela nova publicação. (BARBOSA, 2002)

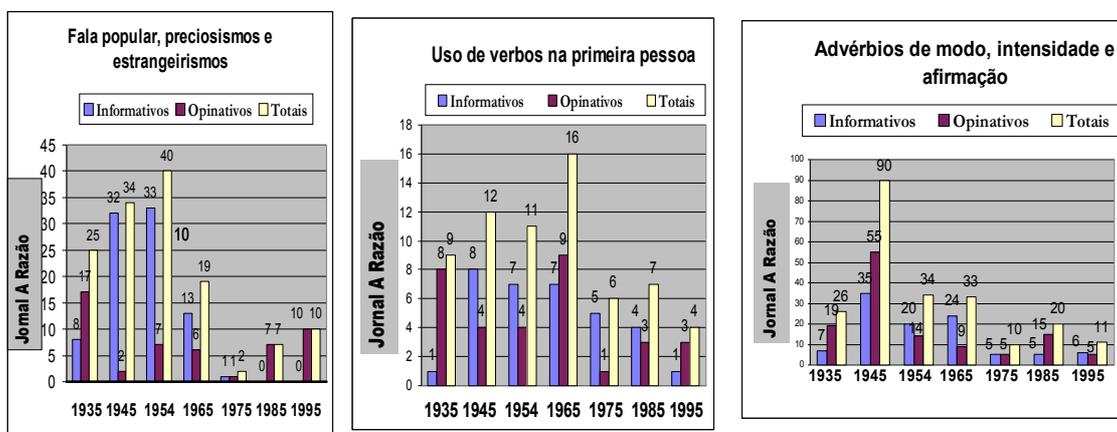
2. O primeiro número da *Manchete* estampava na capa uma bailarina do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, e alardeava como exclusividades “Uma grande reportagem de Jean Manzon” e “A verdadeira vida amorosa de Ingrid Bergman”. O fundo escuro, contrastando com o dourado de uma carruagem que servia de cenário e com as chamadas emolduradas em vermelho, desagradou ao próprio Bloch. (...) Por volta de 1956, com a aquisição de novas impressoras, o padrão gráfico ganhou qualidade. Nahum Sirotsky, que sucedeu a Henrique Pongetti no cargo de editor geral, foi o responsável pelas mudanças. O sucesso ele creditou ao grupo formado por Alberto Dines, Darwin Brandão, Newton Carlos, desenhistas, técnicos e gerentes. O apogeu da *Manchete* coincidiu com o declínio de *O Cruzeiro* e com a transferência de dezessete jornalistas deste periódico para a *Manchete*, em 1958, por divergirem da postura ética do proprietário. (ANDRADE & CARDOSO, 2001)

Antes do clima de renovação formal chegar aos grandes jornais paulistas, foram feitas algumas experiências, a começar pelo vespertino de *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, que, coerentemente, dava às matérias noticiosas estilo inspirado no dos magazines. A incorporação do novo modo de escrever ao noticiário tradicional fez-se aos poucos, com base em modelos americanos¹²⁸, de modo que algumas das criações mais originais do *Diário Carioca* não chegaram ou demoraram a chegar à imprensa paulista.

No entanto, conquistada, pelo menos no essencial, a praça de São Paulo, a expansão pelo país foi rápida. Uma demonstração disso é o estudo feito com amostras aleatórias de textos noticiosos do jornal *A Razão*, de Santa Maria, Rio Grande do Sul, em uma sequência de datas, entre 1935 e 1995, considerando: (a) fala popular, preciosismos e

¹²⁸ Isso fica evidente quando se analisam práticas como a de colocar entre vírgulas ou parêntesis, depois do nome, o algarismo da idade da pessoa. Tal prática é consistente em inglês, onde a idade de uma pessoa é entendida como atributo; em português, a indicação de idade é feita em genitivo, como propriedade ou patrimônio da criatura. Em lugar de ‘Oscar Niemeyer, 104’, a norma linguística e o uso oral indicam ‘Oscar Niemeyer, de 104 anos’ - era essa idade que o arquiteto tinha quando morreu, em 2012..

estrangeirismos; (b) adjetivação; (c) advérbios de modo, intensidade e afirmação; (d) uso de verbos na primeira pessoa.



Fonte: (GRANEZ, 1997)

A erosão da linguagem e o tempo da ditadura

Costuma-se culpar a acelerada concentração da propriedade dos veículos de mídia no Brasil à ditadura militar que se implantou em 1964.

É verdade parcial; o início do processo é anterior.

Em meados da década de 1950, caracterizou-se uma invasão cultural americana coordenada ao Brasil, com a liquidação das grandes produtoras de cinema (Vera Cruz e, pouco depois, Maristela), o declínio forçado da antes hegemônica *Rádio Nacional* (cujos equipamentos de televisão apodreceram na Alfândega, por pressão de Assis Chateaubriand), a aquisição da totalidade por empresas estrangeiras das gravadoras de música e de quase todas as agências de publicidade.

Desde então, anúncios e financiamentos vinham sendo dirigidos preferencialmente para conglomerados nacionais intimamente associados a uma estrutura continental de financiamento, transferência de tecnologia e aporte publicitário comanda desde Miami¹²⁹. A preferência recaiu, inicialmente, nos *Diários Associados*¹³⁰; transferiu-se para as Or-

¹²⁹ A face mais visível dessa estrutura é a Associação Interamericana de Imprensa (SIP), que congrega as associações empresariais de imprensa (no Brasil, ANJ, Associação Nacional de Jornais) de países do continente.

¹³⁰ Os Diários Associados incorporavam 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 estações de televisão, uma agência de notícias, uma revista semanal (*O Cruzeiro*), outra mensal (*A Cigarra*), várias revistas infantis

ganizações *Globo*, de Roberto Marinho após a morte de Chateaubriand, em 1968 – precedida de longa e inabilitante doença, que se refletiu na gestão, já antes confusa, do conglomerado – , e a transferência da rede para um condomínio de 22 executivos considerado menos confiável ou factível,.

Inviabilizado o intento dos militares¹³¹ de criar uma rede estatal de televisão¹³² (projeto realizado apenas na Amazônia, com a inauguração das estações da *Rede Amazônica* e suas repetidoras de micro-ondas), as emissoras de Roberto Marinho desligaram-se parcialmente dos vínculos financeiros que tinham com ao grupo *Time*¹³³ e assim se habilitaram a receber um grande empréstimo da Caixa Econômica Federal a ser pago com os recursos de longo contrato de publicidade do Banco do Brasil.

Assim se implantou a *Rede Globo*. Seu diferencial em relação à *Rede Tupi*, dos Associados, logo desmontada, foi a programação centralizada, com o aproveitamento máximo dos recursos de micro-ondas e satélites de comunicação. Sua consolidação deveu-se a hábil associação com as oligarquias regionais, antes apresentadas com concessões de televisão e que se tornaram repetidoras da programação. Sua hegemonia publicitária, além do suporte político, resultou da concepção de um sistema de divisão de lucros com as agências de publicidade, na forma de bônus de frequência.

As contrapartidas exigidas pelos militares foram os compromissos de eliminar itens grotescos da programação anterior¹³⁴ (como os *shows* ao vivo de umbanda caricata de *Seu Sete da Lira*, as baixarias de auditório e o discurso ambíguo de comediantes como Dercy Gonçalves, com-

(série iniciada com a publicação da revista em quadrinhos *O Guri*, em 1940), e a editora O Cruzeiro.

¹³¹ Ou do segmento nacionalista deles, liderado, na época, pelo General Affonso Augusto de Albuquerque Lima. A preterição desse militar, pretendente à presidência da República, e sua transferência para a reserva, em 1971, é parte do contexto político que viabilizou a instituição da Rede Globo como emissora oficiosa do regime.

¹³² Por falta de financiamento e de tecnologia - na época exclusivamente norte-americana.

¹³³ Preservando, embora, as figuras chaves da gerência e da gestão de marketing, a cargo do panamenho Homero Icaza Sanchez (1825-2011). O grupo americano chamava-se, então, pelo nome de suas principais publicações, *Time-Life*.

¹³⁴ CABRAL (1971).

patíveis com o “público latino-americano” imaginado pelos estrategistas da *Time*). implantar a televisão colorida em sistema de transmissão PAL-M¹³⁵ e, naturalmente, dar cobertura às iniciativas do regime militar.

Quanto ao jornalismo impresso diário, pode-se datar o início da concentração empresarial do decreto que eliminou o subsídio ao papel de imprensa, no governo Jânio Quadros (1961): a medida retirou do mercado grande número de pequenas publicações. No entanto, financiamento e veiculação publicitária foram os fatores realmente determinantes.

Já em 1962, no governo de João Goulart, a principal agência de publicidade do país, vencedora de licitação para uma campanha promocional da Loteria Federal, então subordinada ao Conselho Superior das Caixas Econômicas, alegou “não dispor da tabela de anúncios” da rede governista *Última Hora*, embora fosse esse o veículo impresso de maior circulação global do país, com impressoras em cinco cidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre) e cobertura nacional¹³⁶. Na mesma época, o *Jornal do Brasil*, que se apoiava financeiramente em anúncios classificados, sofreu o assédio de grupos imobiliários que, articulados por bancos, lançaram um concorrente em *O Jornal*, dos *Associados*, e, assim, impuseram rapidamente acordo segundo o qual as matérias do jornal passaram a ser censuradas por um jornalista indicado pelo Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) de Golbery do Couto e Silva, ong que articulava o golpe de 1964¹³⁷. Os editoriais passaram a ser redigidos na assessoria de imprensa da Rio Light, então pertencente à *holding* canadense Bascan.

A contribuição específica dos militares veio com a liquidação de empresas como a *TV Excelsior*, do mesmo dono da também liquidada empresa aérea Panair do Brasil; *Última Hora*, ou o que restou dela; *Correio da Manhã*, jornal de tradição oposicionista e influência nos meios

¹³⁵ Uma adaptação para corrente de 60 Hz do sistema alemão PAL-G (Phase Alternative Line – German), diferente do americano NTSC e do franco-soviético SECAM.

¹³⁶ Eu era assessor de imprensa da Loteria.

¹³⁷ Eu chefiava o copy-desk do jornal nessa época. Sobre o assunto, DREIFUSS (2006)

intelectuais, fundado em 2001; o nacionalista *Diário de Notícias*, de 1930; e número indefinido de veículos da imprensa regional. Em São Paulo, sobreviveram o *Estado de São Paulo*, com sua tradição conservadora fundada na antiga burguesia exportadora de café, e a *Folha de São Paulo*, cujo proprietário, Octavio Frias, prestou serviços relevantes à repressão.

A concentração empresarial foi acompanhada de preocupação com o controle das redações, o que levou à construção de pesadas estruturas hierárquicas de editores e subeditores. As pautas, antes listas de assuntos da atualidade, tornaram-se roteiros precisos do que deveria ser apurado; fontes passaram a ser selecionadas com base em avaliação ideológica; reduziu-se o espaço de opção e o nível de exigência dos jornalistas. As reuniões editoriais foram adquirindo o caráter de encontros rotineiros de trabalho para a transmissão de ordens.

Não é surpreendente que, em tal tipo de empresa, os quadros dirigentes não sejam escolhidos entre os mais criativos, mas entre os mais dóceis; que os fatos, quase sempre, deixem de ser o ponto de partida para se tornar o ponto de chegada das matérias; e que as melhores coberturas resultem de fatos programados com antecedência.

Houve, paralelamente, mudança estilística; no primeiro momento, excessiva formalização do texto noticioso. Numa profissão que depende bastante da memória viva, a perda de quadros intelectuais expressivos nas redações é notável nesse período: os novos profissionais, submetidos nas faculdades ao barroquismo linguístico dos manuais de ciências sociais, mostraram-se vulneráveis à imposição, tanto da velha retórica jurídica quanto dos jargões tecnológicos.

Uma das evidências é a reprodução de um processo de estranhamento da linguagem que já se observara no jornalismo do início do Século XX – só que com a incorporação maciça de anglicismos, em lugar dos galicismos que tornam bizarros textos de Paulo Barreto (João do Rio) ou Humberto de Campos. Acentua-se, na linguagem jornalística, o processo de eliminação de subjuntivos (residuais em inglês), verbos de-

poentes (por exemplo, a substituição de ‘reverter’ para ‘ser revertido’, de ‘to be reverted’ e, em algumas amostragens, de ‘continuar’ para ‘ser continuado’, de ‘to be continued’), formas sintéticas do Imperfeito do Indicativo (de ‘era’ ou ‘fazia’ para ‘estava sendo’ ou ‘estava fazendo’). Tornou-se, enfim, generalizada – por exemplo, no presente concomitante –, a adoção canhestra da distinção do inglês entre formas contínuas e progressivas, sempre analíticas – participiais ou gerundivas.

Caso interessante é o dos nomes próprios. Com a globalização, cidades, países e gentílicos foram renomeados ou anglicizados – por exemplo, Bombaim, Ceilão, Cingapura, Vietnam, Amsterdam transformaram-se em Mumbai, Sri Lanka, Singapura, Vietnã, Amsterdã. Personagens cujos nomes já haviam sido *traduzidos* para a grafia oficial voltaram a ser laboriosamente restaurados na forma cartorial: Raquel de Queiroz voltou a ser Rachel, Osvaldo Cruz a ser Oswaldo e Rui Barbosa teve de volta seu ‘y’ - no melhor espírito-de-porco da Bahia que faz questão do ‘h’, do Itamarati que luta para recuperar o ‘y’ e de Niterói que faz tudo para ser Nichteroy.

O discurso da globalização e o os avanços tecnológicos

A abertura do regime militar e sua substituição por uma democracia formal, na tradição do liberalismo, coincide com a imposição globalizada dos modelos econômicos neoliberais (os governos de Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos) e da temática transversal em ciências sociais: relações entre sexos (‘gêneros’¹³⁸); entre ‘escolhas sexuais’¹³⁹ (homossexuais, heterossexuais, bissexuais, transsexuais); entre etnias ou origem geográfica (‘raças’); com o meio ambiente ou os ecossistemas (‘ecológicas’).

Os temas são ditos ‘transversais’ porque contornam ou tergiveram o clássico antagonismo entre classes sociais e porque admitem posições que poderiam ser rotuladas como ‘reacionárias’ ou ‘revolucioná-

¹³⁸ Porque, em inglês, o gênero gramatical (masculino/feminino) coincide com a designação do sexo biológico.

¹³⁹ Em que pese o argumento constante de que não se trata de escolhas, mas de traços inatos.

rias', 'conservadoras' ou 'progressistas'. Pode-se, por exemplo, admitir um feminismo 'ofensivo' ou 'defensivo' quanto à própria sexualidade; a igualdade de direitos entre 'raças' em um contexto de integração ou de segregação etc.

Esses dois momentos – o neoliberal e as temáticas transversais – vão caracterizar o ressurgimento de um jornalismo engajado, quer em textos interpretativos (grosso modo, as reportagens) ou opinativos (grosso modo, artigos e colunas). A distinção entre informação e opinião, que antes de pretendera nítida, volta a esmaecer com a recuperação de estratégias retóricas argumentativas – tais como a qualificação abundante, os epítetos, construções modais ('pode', 'deve'), adversativas ('mas'), concessivas ('embora'), causais e condicionais ('se') – voltadas, em geral, para o convencimento.

A revolução tecnológica experimentada após a década de 1970 nos meios de comunicação não conseguiu superar barreiras culturais e políticas que impedem o intercâmbio de conhecimento entre povos e culturas: o nível de informação da matéria jornalística mediana não se transformou. Aparentemente, estão implicados aí valores e comportamentos resistentes a tão extraordinárias mudanças.

O texto das notícias impressas

Não admira a insistência jornalística na palavra familiar, na frase limpa e, quando possível, em uma ideia por frase. O leitor necessita de ajuda, não de simpatia.
(HOHENBERG, 1960: 32)

O que caracteriza o texto jornalístico é o volume de informação factual. Resultado da apuração e tratamento dos dados, a presunção é de que pretende informar, não convencer. Isso significa que o relato está, por definição, conforme o acontecimento – este sim, passível de crítica e capaz de despertar reações distintas nos formadores de opinião e entre os receptores da mensagem em geral.

O texto básico do jornalismo é a notícia, que expõe um fato novo ou desconhecido, ou uma série de fatos novos ou desconhecidos do mesmo evento, com suas circunstâncias. O conceito da palavra inglesa *news* ('novas') é mais amplo, abrangendo outros gêneros jornalísticos, como a reportagem e a entrevista.

A notícia parte do aspecto mais relevante da informação. O *lead* é o primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso; é tipicamente um parágrafo-tópico, que se inicia pela sentença-tópico.

A origem do *lead* não está relacionada à tradição literária – ao épico, ao lírico, ao trágico, ao dialético – mas ao uso oral, isto é, à maneira como, numa conversação, alguém relata algo a que assistiu. Sua natureza é pragmática, isto é, referida às condições da comunicação e à intenção de torná-la eficaz.

Comparado ao relato oral, corriqueiro, de uma informação nova e de interesse, o que o *lead* faz é situá-la no tempo-espaço e formalizar, quanto a denominações, os elementos ou notações do fato relatado. Supõe-se que encerra o fato principal da série que constitui a notícia.

Suponhamos que alguém chega no escritório pela manhã e conta: “Vi um sujeito morrer atropelado agora mesmo na Avenida Brasil,

debaixo da passarela de pedestres”. Se esse alguém precisasse escrever essa mesma mensagem em papel, sem se identificar, e distribuir em volantes por uma região metropolitana, teria que fazer algumas adaptações.

Em primeiro lugar, suprimiria a primeira pessoa, o ‘vi’: numa relação impessoal, não importa ‘quem viu’. Depois, nomearia a vítima e o local segundo padrões exatos e aceitos socialmente: o sujeito que morreu passaria a ser, por exemplo, “o alfaiate João Feliciano, de 45 anos”; o lugar, “Avenida Brasil, na altura de Benfica” (o número das casas, numa via extensa, não é a melhor localização)¹⁴⁰.

Como não se sabe quando a informação será lida, será necessário indicar o dia e hora: “dia 17 de janeiro, às 9h30min”. Ou, o que é previsível no caso, se se trata de um jornal diário, “ontem, às nove e meia da manhã” (presume-se que o diário é lido no dia da edição e, de toda forma, a data está na primeira página; a forma ‘nove e meia da manhã’ é preferível porque, tendo uso coloquial, exige menos esforço mental para codificação e passa igualmente a informação). Em um veículo metropolitano, parte-se do princípio de que a cidade não precisa ser identificada e suas vias principais são conhecidas do público.

Finalmente, o detalhe ‘debaixo da passarela’ sugere a corresponsabilidade da vítima e encerra uma advertência a todos os pedestres apressadinhos desse mundo; merece destaque por isso – será, provavelmente, a justificativa para a publicação da notícia.

Quanto ao atropelador e às consequências imediatas, são perguntas inevitáveis de qualquer receptor da mensagem que por ela se interesse:

** O alfaiate João Feliciano, de 45 anos, foi atropelado e morto, quando tentava atravessar, debaixo da passarela, ontem às*

¹⁴⁰ Os exemplos deste capítulo são ou inventados ou extraídos do noticiário de diferentes lugares e épocas; nomes fictícios, possíveis; lugares existentes, para obter um resultado de verossimilhança que se chama de ‘efeito de real’. Trata-se de mostrar as estruturas, pouco importando o conteúdo.

nove e meia da manhã, a pista da Avenida Brasil, na altura de Benfca.

O carro que o atropelou, um Honda Civic, era dirigido pelo médico Carlos Macedo, que tentou socorrer João. O acidente provocou pequena retenção no tráfego subúrbios-centro, porque era feriado: o trânsito se normalizou às 11 horas, após a remoção do corpo para o Instituto Médico Legal.

É claro que um policial ou um advogado fariam reparos à redação. Diriam que está faltando a autuação do motorista, já que prestar socorro não o isenta de responsabilidade; ou que falta a localização exata, identificação civil dos personagens, dados pessoais etc.. Mas esse é o tipo de crítica que, além de ser irrelevante, não responde a expectativas do receptor (no caso, leitor) que se espera ter e, portanto, no caso, não se deve levar em conta.

1. O lead clássico

O *lead* clássico ordena os elementos da proposição – quem/ o que, fez o que, quando, onde, como, porque/ para que – a partir da notação mais importante, excluído o verbo. Isto é,

- se o mais importante é o sujeito da oração principal, começa-se pelo sujeito:

** O presidente Pacífico Viscoso manifestou-se, ontem, “como cidadão”, indignado com a sentença que absolveu os comandantes da operação militar estadual em que morreram 13 lavradores sem terra, em Paraíso dos Maracajás, no Sul do Pará, embora, “como presidente”, admita que não lhe cabe opinar sobre ações das polícias estaduais.*
- se o mais importante é o verbo (a ação), começa-se pelo sujeito ou pelo complemento do verbo:

** João Silva, bancário de 32 anos, matou, ontem de madrugada, com dois tiros de revólver, sua mulher, Maria das Do-*

res Silva, enfermeira, de 34 anos, de quem estava separado há dois meses. O crime ocorreu no antigo apartamento do casal, na Avenida Central do Kobrasol, onde Maria continuava morando

Ou:

** A enfermeira Maria das Dores Silva, de 34 anos, foi morta, ontem de madrugada, com dois tiros de revólver, pelo marido, João Silva, bancário de 32 anos, de quem estava separada há dois meses. O crime ocorreu no antigo apartamento do casal, na Avenida Central do Kobrasol, onde Maria continuava morando.*

(c) se o mais importante é o objeto direto, constrói-se na voz passiva:

** Dez casais de pássaros em extinção foram furtados durante o final de semana do centro de pesquisas do Ibama em Humaitá, no Amazonas, onde especialistas vinham tentando obter o acasalamento e reprodução dos animais em cativeiro. São exemplares que, no exterior, atraem o interesse de colecionadores e zoológicos privados.*

- se o mais importante é o objeto indireto, usa-se um verbo de antonímia recíproca, isto é, com a mesma informação mas sentido oposto (por exemplo, ‘recebeu’ em lugar de ‘deu/entregou’):

** O arquiteto José Praxedes, de 92 anos, recebeu ontem, no auditório da Eletrobrás, no Rio de Janeiro, o título de doutor honoris causa que lhe foi concedido pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas. A cerimônia foi acompanhada pelos conselheiros da UFP por um link de videoconferência e transmitida pela TV Cultura de São Paulo.*

- se o mais importante é alguma das circunstâncias, começa-se pela circunstância, utilizando na construção verbos relacionais, tais como ‘causou’ ou ‘resultou’, ou ainda relacionadores, tais como ‘quando’ ou ‘depois de’:

** Dez pessoas morreram quando um avião militar turco caiu logo após decolar, no Aeroporto de Pristina, no Kosovo, antiga Iugoslávia. As vítimas eram oficiais que voltavam para suas casas depois de terem servido na região.*

2. Outros tipos de lead

2.1 Lead resumo – Utiliza-se eventualmente na cobertura – em geral, continuações (ou suites) – de eventos em que há várias informações de destaque, mais ou menos equivalentes e que devem ser condensadas em uma única matéria de jornalismo impresso diário, cumprindo o ciclo de 24 horas de cobertura do veículo. Por exemplo:

** Dois dias depois do terremoto que atingiu 20 cidades turcas, o número de mortos elevou-se a sete mil, o de feridos a 30 mil, uma grande refinaria estava ainda em chamas e crescia o temor de que o caos dos transportes e serviços públicos cause fome e epidemias. Há dez mil desaparecidos e cem mil desabrigados.*

2.2 Lead flash – Uma frase curta inicia o texto.

** Um homem foi crucificado na Arábia Saudita. Acusado de matar a mãe, Ahmed Mustafá sofreu a pena imposta a Cristo em algum lugar do moderno reino dos Saud, sem testemunhas. A pena foi aplicada há oito dias e não se informou qual a duração do suplício.*

Utiliza-se, às vezes, como recurso para estabelecer uma relação retórica – geralmente uma antítese – entre eventos distintos. Por exemplo:

** Bill Gates ficou dez bilhões de dólares mais rico desde a crise cambial russa, que tornou o Brasil mais pobre. De outubro de 1998 a julho de 2003, a fortuna do maior bilionário de todos os tempos elevou-se de 80 a 90 bilhões de dó-*

lares, algo acima da renda nacional de dois terços dos países – e mais da metade da dívida externa brasileira naquele ano.

2.3 Lead narrativo – Ao contrário do *lead* clássico, que começa pela notação mais importante, aqui se alinham fatos sucessivos que conduzem ao clímax. É como um pequeno conto, de poucas linhas. Exemplo:

** Lucas Malasuerte, de 47 anos, era, a despeito do nome, um sujeito feliz: casado, com dois filhos, casa própria e um bom emprego como ferramenteiro em São José dos Campos, São Paulo. Em janeiro passado, perdeu o emprego; em março, a mulher o deixou, levando os filhos; vendeu a casa em maio, para pagar dívidas. Ontem, Lucas escreveu um bilhete de despedida, enfiou um revólver na boca e se matou, em frente ao guichê do Sine, a agência de empregos do Ministério do Trabalho.*

3. Desenvolvimento da notícia

Após o *lead*, no Brasil, é costume redigir um segundo parágrafo, com informações adicionais, formando um *lead* secundário, ou *sublead*. Por exemplo, no caso da notícia do terremoto, entrariam os esforços para socorrer os sobreviventes; na notícia sobre o arquiteto Praxedes, a informação de que ele tem pavor de viajar de avião.

Antes do terceiro parágrafo, nas notícias de mais de três parágrafos, costuma-se colocar o primeiro entretítulo (ou intertítulo) . Entretítulos são, depois, enxertados à medida que se muda de assunto, ou em intervalos de três a cinco parágrafos gráficos.

Para o desenvolvimento de uma notícia, consideram-se os papéis temáticos do *lead*. Explicando com um exemplo, admitamos este *lead*:

** João Silva, bancário de 32 anos, matou ontem de madrugada, com dois tiros de revólver, sua mulher, Maria das Dores Silva, enfermeira, de 34 anos, de quem estava*

separado há dois meses. O crime ocorreu no antigo apartamento do casal, na Avenida Central do Kobrasol, onde Maria continuava morando.

Temos aí um assassino (João Silva), um crime (a morte), uma vítima (Maria das Dores), uma causa (a separação), um local (o apartamento). *Assassino, crime, vítima, causa e local* são papéis temáticos da proposição do *lead* – isto é, denominações referidas ao evento expresso pelo verbo. A regra é que se considere cada papel temático desses como um tópico, para o desenvolvimento. Assim, o primeiro tópico poderia ser o crime; o segundo, o assassino; o terceiro, a vítima etc.

Admitindo-se que o *sublead* seja feito com a consequência imediata do crime (*João foi preso, Maria morreu no hospital*), teríamos, então, o desenvolvimento:

Tópico 1 – O crime

** O crime ocorreu pouco antes das duas horas da madrugada, segundo o depoimento de um vizinho, despertado pela discussão entre João e Maria das Dores. Foi esse vizinho, Marcos de Castro Carmona, de 40 anos, que chamou o pronto-socorro e a Polícia, enquanto João fugia a pé. (...)*

Tópico 2 O assassino

** O assassino vinha ameaçando a mulher há semanas, mas ela não chegou a se queixar na polícia: limitou-se a comentar o assunto no hospital em que trabalhava, mas sem levar muito a sério as ameaças. Ele buscava reconciliação, mas Maria das Dores não estava interessada. (...)*

Tópico 3

** A polícia acredita que o crime foi premeditado, embora João continue negando. Ele comprou a arma segunda-feira passada, numa loja do centro, alegando que suas funções*

*no banco o obrigavam a transportar documentos e valores.
(...)*

4. As circunstâncias do lead

As circunstâncias de tempo e de lugar, em um lead noticioso, reportam-se a escalas de valores não informada no texto, mas consensualmente admitida: Titã fica perto de Saturno mas a distância entre os dois astros não pode ser comparada a que afasta (também sem sentido figurado) Tremembé e Pinheiros, ambos bairros da cidade de São Paulo. Pode parecer evidente, isso, mas é uma pista importante para perceber que uma notícia datada e localizada é uma notícia.

A pergunta ‘como’, qualificativa da ação, admite duas respostas: modal (duração [*lentamente/às pressas*, por exemplo], intensidade [*com força, levemente*], intenção [*com delicadeza, brutalmente*]; e instrumental [*a facadas, com um sorriso*].

De todas as circunstâncias reportadas em um *lead*, a mais sensível é a de causa – e, claro, a de consequência: ela envolve uma teoria sobre a realidade expressa uma tentativa de compreensão, pelo homem, dos mecanismos de sua dinâmica. Causas de revoluções, guerras, mortes – de qualquer fenômeno – são sempre tema aberto a conjecturas.

Nos atos humanos, a noção de consequência é relacionado frequentemente à intenção, que é, ao mesmo tempo, uma ‘causa’ da ação: *atirou para matar* porque ‘*tinha intenção*’ de matar.

5. Notícias sobre textos

Uma das fantasias correntes sobre notícias é que elas contam sempre uma história. Isso não é verdade. Notícias são, na sua estrutura global, textos expositivos, não necessariamente narrativos. Muitas vezes são anúncios de fatos que ainda não ocorreram. Afora isso, grande número delas não conta história alguma: resume ou reproduz, em forma própria, outros textos, sejam leis, relatórios, discursos ou entrevistas.

O que se segue é um método ou esquema – utilizável no todo ou em parte – para redigir notícias que resumem ou remetem a declarações ou enunciados, preferentemente os escritos. O objetivo é aumentar a velocidade de produção e reduzir a possibilidade de erros.

1. Lê-se (ouve-se) o texto.
2. Marcam-se as proposições (afirmações, sentenças) mais relevantes.
3. Numeram-se as proposições em ordem decrescente de importância: 1,2,3 ...
4. Alterna-se discurso direto e o indireto. Para isso, considera-se que em cada parágrafo haverá algo que está sendo transcrito (*P*) e algo que informa que se trata de transcrição ou resumo – em todo caso, um discurso na terceira pessoa (*d*). A proposição *d* contém necessariamente um verbo *dicendi*, isto é, do campo semântico de *dizer* (*dizer, declarar, afirmar, conclamar* etc.). Assim:

<i>P</i>	<i>d</i>
<p><i>“A economia vai muitíssimo mal”, disse o brasileiro Thomas Skidmore.</i></p>	

Ou

<i>d</i>	<i>k</i>	<i>P</i>
<p><i>O brasileiro Thomas Skidmore disse que “a economia vai muitíssimo mal”.</i></p>		

No primeiro caso, temos discurso direto; no segundo, discurso indireto. Alternam-se, portanto, as fórmulas *P*, *d* e *d k P* (*k* é o relacionador; no caso, *que*)

5. Se houver informações relevantes sobre o texto (sobre seu autor, as circunstâncias em que foi enunciado ou produzido), podem ser distribuídas ao longo da matéria ou grupadas no segundo parágrafo.
6. Na matéria redigida para veiculação em texto, colocam-se entretítulos antes do terceiro parágrafo e, mais abaixo, dando intervalo de, pelo menos, dois (em regra, três, quatro) parágrafos. Entretítulos (ou intertítulos) e parágrafos ajudam a leitura, suprimindo a impressão de densidade (e, portanto, de leitura

cansativa) do texto. Põem-se entre aspas as afirmações que são literalmente transcritas ('palavra por palavra') e suprimem-se as aspas quando for necessário usar outras expressões, embora com o mesmo conteúdo: aspas marcam 'literalidade'. Se houver necessidade de transcrever alguma expressão literal típica no meio de uma citação modificada, põe-se apenas essa expressão entre aspas.

Seguem-se algumas observações:

(a) Caso haja no texto transcrito sentenças opinativas com verbos proposicionais (*considero, acho, penso, imagino, suponho, acredito, prevejo* etc.), o verbo *dicendi* (*disse, afirmou, declarou*) pode ser substituído pelo verbo proposicional, quando não há responsabilidades em jogo (neste caso, a literalidade é obrigatória). Assim, em lugar de:

Skidmore disse que acredita que o presidente da República decretará estado de emergência,

pode-se preferir afirmação de leitura mais direta:

Skidmore acredita que o presidente da República decretará estado de emergência.

(b) Repete-se a referência ao autor do texto citado (*a Receita Federal, a comissão do Congresso* etc.) a cada parágrafo. Evita-se repeti-la dentro do mesmo parágrafo: pode-se usar um pronome ou, simplesmente, o verbo conjugado, já que isso é estilisticamente adequado em português: em lugar de 'ele disse', simplesmente 'disse'.

(c) Para fugir à repetição do nome no início dos parágrafos (não se devem começar parágrafos sucessivos pela mesma expressão), alternam-se denominações do autor ou fonte: *Skidmore/ o brasilianista; Receita Federal/ o fisco*. Nomes genéricos mais abrangentes funcionam também como pronomes semânticos: um 'tenente' pode ser referido como 'o oficial', 'o militar' etc

(d) Fórmula que deve ser usada com parcimônia é tornar a afirmação indireta escrevendo, por exemplo, *Para Skidmore* ou *Segundo a Receita Federal*. Tende a tornar-se vício, como o abuso de dois pontos.

(e) Podem-se articular duas proposições, começando a primeira (se adverbial) por gerúndio ou (se adjetiva) particípio absoluto. Exemplo com gerúndio:

** Observando que a perda de popularidade do presidente da República se deve à sua incapacidade de manter por mais tempo o Plano de Salvação Nacional, Skidmore admitiu que há no país um clima de fim de governo.*

Exemplo com particípio absoluto:

** Preocupado com a situação do país, Skidmore acha possível a decretação do estado de emergência no Brasil ou Pessimista quanto ao futuro do país, Skidmore acha possível a decretação do estado de emergência no Brasil.*

- Se, no final de um parágrafo em discurso direto, houver interesse em citar entre aspas uma frase textual, deve-se evitar o uso de um verbo *dicendi* ('disse', 'declarou', 'acrescentou' etc.). No máximo, cabem aí dois pontos, se o conseqüente resultar de ou explicar o antecedente.

- É preciso atenta para o significado dos verbos 'poder' e 'dever'. 'pode' tanto significa 'é capaz de' quanto 'é possível que'. Assim, *a vacina pode prevenir a aids* tanto significa que ela é capaz de prevenir a aids quanto que ela tem possibilidade (talvez) de prevenir a aids: os dois sentidos são nitidamente diferentes. Da mesma forma, 'deve' tanto significa 'tem a obrigação de' quanto 'é provável que' Assim, *o presidente deve renunciar* tanto significa que ele tem o dever (o dever moral ou a intenção) de renunciar quanto que é provável que ele renuncie.

- Trechos que não vão ser transcritos na notícia podem ser mencionados pelo tema. Assim: *Depois de historiar as crises brasileiras nos últimos 30 anos, Skidmore disse que a atual é uma das mais graves.* É uma forma de mencionar, sem transcrever, trechos longos, menos importantes ou tediosos do original (o relato das crises dos últimos 30 anos).

6. A teoria por trás da estrutura

Há um tanto de teoria determinando essa estrutura, que se formalizou no jornalismo americano e daí migrou, com algumas adaptações, por todos os países.

Aristóteles, seguindo Parmênides, considerava o ser (o ente, o sujeito) imutável, cabendo às sentenças qualificar as diferentes circunstâncias de sua existência ou atuação. Cidadãos de uma democracia direta, em que as decisões dependiam da votação em assembleias que chegaram a reunir mais de 20 mil pessoas, ele e Protágoras defendiam a tese de que o discurso deveria ser bem articulado e acessível às massas. Só assim poderiam impor-se à retórica dos sofistas, que consideravam a verdade irrelevante, desde que a fala fosse convincente.

Marco Túlio Cícero¹⁴¹, em *De Inventione*, afirma que, para um texto ser completo, deveria responder às perguntas quem? (*quis/persona*), o quê? (*quid/factum*), onde (*ubi/locus*), como! (*quemadmodum/modus*), quando? (*quando/tempus*) com que meios ou instrumentos (*quibus adminiculis/facultas*) e por que? (*cur/causa*).

Após lembrar essa origem remota da estrutura da notícia, Francisco Karam (KARAM:web) comenta:

E com essa perspectiva, baseada na arte de dizer, resultado da habilidade em fazer, que se estrutura o discurso jornalístico. A escola norte-americana e inglesa do jornalismo tomou o que havia de melhor na arte de

¹⁴¹ (106 a.C – 43 a.C)

dizer para imprimir o ritmo da lógica informativa específica do jornalismo na segunda metade do Século XIX e na primeira metade do Século XX. Por isso, as atribuições de que a pressa para ler, o telégrafo que poderia cair, o tempo disponível de leitura – fatores da incipiente modernidade e do assoberbado ritmo atual – quando consideradas razões primeiras ou exclusivas para o surgimento e permanência do lead, desmentem-se pela necessidade de uma arte de dizer e convencer, no que gregos e romanos foram mestres

No discurso noticioso, os elementos de subjetividade não desaparecem, nem poderiam, mas são reduzidos ao mínimo: para isso, combina-se um método de apuração, uma técnica de redação e concentra-se o foco do discurso no referente factual. Resta à crítica ponderar que toda fala humana, destinando-se a uma comunidade e em um tempo, deve conformar-se a valores dessa comunidade e desse tempo.

Autor prolífico¹⁴², Harold Lasswell apresenta, no Século XX (nasceu em 1902), o conjunto de perguntas que estruturam o *lead* jornalístico: *quem?*, *o quê?*, *como*, *por quê?*, *onde?*, *quando?* – reportando-se, portanto, à tradição greco-romana e, esta, à descrição aristotélica do uso retórico da língua na construção de narrativas – o *épico*. Variante, comum em manuais estudos teóricos acrescenta a pergunta *para que?* (entende-se: efeitos); aparece, no Brasil, pela primeira vez, no *style book* da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, na década de 1950.

O jornalismo incumbe-se de atualizar o nível de informação da população com velocidade impossível de alcançar por outro meio. Sua necessidade social ampliou-se na medida em que as transformações políticas, sociais, científicas e tecnológicas se aceleraram, tornando

¹⁴² A Universidade da Pensilvânia relaciona 36 livros. (www.writing.upenn.edu/~afilreis/50s/lasswell-bib.html)

inviável a atualização por outros processos, como contatos pessoais, demonstrações a auditórios, sermões etc.

Pode-se, assim, culpar a imprensa tanto pela amplitude quanto pela superficialidade do conhecimento que as pessoas têm, fora de suas áreas específicas de atuação. No entanto, a influência da atividade jornalística penetra mesmo em estruturas setoriais de coleta de dados; é o caso dos veículos especializados em economia e negócios, em espetáculos, mas também de publicações científicas destinadas a veicular conhecimentos fora de áreas especializadas, ou intercambiar informação entre elas..

É óbvia a influência do jornalismo em processos políticos. No entanto, a aferição dessa influência costuma ser distorcida por uma tendência genérica dos grupos de poder: eles consideram ótimo o jornalismo quando é a favor e péssimo quando é contra, independente da verdade ou falsidade dos conteúdos. Da perspectiva profissional, os critérios são outros: uma boa notícia não é a mais bem escrita ou a mais construtiva, mas, principalmente, a verdadeira. Toda notícia apaixonante beneficia ou agrada a uns e prejudica ou desagrade a outros.

Neste aspecto, o jornalismo tem uma confiança tal em seu discurso que se aproxima da ciência. Não passou certamente pela cabeça de Isaac Newton, ao enunciar a Lei da Gravitação Universal, discutir se seria ou não conveniente para a humanidade continuar ignorando os princípios da gravidade, que sempre existiu. Da mesma forma, seria insensato imaginar que Alan Turing destruísse os originais de sua pesquisa sobre a *máquina universal de processamento de informações*, na década de 30, por antever que os computadores poderiam causar desemprego.

Excluídas situações chamadas de *éticas*, em que o prejuízo é imediato e evidente (como pode ser o caso de negociações no curso de seqüestros ou do envolvimento de menores em crimes), a tendência dos

jornalistas é considerar adequada a divulgação de informação sobre que têm certeza desde que haja ou possa haver interesse público. A dificuldade de distinguir o que é de uso comum e o que é privado ou de confrontar o que se supõe que as pessoas precisam ouvir e o que elas querem realmente ouvir não é problema só do jornalismo.

No entanto, há diferenças importantes entre o discurso jornalístico e o discurso científico: uma delas é que o primeiro é um discurso de aparências. Quaisquer que sejam as versões difundidas numa matéria de jornal ou revista, não importando a linha editorial, o mais importante são sempre os fatos. São estes o que os repórteres apuram e que valorizam. Já na ciência, o que se investiga são essências: leis, princípios e postulados que devem reger conjuntos de fatos; teorias que se sustentam enquanto não se consegue comprovar sua falsidade. Para o universo político, importam mais as versões que interpretam a realidade, motivam opiniões e deflagram comportamentos.

Em síntese, o jornalismo, como a ciência, pretende que a verdade objetiva existe e que é possível discorrer sobre ela; no entanto, não investiga essências e assume, com frequência, versões impostas pela ideologia – interesses movem empresas e órgãos que empregam jornalista – mas é seu dever preservar a inteireza dos fatos.

Jornalistas, em regra, não trabalham a forma da língua, ao menos deliberadamente ou com preocupação principal, para aprofundar ou desvelar algo que relatam, nem se baseiam na intuição, experiência ou capacidade indutiva para afirmações conclusivas, como acontece com empreendimentos literários mais laboriosos.

Também não há como igualar jornalismo e educação, embora ele veicule informação nova. No ensino, há obrigatoriedade de frequência e avaliações periódicas. A informação jornalística, pelo contrário, destina-se a público diversificado, disperso e pode ser ignorada ou omitida – basta não comprar o jornal, pô-lo de lado, desligar ou mudar a estação de rádio, de televisão, a página da Internet. Isso obriga o jornalismo a

ser atraente, o que significa ser facilmente compreensível e conformar-se a formas e ritmos, aspirações e fantasias de um público.

Enunciados jornalísticos são tomados, atualmente, como padrão da língua culta, tanto escrita quanto oral - embora, neste caso, haja apenas simulação de oralidade: falas jornalísticas, no rádio ou na televisão, correspondem à leitura de textos feitos para serem interpretados em voz alta ou, no caso da narrativa simultânea de eventos (como jogos desportivos ou desfiles de carnaval), à repetição de poucas estruturas modulares, com recurso a suportes escritos e a consulta a comentaristas especializados.

As máximas de Grice

Os discursos não-artísticos (isto é, não construídos com preocupação predominantemente estética) sempre compuseram a maior parte dos enunciados sociais. As máximas fixadas por Paul Grice¹⁴³ que, segundo ele, são esperadas em qualquer conversação encontram equivalência no discurso jornalístico.

A informação é matéria prima abundante (inda mais agora que a rede de computadores a torna tão acessível). Assim, a cada uma das máximas de Grice¹⁴⁴ deve corresponder um procedimento: a informação deve ser a necessária para os fins do veículo e não excedente; ser verdadeira ou, no mínimo, verossímil (nesse caso, formulada como hipótese); ser relevante, não-ambígua, concisa, estruturar-se segundo preceitos lógicos e com a clareza necessária para ser compreendida pelo(s) destinatário(s).

Máximas de Grice

- *Máximas da quantidade*
 - (a) Faça sua contribuição tão informativa quanto necessário (para os propósitos reais da troca de informações);
 - (b) Não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário.

¹⁴³ Herbert Paul Grice (1913-1988)

¹⁴⁴ (GRICE, 1975:45-58)

2. *Máximas da qualidade*

Tente fazer sua contribuição verdadeira

- (a) Não diga o que acredita ser falso;
- (b) Não diga algo de que você não tem adequada evidência.

3. *Máxima da relação*

Seja relevante

4. *Máximas da maneira*

Seja claro

- (a) Evite a obscuridade de expressão;
- (b) Evite a ambiguidade;
- (a) Seja breve (evite prolixidade desnecessária);
- (b) Seja ordenado

Eis novamente a notícia do início deste capítulo:

** O alfaiate João Feliciano, de 45 anos, foi atropelado e morto, quando tentava atravessar, debaixo da passarela, ontem às nove e meia da manhã, a pista da Avenida Brasil, na altura de Benfica.*

O carro que o atropelou, um Honda Civic, era dirigido pelo médico Carlos Macedo, que tentou socorrer João. O acidente provocou pequena retenção no tráfego subúrbios-centro, porque era feriado: o trânsito se normalizou às 11 horas, após a remoção do corpo para o Instituto Médico Legal.

Ela contém toda informação admissível em um jornal urbano (do Rio de Janeiro, no caso). No entanto, faltam dados, porém, se se trata de emissora de rádio dirigida expressamente a motoristas que trafegam pela Avenida Brasil e rodovias de acesso (Ponte Rio-Niterói etc.); nesse caso, a notícia terá que ser segmentada, ampliada e analisada com base no interesse do público-alvo. Quanto à exatidão dos dados, cada pequeno erro representa, sobretudo nesse caso particular, um desgaste para o veículo, que será ouvido com atenção especial.

A técnica de redação em jornalismo objetiva levar com clareza informações ao maior número de pessoas, ainda que de assuntos pouco

conhecidos ou complexos; pode, no entanto, ser adaptada em estruturas de informação de serviço.

Uma abordagem cibernética

Gordon Pask¹⁴⁵ desenvolveu uma teoria cibernética sobre a conversação humana. Seu ponto de partida é a ênfase na natureza pessoal da realidade: propõe um processo de apreensão do mundo a partir do acordo entre atores que interagem no ambiente. Em sua concepção, vida e inteligência repousam de alguma forma no conflito entre construção peculiar e fechada (individual e material) e interação aberta e partilhada (social e conceitual).

Pask propõe que se abandone o conceito clássico do aprendizado como mapeamento do mundo real em categorias mentais, substituindo-o por um processo dinâmico e interno de auto-organização do conhecimento, determinado pela interação com o meio e com outros indivíduos. Transpõe, portanto, uma visão construtivista para o universo da interação entre os homens e dos homens com os computadores, procurando estabelecer a simbiose – cooperação íntima em benefício mútuo – para o mais amplo entendimento.

Para Pask, toda conversação parte de desacordo ou bifurcação: os conceitos e ideias vão sendo esclarecidos em seu curso e o processo chega ao fim quando há consenso – não necessariamente concordância, mas o pleno esclarecimento de cada um dos participantes sobre os pontos de vista dos demais (a veiculação de informações seria um caso particular, dependente do interesse do público). Em todo caso, há hora de parar: a entrevista como que se esgota e a série de textos ou o discurso que começou espetacular se torna irrelevante.

As pessoas em geral tendem a optar sistematicamente por duas possibilidades que têm de expor suas ideias: ou são holísticas (consideram o todo e daí partem para analisar algum ponto) ou detalhistas (agem analiticamente, item por item). No primeiro caso,

¹⁴⁵ Andrew Gordon Speedie-Pask (1928-1996) foi ciberneticista, produtor teatral e autor de textos para o teatro.

corre-se o risco de ter um relato muito geral, inespecífico; no segundo, uma seqüência tediosa de detalhes insignificantes ou triviais.

As formas de texto jornalístico que decorrem da estrutura singular da notícia – o condensado e informações, a reportagem, o ensaio jornalístico – obedecem a essa contingência e correm os mesmos riscos pragmáticos.

Texto e lógica

A quilamba, (planta) que não tem raiz, não foi Deus quem fez. (Provérbio quimbundo).

O que é informação e quando surgiu? Certamente bem antes da existência do homem: Charles Sanders Peirce¹⁴⁶ observa que o universo é repleto de signos; talvez composto exclusivamente por eles. Transmitir informação é algo banal entre os seres vivos e, pelos códigos genéticos, de uma geração a outra. Signo é a entidade mínima que, para Peirce, estabelece a articulação entre o objeto e seu interpretante, ou o conceito mental¹⁴⁷.

Daí decorre que a percepção, a experiência imediata de algo, não difere tão radicalmente quanto se pensa da informação mediada, digamos, por algumas gerações de humanos ou pela inscrição em uma parede de caverna. Compostas para cravo, em pequenos ambientes, peças clássicas e barrocas dão-se bem ao piano em grandes salas de concerto; embora nenhuma das palavras do Gênesis deva ser a mesma do original (traduzir é adaptar), a visão de mundo que ele contém permanece, provavelmente, ilesa. A fruição dependerá, essencialmente:

- 7.** na transmissão genética, do ambiente que cerca o gene, a interação com outros genes, os estímulos internos e externos que darão consequência à herança;
- 8.** no testemunho ou diante de um registro, da compreensão do código; do ambiente de quem vê, ouve ou lê; de seus valores, sua memória (conhecer é sempre, ao menos em parte, reconhecer), seu momento psicológico e interesses momentâneos.

¹⁴⁶ Filósofo americano (1839-1914)

¹⁴⁷ Corresponde aproximadamente ao *signo* (significante + significado) de Ferdinand de Saussure (*Curso de Linguística Geral*) e ao *símbolo* em Ogden e Richard (*O significado do significado*). Saussure, no livro, não considera a questão do referente ou objeto de que se fala.

É preciso, no entanto, considerar que a relação entre o objeto e o interpretante – nas palavras de Peirce, “o efeito de significação em si” – não conduz automaticamente ao conhecimento do signo, que é uma forma lógica. Muita coisa se aprendeu sobre a transmissão hereditária de características – digamos, ‘olhos azuis’ – antes de se imaginar sequer a estrutura do DNA; por outro lado, não preciso dominar a língua russa para experimentar a diferença sensível entre *vodá* (água) e *vodka*.

O segundo sistema de sinais

De onde terão, assim, surgido as línguas humanas? Especulação baseada em analogia com outros eventos da evolução das espécies sugere que a complexidade do cérebro dos antropóides teria gerado tal perda de continuidade nos atos e conflitos nas comunidades que a seleção natural ou qualquer outro processo privilegiou linhagens dotadas de níveis crescentes de consciência – isto é, da capacidade de não apenas reconhecer a realidade e antecipar episódios, mas de abstrair, inferir, intuir, comunicar-se com precisão e, assim, ter maior controle sobre o mundo objetivo e a própria subjetividade.

Se essa hipótese tem fundamento, então ela associa consciência humana e linguagem, como fez Pavlov¹⁴⁸, no 14º. Congresso Internacional de Psicologia, em Roma, 1932:

Se as sensações e noções causadas pelo mundo circundante são para nós os primeiros sinais da realidade, sinais concretos, então a fala, em especial e primariamente os estímulos cinestéticos (N.A.:determinantes de movimento) que provêm dos órgãos da fala do córtex cerebral, constitui nossa mente adicional, especialmente humana, mais elevada, criando um empirismo geral para todos os homens e, então por fim, a ciência, instrumento de orientação superior do ser humano no meio externo e em si mesmo. [O sistema dos segundos sinais] constitui a parte mais reativa do cérebro, predominante sempre em estado de vigília e que regula e, ao mesmo tempo, em certo

¹⁴⁸ Ivan Petrovitch Pavlov, neurofisiologista russo (1849-1945)

grau, inibe tanto os primeiros sinais da realidade quanto a atividade emocional. (PAVLOV, 1957:285)

Considerando-se o conhecimento acumulado desde que Pavlov disse isso, o ‘segundo sistema de sinais’ a que ele se refere incluiria não só proposições e valores, mas a totalidade do processo de construção do conhecimento que tornou compreensíveis fenômenos como a harmonia das cores, formas e sons, representando como valores, leis e normas aquilo que é próprio da natureza.

Objetos próximos sempre pareceram maiores do que os distantes, embora, na realidade, fossem do mesmo tamanho – mas a representação correta disso só se formulou com a descoberta da perspectiva (Século XV); as cores são reconhecidas diferentemente conforme a cultura, mas só começaram a ser codificadas quando se publicou o *Tratado da Pintura*, reunindo escritos esparsos de Leonardo da Vinci, 132 anos após a morte do artista, que ocorreu em 1519¹⁴⁹; a representação da música ganhou forma quando o contínuo do som foi segmentado em sete notas musicais, ao tempo do Papa Gregório I (540-609) e sua melhor expressão matemática teve que esperar por Johan Sebastian Bach, na primeira metade do Século XVIII; estrelas e planetas viajam no espaço, objetos pesados caem, mas tal ordem de coisas só se explicitou pela Lei da Gravidade, formulada por Isaac Newton¹⁵⁰ em 1666; por todo tempo, pessoas viram em diferentes lugares o mesmo arco-íris, mas só a Teoria dos Quanta (Século XX) afirmou a existência de entes – elétrons em suas órbitas – cuja localização no tempo-espaço dependem do observador.

A neurofisiologia da linguagem

Os centros de produção e entendimento do discurso estão normalmente situados no hemisfério esquerdo do cérebro (o que realiza operações lógicas) e onde é mais razoável que estejam. O controle da

¹⁴⁹ A primeira edição dessa obra foi publicada originalmente em 1651, em italiano e francês, com base em manuscritos preservados de Da Vinci. Como acontece frequentemente com textos recuperados naquela época, há várias versões, posteriormente compiladas em 1817 e, modernamente, com a fotografia das páginas originais, em 1880. Disponível (em italiano) em <https://archive.org/details/trattatopittura01leon>, consultado em fevereiro de 2015.

¹⁵⁰ Sir Isaac Newton, matemático e físico inglês (1642-1727).

fala fica na região frontal, bem perto dos músculos que comandam os movimentos da língua e da faringe: a área de Broca, descoberta em 1861 na necrópsia de uma pessoa que, depois de levar uma pancada na cabeça, entendia o que lhe falavam mas só conseguia dizer uma sílaba: ‘tan’. Doentes menos graves com lesões nessa parte do cérebro chegam a enunciar palavras-chaves, mas não constroem sentenças. Já o centro do entendimento ou área de Wernicke fica perto dos órgãos da audição, no encontro do lobo parietal e temporal do cérebro: quando está inoperante, os doentes podem construir frases gramaticalmente complexas, mas sem sentido.

Embora o pensamento exista sem palavras – por exemplo, na música e em obras de artes plásticas –, a linguagem articulada é sua expressão mais evidente. A possibilidade de se transmitir emoção com palavras demonstra o envolvimento no processo de frações do hemisfério direito do cérebro, onde se ativam a sensibilidade e as analogias. As associações e o recurso frequente a valores consolidados (de classe, cultura, religião) e a padrões de reação indicam que o fenômeno da linguagem envolve extensos enlaces no sistema nervoso.

O cérebro humano, onde esses eventos acontecem, é aparentemente um corpo sólido com cerca de dois por cento, em média, do peso do corpo. No entanto, sua constituição é peculiar: trata-se de um emaranhado de 86 bilhões de células nervosas ou neurônios¹⁵¹ que se comunicam entre si transmitindo pulsos elétricos. A corrente que percorre a membrana celular passa sempre de um prolongamento da célula chamado axônio (a palavra deriva de ‘axis’, substantivo masculino que significa ‘eixo’ em latim) ao prolongamento de outra célula, chamado de dendrito, através de conexões chamadas de sinapses.

¹⁵¹ Esse número foi estabelecido em 2009 por uma equipe de cientistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro de que faziam parte Roberto Lent e Suzana Herculano-Hazel. Na histologia do cérebro, os neurônios são acompanhados por número equivalente de células de glia. O maior número de neurônios (69 bilhões) fica no cerebelo; na córtex cerebral, há 16 bilhões (LENT, 2012).

Em cada sinapse há neurotransmissores que constituem sistemas de *gatekeeping*, isto é, de decisão sobre o que provavelmente será levado adiante e o que ficará por ali mesmo. O número de sinapses é calculado na grandeza de um quatrilhão - 10^{15} - e a velocidade dos pulsos elétricos varia entre meio metro por segundo e 120 metros por segundo, algo como 400 km por hora.

Do ponto de vista computacional, o cérebro é um processador paralelo que, principalmente em vigília, realiza grande número de operações ao mesmo tempo, a maioria delas abaixo do nível de consciência. Sua arquitetura faz com que produza enlaces lineares (conexões entre neurônios formando linhas), bidimensionais e tridimensionais (conexões em rede, definindo planos e blocos) o que potencializa as possibilidades de processamento. Em outras palavras, um objeto fractal¹⁵², isto é, cuja dimensão em atividade é fracionária: grosso modo, sua estrutura pode ser comparada a um novelo de cabos esfiapados, percorrido permanentemente por impulsos elétricos que tomam diferentes direções, formando linhas retas ou sinuosas, planos e volumes.

No caso das línguas humanas¹⁵³, um fator de economia de memória é a regularidade: embora a relação entre nomes e entes seja arbitrária (nada existe em um cão que lembre a palavra 'cão'), há derivações dedutíveis (por exemplo, não é preciso ir ao dicionário para saber que 'redator' é um sujeito que redige, no paradigma de 'construtor', 'corretor ou 'digitador'). Relações constantes podem transformar-se em paradigmas gramaticais, como é o caso das conjugações verbais, do masculino/feminino aplicado a seres sexuais ou do singular/plural; nesse caso, há variações de acordo com a experiência de cada cultura, de modo que pode existir ou não gênero neutro para entes não sexuais, gêneros distintos para seres

¹⁵² O conceito de 'dimensão fracionária' é de Benoit Mandelbrot (1982)

¹⁵³ Não só nelas. Em muitos fenômenos perceptivos, a memória de longo prazo é acionada, em busca de reproduções ou regularidades.

humanos¹⁵⁴, animados, inanimados (nas línguas do grupo bantu, em geral, são dez grupos genéricos), formas de construção do plural diferentes para os valores que cabem nos dedos de uma das mãos e os que os ultrapassam (como nas línguas eslavas) etc. Existem ainda formas rituais ‘congeladas’ que se usam em momentos tensos ou para contatos rotineiros – desde o ‘bom dia’ até o ‘desculpe-me’.

A teoria mais aceita hoje considera os seres humanos como sistemas de processamento de informação, programados para adquirir determinadas habilidades em períodos definidos da vida, embora a duração e eficiência de aprendizado possam variar de indivíduo a indivíduo. Tão logo nasce, o bebê, liberado da placenta, começa a consumir reservas alimentares de seu próprio corpo, mas, em pouco tempo, aprende a alimentar-se por sucção. Depois, terá que exercitar-se para reconhecer formas e cores; medir distâncias e profundidades (construir a noção intuitiva de perspectiva), desenvolver a complexa mobilização de músculos que permite o movimento, inicialmente engatinhando e, sob estímulo social, ereto.

A aquisição da linguagem inicia-se geralmente antes do primeiro ano de vida e permite o domínio básico da fala coloquial até os seis ou sete anos, quando a criança é comumente posta em contato, no mundo moderno, com o registro escrito e a língua formal. A experiência escolar envolve a tomada de consciência de relações gramaticais, a incorporação de convenções, a expansão do vocabulário e o primeiro contato com linguagens especializadas, conforme as matérias estudadas.

A língua formal é uma segunda língua, própria da vida civil, que se sobrepõe à materna, com registros de linguagem adequados a diferentes ambientes e circunstâncias. Nela se transmitem, com maior abrangência geográfica e temporal, os conceitos da ciência e da cultura

¹⁵⁴ Essas condições ocorrem em inglês, levando à especialização da palavra *sex* para significar ‘ato sexual’ e a utilização de *gender* como uma espécie de eufemismo designando o sexo biológico.

elaborada; sua unidade tem sentido essencialmente político de definição nacional.

Passada a infância, a aquisição da habilidade linguística é mais difícil. Crianças pequenas, convivendo com vários idiomas, dominarão provavelmente todos eles, sem sotaque ou confusão de regras.

À medida que se desvendam os mecanismos de aprendizado e o funcionamento do cérebro, torna-se mais evidente que as línguas naturais têm suporte lógico e existência histórica. Isso se aplica não apenas à sintaxe, descrita na gramática clássica em nos modelos estruturais; também à semântica, à maneira como se notam e registram eventos do meio circundante – diferente de uma cultura para outra, mas, em todas, reportando-se a uma representação sistemática peculiar das referências do ambiente, sensações e sentimentos.

A dificuldade de dar conta dos percursos lógicos envolvidos na sintaxe e na apreensão do mundo expressa nos idiomas não se deve, certamente, às línguas naturais, mas a limitações da lógica aplicada nessa descrição. Segue-se um resumo didático da pesquisa nessa área.

Lógica das proposições

A Lógica investiga ‘leis do raciocínio correto’, isto é, aquele que permite, a partir de proposições verdadeiras¹⁵⁵, chegar a conclusões verdadeiras. A Lógica Proposicional (ou das Proposições) trata das relações entre proposições¹⁵⁶. Cabe à Lógica dos Predicados dar conta das relações no interior das proposições.

A Lógica das Proposições opera com conectivos:

1. Negação (– ~ ¬)

Leituras: *não*; *não é fato que*; *não é verdade que*; *não é o caso de*.

Seja *p* uma proposição qualquer. Por exemplo, se ‘hoje é domingo’ é verdadeiro (*v*), então ‘hoje não é domingo’ é falso (*f*); se ‘hoje não é do-

¹⁵⁵ Proposição verdadeira é aquela que se adéqua perfeitamente aos fatos a que se reporta.

¹⁵⁶ Chama-se proposição ao sentido lógico de uma sentença. Por exemplo, “João matou Maria” e “Maria foi morta por João” são duas sentenças, mas correspondem a uma só proposição. A proposição é descrita como estrutura que atribui ou predica propriedades a indivíduos.

mingo' é verdadeiro (v), então 'hoje é domingo' é falso (f).¹⁵⁷

2. Conjunção (& \wedge ·)

Leitura: e

Na linguagem corrente, o conectivo 'e' tem duas significações: 'e também' (e +) e 'e depois' (e >). O primeiro desses sentidos é o usual no texto descritivo. Quando digo que 'ela tem um marido e um filho', digo que ela tem um marido *e também* um filho. O segundo desses sentidos é o usual no texto narrativo. Quando digo 'ela se casou e teve um filho', pressuponho que o casamento *precedeu* o 'ter um filho'.

O sentido 'e também' é o mais elementar, isto porque o 'e depois' pode ser compreendido como 'e também' acrescido de 'depois'. O sentido 'e também' é o que é considerado em Lógica.

*A conjunção de duas proposições só é verdadeira se as duas proposições forem verdadeiras.*¹⁵⁸

3. Disjunção (\vee)

Leituras: ou; e/ou

Na linguagem corrente, o conectivo 'ou' tem duas leituras. A primeira delas é *débil* ou *inclusiva*, significando 'um ou outro, talvez ambos', A segunda é *forte* ou *exclusiva*, significando 'um ou outro, ambos não'.

O sentido forte ou exclusivo aparece, por exemplo, no aviso 'O preço inclui passeio de escuna ou jantar à luz de velas': entende-se que o valor cobrado não inclui o passeio e o jantar. O sentido débil ou inclusivo (*vel*) aparece, por exemplo, no aviso 'Não nos responsabilizamos por objetos ou valores deixados nos carros': entende-se que o responsável

¹⁵⁷ Tabela-verdade: $p \quad \neg p$ (se p é verdadeiro, $\neg p$ é falso; se $\neg p$ é verdadeiro, p é falso.)

v	f
f	v

¹⁵⁸ Tabela-verdade: $p \quad q \quad p \wedge q$ ($p \wedge q$ só são verdadeiros se p é verdadeiro e q também)

v	v	v
v	f	f
f	v	f
f	f	f

pelo estacionamento não se responsabiliza por objetos, por valores ou por ambos (objetos e valores) deixados nos automóveis.

O sentido débil é o que é considerado em Lógica. É o mais elementar: o sentido forte pode ser compreendido como o sentido débil mais a negação da conjunção – isto é, (a) um ou outro + (b) os dois juntos não – ou seja, $a \vee b \rightarrow (\neg a \wedge b)$

*Para que uma disjunção seja verdadeira basta que uma das proposições, ou as duas, sejam verdadeiras. Uma disjunção, portanto, só é falsa se as duas proposições (a que vem antes de ou e a que vem depois) forem falsas.*¹⁵⁹

4. Implicação ($\rightarrow \supset$)

Leituras: *se ... então; se ...,; implica.*

Na linguagem corrente, a implicação (*se... então*) pode ser:

lógica - "Se todo homem é mortal e Sócrates é homem, Sócrates é mortal"

semântica - "Se o Paulo é solteiro, não é casado"

causal - "Se pomos o papel de tornassol no ácido, ele fica vermelho"

subjativa - "Se eu perder essa rodada, vou-me embora"

Em Lógica, procura-se o sentido que seja parte de todos esses, ou seja, o sentido mais elementar. Ele é chamado de *implicação material*.

*Na implicação lógica, a falsidade do enunciado só ocorre quando, sendo verdadeiro o antecedente, é falso o consequente.*¹⁶⁰

¹⁵⁹ Tabela-verdade:

p	q	$p \vee q$ (p \vee q é verdadeiro se p ou q forem verdadeiros)
v	v	v
v	f	v
f	v	v
f	f	f

¹⁶⁰ Tabela-verdade:

p	q	$p \rightarrow q$ (p não implica q se, sendo p verdadeiro, q é falso)
v	v	v
v	f	f
f	v	v
f	f	v

5. Equivalência ($\leftrightarrow \equiv$)

Leitura: *se e somente se, só quando, somente se, equivale a.*

A equivalência decorre de ser o antecedente condição suficiente e necessária para o conseqüente.

Compare-se, por exemplo, a proposição “se passar no vestibular, Maria entra na faculdade”, em que se admite a possibilidade de Maria entrar por outro meio, e a proposição “se e somente se passar no vestibular, Maria entra na faculdade”, em que não se admite outra possibilidade de ingresso que não o concurso.

Diz-se, então, que passar no concurso é condição suficiente e necessária para ingressar na faculdade, ou que passar no concurso equivale a ingressar na faculdade.¹⁶¹

Silogismo

Silogismo é a articulação de duas proposições (chamadas de *premissas*) tal que conduz a uma conclusão. A primeira premissa é chamada de *premissa maior*, a segunda, de *premissa menor*. Se um silogismo é válido, qualquer um que tenha a mesma forma será válido; se um silogismo é inválido, qualquer um que tenha a mesma forma será inválido.

De todas as regras que estabelecem a validade de um silogismo, duas nos interessam particularmente:

Considerando que p e q são duas proposições e que p implica q , eis as duas regras:

(a) Modus Ponens

(b) Modus Tollens

¹⁶¹ Tabela-verdade: p q $p \leftrightarrow q$ ($p \leftrightarrow q$ se ambos são falsos ou verdadeiros)

v	v	v
v	f	f
f	v	f
f	f	v

$$\begin{array}{l} p \rightarrow q \\ p \\ \therefore q \end{array}$$

$$\begin{array}{l} p \rightarrow q \\ \neg q \\ \therefore \neg p \end{array}$$

5. no *modus ponens*, a proposição categórica afirma o antecedente da proposição condicional e a conclusão seu conseqüente:

Se Machado de Assis escreveu *O alienista*, então é um grande escritor.

Machado de Assis escreveu *O alienista*

Machado de Assis é um grande escritor.

O antecedente é o condicionante e o conseqüente o condicionado da primeira premissa . Inverter os termos na conclusão é cometer a falácia de *afirmar o conseqüente*:

* Se Euclides da Cunha escreveu *O alienista*, então é um grande escritor.

Euclides da Cunha é um grande escritor

Euclides da Cunha escreveu *O alienista*

(b) no *modus tollens*, a premissa categórica nega a proposição conseqüente da premissa condicional e a conclusão nega sua antecedente:

Se D. Pedro II escreveu *O Alienista*, então é um grande escritor.

D. Pedro II não é um grande escritor

(c) Pedro II não escreveu *O Alienista*

Inverter os termos é cometer a falácia de *negar o antecedente*:

* Se Luís de Camões escreveu *O Alienista*, então é um grande escritor.

Luís de Camões não escreveu *O Alienista*

Luís de Camões não é um grande escritor.

Lógica dos Predicados

A expressão $\Phi(x)$ ou $f(x)$ indica a possibilidade de predicar uma propriedade arbitrária a um indivíduo arbitrário. A notação entre parênteses é chamada de *argumento*. $\Phi(x)$ representa uma *função*, no sentido que o termo tem em matemática. A proposição é, assim,

entendida como estabelecimento de uma relação um-um ou vários-um.

Eis uma tabela:

Londres	Inglaterra	Roma	Itália
Paris	França	Madri	Espanha

Os nomes dos países e das cidades são argumentos. A relação ‘é a capital de’ é uma função. Se chamarmos de C a função¹⁶², teremos C(l,i), C (p,f), C (r,i) etc. Da mesma forma, em “João ama Maria”, a função ou relação funcional é A (j,m).¹⁶³

Há predicados de um argumento, correspondendo a verbos intransitivos (o argumento é o sujeito sintático da oração); de dois ou três argumentos. Como a noção de argumento não é idêntica a de predicados gramaticais, pode-se admitir complementação quádrupla, em sentenças como “Mário comprou para Maria um relógio por cem reais” (argumentos: ‘Mário’, ‘Maria’, ‘um relógio’, ‘por vinte reais’). Os complementos são pedidos ou admitidos pelo verbo.

Quantificadores

1. Universal

O quantificador universal \forall significa ‘tudo’, ‘todo’, ‘para todo’, ‘para qualquer’. Uma expressão como “para qualquer x, se x é macaco, então x é esperto”¹⁶⁴ pode ser lida das seguintes maneiras:

- (a) ‘se algo é macaco, então é esperto’;
- (b) ‘todo macaco é esperto’.

Fórmulas lógicas que contêm variáveis livres, isto é, não quantificadas, são consideradas proposições abertas, sobre as quais não se pode formular valor de verdade.

Se F significa ‘está em fluxo’:

¹⁶² o c inicial da palavra ‘capital’

¹⁶³ A inicial de ‘ama’

¹⁶⁴ $\forall x | M(x) \rightarrow E(x)$, em que M= macaco e E= esperto. A parte da expressão que se segue à barra (|) é chamada de escopo do quantificador.

$F(x)$ expressa uma relação (a função ‘está em fluxo’), mas não pode ser dita verdadeira ou falsa; “ x está em fluxo” não é verdadeiro nem falso. Mas

$\forall x | F(x)$ já não é uma proposição aberta, porque pode lhe ser atribuído valor de verdade; x não é mais uma variável individual, porque está quantificada por \forall . A expressão lida como ‘para qualquer x , x está em fluxo’ significa o axioma de Heráclito, “tudo está em fluxo”.

2. Existencial

O quantificador existencial, \exists , atesta a existência de alguma coisa. Corresponde aproximadamente a algum, pelo menos um, um, o, os: Por exemplo:

“alguns são desonestos”.¹⁶⁵

“existe pelo menos um corruptora”.¹⁶⁶

“uma garota é mais bonita do que Júlia”.¹⁶⁷

A forma lógica dessas sentenças é, respectivamente,

‘há pelo menos um x tal que é desonesto’

‘há pelo menos um x tal que é corruptora’

‘há pelo menos um x que é garota e é mais bonita do que Júlia’.

Os quantificadores aparecem na ordem em que se enunciam. Assim:

1) ‘para qualquer x , existe pelo menos um y que x admira’

ou:

‘todos admiram alguém’.¹⁶⁸

2) ‘existe pelo menos um y que, para qualquer x , x admira’.¹⁶⁹

ou:

‘há pelo menos um admirado por todos’

¹⁶⁵ $\exists x | C(x)$

¹⁶⁶ $\exists x | U(x)$

¹⁶⁷ $\exists x | G(x) \wedge B(x, j)$

¹⁶⁸ $\forall x | \exists y | A(x, y)$

¹⁶⁹ $\exists y | \forall x | A(x, y)$

O sentido dessas duas últimas proposições é diverso. Na primeira, diz-se que cada indivíduo x tem um indivíduo y qualquer que admira; na segunda, que existe pelo menos um indivíduo y que é admirado por todos os x .

Lógica modal

Podemos imaginar que o mundo em que vivemos é diferente por algum aspecto da maneira como se apresenta na realidade, e falar com consistência (sem contradições) sobre o que aconteceria se ele fosse de fato diferente. As maneiras com que podemos conceber o mundo, os *casos* ou *situações* que poderiam ocorrer, formam os chamados *mundos possíveis*.

A Lógica Proposicional e a Lógica dos Predicados só podem falar de um mundo possível cada vez. No entanto, é comum, na fala corrente, a exposição de relações entre diferentes mundos possíveis:

É possível que chova amanhã = ‘em pelo menos um mundo possível, choverá amanhã’.

É certo que choverá amanhã = ‘em qualquer mundo possível, choverá amanhã’

‘Possível’ e ‘necessário’ (‘certo’) são categorias estudadas na Lógica Modal. As nuances de sentido que são objeto dessa Lógica Modal traduzem-se, na linguagem corrente, por advérbios (‘possivelmente’, ‘certamente’ etc.) ou verbos não nucleares (“*pode* chover, *deve* chover etc.).

A Lógica Modal lida com crenças, desejos, convicções etc. dos homens. O número dessas situações se amplia ao considerarmos que as variantes modais são apreendidas do contexto. Se A diz que *ama B*, expressa uma convicção do tipo *acredita*; se A diz que *Santiago é uma cidade*, uma proposição do tipo *conhece*; se A diz que *pode casar-se*, expressa uma proposição ambígua: ou admite a possibilidade, ou lhe é permitido ou ele tem recursos para casar-se.

Muitas locuções nominais podem ser explicadas a partir da Teoria dos Conjuntos como a intercessão das categorias nomeadas por seus componentes: “o inglês barbudo que mora aqui ao lado” representa a interseção de três conjuntos: dos *ingleses* com o dos *barbudos* com o dos *moradores aqui ao lado*.

No entanto, o *suposto assassino* e o *falso brilhante* representariam contra-exemplos: não se pode dizer que o *suposto assassino* é uma interseção do conjunto dos *assassinos* com o conjunto dos *supostos* porque o *suposto assassino* provavelmente não é o assassino; da mesma forma, o *falso brilhante* não é a interseção do conjunto dos *brilhantes* com o conjunto das *coisas falsas* porque o *falso brilhante* não é um brilhante.

Expressões desse tipo são tradicionalmente descritas como metalinguísticas, porque, nelas, o adjetivo não modifica o nome; apenas informa se ele é ou não adequado ao conceito. Trata-se de um discurso ‘sobre a língua’ – a correspondência entre o enunciado e o que ele designa – e não sobre a realidade em si¹⁷⁰.

A Lógica Modal pode oferecer uma formulação lógica para essas locuções. O *suposto assassino* seria “aquele ser determinado (x) tal que existe pelo menos uma pessoa (y) que acredita ser ele assassino”.¹⁷¹ Para *falso brilhante*, teríamos: “aquele objeto que não é diamante mas há quem acredite que é diamante”.¹⁷²

A mais interessante aplicação da Lógica Modal, no entanto, é dar conta de locuções constituídas por um verbo nuclear e um verbo não nuclear que expressa atitude proposicional, como *deseja* ou *acredita*; da mesma forma, os ambíguos *pode* e *deve*. São casos em que uma expressão ou imagem não pode ser substituída por outra equivalente

¹⁷⁰ Ou seja, *de dicto*, não *de re*.

¹⁷¹ $\iota x | \exists y | B_y A(x)$, em que B é “acredita” (*believe*) e A “é assassino”. O ι (iota, letra grega) é o determinante – no caso, corresponde ao artigo ‘o’.

¹⁷² $\iota x | \exists y | \neg D(x) \wedge B_y D(x)$, em que D é “diamante” e B “acredita”.

sem que o valor de verdade se altere ou possa alterar-se: não se afirma ou nega a verdade daquilo que se deseja ou acredita.

Seria possível estender as variantes reconhecidas da Lógica Modal a outras situações subjetivas, à maneira de adjetivos: *temer*, por exemplo, seria uma circunstância de *acreditar*: + ‘com medo’.

A lógica da inferência humana

A inferência na compreensão humana de mensagens segue os princípios da Lógica, com algumas peculiaridades:

- São consideradas: (a) a informação nova; (b) as informações do contexto semiológico (no caso de um produto gráfico, a paginação, o traço, a natureza do veículo etc.); (c) as informações do contexto ambiental (atitudes, posturas, local do desenho etc.); (d) as informações da memória de longo prazo (memória episódica, memória enciclopédica) acionadas por implicação ou analogia; (e) crenças e valores enriquecidos.
- Ao contrário da Lógica, que parte de proposições verdadeiras, os homens partem de suposições, isto é, proposições possíveis, tomadas como verdadeiras.
- Entre duas proposições possíveis, toma-se como verdadeira a mais provável no contexto.
- O mecanismo da inferência inclui o *Modus Ponens* e o *Modus Tollens*.

A consideração de mundos possíveis parte provavelmente de uma atitude básica necessária à sobrevivência: o perigo aparente é tido por verdadeiro. Isso pode ser exemplificado com a situação em que o rugido de uma fera é tomado como se fosse a própria fera; não é conveniente buscar a confirmação antes de se empreender a fuga ou preparar-se para o combate.

Em decorrência dessa propriedade da inferência, só podem ser descartadas as proposições que se pode provar serem falsas. Dela resulta a possibilidade de a compreensão humana tomar como

verdadeiras criações como deuses, gnomos, fadas, espíritos, homens imortais etc. – aquelas que não se pode afirmar que não existem.

A consideração de mundos possíveis como verdadeiros permite a fruição, emocional e intelectual, de obras de ficção (peças de teatro e filmes, por exemplo); a compreensão de mecanismos projetivos como a perspectiva; e o planejamento de ações futuras a partir da modelagem dessas ações, isto é, de sua antecipação em proposições ou imagens.

Princípio da relevância

Em termos de longo prazo, o objetivo do sistema de processamento de informação humana é acumular o máximo de informação relacionada, de alguma forma, à sobrevivência e ao bem-estar da espécie e do indivíduo; em termos imediatos, o objetivo é gerir com a máxima eficiência os muitos processamentos simultâneos. Disso resulta a classificação das informações novas em dois grupos:

4. aquelas que não se relacionam com informações disponíveis na memória;
5. aquelas que se relacionam com informações disponíveis na memória, gerando informações novas.

O custo operacional de processamento das informações do grupo (a) é muito elevado, o que leva à preferência pelas informações do grupo (b), chamadas de *relevantes*. (SPERBER & WILSON, 1996)¹⁷³.

Informações relevantes são aquelas que, somadas a informações já disponíveis, produzem informações novas, até então não disponíveis.

Daí:

Informações que não permitem a inferência de informação nova quando combinadas com dados da memória são geralmente abandonadas. Reter informação nova que não se estrutura, ou

¹⁷³ Informações suplementares estão em <http://www.dan.sperber.com>. e <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/deirdre/home%20old.html>

combina, com informação já existente exige grande esforço mental e isso contraria o princípio da economia de memória.

Este princípio é fundamental para a formulação de qualquer política eficaz de edição jornalística¹⁷⁴. Ele permite compreender o muro divisório que separa, na sociedade, o segmento beneficiado com (a) ambiente familiar e escolar culturalmente estimulante; (b) ensino básico – 1º e 2º graus – eficiente, voltado para a progressão do indivíduo na sociedade; (c) informações fundamentais sobre ciência; (d) educação da sensibilidade; (e) hábito de leitura, acesso a fontes de cultura motivadora e reflexiva.

Os homens em geral agem com intenções sobre as quais têm certo controle; podem ter algum efeito controlável sobre o meio cognitivo da audiência e formam sua intenção de acordo com isso. Quando querem tornar manifesto um conjunto de suposições a uma audiência (pessoa, grupo, público) assumem intenção informativa, o que é geralmente percebido.

A comunicação ostensiva-inferencial (gestos, expressões, trajes, tom de voz) pode ser empregada isoladamente, e muitas vezes o é; a comunicação codificada é usada para reforçá-la ou complementá-la com informações sobre o eu do falante ou o meio (op. cit):

Intenção informativa é aquela que objetiva tornar manifesto ou mais manifesto a uma audiência um conjunto de suposições {I}.

A intencionalidade comunicativa pressupõe o estabelecimento de uma relação mútua e aberta, isto é, ostensiva.

Intenção comunicativa é aquela que torna mutuamente manifesto, à audiência e ao comunicador, que o comunicador tem intenção informativa.

¹⁷⁴ Também de ensino e de comunicação em geral.

Enquanto a comunicação ostensiva-inferencial pode ser empregada isoladamente, e algumas vezes é, a comunicação codificada é usada como meio de reforçar a comunicação ostensiva-inferencial.

Na comunicação ostensiva-inferencial, o comunicador produz um estímulo que torna mutuamente manifesto, ao comunicador e à audiência, que o comunicador pretende, por meio desse estímulo, tornar manifesto ou mais manifesto à audiência um conjunto de presunções {I}

Prosseguem Dan Sperber e Deirdre Wilson (SPERBER & WILSON, 1996:82) :

Quando suposições na forma (a) são feitas, parece que suposições das formas (b) ou (c) são consideradas, como padrão:

- *Se P então Q*
- *Se (não P) então (não Q)*
- *Se Q, então (Q por causa de P)”*

Senão, vejamos:

(a') Se tem ladrão no terreno, o cachorro late

(b') *Se não tem ladrão no terreno, o cachorro não late

Ora, a proposição (b') é falsa porque o cachorro pode latir se, por exemplo, aparecer um gato ou um gambá, estiver no cio etc. O exemplo nos permite avaliar a relação de acessibilidade entre o mundo real e os mundos possíveis:

(a') Se tem ladrão no terreno, o cachorro late

(b') Se não tem ladrão no terreno, o cachorro possivelmente/
provavelmente não late

(c') Se o cachorro late, então é porque é possível/ provável que
tenha ladrão no terreno

A possibilidade / probabilidade de ocorrer o previsto em (c') é mais fraca se há gatos na vizinhança e/ou se os animais estão na época do cio. É mais forte se alguém viu um vulto no jardim (percepção

visual), comentou-se que houve assaltos na vizinhança (percepção auditiva), há um mau pressentimento (sensação subjetiva) ou acabou de passar na TV um filme de terror impressionante (sensação por contágio analógico). O sistema cognitivo central:

- (a) desloca-se rapidamente pelo acesso mundo real/ mundo possível;
- (b) avalia a possibilidade/ probabilidade em termos comparativos;
- (c) utiliza proposições oriundas de diferentes fontes e esquemas cognitivos para a inferência

Inteligência artificial

Para a compreensão dos sistemas humanos de percepção e inferência, é interessante considerar os mecanismos de informática que constituem a base dos procedimentos conhecidos de inteligência artificial:

(a) Sequências *lógicas*, em que se sucedem os conectivos e (\wedge , $\&$), ou (\vee) e se...,então (\rightarrow). A programação sequencial é a base dos computadores que conhecemos; permite simular processos humanos de trabalho e, na sua forma mais requintada, estruturar sistemas especialistas, que tomam por modelo o procedimento de profissionais;

(b) *Redes neurais*, estruturas concebidas inicialmente à semelhança do sistema nervoso humano, com condutores elétricos (neurônios) e sinapses. Redes são capazes de aprender com a repetição, a associação entre pares de estímulos, ou mediante retropropagação, aprimorando-se por experiência até um limite irreduzível de erro. Podem ser usadas como modelos de certas funções cerebrais, das quais, no entanto, diferenciam-se por uma série de características: (a) o neurônio biológico emite pulsos (comparados, às vezes, com códigos de barras) que variam entre valores positivos e isso é diferente da contagem binária (um, zero) da lógica booleana empregada nas redes artificiais; (b) as

redes naturais não apresentam uniformidade no tipo de neurônios, salvo em algumas regiões, e não são capazes de cálculos recursivos. Redes neurais – umas e outras – são capazes de realizar o *reconhecimento de padrões*.

(c) *Algoritmos genéticos*, imaginados inicialmente para solucionar problemas que levariam décadas, séculos ou milênios para serem resolvidos, por mais velozes que fossem os computadores. Fazem parte de uma família que inclui a programação evolucionária e as estratégias evolucionárias. Todos correspondem à aplicação a programas de computador de métodos inspirados nos princípios biológicos de Darwin (*Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural*¹⁷⁵) e genéticos de Mendel (as leis de Mendel¹⁷⁶). A solução encontrada em algoritmos genéticos pode ser dita a mais adequada, em lugar de a ‘verdadeira’.

O *bit* desempenha, nos algoritmos genéticos, papel similar ao *gene* biológico; o local onde fica o bit no cromossomo é o *locus*; os pares de bits tomam da Biologia o nome de *alelos*. A seleção artificial se faz entre indivíduos de uma população, através do *crossover* entre cromossomos dos pais e de mutações, isto é, alterações de cadeia genética por troca simples (como um erro de cópia); inversão, translocação, apagamento e adição.

¹⁷⁵ (1859) Charles Darwin viveu de 1809 a 1882.

¹⁷⁶ Gregor Mendel (1822-1884).. Cruzando variedades de ervilhas, revelou leis da hereditariedade, dividindo os caracteres em ‘dominantes’ e ‘recessivos’.

Modelos da realidade

Os humanos computam com palavras. Eis uma mudança de paradigma. (ZADEH: web).

Deve-se a Gottlob Frege (1848 - 1925) a aplicação do conceito matemático de função às línguas naturais. Função é a relação entre um ou mais de um elemento de um domínio e um elemento de um codomínio. Os elementos associados podem ser chamados de 'argumentos' da função.

A representação canônica das funções obedece às fórmulas

- (1) $\Phi(x)$
- (2) $\Phi(x, y)$
- (3) $\Phi(x, y, z)$ etc., em que x, y e z etc. são argumentos.

No caso mais simples das sentenças atributivas, em que os argumentos são relacionados por verbos ligação (ser, estar¹⁷⁷), a natureza semântica da função é dada pelo que se atribui ao argumento. Trata-se, pois, de funções de um argumento, reportando-se, no caso, à fórmula (1) acima. Φ , no caso, será representado pela letra inicial maiúscula do que é atribuído ao argumento (o sujeito da oração), que aparece, entre parêntesis e em minúsculas, ocupando o lugar de x . Assim, se

Laguna é acolhedora = A (l)

As acácias estão desfolhadas = D (a)

Einstein foi um gênio = G (e)

¹⁷⁷ Também parecer (=ser na aparência), permanecer (= continuar a ser, ser duravelmente), ficar (no sentido de tornar-se, passar a ser) etc. - todos considerados modulações ou variações qualificáveis da condição de 'ser'.

Tudo está em fluxo = $\forall x \mid F(x)$ ¹⁷⁸

A primeira questão a esclarecer é a distinção entre ‘ser’ e ‘estar’, que existe nas línguas ibéricas e aparece, com diferentes interpretações gramaticais, em outras, como o irlandês e o japonês. Alguns exemplos permitiriam supor que ‘estar’ equivaleria a ‘ser por algum tempo’. Essa suposição levou um ministro da Educação, professor de literatura, a dizer que ‘estava ministro’, não ‘era ministro’. Na verdade, era ministro e estava errado: a diferença entre ‘ser’ e ‘estar’ é mais complicada. ‘Ser’ é complementado por atributo inerente – o que em inglês se chama de *individual level*. ‘Estar’, pelo contrário, indica relação eventual, *stage level*.

Profissões e cargos são considerados pela língua inerentes ao indivíduo, mesmo quando este os exerce ou ocupa por pouco tempo: ‘sou estudante’, ‘sou estagiário’. Isto se deve, provavelmente, ao fato de que, na época em que a base das línguas europeias se formou, a mobilidade social era pequena, os cargos protegidos pelo nível na hierarquia da vida pública e as profissões transmitidas pela educação familiar.

Neste tipo de notação, perde-se uma série de informações (singular/plural, passado/presente/futuro) – o que consideramos ‘circunstâncias’ do evento descrito no verbo. Em termos computacionais, esses dados, embutidos na forma corrente das palavras em língua natural, comporiam proposições distintas, como, de resto, qualquer qualificativo, dos argumentos ou da função¹⁷⁹.

Modelando a realidade

Quem contempla o entorno coloca-se no centro de uma esfera virtual que é seu campo de percepção: a partir dos estímulos externos, fabrica uma *representação* que corresponde de alguma forma à realidade. O *input* que a representação mental do mundo recebe corresponde a descontinuidades no espaço e no tempo. Justapostas à

¹⁷⁸

¹⁷⁹ Advérbios e locuções adverbiais são qualificativos da função definida pelo verbo.

memória, essas discontinuidades permitem o reconhecimento de *padrões* pelos quais se estabelecem identidades e semelhanças.

O trabalho mental dissocia entes, que irão corresponder a sujeitos gramaticais, e lhes atribui predicados; é capaz de rotular as relações e predicá-las também. Exemplificando:

O preso fugiu de helicóptero ('o preso' é um ente; 'fugir de helicóptero' um predicado)

A fuga foi espetacular ('fuga' não é uma entidade do mundo; é o rótulo que se aplica a qualquer ato de fugir; 'foi espetacular' é um predicado).

Recorrendo à memória, o cérebro organiza os objetos em categorias, com base em semelhanças; distingue as relações em presença (localizações) daquelas em sequência (ações); atribui causas e antecipa efeitos¹⁸⁰.

Imagine-se que alguém retorna ao bairro em que morou, décadas depois de ter saído: vizinhos e amigos poderão perceber que é a mesma pessoa, embora tenha tais e tais mudanças de aspecto; da mesma forma, uma palmeira é reconhecida com base na memória da visão de outra: não são iguais, mas logo se vê que são da mesma espécie. Conclui-se que a fusão das categorias de identidade e semelhança resulta essencial para a construção da consciência humana da realidade.

Os conceitos de identidade do ser e de agrupamento em conjuntos são possíveis exatamente pelo abandono de algumas características julgadas acessórias e consideração de outras, julgadas fundamentais. É evidente que uma coisa só pode ser idêntica a si mesma, e, como todas as coisas existentes estão situadas no espaço e em fluxo no tempo, essa identidade tem limites conceituais estreitos.

Não havendo como separar a percepção de um objeto das relações que o cercam, nem de igualar a representação desse objeto por observadores inseridos em circunstâncias diferentes, cada fruição do

¹⁸⁰ Causas e efeitos são atribuições humanas; pressupõem a construção de modelos sequenciais. Sua base pode ser buscada no condicionamento de reflexos.

objeto, em espaço e tempo distintos, é uma experiência única. Resta a constatação das semelhanças, isto é, do que é invariável em um todo (*o aspecto, a aparência*) que se transforma.

A própria idéia de semelhança recobre critérios distintos: duas coisas podem ser semelhantes porque se parecem na forma sensível (como as pérolas ou o perfume de rosas), porque têm desempenho similar (como os computadores) ou porque despertam os mesmos sentimentos (como as feras). A definição de categorias depende da pragmática da relação: a denominação *pinheiro*, em português, recobre vários tipos diferentes de árvores, distinguidos em outras línguas; a cultura aimara atribuía nomes distintos a várias espécies do que chamamos de *amendoim*.

A teoria moderna mais consistente que aborda a questão da percepção é a dos modelos¹⁸¹. Segundo ela, a representação da realidade é decomposta e modelada numa etapa pré-linguística da percepção. As proposições remetem a modelos mentais, que são análogos estruturais do mundo: dão conta de relações estáticas e dinâmicas entre objetos, ações e estados; descartam aspectos não relevantes da realidade para captar os relevantes e contêm componentes linguísticos, tais como relações sintáticas.

Características dos modelos

Os modelos mentais são incompletos, mais ou menos imprecisos, eventualmente inconsistentes, porém funcionais. Não têm fronteiras definidas: superpõem-se e confundem-se. São tomados como hipóteses mais ou menos confiáveis. Refletem crenças da pessoa, adquiridas por observação, informação ou inferência. Permitem certo nível de predição: quem dirige um carro em um cruzamento não calcula velocidade e aceleração dos outros veículos, nem investiga o grau de obediência às regras do trânsito, atenção e ansiedade de cada um dos pedestres:

¹⁸¹ Desenvolvida no contexto dos estudos de cognição, a Teoria dos Modelos é exposta em (PHILLIP-LAIRD, 1983)

constrói um modelo espaço-temporal, acende a luz de sinalização e entra (ou não): quase sempre dá certo.

Na feitura de modelos mentais, as pessoas vão além da simples inferência. Podem ter modelos diferentes ou contraditórios para o mesmo estado de coisas, em instâncias ou situações diversas. Esquecem detalhes do sistema modelado, refazem e revisam seus modelos com a experiência. A operação dinâmica dos modelos possibilita a redução de riscos objetivos (antecipa desastres) e a economia de esforços físicos na apreensão do conhecimento (pode dispensar experimentações), embora haja nisso custo mental e limitações operacionais variáveis.

É a gestão do modelo que vai definir sua amplitude, isto é, o conjunto de coisas a que ele se aplica. Modelos mentais representam objetos e relações, a que vão corresponder, nas proposições, argumentos (nomes) e funções (verbos, predicativos, advérbios); estruturam-se conforme os estados de coisas do mundo mas, por terem estrutura dimensional, podem ser manipulados mais livremente do que as representações proposicionais – as sentenças –, aprisionadas a regras sintáticas.

As estruturas dos modelos mentais equivalem às estruturas atribuídas pela percepção ou concepção aos estados de coisas que os modelos representam. Cada elemento de um modelo mental, incluindo suas relações estruturais, deve representar algo. Nada há nele sem significado ou função.

Uma pessoa que anda no escuro, sem tatear, tem um modelo espacial do lugar por onde anda. Uma pessoa que reza durante uma tempestade tem um modelo causal que relaciona a reza e algum controle sobre a tempestade.

No âmbito da Teoria da Cognição, modelos mentais são concebidos como entidades computáveis e finitas, construídas a partir de elementos (ou *tokens*) e relações, que se revisam e adaptam a número infinito de possíveis estados de coisas.

Modelos mentais constituem conjuntos finitos de campos semânticos e de operadores – entre os quais os conceitos de tempo, espaço, possibilidade, permissibilidade, causa e intenção. Tempo e espaço, por exemplo, podem ser entendidos como grandezas vetoriais¹⁸²; a noção de causa relaciona-se com a implicação lógica (*a* pode causar *b* se *a* pertence a um conjunto de eventos *A* tal que *A* antecede *b* e, se ocorrer *A*, então ocorre *b*); os demais (o possível, o permitido, o pretendido) pertencem ao universo da Lógica Modal.

Ao atualizar um modelo, remete-se a primitivos conceituais que devem ser inatos - por exemplo, a noção de fluxo. Seja o modelo mental de ‘avião’ como algo estrutural equivalente a ‘artefato + que voa’. Em “o avião que passa”, atualiza-se o modelo no tempo-espaço (seria diferente a dimensão espaço-temporal se o enunciado falasse de “barco de pesca”). Se o interlocutor fala do “avião em que viajei”, o modelo é atualizado para ‘ele-dentro-do-avião’; naturalmente, será diferente se o ouvinte sabe como é um avião por dentro ou não, se já viajou ou não de avião. No entanto, se o enunciado é o “o avião que costumo pilotar”, o modelo ‘ele-dentro-do-avião’ especializa-se para ‘ele-na-cabine-de-piloto-do-avião’, com o grau de discernimento de que o ouvinte disponha sobre a tarefa da pilotagem. Observe-se que a própria representação das características do avião pode modifica-se por inferência

A Teoria distingue entre modelos físicos (*estáticos, espaciais, temporais, cinemáticos, dinâmicos* e *imagens*, que são visões ou projeções do objeto ou evento representado) e modelos conceituais, construídos, em geral, a partir dos discursos. Dentre esses: (a) o *monádico*, que representa afirmações sobre individualidades; (b) o *relacional*, que agrega número finito de relações, possivelmente abstratas, entre entidades individuais; (c) o *metalinguístico*, que contém *tokens* correspondentes a expressões que relacionam um item do código linguístico a outros (como *chama-se, significa*); e (d) o *conjunto teórico*, que contém número finito de *tokens* representando qualidades

¹⁸² A língua, efetivamente, iguala tempo e espaço em conceitos como ‘antes’ e ‘depois’. ‘entre’ etc.

abstratas dos conjuntos e um número finito de relações entre os elementos desses conjuntos.

A hipótese dos modelos mentais sintetiza concepções frequentes na segunda metade do Século XX em diferentes campos do conhecimento. Ela é compatível, por exemplo, com a proposta de Charles Fillmore (FILLMORE, 1971), para quem o significado está ligado a *cenas e perspectivas*: sempre que o falante escolhe uma palavra em um enunciado, automaticamente a insere numa cena na qual adquire interpretação. A noção de perspectiva é tal que, quando se diz “quebrei o vaso da dinastia Ming”, o que está sendo posto em primeiro plano é o que foi quebrado, colocando-se em desprezível segundo plano o *onde*, o *quando* e o *como*.

Denominações

Ao distinguir entidades e relações, o pensamento humano denomina as primeiras, isto é, estabelece correspondências entre os traços do modelo que representa as entidades e alguma cadeia de símbolos sonoros. As denominações podem ser grupadas em três categorias:

I. Denominações próprias - do ponto de vista semântico, nome próprio ou individual é aquele – não necessariamente escrito com inicial maiúscula – que designa de maneira única uma entidade em um universo de discurso. Designações próprias são unívocas no universo considerado. No entanto, um mesmo objeto pode ter várias denominações. Assim, *Euclides da Cunha*, *o autor de Os Sertões* e *o repórter de O Estado de São Paulo enviado a Canudos para cobertura da campanha militar* designam a mesma pessoa. As ‘equatividades’¹⁸³ (*Euclides é o autor de Os Sertões e o repórter enviado a Canudos*) reduzem-se, do ponto de vista da ‘extensão’ ou da ‘referência’¹⁸⁴, isto é, do mundo real, a tautologias, já que *uma coisa é igual a si mesma*; não conteriam, assim, informação. No entanto, do ponto de vista da

¹⁸³ Igualdade da referência em contextos diferentes.

¹⁸⁴ A distinção entre sentido (Sinn) e referência (Bedeutung) é de Gottlob Frege.

intensão ou do *sentido*, isto é, da linguagem, é capaz de encerrar informação (informação entendida como dado novo, até então desconhecido), porque, por exemplo, alguém pode conhecer Euclides da Cunha, saber que ele é o autor de *Os Sertões* mas não que foi enviado como repórter de *O Estado de São Paulo* para a cobertura da campanha de Canudos.

A questão da intensão, oposta à extensão, tem que ver com o princípio de Leibnitz (*Eadem sunt quorum unum potest substitui alteri salva veritate*), segundo o qual, havendo duas denominações do mesmo ente, então uma pode substituir a outra sem afetar o valor de verdade. Isso não ocorre, porém, em contextos proposicionais, ditos ‘opacos’¹⁸⁵. Em um exemplo clássico,

- (i) *Electra tem diante dela um homem.*
- (ii) *Esse homem é Orestes.*
- (iii) *Electra sabe que Orestes é seu irmão, mas não que o homem diante dela é Orestes.*
- (iv) *Não há, pois, do ponto de vista de Electra, como substituir ‘um homem’, na sentença (i), por ‘Orestes’*¹⁸⁶

Da mesma forma que diferentes ‘intensões’¹⁸⁷ correspondem à mesma ‘extensão’, a intensão pode permanecer a mesma, enquanto a extensão se modifica (é o caso de *seres humanos da Terra* em épocas diferentes). Duas ou mais denominações da mesma coisa podem aparecer justapostas (1 a-b: ‘Orestes’ e ‘esse homem’), sem que se constate redundância, que é, no entanto, evidente em (1 c):

- 1 a – *Dar-Es-Salaam, a capital da Tanzânia,..*
A capital da Tanzânia, Dar-Es-Salaam,..
- 1 b – *Euclides da Cunha, o autor de Os Sertões, ...*
O autor de Os Sertões, Euclides da Cunha, ...
- 1 c – **Márcia, Márcia, ...*
**Márcia da Silva, Márcia de Freitas, ...*¹⁸⁸

¹⁸⁵ Por exemplo, os subordinados a verbos como ‘crer’, ‘acreditar’, ‘esperar’ etc. e, em muitas situações, ‘dizer’. Esse gênero de contextos, com que se lida constantemente em jornalismo (declarações, manifestações), exige certo cuidado. Nem sempre “ela disse que ama seu marido” pode ser transcrito como “ela ama seu marido”.

¹⁸⁶ Electra e Orestes são personagens da mitologia grega e protagonistas de uma tragédia de Sófocles.

¹⁸⁷ A grafia é com ‘s’ porque se trata de um neologismo para expor a contradição com ‘extensão’.

¹⁸⁸ Observe-se que a “o/a”, no contexto de (1 a-b) incorpora os sentidos de unicidade (é único), singularidade (em oposição a *os/as*) e determinação (é *este, não outro*). Mais ou menos com as

II. Denominações genéricas – As denominações genéricas dão início ao processo de abstração que permite a linguagem e o discurso. Trata-se de predicação, em que se afirma que uma entidade pertence (\in) a um conjunto ou categoria existente. Um referente admite n denominações genéricas, conforme as categorias em que possa ser incluído: o muro de um terreno pode ser ‘proteção’, ‘obstáculo’, ‘divisa’ etc.; determinado militar pode ser ‘combatente’, ‘inimigo’, ‘infante’, ‘prisioneiro’ etc.

Há relação necessária entre *denominação genérica* e *pertinência a conjunto ou categoria*. Quando digo que determinada entidade x que é *uma árvore*, estou dizendo que ela pertence ao conjunto denominado ‘das árvores’. A remissão é a um *modelo*, isto é, a algo de que disponho, na memória, de traços aplicáveis à entidade em causa.

A denominação genérica, de certa maneira, desintegra o objeto denominado, ao considerá-lo por uma característica ou utilidade. Quando chamo determinada mangueira de *árvore*, atento para sua configuração geral (que corresponde aos traços do modelo de árvore – tronco, copa), mas desprezo a circunstância, por exemplo, de que dá mangas; se a chamasse mais especificamente de *mangueira*, atentaria para esse fato, mas não para o tipo de manga, nem para a localização da árvore. De toda sorte, nenhuma denominação genérica define (especifica de maneira única) a entidade que predica salvo, por implicação, em conjuntos com um único elemento (o exemplo clássico é *Deus*, no contexto de uma crença monoteísta). A denominação genérica não nomeia propriamente qualquer um dos *elementos* do conjunto que designa, mas é uma *variável*.

Sendo variável do discurso, a designação genérica pode ser especificada por uma atribuição. Ao acrescentar o atributo *florida* à designação genérica *árvore* restringe-se o sentido; se acrescenta-se mais

mesmas interpretações aparece antes de designativos genéricos que precedem nomes próprios (*a Rua X, o Sr. Y, o General Z*), mas não se usa em todos os casos com esses sentidos antes do nome de registro de pessoa (o Getúlio, o Jango); passaria, aí, a indicar intimidade ou notoriedade do personagem. Antes de nomes geográficos, a admissão de o/a é idiossincrática (venho de Pernambuco, venho da Paraíba).

do meu jardim, a restrição é ainda maior; por aí, pode-se especificar a denominação de modo que ela termine se aplicando a uma só entidade nesse universo (o jardim) e se torne, então, denominação própria – a da única *árvore florida que dá sombra no meu jardim*. O mecanismo, aí, é o de interseção de conjuntos, isto é, das coleções de entes ou atributos a que se reportam funcionalmente os nomes: o conjunto das entidades que são árvores, primeiro, porque *árvore* é o núcleo semântico da locução: depois, dentre as árvores, as floridas (*as que pertencem ao conjunto dos entes floridos*) e, dentre essas, a (as) que está (estão) no meu jardim.

Quanto à ordem nas sentenças, a escolha decorre de estratégias de discurso, isto é, da gramática do texto, não da gramática da sentença. Digo que *Janaína é a jornalista* se o foco discursivo recai sobre Janaína (estou falando da moça) e que *a jornalista é Janaína* se o foco discursivo recai sobre a profissão (falo de jornalistas).

A palavra ‘o/a/os/as’¹⁸⁹, antes de um nome genérico, pode atuar como o operador lógico iota (ι)¹⁹⁰, determinando o referente (como quando digo “o jornalista apurou a notícia”, referindo-me a determinado jornalista e a determinada notícia e presumindo que sejam ambos do conhecimento do interlocutor) ou particularizar a categoria designada pelo nome genérico em relação a qualquer outra (como quando digo “o jornalista é um questionador”, querendo dizer que todo jornalista é questionador, ou que ser questionador é predicado do conjunto dos jornalistas¹⁹¹). Em determinados contextos, diferencia a relação equativa da relação predicativa.¹⁹²

¹⁸⁹ Embora os significados de “o/a” pareçam relevantes, a exigência dessas formas (e a complicada regulação de seu uso) é característica de algumas línguas. Outras dispensam o artigo. É o caso de línguas eslavas, do latim ou do hebraico.

¹⁹⁰ Para determinações plurais, o operador lógico é λ .

¹⁹¹ $\forall x (J(x) \rightarrow Q(x)) =$ para qualquer x , se x é jornalista então x é questionador.

¹⁹² Consideremos (a) - *João da Mata, o guia da expedição ao Alto Purus, ...*; (b) *João da Mata, guia da expedição ao Alto Purus, ...*; (c) *João da Mata, um guia da expedição ao Alto Purus, ...* Em (a), João da Mata é o único guia da expedição ao Alto Purus e, portanto, *guia da expedição ao Alto Purus* é designação própria de João da Mata; em (b) e (c), não se afirma essa unicidade e, portanto, *guia da expedição ao Alto Purus* é apenas um nome genérico predicado a João da Mata.

III - Nomes relacionais - Entes não são designados apenas por designações próprias ou genéricas, isto é, pelas categorias a que se afirma pertencerem. Podem ser designados a partir de relações que mantêm com outras entidades. Por exemplo, *irmão* ('de Pedro'), *causador* ('da briga'), *vencedor* ('da corrida'). Nomes relacionais não têm existência independente, isto é, podem constituir designações mas, isolados, nada designam; correspondem a predicções, reportando-se ao referente a partir de funções ('ser irmão de', 'causar', 'vencer').

Essas designações, que Luria¹⁹³ chama de *genitivas*¹⁹⁴ (LURIA, 1987) e os nomes genéricos diferem,

- a. do ponto de vista semântico, porque nomes genéricos reportam-se a conjuntos de entidades (*árvores, carros, pessoas, mares, rios, aviões* etc.), enquanto nomes relacionais (*irmão, marido, causador, matador, vítima* etc.), não se reportam a qualquer entidade salvo quando acompanhados da designação do ente com que estabelece a relação (*irmão de Pedro, marido de Luzia, causador de algo; vítima de alguém ou de algo*);
- b. do ponto de vista sintático, porque, quando um nome genérico é acompanhado de um atributo, pode-se afirmar a relação predicativa (4 a-b-c); isso não ocorre em um nome relacional, exatamente porque ele já expressa, em si, uma relação (5 a-b-c). Pode-se, no entanto, predicar a relação à entidade (6 a-b-c):

4 - a - *O carro de São Paulo* > *o carro é de São Paulo*

b - *A árvore frondosa* > *a árvore é frondosa*

c - *O avião da presidência* > *o avião é da presidência*

5 - a - *O irmão de Pedro* > **o irmão é de Pedro*

b - *O causador da tragédia* > **o causador é da tragédia*

c - *A vítima do chantagista* > **a vítima é do chantagista*

6 - a - *X, irmão de Pedro, ...* > *X é irmão de Pedro*

b - *Y, causador da tragédia, ...* > *Y é causador da tragédia*

c - *Z, dono da casa, ...* > *Z é dono da casa*

¹⁹³ Alexander Luria, neurofisiologista russo (1902-1977)

¹⁹⁴ Pelo menos nos casos mencionados, as palavras vão para o caso genitivo em russo.

Lógica difusa

A Lógica Difusa é uma extensão da Lógica concebida para dar conta do conceito de “verdade parcial” – o conjunto verdade que se situa entre “inteiramente verdadeiro” e “inteiramente falso”.

O conceito foi proposto por Lotfi Zadeh, na década de 1960, como instrumento para modelar a incerteza das línguas naturais e como metodologia capaz de generalizar qualquer teoria, partindo de uma forma discreta para uma forma contínua.

Na lógica booleana, se temos um conjunto C e um subconjunto S , podemos agrupar os elementos de C em duas categorias: os correspondentes ao conjunto 0 não pertencem a S ; os correspondentes ao conjunto 1, pertencem. Na lógica difusa, há valores intermediários entre 0 (inteiramente não-pertinente a S) e 1 (inteiramente pertinente a S); o conjunto C é o universo do discurso. A relação entre o conjunto $\{0,1\}$ e o conjunto S é uma *função de pertinência*.

Assim, suponhamos que a grandeza considerada é a altura das pessoas e que meu conjunto universo é constituído de seis pessoas. A consideração de alguém como ‘alto’ ou ‘baixo’ depende amplamente do contexto.

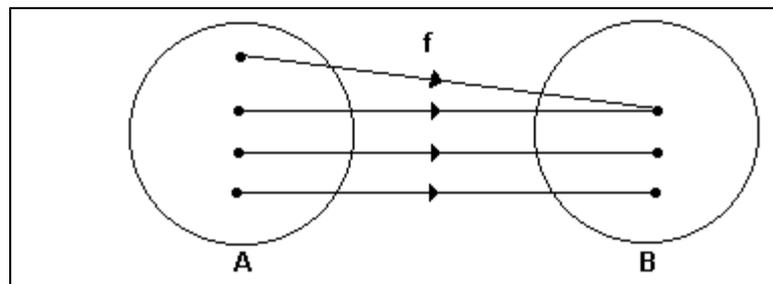
Para cada um dos seis membros do conjunto universo será atribuído um grau de pertinência ao subconjunto difuso dos que são ‘altos’. Admitamos que pessoas abaixo de 1,65m sejam consideradas ‘decisivamente baixas’ (valor 0) e pessoas de mais de 2,08m sejam ‘decisivamente altas’ (valor 1). O quão altas serão as pessoas dispostas nesse intervalo? O cálculo nos permitirá atribuir valores a essa avaliação contínua:

Nomes	Altura (medida)	Graus de ‘altura’
Juquinha	0,96m	0
Mário	1,65m	0,21
Daniel	1,75m	0,38
Eduardo	1,77m	0,42
Kareen	2,18m	1,00

A lógica difusa deve ser vista como teoria formal para a representação da incerteza própria das línguas naturais. Ela, em si, não é incerta, vaga ou imprecisa.

Teoria dos protótipos

Consideremos dois conjuntos A e B, em que A reúne entes e B, nomes em uma língua L atribuídos a esses entes.



Esquemáticamente, as duas setas superiores indicam a relação entre dois entes a que se atribui o mesmo nome – em um setor do jardim, ‘hortênsias’; as duas setas inferiores, a relação entre dois entes e suas denominações próprias– suponhamos que sejam ‘roseira’ e ‘hibisco’. Para que o gráfico corresponda à totalidade do conjunto (no caso, do meu jardim), é preciso que se aplique a um ‘universo de discurso’ em que haja essas quatro plantas.

A cada elemento do conjunto A se atribui um nome em B. A relação é similar àquela que se estabelece entre estados e capitais:

Estados	Capitais
São Paulo	São Paulo.
Paraná	Curitiba
Santa Catarina	Florianópolis.

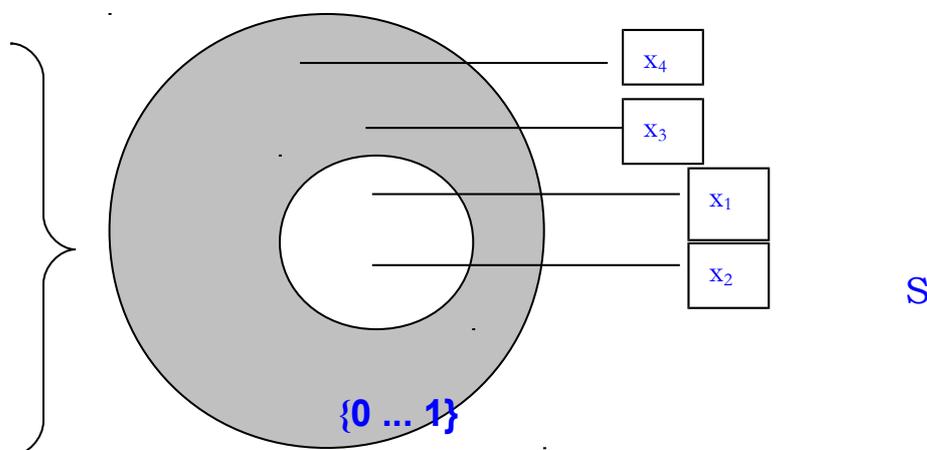
A relação entre cada cidade e o estado correspondente é ‘ser a capital de’, da mesma forma que, na relação entre os conjuntos A e B mostrados antes, a relação entre cada elemento de B e o correspondente em A é ‘ser o nome de’. Ainda aí, é legítima a relação vários-um. Tomemos “ser a população de”:

Cidade	Populações
Venusópolis	1.200.000
Saturnópolis	1.200.000
Plutonópolis	1.500.000

Por hipótese, teríamos duas capitais com a mesma população. Uma das consequências dessa relação é que um mesmo *referente* pode ser designado por mais de um *sentido*; as denominações *expressam* sentidos mas *denotam* ou *referem-se* aos referentes. Assim (4+2) e (5+1) expressam sentidos diferentes mas denotam, ambos, o mesmo referente, que pode ser simplesmente denominado ‘seis’.

As línguas, em regra, repudiam sinônimos perfeitos, isto é, palavras com sentido idêntico: há diferenças sutis entre ‘delírio’, ‘sonho’ e ‘fantasia’; entre ‘jovem’, ‘rapaz’ e ‘moço’; entre ‘austero’, ‘severo’ e ‘rigoroso’, ‘fruto’ e ‘fruta’ Palavras como essas são permutáveis em alguns contextos e não em outros, mesmo quando se trata de denominações técnicas. ‘Cosmonauta’, por exemplo, vem do russo *kosmonavt*, enquanto ‘astronauta’ vem do inglês *astronaut* e os nomes correspondem a diferentes modelos de treinamento e desempenho. A preposição ‘a’ em ‘vou a São Paulo’ difere da preposição ‘para’ em ‘vou para São Paulo’ porque, no primeiro caso, sugiro que vou e volto e, no segundo, sugiro que ficarei lá.

Consideremos o conjunto de entes designados por S:



Admitamos que $S = \{x_1, x_2, x_3, x_4\}$ e denominemos 1 o círculo menor. Os x_n contidos em 1 (x_1 e x_2) serão considerados protótipos do conceito S. Suponhamos que S seja ‘pássaros’; x_1 e x_2 serão ‘pardal’ e ‘sabiá’, por exemplo. Ninguém duvida que pardal e sabiá sejam pássaros.

Já os x_n contidos em $\{0 \dots 1\}$ (entre zero e um, exclusive), não serão considerados protótipos, isto é, não haverá a mesma unanimidade ou imediatismo quanto à natureza daqueles entes que parecem pássaros, mas podem não ser; haverá alguma ressalva, restrição ou dúvida. Por exemplo, x_3 pode ser ‘pinguim’ e x_4 ‘avestruz’: o pinguim não tem penas e não voa, a avestruz tem formato pouco aerodinâmico, tufo de penas e só consegue dar pequenos saltos; são pássaros ‘esquisitos’. Quanto mais ‘esquisito’, menor a fração que expressa a pertinência ao conjunto dos pássaros.

Essa é uma visão sumária da Teoria dos Protótipos, de Eleanor Rosch, na qual se aproxima a questão dos nomes em línguas naturais, que a autora analisa, da Lógica Difusa de Zadeh.

Palavras como *criança* ou *árvore* têm aplicação plena e unânime a um núcleo de significado (*peças de dois a dez anos; plantas com tronco, copa e mais de dois metros*); fora desses limites, em que se acumulam traços típicos, a atribuição é mais ou menos verdadeira. Pode-se denunciar o ‘abuso de menores’ argumentando com casos extremos de estupro de crianças, mas, na verdade, pretender com as restrições legais conter o relacionamento entre adolescentes, que a ‘liberação sexual’ do Século XX terminou por incentivar: o conceito ‘menor’ permite essa expansão. As situações são, no entanto, obviamente diversas, dos pontos de vista ético, moral e fisiológico. O fato de que ninguém ‘se torna adulto’ de um dia para o outro e que nem todos ‘se tornam adultos’ na mesma época da vida pode não parecer, mas é um grave problema legal

Todo conceito que envolve julgamento quantitativo ou qualitativo (‘muito ou pouco’; ‘alto ou baixo’; ‘bom ou mau’) está sujeito a essa

contingência. Depende do padrão ou contexto da referência (um elefante ‘pequeno’ é um animal ‘grande’; um atleta ‘velho’ tem a idade de um físico nuclear ‘jovem’). E depende também da perspectiva do indivíduo que nomeia: um verão ensolarado é ‘bom’ para a indústria do turismo e ‘péssimo’ para a agricultura.

A língua natural não opera, em princípio, com quantidades ou valores mensuráveis, mas compara entes, eventos e enunciados com padrões consensuais ou extraídos de experiências anteriores. Escreve Zadeh:

A computação – em seu sentido tradicional – envolve na maior parte, manipulação de números. Pelo contrário, os humanos empregam palavras na computação e raciocínio, chegando a conclusões expressas por palavras a partir de premissas expressas em língua natural. Por sua natureza, palavras são menos precisas do que números. Por essa razão, a computação com palavras é geralmente menos precisa do que a com números. Isso levanta a questão: Em que circunstâncias a computação com palavras é preferível à computação com números? Há dois imperativos maiores. Primeiro, a computação com palavras é necessária quando a informação disponível é imprecisa demais para justificar o uso de números. E, segundo, a computação com palavras é vantajosa quando há um nível de tolerância pela imprecisão que pode ser usado para alcançar resultado mais tratável, vigoroso, com baixo custo e melhor relação com a realidade. Em nossa abordagem, o ponto de partida na computação com palavras é uma coleção de proposições expressas em língua natural, na qual uma proposição é tomada como restritiva sobre uma variável. As restrições podem assumir várias formas: de possibilidade, probabilísticas, conjuntivas ou de conjunto aleatório. Para os propósitos de computação, as regras de inferência da lógica difusa são empregadas para propagar as restrições das premissas até as conclusões. Finalmente, as restrições difusas nas conclusões são traduzidas em proposições expressas em língua natural. (ZADEH, 1996)

Arbitrariedade e memória

A atribuição de nomes às entidades de que se fala:

- (a) é arbitrária, isto é, não há relação entre o nome e a coisa nomeada;
- (b) pode ser descrita como função matemática. Seria o caso de se imaginar que a ambiguidade sempre denunciada pelos lógicos nas línguas naturais resultaria não de deficiência delas, mas de insuficiência dos mecanismos da Lógica para dar conta da pluralidade de interesses envolvidos na comunicação humana.

O recurso aos protótipos representa economia de memória na listagem do léxico; gera, no entanto, pluralidade de sentidos que cabe ao receptor eliminar confrontando com o contexto: os enunciados antecedente e conseqüente; o ambiente da percepção e o contexto da enunciação (em síntese, o juízo que o receptor faz do emissor da mensagem) . À medida que vão recebendo uma mensagem, as pessoas vão selecionando as hipóteses comparativamente mais prováveis e eliminam as hipóteses altamente improváveis.

O efeito de riso (*non bona fidae*) que se obtém no desfecho de muitas anedotas pode resultar da violação desse princípio de coerência. Consideremos esta:

O turista brasileiro vai com a família, em carro alugado, por uma estrada de Sul a Norte de Portugal, pretendendo cruzar a fronteira da Espanha. Mas a estrada lhe parece longa demais. Em dúvida, pergunta a um camponês à beira da rodovia: "Amigo, esta estrada vai para a Espanha?". E o interlocutor: "Excelência, se vai, não o sei. Mas, se for, fará uma falta!"

É claro que o efeito cômico se obtém da revelação da ambiguidade da pergunta, surpreendente pela exposição do entendimento improvável.

Credibilidade

A credibilidade do discurso jornalístico funda-se em um compromisso tácito entre o veículo e o público segundo qual os fatos noticiados são reais. No entanto, a veiculação de um fato real no

discurso jornalístico é, em si, outro fato real. Os fatos originários têm consequências em si (por exemplo, o desvio de recursos, que causa a interrupção de uma obra) e outras quando noticiado (o escândalo, a eventual punição dos responsáveis etc.)

O conceito de realidade implica a construção de versões a partir dos fatos. Essas versões (a) selecionam fatos e (b) estabelecem relações entre eles e deles com informações da memória ou percepções do ambiente. As relações podem ser (a) de semelhança; (b) do tipo essência / aparência; (c) de paradoxo; e (d) de causalidade.

Em princípio, a reconstrução da realidade é função do receptor da mensagem jornalística. No entanto, à medida que se transporta a informação dos fatos para o texto, sugerem-se conexões; no mínimo, a avaliação de importância. Essas conexões podem ser óbvias, isto é, de alta probabilidade, ou resultar de alguma teoria aceita sobre a realidade. Nesse caso, a aceitação da teoria já contém uma informação, mesmo que isso não seja dito ou percebido.

Como teorias se impõem? Uma hipótese é a da espiral do silêncio, devida a uma autora alemã, Elisabeth Noelle-Neumann, diretora do Instituto de Demoscopia de Allensbach, dedicado à pesquisa sobre opinião pública. Ela assegura que a opinião manifesta das pessoas é influenciada pelo que elas acham que os outros pensam; assim, um sujeito crítico (ou adepto) do sistema econômico, posto diante de aparente unanimidade que apoia (ou rejeita) o sistema, tende a silenciar (daí a espiral) e, finalmente, a aderir. Visão similar é de Jean-Marie Domenach, ao propor em *A propaganda política*, a 'lei da unanimidade e do contágio': se as pessoas julgarem que uma opinião é dominante, evitam contestá-la abertamente, passam a admiti-la e, diz ele, se contagiam¹⁹⁵.

¹⁹⁵ Há limitações conceituais quanto a isso. A atitude de conformação e adesão que se manifesta em comportamentos e na opinião expressa não se consolida facilmente em valores nem é capaz de extinguir crenças enraizadas: é o que a experiência histórica comprova. Valores e credos reprimidos costumam retornar sob nova forma, adiante, havendo condições para tanto. A imitação e o constrangimento social não substituem, nesse aspecto, o convencimento por via da razão e da emoção nem eliminam a necessidade de diálogo permanente..

A extensão, profundidade e modulação do contágio depende do estoque de valores consolidado na sociedade. Estes se formam historicamente; resultam de interpretações que deram conta de experiências, reforçadas ao longo do tempo. Podem apontar, por exemplo, para a intolerância ou a melhor aceitação do outro; para maior ou menor rigidez dos costumes; para uma sensibilidade maior ou menor a estímulos (sexuais, de consumo, agressivos) etc.

Os mecanismos de construção de versões da realidade compreendem, genericamente:

- (a) seleção das informações;
- (b) caracterização dos actantes (personagens, ambientes, instrumentos) – não apenas a atribuição de nomes, mas também o que se atribui a ele, as delimitações restritivas que os caracterizam e os cenários específicos em que são descritos.
- (b) caracterização das ações e estados – não apenas as formas verbais, mas também advérbios e locuções adverbiais que definem ou modulam as funções.
- (c) relações entre proposições – ordenação, coordenação (aditiva, adversativa), subordinação, composição (em pares, sequências etc.).

Deve-se ter em mente que as nomeações consensuais não são neutras em relação à realidade, mas embutem concepções globais cuja dependência de valores ideológicos está na razão inversa da experiência objetiva e na razão direta da intensidade ou hegemonia do discurso dominante na comunidade, cultura ou nação.

Estrutura da sentença

Três mecanismos permitem a construção de sentenças:

1. A estrutura funcional em que o verbo, presente ou pressuposto, assume o papel de funtor;
2. O embutimento de uma oração em outra, no lugar de um nome, adjetivo ou circunstância. Esse embutimento é

marcado por uma partícula chamada de conjunção subordinativa ou pela conjugação participial do verbo.

3. A adição de sentenças em séries coordenadas por conjunções como *e* (aditivas) ou *mas* (*adversativas*).

Assim:

1. As grandes agências de informação conseguiram um êxito excepcional.
2. Nenhuma outra entidade ou empresa havia conseguido isso.es.
4. Elas integraram o mundo inteiro em uma unidade.
 1. A integração foi feita de maneira específica
 2. Elas utilizaram meios modernos de comunicação.
 3. Esses meios de comunicação criaram as condições de (a) empatia entre os homens, (b) mútua dependência e (c) unidade.

Articulando essas proposições em duas sentenças:

As grandes agências de informação conseguiram um êxito excepcional [+que] nenhuma outra entidade ou empresa havia conseguido [-isso] antes. Elas foram as primeiras que integraram – de maneira específica – o mundo inteiro em uma unidade [-Elas+gerúndio] utilizando meios modernos de comunicação [-esses meios de comunicação] +que, por sua vez, criaram as condições [-a] de empatia entre os homens, [-b] da mútua dependência e [-c] da unidade.

(BRAJNOVIC,1974:211)

Essa operação banal de integração de orações na construção de sentenças ou períodos complexos obedece a algumas regras;

7. o gerúndio, quando subordina uma oração à outra, tem viés adverbial (modal, instrumental etc.)
8. o particípio, no mesmo caso, tem viés adjetivo.

9. Orações que ocupam o lugar de adjetivo (modificadores de locuções nominais) e não são introduzidas por participio, usam, como chaves para o embutimento, pronomes conectivos (relativos) ‘que’, ‘qual’, ‘cujo / cuja’ etc.
10. Orações que ocupam o lugar de nomes [núcleos de locuções digitais] usam, como chaves para o embutimento, pronomes como ‘que’ e, para pessoas, ‘quem’.

Verbos presidem a estrutura da sentença, quer presentes ou subentendidos. São eles que determinam os papéis temáticos dos complementos verbais, segundo a natureza mesma da operação referida. Assim, os verbos de movimento exigem indicativo de destino e admitem os de origem, percurso, velocidade etc.

Assim:

O ônibus (sistema que inclui estruturas de energia e de controle) levou os passageiros (quem) do Rio de Janeiro (origem) para São Paulo (destino), por via rodoviária (percurso), em menos de quatro horas (tempo de corrido), domingo passado (tempo na escala)¹⁹⁶.

Classificação dos verbos

A classificação de verbos proposta por Cook (COOK,1989:197) combina séries verticais e horizontais:

Tipos de verbo	Básico	De experiência	Benefactivos	Locativos
ESTADO	be tall be + nome	like be boring	have belong to	be in contain
PROCESSO	die become	enjoy amuse	acquire	move leak
AÇÃO	kill elect	say amuse (agente)	give blame	put fill

¹⁹⁶ Todas as proposições existenciais admitem localização no tempo-espaço Isso as diferencia das proposições universais. Exemplo de proposição existencial: “Comprei este relógio há dois anos em Madri”. Proposição universal: Todo relógio é sujeito a certa imprecisão”.

Nicolacópulos propõe uma matriz de casos que inclui verbos de tempo (T), comitativos (C) e holísticos (H), cada qual deles com variantes de estado, processo e ação. Define os verbos comitativos, com base em texto de Halliday publicado em 1967, como os que denotam acompanhamento; e os holísticos como os que indicam completude, inteireza, totalidade (consistir, conter, por exemplo). (NICOLACÓPULOS, 1992: 75-80).

Não cabe aqui o estudo aprofundado dessas estruturas verbais, relativamente complexas. Basta considerar, por exemplo, os vários sentidos do verbo 'ser' em português: identidade ('Paulo é o irmão de Pedro'), comparação ou semelhança ('ele é uma fera'), pertinência ('Pedro é índio' = pertence à categoria étnica dos índios), valor ('vinhos europeus são mais caros').

O ensinamento útil é que os verbos distribuem em casos as locuções nominais e que essa distribuição decorre da semântica verbal. Eis alguns exemplos:

1. o verbo 'ir' exige complemento significando 'destino', 'direção' ou 'sentido' (para, a, embora), mas admite uma origem (de), um percurso (por), uma transposição (através) etc. Outros do mesmo campo semântico (deslocamento) tem exigências e admissões diferentes, mas o modelo a que recorrem é o mesmo – grosso modo, o vetor.

2. verbos do campo semântico de 'dizer' (declarar, afirmar etc.) exigem complemento proposicional (na classificação sintática, 'objeto indireto') – uma sentença ou o qualificativo que classifique a sentença. "Ele disse que vai", "ele só disse bobagem". Na língua padrão, 'falar' é intransitivo, como 'latir', 'zurrar' ou 'berrar'.

3. os verbos do campo semântico de 'fazer' implicam como complemento acusativo não preposicionado ('objeto direto') e admitem complementos de origem, modo etc.

4. Os verbos de processo, como 'morrer' ou 'viver' podem funcionar sem qualquer complemento, mas é comum serem acompanhados de circunstâncias (causa, principalmente [*de*]).

5. Os verbos básicos de estado ('ser', 'estar') podem transformar em sentenças locuções com núcleo e modificador (por exemplo, 'o político hábil' = 'o político é hábil'), além de lhes emprestar as características de tempo, modo e aspecto. A leitura será 'o político pertence (u / ia / ria / rá) à categoria dos hábeis'. Quando unem dois nomes, expressam identidade, igualdade ou semelhança.

Os eventos gramaticais acima mostram a relação entre o significado e a forma sintática. A marcação do caso, que nas línguas declinadas se faz pela combinação de preposições e desinências, reduz-se em português (inglês, francês etc.) às preposições (com exceção de alguns pronomes¹⁹⁷). Não há a menor dúvida, porém, que a compreensão de um enunciado passa pela estruturação de um modelo, ou de uma série de modelos (espaciais, proposicionais) que vão sendo propostos e confirmados ou descartados durante o processo de percepção – e que os pontos de partida para esse entendimento são os papéis temáticos definidos pelos verbos. A ambiguidade deve ser resolvida pelo receptor com base em inferências, partindo do contexto da enunciação, do enunciado e de seu estoque de memória.

Há ainda verbos *inacusativos*, ou estruturas chamadas por alguns autores de *ergativas*, em que o sujeito sintático é paciente e não agente da ação. Ocorre com verbos de processo (*chegar, continuar, morrer*): nada obriga quem morre a ser agente da própria morte. Mas estruturas *inacusativas* podem conviver com outras, convencionais:

1. O Titanic afundou
2. O choque com um bloco de gelo afundou o Titanic.

Os papéis temáticos definidos pelo verbo numa sentença adquirem nomes que podem funcionar como pronomes no seguimento do discurso. Quem viaja para São Paulo é 'viajante' e São Paulo é 'seu destino'. Quem passeia de iate é 'iatista' e, se disputa uma regata,

¹⁹⁷ Remanescentes das declinações latinas: *eu, me, mim, comigo; tu, te, ti, contigo; ele, o, lhe* etc.

‘competidor’. Esses são como ‘pronomes’ *ad hoc*, situacionais, em oposição a outros tantos ‘pronomes semânticos’.

Se determinado ente pertence a um conjunto e esse conjunto é subconjunto de outro, a denominação do conjunto mais abrangente pode substituir o nome do ente. Assim, se o leão pertence à categoria dos mamíferos e, esta, à categoria dos animais, pode-se chamar de animal o leão. Os linguistas chamam essa relação de hiperonímia.

O texto da reportagem

Em geral, a arte de governar consiste em tomar tanto quanto dinheiro quanto possível de uma classe de cidadãos para dar a outros (VOLTAIRE, *Dicionário Filosófico*, 1764).

A notícia expõe um fato ou uma seqüência rápida de fatos de um mesmo evento: cai um avião na mata fechada, uma notícia; resgatam-se passageiros e tripulantes dias depois, outra notícia; divulga-se o relatório técnico sobre o desastre, uma terceira notícia, apoiada na recapitulação das duas anteriores.

Já o relato detalhado, com base em testemunhos, do sofrimento daqueles dias passados na selva, entre feridos e mortos; medo, incerteza e crises de desespero – isso daria uma excelente reportagem.

As duas situações acima são exemplares daquilo que distingue notícia de reportagem – distinção que não se faz tão claramente na língua inglesa. A intensidade, profundidade e autonomia do jornalista no processo de construção da matéria são, por definição, maiores na reportagem do que na notícia.

O imediatismo é menos importante: algumas das mais famosas reportagens foram escritas – ou produzidas – muito tempo depois dos fatos a que se reportam. Só editadas em livros, geralmente extensos, e tomando como critério de seleção a colocação ao acaso na estante, *Chatô, o rei do Brasil*, de Fernando Morais; *Cobras criadas*, de

Luiz Maklouf Carvalho; a série de volumes sobre o regime militar, de Élio Gaspari; *O Dossiê Brasil*, de Geneton Moraes Neto, entre outros, de data recente. Clássicos, de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a *México rebelde* e *Os dez dias que abalaram o mundo*, de John Read. Percorrendo publicações, produções de telejornalismo, programas de rádio, o espectro da reportagem se amplia de tal forma que é capaz de incluir quase todos os temas do conhecimento e desconhecimento humanos.

A reportagem pressupõe alguma interpretação, quanto mais não seja a que sustenta a linha editorial, e permite certa margem de opinião, em temas duvidosos. Se, por acaso, o repórter entende que a explicação da Aeronáutica para a explosão do foguete que ia ser lançado de Alcântara, no Maranhão, em agosto de 2003, não é convincente, pode tentar obter documentos sobre o evento, levá-los a cientistas estrangeiros, relatar o esforço que envolveu a construção, expansão e operação da base – incluindo a resistência de movimentos ecológicos, propostas inaceitáveis de parceria etc. É arriscado: como em muitos outros casos, deve-se resistir à tentação do sensacionalismo, da superficialidade ou das teorias conspiratórias.

Na prática, a diferença entre notícia e reportagem começa pela *pauta*. Chama-se pauta, em jornalismo, o planejamento de matérias para um veículo ou de da matéria em particular. Depende de quem fala: editores tendem a considerar o conjunto, enquanto repórteres falam de pauta referindo-se ao projeto de matéria que lhe foi atribuído.

Pautas de notícias consistem, em regra, de:

(a) indicação de *suítes* – continuações ou desdobramentos de eventos da véspera (se um prédio desabou, a apuração das causas ou responsáveis pelo desabamento; se uma atriz famosa está na cidade, provavelmente dará uma entrevista coletiva, ou será interessante acompanhá-la em algum momento).

(b) sugestões de coberturas sazonais (o acesso às praias no verão, o preço das roupas de inverno, escolas de samba imediatamente

antes e depois do carnaval, preço dos peixes na semana santa, dos ovos de chocolate na páscoa);

(c) fatos de interesse público, descobertos a partir de observações pessoais (alguém viu novos barracos invadindo áreas de floresta);

(d) repetição local de notícias produzidas em outras cidades ou países com bons resultados editoriais (grau de confiança na água das piscinas públicas, uso de novas lentes para registro de eventos).

(e) eventos inesperados que chegam à redação por denúncias, apuração de rotina pelo telefone ou computador.

Pautas de reportagens são mais completas: reúnem as informações disponíveis sobre o tema ou evento e sugestões de tratamento editorial; fornecem sugestões quanto a sua abordagem e prevêm até custos e prazo de produção. Em televisão, é provável que uma pesquisa ou investigação prévia permita criar um pré-roteiro exeqüível.

Notícias podem motivar reportagens. Por exemplo: a notícia do desabamento de um edifício serve de *gancho* para uma reportagem sobre os prédios na região, ou sobre a formação dos engenheiros, a fiscalização de obras, aspectos do Direito relacionados a responsabilidades e indenizações em casos assim etc.

Isso não significa que toda reportagem tenha um *gancho*, ou seja, decorra de uma notícia. Posso *pautar* uma reportagem sobre a segurança do trânsito, sobre a crise política em Brasília (há sempre uma) ou sobre o triste destino dos habitantes de Cartago sob ocupação romana sem que algum acidente, a deposição de governante ou aniversário a motive.

O paradoxo (a antítese) é a principal matriz do interesse jornalístico. Mudanças políticas, inflexões no pensamento científico, procedimentos resultantes de novas tecnologias, o inusitado, o surpreendente – tudo que é capaz de gerar contradição ou conflito pode motivar uma reportagem. Mas é preciso também considerar a

oportunidade do tema ou evento, o quanto atende à demanda (para uso, informação cultural ou recreação) de comunidades ou segmentos da população que têm acesso ao veículo.

Em linhas gerais, a configuração da sociedade moderna valoriza a economia, que tende a ser a lente através da qual tudo se vê. Mesmo as atividades nada lucrativas, no âmbito do Estado ou fora dele, são contabilizadas pelo custo e justificadas pelo benefício econômico. Isso altera, de certa maneira, a noção de interesse jornalístico, competindo com fatores como a luta política (que tende a ser mais previsível), a tradição (atribuída com rapidez) ou a fé.

Pode-se, no entanto, fugir ao que é declaradamente econômico para abordar aspectos da vida moderna que têm interface com a economia. A venda contínua de automóveis – e de modelos luxuosos e caros – na cidade de São Paulo, por exemplo, pode ser documentada e suscitar uma questão curiosa: por que isso ocorre se cada automóvel, pelo rodízio, só pode rodar nas ruas três, dois e provavelmente, no futuro, um dia por semana. Terá sido mesmo o objeto ‘automóvel’ dispensado de sua condição primária de veículo para o patamar exclusivo dos símbolos de riqueza, dependendo da renda e do gosto, a frequência à comilança de uma churrascaria ou à dieta permanente de um restaurante da *nouvelle cuisine* – aquele que as pessoas prevenidas jantam em casa antes de ir lá?

Um dos elementos que tornam a reportagem mais necessária aos homens contemporâneos é a busca de explicações ou a adesão a novas habilidades. Nenhuma formação escolar ou acadêmica dá conta das transformações a que se assiste, atualmente, ao longo da vida. E o que é mera novidade para alguns poderá funcionar como indicador para pesquisas aprofundadas de um especialista ou aficionado. O território permanece livre para a mistificação, mas a credibilidade (quando não o compromisso ético) se amplia quando a informação é baseada em conhecimentos científicos e atende ao compromisso ético sem o qual o jornalismo é simplesmente pernicioso.

Cabe aos jornalistas discernir o que é efetivamente científico e ético o que é mistificação, abuso da credulidade alheia ou penetração na área restrita das intimidades de quem as preserva. Para isso, precisam dispor de um patamar razoável de conhecimentos na área da epistemologia da ciência¹⁹⁸, bem como dos costumes e limites fixados pela sociedade em que vivem para o que é público e o que é privado.

A cobertura

A cobertura de uma série de eventos, relacionados por contigüidade ou seqüência, no intervalo entre as edições de um jornal diário, fica na fronteira entre notícia e reportagem. Os procedimentos para produção desse gênero de relato eram, tradicionalmente, os seguintes:

- (a) colecionavam-se papéis com as informações sobre um evento em curso, distribuindo-os em pastas. Por exemplo: ‘acontecimentos principais’, ‘repercussão’, ‘antecedentes’, ‘personagens’, ‘situação geográfica’ etc.;
- (b) a certa altura, perto do horário de fechamento da edição, dividia-se a matéria entre diferentes redatores, um dos quais (geralmente o que acompanhava os fatos desde o início) incumbia-se do ou dos ‘acontecimentos principais’;
- (c) o material era editado na mesma página, distribuindo-se matérias e fotografias, geralmente, como sub-retrancas do texto mais importante.

Difícilmente o próprio correspondente ou repórter enviado ao local do evento redige o texto condensado: não teria tempo para isso e, mesmo que tivesse, não haveria vantagem apreciável. Por mais competente que seja, nenhum observador pode acompanhar uma

¹⁹⁸ O conceito de ciência, aqui, inclui a inferência e a experimentação empírica como instrumento de comprovação de hipóteses.

guerra (um terremoto, uma série de crimes, uma batalha parlamentar ou diplomática) em sua totalidade: vê apenas, de cada vez, alguns aspectos de batalhas (da destruição, algumas vítimas), conversa com oficiais no comando (com a defesa civil, com policiais ou bandidos) ou ouve políticos com versões desencontradas - e é bom que se limite a transmitir e avaliar essas perspectivas.

Ainda assim, o correspondente ou repórter especial costuma assinar a matéria e as informações que fornece são valorizadas, quer no texto principal quer em algum outro, publicado com destaque.

A introdução dos computadores e a concepção individualista do jornalismo (a confusão entre reportagem e repórter, entre indústria e artesanato) contribuíram para que esse conjunto de procedimentos fosse posto de lado, em várias oportunidades nas últimas três décadas. A edição ao longo do dia de matérias enviadas pelo correspondente ou repórter especial, ao lado de telegramas das agências, conduz a um erro grave: permite a repetição e a contradição entre dados.

No pólo oposto, a visão gerencial do jornalismo (que esteve e ainda está em voga) só possibilita grandes coberturas quando programadas com antecedência. O imprevisível é jogado nas páginas quase ao acaso, já que a gerência cobra sempre prazos, mas não cuida da qualidade do produto

Mesmo em matérias programadas, essa estratégia pode ser frustrante. Quando houve o atentado contra as torres gêmeas, na manhã de 11 de setembro de 2001 - no Brasil bem cedo - os jornais daqui tiveram tempo de se programar, acionado sucursais ou correspondentes que os principais deles têm Nova York. Abriam páginas, cadernos especiais. Não capricharam em matérias 'de gaveta' - como o relato da construção e da arquitetura das torres, a segurança ou insegurança dos aeroportos etc. Esperaram cobertura abundante. No entanto, o que se viu foram as mesmas imagens popularizadas pela televisão abertas mais do que deveriam ser, pouco texto (distribuído e

repetido nas páginas), nenhuma foto de mortos ou feridos, entrevistas com sobreviventes: em lugar disso, opinião orquestrada e unânime.

Acontecia algo em que editores e gerentes se recusavam (e se recusam) a acreditar: a imprensa americana, tão livre, até libertina, quando se tratava do romance extra-conjugal do Presidente Clinton, estava – e está até hoje – sob rígida censura¹⁹⁹, a ponto de os interessados colarem fotografias nas paredes para localizar pessoas desaparecidas. E as restrições, apoiadas em leis e numa espécie de consenso que não combina com o conceito comum de democracia, se estende à guerra do Iraque, em que as baixas americanas ocorrem sem cadáveres, lágrimas ou caixões de defunto.

O discurso do ‘condensado’

Teun Van Dijk, lingüista holandês, estudou os textos de condensados jornalísticos que ele, seguindo o padrão inglês, chama de ‘notícias’, quando, na verdade, são uma forma de apresentação que se pode considerar distintamente, típica dos diários impressos mas não a única utilizada por eles.

O artigo de Van Dijk mais conhecido no Brasil analisa a cobertura do assassinato de Bashir Gemayel, presidente cristão do Líbano, em 1982. Em outro texto, mais recente, o autor estuda o extenso noticiário do *New York Times* reproduzido no *International Herald Tribune* de 12 de julho de 1984 sobre a nomeação de um comitê libanês para assegurar a libertação de reféns cristãos aprisionados por militantes muçulmanos. A matéria inclui outros eventos ocorridos no país no mesmo dia, desde o ataque à embaixada da Líbia até os esforços do governo para reabrir a rodovia entre Beirute e Sidon, interditada havia meses por ativistas da minoria drusa.

¹⁹⁹ Legal, claro, prevista em lei e justificada com as melhores intenções, como foi na Alemanha, na União Soviética e em toda a Europa, até a segunda metade do Século XIX.

O *lead*, nas palavras de Van Dijk, “oferece a macroestrutura completa do tema principal”, especificando o agente (o governo libanês) e os objetivos do comitê (assegurar a libertação dos refêns e investigar o destino de outros desaparecidos). O segundo parágrafo complementa o primeiro: contém declarações do primeiro ministro Rashid Karami e informa que o comitê não tem prazo fixado previamente para concluir seus trabalhos.

Detalhes e especificações vêm no quarto e quinto parágrafos. O terceiro situa a informação principal no quadro de um esforço para restabelecer (ou estabelecer, se forem considerados os eventos após a Segunda Guerra Mundial²⁰⁰) a paz na região.. O ataque xiita à embaixada aparece no sexto parágrafo, como tema secundário. Finalmente, no penúltimo parágrafo (portanto, no pé da matéria) está o terceiro tema, a formação de outro comitê para cuidar da liberação da rodovia.

Van Dijk chega essencialmente a uma conclusão (VAN DIJK, 1990:77)

A partir desta análise, concluímos que o discurso jornalístico pode mostrar uma estrutura de realização temática que é, basicamente, global, de relevância controlada e cíclica. Quer dizer: os atos dos participantes principais politicamente relevantes começam primeiro, seguidos em cada ciclo pelos detalhes sobre eles, a identidade dos participantes secundários, os componentes, condições, conseqüências, formas dos atos, detalhes do momento e da situação etc. A utilização da relevância política como critério para a realização temática significa que se menciona primeiro as condições ou conseqüências e participantes compatíveis com modelo estabelecido pelo periódico e seus leitores em face da situação em geral e dos acontecimentos mais recentes em particular.

²⁰⁰ De 1934 a 1952, o Líbano foi governado por um só presidente, Bechara el Khoure.

O autor defende uma perspectiva semântica para a gramática do texto jornalístico:

O significado total (macroestrutura) do discurso possui algo mais do que seus princípios organizativos próprios. É necessário algum tipo de sintaxe total, que defina as formas possíveis em que os assuntos e os temas podem inserir-se e ordenar-se no texto real. Quer dizer: em nível global, necessitamos do que já era corrente nas gramáticas tradicionais, em que as representações semânticas se projetam sobre as estruturas sintáticas das orações.(op.cit.:78)

Van Dijk sustenta que a forma global do discurso pode definir-se por um esquema baseado em regras. Tal esquema é formado por uma série de categorias ordenadas hierarquicamente, “especificadas por diferentes tipos de discurso, tornadas convencionais e, em conseqüência, diferentes em sociedades ou culturas distintas”.(ibidem)

Reportagens ‘narrativas’

São relativamente raras nos periódicos impressos reportagens estruturalmente narrativas, isto é, constituídas de seqüências que se adicionam umas às outras, definindo um ou mais planos de narração. No entanto, muitas reportagens são ‘narrativas’ por outro aspecto, isto é, abordam eventos que transcorrem no tempo, subordinando seqüências a sentenças-tópico e eventualmente intercalando entrevistas, diálogos significativos e análises de situação.

A matriz dessas seqüências é, sem dúvida, o romance realista, ou uma variedade dele, o romance social. O repórter mais relata do que interpreta, mas isso não suprime a militância: participa ao escolher uma perspectiva, que não é necessariamente a do veículo ou do leitor. Dos fatos relatados, e não de discursos retóricos, brotam as figuras intensamente reais do Conselheiro, em *Os Sertões*, de Lênin e Trotsky

em *Os dez dias que abalaram o mundo*, ou dos comunistas presos, em *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos.

Se algo distingue o texto contemporâneo de seus antecedentes, no entanto, é a influência do cinema, que valoriza a significação do gesto e do detalhe; sugere mais do que afirma; mostra mais do que critica – sem que o significado, a sugestão ou a evidência correspondam necessariamente à verdade, tomada como adequação do enunciado ao fato. Cada reportagem constrói seu próprio universo e o serve, em postas, aos leitores.

Em outras palavras: qualquer reportagem factual contém uma interpretação e toda reportagem interpretativa – incluídas entrevistas e perfis – apóia-se, por definição, em fatos, ou não se trata de reportagem. No entanto, fala-se em ‘reportagem investigativa’. O que é isso?

Pode-se entender a expressão de duas maneiras, ou com ênfase em dois aspectos. O primeiro toma a investigação como atividade basicamente intelectual. Neste caso, a reportagem moderna tende a convergir para o que Philip Meyer chamou de ‘jornalismo de precisão’ (MEYER, 1991) e, na Europa, às vezes chamam de ‘jornalismo científico’.

Trata-se e agregar tecnologia no processo de produção intelectual da reportagem; da utilização de processos estatísticos; tabelas ou bancos de dados que podem oferecer diretamente informação jornalística ou ser o ponto de partida para o desenvolvimento de formas convencionais de apuração, como a entrevista e a consulta a textos. Esse método mostra-se útil quando se trata de contestar o senso comum com uma prova considerada irrefutável – a dos números; facilita a contextualização dos eventos e se presta à valorização do jornalismo como instrumento de educação permanente.

O segundo entendimento de ‘reportagem investigativa’ inclui procedimentos de risco, como simulação de identidade, infiltração em guetos etc. Um exemplar típico do gênero é *Cabeça de Turco: uma Viagem aos Porões da Sociedade Alemã*, de Gunter Wallraff, em que o

autor se faz passar por imigrante em busca de emprego e é levado a exercer funções degradantes e perigosas.

O texto resultante da aplicação dessas técnicas tem resultados diferentes. No caso do dado estatístico, ele pode ser exposto ou interpretado; já a investigação em campo, com todo risco que encerra, resulta normalmente em matérias com vários segmentos narrativos – em que o repórter pode aparecer como herói ou emissário do público. Há jornalistas que admitem o perigo por terem vocação heróica ou vaidade expandida.

A crise das ilustradas

A forma gráfica e o estilo dos magazines contêm proposta, enfoque, refletem normalmente uma época, de modo que *Careta* ou *Vida Doméstica* seriam incompatíveis com o jornalismo de agora (ambas são produtos típicos da primeira metade do século passado), ao contrário do que ocorre com os jornais, que atravessam diferentes períodos e até se vangloriam disso. É certo que a *Revue de deux mondes*, fundada em 1829, circula ainda – mas o ‘*journal littéraire*’ de hoje em nada se parece com a publicação que, no império, ia direto do Cais Faroux para o gabinete de D. Pedro II, que nela respirava perfumes europeus – não os melhores cheiros, opinam os eruditos.

Os magazines não especializados por tema ou público e que utilizavam a ilustração fotográfica como elemento motivador de leitura, decisivo na orientação e linha editorial das matérias – *Life*, *Look*, *Paris Match*, *Stern*, *Quick* e, no Brasil, *O Cruzeiro* e *Manchete* – tiveram seu apogeu nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial: *O Cruzeiro* chegou a tirar (ou anunciar a tiragem) mais de 700 mil exemplares, em um país de 50 milhões de habitantes, e *Manchete*, com suas cores maquiladas (por exemplo, o Canal do Mangue, no Rio de Janeiro, que escoia águias pluviais, não podia aparecer marrom, como é,

de fato; no máximo, ficava esverdeado) foi a grande divulgadora do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek.

Nessas publicações, como na televisão, boas imagens justificavam reportagens medíocres. No Brasil, em *O Cruzeiro*, afora a crônica do Rio de Janeiro e de São Paulo – cidades que começavam a se agigantar –, os assuntos mais freqüentes eram exposições de gado, índios e a selva que repórteres visitavam, sempre reverenciados e auto-referentes; em *Manchete*, a penetração no Oeste e as grandes obras da modernização do país.

.Nelas, a noção de *lead* ou mesmo de abertura de matérias sofria uma transformação radical: o que iniciava o texto e motivava a linha editorial era a fotografia ou as fotografias, que ocupavam bom espaço do *layout* (neste caso, conjunto de duas páginas). Não por acaso as primeiras revistas do gênero, na década de 1930, tratavam de cinema e serviam ao *marketing* de Hollywood veiculando imagens de atores e atrizes sempre muito bem iluminadas (uma luz atrás da figura delineava os cabelos e comumente a iluminação direta valorizava a expressão dos olhos e dos lábios).

Era a partir da fotografia que se armava o texto. A fotografia de homens encapuzados em um beco de Karbala, cidade iraquiana, geraria uma abertura assim (invento, com base em imagem da televisão):

A morte faz sua ronda nos becos de Karbala, cidade sunita que resiste ainda ao poderio da força armada mais poderosa do mundo. Lá não se conhece amigo ou inimigo, igualados todos pela pobreza, pelo medo e pela higiene precária dos cortiços.

Isto significa, para ser mais claro, que um texto sobre macartismo pode ter como principal ilustração a imagem do Senador Joseph McCharty, e começará contando algo sobre caçador de bruxas da década de 1950 – por exemplo, situando-o como patrono dos ‘falcões’ atuais na política americana; ou mostrar uma galeria de vítimas da comissão de atividades anti-americanas (escritores, roteiristas de

cinema, comediantes, cartunistas) e, neste caso, relatando sua odisséia; ou com a explosão da bomba de hidrogênio soviética, equiparada, na época, à AlQaeda do início do segundo milênio, como instrumento de retórica política.

Por que morreram essas revistas, ou por que sobrevivem apenas em áreas especializadas, como arquitetura ou erotismo? Por que o estilo se degradou até o nível de *Caras*, *Gente*, publicações nas quais a vaidade de criaturas irrelevantes se expõe de maneira explícita – sem o disfarce de qualquer atualidade jornalística – à comunidades de *voyeurs*?

A resposta mais comum é que submergiram diante da fartura de imagens na televisão colorida. Mas o processo da liquidação revela outras razões: muitas revistas pereceram mais por decisão dos anunciantes, ou das agências de publicidade, do que do público. No caso de *Look* e, principalmente, de *Life*, os fatores decisivos para o prejuízo das empresas editoras foram justamente o gigantismo das tiragens e o custo da distribuição, incompatíveis com a grandeza do faturamento publicitário. Teria ocorrido com elas fenômeno apontado por Max Weber²⁰¹, há quase cem anos:

Um jornal não pode nunca ter anunciantes demais, porém – ao contrário ao que sucede a qualquer outro produto à venda – pode chegar a ter demasiados compradores. Isso ocorre quando não tem condições de subir o preço dos anúncios o suficiente para cobrir os gastos de uma tiragem cada vez maior.

Ainda assim, as ilustradas abriram caminho para formas novas de jornalismo, seja na televisão, na internet, ou em revistas especializadas (eróticas, de moda, culinária, arquitetura, decoração) onde se mostram mulheres e homens bonitos, moda viável ou

²⁰¹ Acessado na Internet (Weber, 2004). O texto é de 1910.

exibicionista, pratos requintados ou simples e, ultimamente, prédios que combinam alta tecnologia e extremo mau-gosto do chamado *design* pós-moderno.

Áreas especializadas

Entre as áreas especializadas, política e esporte se distinguem porque, nelas, há espaço para textos analíticos: a crônica política e a desportiva complementam, misturam-se e às vezes competem com a reportagem.

Os fatos essencialmente políticos são poucos e, se públicos, geralmente datados: decisões de assembleias, eleições, distribuição de cargos, talvez a votação do orçamento (embora esse não se cumpra). Mas a política supre sua formidável demanda discursiva importando acontecimentos de todas as áreas, do preço das roupas de inverno ao atraente escândalo dos trajes de praia (ou da ausência deles) no verão

O noticiário político gira, portanto, em torno de questões muito variadas e consiste basicamente em enunciados na terceira pessoa: fulano disse, beltrano manifestou-se etc. A crônica política (e a reportagem que, com freqüência, faz as vezes dela) opera com enunciados ambíguos ou imprecisos, informando em linhas e entrelinhas – dizendo ‘A’ para fazer entender ‘B’. Por mais que se queira, não é possível fugir inteiramente de fórmulas como ‘fontes informaram’, ‘funcionários admitem’ etc.

Os bons cronistas políticos tornam-se confiáveis porque sabem fazer isso com a honestidade e o distanciamento necessário, mas a indeterminação genérica, a ocultação das fontes, que o jornalista preserva como os ases no jogo carteadado, permitem aquilo que se chama de ‘cascata’ – conclusões sem realidades subjetivas que a suportem, campanhas destinadas a ‘fritar’, ‘queimar’ ou desgastar administradores que contrariam o interesse das tais fontes. As fronteiras entre informação e boato, entre denúncia e calúnia são, aí, muito tênues.

No governo, há dois estados paralelos: um administra e o outro fiscaliza *a posteriori* o primeiro, fazendo-o purgar seus pecados, reais ou supostos. Quando pessoas desse segundo estado – de auditores a procuradores – têm militância política e se acercam de repórteres, pode-se esperar por denúncias. Torná-las aparentemente consistentes é fácil: o apartamento que o cidadão comprou dobra de preço, o uísque de rótulo vermelho – uma espécie de carro popular dos alcoólatras – ganha simbólicos rótulos dourados, cópias magnéticas de notas fiscais talvez ‘frias’ e fitas de diálogos talvez ‘quentes’ ao telefone podem ampliar e emprestar gravidade a acusações maliciosas que jamais levariam a condenação em qualquer processo legal. O denunciismo é a expressão do mau caráter de grupos preteridos ou descontentes; contagia repórteres incipientes, os raros indignados (indignar-se, nesse contexto, é um estado de espírito permanente) e também os insipientes que se apaixonam pela própria carreira.

No esporte, a notícia é o resultado do jogo, a que o público assiste; a escalação e *ranking*. Entre uma e outra temporada, campeonato local, nacional e mundial, é preciso manter a paixão, a autêntica e a que migra para cá por falta de sentido mais nobre que se dê à vida. O conteúdo passional é também inevitável no texto da reportagem desportiva mas se realiza na crônica, que revela de algum modo o viés de quem escreve e se nutre da emoção das arquibancadas semoventes.

Na reportagem econômica, tal como no jornalismo científico, o importante é aproximar do público e tornar compreensível o que se escreve ou fala. A diferença é que, em ciência, os conceitos são precisos mas podem estar muito distantes da experiência cotidiana. É o espaço ideal para a metáfora: através dela se pode avançar no universo da incerteza, dos quanta, das constelações, das células-tronco e dos átomos, sobrepassando o percurso histórico do conhecimento, a matemática avançada ou o experimento revelador.

Isso não é novidade: palavras relacionadas à subjetividade, igualmente difícil de traduzir, são, em maioria, metáforas construídas para nomear o que se sente e se imagina que os outros sintam igualmente. ‘Pensar’ significava originalmente cuidar de um ferimento; ‘conceber’ é o processo que antecede o parto; ‘imaginar’ é criar imagens; ‘angústia’ é o desespero da supressão do ar; as dores são ‘agudas’, ‘profundas’; o ‘trauma’ foi físico, especialmente cirúrgico, antes de migrar para a psicologia; a ‘reflexão’ começa nos espelhos (ou nas águas límpidas em que Narciso se mirava) e a ‘alienação’ foi uma forma de loucura.

Toda metáfora encerra o risco de falsificar aspectos essenciais da realidade; por isso, a tradução de linguagens em uma mesma língua natural implica muito mais do que a equivalência de palavras. O trabalho de divulgação deve interessar a cientistas e professores de ciências tanto quanto aos jornalistas.

Com a economia, o caso é outro. Trata-se, freqüentemente, de um discurso unilateral, em que se procura ocultar a prevalência do capital financeiro. Assim isso, os preços não sobem, mas são ‘reajustados’; surge o *spread* para designar taxas que se acrescem aos juros correspondendo ao risco subjetivo de inadimplência do devedor, que pagará as penas do inferno se ocorrer (a palavra inglesa, ambígua, significa ‘cobertura’, ‘crescimento’ e ‘afastamento’, entre outros sentidos); fala-se dos números absolutos, quando convém, ou de porcentagens e ‘pontos percentuais’, se esse é o melhor argumento.

O boom das especializadas

De certa forma, o *boom* dos magazines especializados compensou a desapareição daquelas revistas antigas, com formato maior do que o *letter* das americanas ou o A-4 das revistas brasileiras de informação geral²⁰². Tratando de assunto específico ou dirigidas a público definido,

²⁰² *Letter*: 21,6 x 27,9 cm; A-4: 21,0 por 29,7 cm.

revistas especializadas admitem classificação em ‘de lazer’ e ‘de serviço’ e, entre estas, as ‘de produção’ (*Globo Rural*, por exemplo), ‘de divulgação científica’ (*Pesquisa*, por exemplo), ‘instrumentais’ (sobre economia, informática, farmácia etc.) e o mais para que se imagine haja mercado.

*Tribos*²⁰³ se multiplicam pelo mundo, mas a vida dos magazines especializados não é sempre tranqüila: se uma *Quatro Rodas* (e seu anuário turístico) ou uma *Playboy* se dão bem (Hugh Hefner foi esperto o bastante para estimular clientes tímidos, misturando mulheres, piadas e temas eruditos, estes como eventual álibi para a compra), também é certo que uma *Bizz* ou *Raça* devem compor, para justificar o investimento e os anúncios, paixões aparentemente incompatíveis.

De um lado, *rock*-eruditos; de outro, adolescentes apaixonados por conjuntos *pop*. Aqui, militantes do ‘movimento negro’; adiante, indivíduos que, no Brasil, negros, mestiços ou ‘índigenas civilizados’ (na antropologia da moda, índio é aquele que vive na selva, compondo, ‘com a natureza’, ‘parques ecológicos’), pretendem integrar-se à sociedade, não refutá-la. Em todos os casos, trata-se de indivíduos de um núcleo que se supõe ‘consciente’ e ‘formador de opinião’, e de um grupo numericamente maior de pessoas que os primeiros consideram ‘alienados’ e ‘pouco esclarecidos’.

Esse conflito é sentido tanto nas publicações sobre temas culturais quanto naquelas que abordam assuntos científicos. Estas, se confinadas à divulgação do que efetivamente é ciência, restringem seu público²⁰⁴; se se abrem para o misticismo, podem alcançar tiragens espetaculares. É tentação a que a maioria das empresas editoras não resiste. Em lugar dos *quarks* e *quanta*, por que não o ‘perigo’ das vacinas ou a secular especulação sobre a autenticidade do santo sudário? Se há doenças para as quais não existe cura ou cujo

²⁰³ Aqui, a palavra designa ‘comunidades dispersas’.

²⁰⁴ A fruição de uma informação depende da possibilidade de contextualizá-la. Relevante é o que, combinado com o que se sabia, produz informação nova (Soerber & Wilson)

tratamento exige grandes sacrifícios, por que não apregoar ‘soluções alternativas’ – do ‘toque das mãos’ às ‘ervas milagrosas’?”

Por se dirigirem a um grupo formador de opinião de conhecedores do tema, uma revista especializada, seja em vinhos ou em chorinhos, é forçada a ter sério compromisso com os temas que propõe. Erros são perigosos; desvios de conduta são punidos com rigor por esses leitores e, mais cedo ou mais tarde, pelos outros.

Por detrás da revista, há compromissos nem sempre evidentes. Quando uma delas, especializada em motocicletas, aponta defeitos em um modelo, a fábrica até lamenta, mas não deixa de anunciar por isso: o que o magazine se propõe a promover é o uso e a ‘cultura’ da moto, não a marca em particular. A crítica resulta em credibilidade, e é parte das regras do jogo.

Reportagem opinativa

Alguns magazines, geralmente de circulação semanal, prosperam vendendo interpretação e opinião²⁰⁵ – não qualquer uma, é claro. Quase todos (os chamados ‘magazines de informação geral’) descendem de *Time*, publicação americana que surgiu em 1922, como parte de um projeto de poder que levaria o país à hegemonia mundial.

Para cumprir sua tarefa, a *Time* criou o *timestyle*, maculando o estilo jornalismo americano com adjetivos e outros modificadores que fingem ser ocasionais ou óbvios, de modo que locuções nominais, mais do que sentenças, orientam o leitor no sentido pretendido.

Ivo Dittrich (DITTRICH, 2001²⁰⁶) analisou 150 textos da editoria de Economia e Negócios (50 de *Veja*, 50 de *Isto é* e 50 de *Época*, entre julho de 1999 e junho de 2000), destacando dessa grande amostragem um conjunto típico de 30 textos e, nele, 4554 locuções nominais. O

²⁰⁵ Considera-se interpretação um entendimento da realidade entre outros, raramente explícito e do qual se pode discordar em maior ou menor grau; já a opinião é algo encerrado, incontestado, que só admite a concordância ou a rejeição pura e simples.

²⁰⁶ A cópia em disco rígido do texto de Dittich que consultamos não tem páginas numeradas.

período foi marcado pela ‘bolha’ das empresas de tecnologia, cujas ações foram levadas a preços absurdamente altos, para prejuízo dos investidores incautos, ingênuos e crentes de que ‘o futuro *era* agora’. Não era.

Uma das tabelas que o autor organizou investiga a distribuição das expressões referenciais em relação ao modificador (adjetivo), contrapondo as descrições simples (sem modificador) às descrições modificadas (com modificador)²⁰⁷. A pesquisa não capta aquelas situações em que o próprio nome já embute potencial informativo e argumentativo Os dados são:

TABELA 01: Distribuição das descrições simples e descrições modificadas

TEXTO	D simples	%	D modificadas	%	TOTAL
TOTAL	1077	24%	3476	76%	4554

Analisa o autor:

Computando individualmente cada um dos trinta textos, pôde-se observar que apenas em quatro deles as *descrições simples* fugiram da faixa percentual entre 21% e 29%. Pode-se dizer, portanto, que 25% das descrições nominais, em média, são *descrições simples*: não se fazem acompanhar por modificador. Ou então: *as descrições modificadas* prevalecem numa proporção aproximada de 3x1. Significa que a adjetivação é alta e deve ter alguma origem ou papel a cumprir.. (DITTRICH, 2001:121-122)

Os ‘magazines de informação geral’ flutuam entre a interpretação e a opinião manifesta. Esta, quando torna evidente a postura

²⁰⁷ **Descrições simples:** (ou não-modificadas): São os nomes de pessoas, de instituições ou de outras entidades (*objetos*), que não vêm acompanhados por modificador (adjetivo ou oração adjetiva): *Samuel Klein, o Bozanno, as Casas Bahia, uma empresa, seus lucros, a luta, os confrontos*. Não aparecem sinalizadas especificamente ao longo do texto.

Descrições modificadas: São os nomes de pessoas, de instituições ou de outros *objetos* que vem acompanhados por modificador: *centro financeiro de São Paulo, o empresário Samuel Klein, um grande problema, o discreto Bozanno, uma estratégia heróica*.

dominante na sociedade – isto é, nas elites –, tende a não ser percebida como tal: o que está escrito parece constatação ou evidência. Tem sido o caso, freqüentemente, com *Veja*, da Editora Abril. Revista opinativa, centenas de milhares de pessoas consomem suas matérias como se fossem relatos fidedignos. No entanto, o texto, se olhado atentamente, revela-se estranho: se um funcionário tem a incumbência de selecionar currículos de pessoas indicadas para cargos públicos, diz-se que o homem ‘bisbilhota’ a vida desses candidatos; se o presidente da República assina expedientes de rotina sem ler – coisa inevitável para qualquer executivo –, chama-o de ‘nefelibata’²⁰⁸. É algo capaz de impressionar quem não conhece bem o sentido de ‘bisbilhotar’ e de ‘nefelibata’. E esses são só exemplos de uma coleção muito rica de inventos presunçosos.

Época, lançamento bem mais recente do grupo Globo, opera com outra lógica, que corresponderia, no mercado de revistas de informação geral, ao estilo do jornal *USA Today*: os títulos e edição das matérias são feitos já no *software* de editoração, que admite páginas-modelo (*templates*) e incorpora grande número de elementos a serem editados em um trabalho que envolve infografia e arte, editoração eletrônica e fotografia. O resultado reflete o crescente domínio da arquitetura *web* sobre a produção gráfica. Talvez por isso, o texto seja mais sóbrio, preservando-se, embora, o nível do senso comum e um tanto de *timestyle*.

A distribuição dos assuntos já revela o clima do *fin-de-sécle*:

TABELA 02: Distribuição dos assuntos nas 150 reportagens:

ASSUNTOS	TOTAL	Percentual
Fusão ou venda de empresas	28	18,67
Empresas e investimentos	28	18,67
Política econômica nacional	25	16,67
Empresários ou executivos	17	11,33
Questões sociais	14	09,33
Corrupção ou denúncia	11	07,33
Política econômica internacional	11	07,33

²⁰⁸ *Veja*, 16.06.1999

Internet	09	06,00
Crise Brasil-Argentina	07	04,67
TOTAL GERAL	150	100%

Comenta Dittrich que a seleção dos assuntos

reforça a idéia de que, para as diferentes revistas, assunto econômico importante é o que informa a respeito dos grandes negócios que se realizam em escala mundial, novidade típica da era da globalização. Possivelmente, por isso, o assunto “fusões” tenha freqüência tão alta. Para se tornarem cada vez “maiores”, as empresas “unem-se” umas às outras a fim de “disputar” com “intensidade” o mercado mundial. Parece que os traços – união, disputa e intensidade – colocam-se a serviço da “grandiosidade” ou, pelo menos, subsidiam-na.

Ainda os textos sobre empresas e investimentos apostam no traço grandiosidade:

Merecem destaque aquelas empresas com grande aporte de capital ou que tiveram lucros ou investimentos extraordinários. (...) Mesmo quando se trata de empresas ou empresários em dificuldade, a informação recai sobre o nível de endividamento, mas sempre em cifras muito altas. Mesmo as reportagens sobre denúncias de corrupção inscrevem-se no mesmo traço – ou seja, pode-se entender que os casos de corrupção em menor escala seriam toleráveis. Somando estes quatro blocos, chega-se a um total de 84 reportagens: mais da metade dos textos, portanto, são atravessados pelo traço “grandiosidade”.

Eis a distribuição dos títulos e subtítulos considerando quatro traços dominantes – grandiosidade, união, disputa e intensidade:

TABELA 03: Distribuição dos 4 traços em títulos e subtítulos das reportagens

Traços	Grandiosidade	União	Disputa	Intensidade	TOTAL
Títulos	27	09	30	23	89
Subtítulos	45	15	30	08	98
TOTAL	72	24	60	31	187

Há predominância dos títulos constituídos de locuções nominais:

TABELA 04: Resumo dos títulos de natureza nominal

REVISTA	DDS	DND	DIS	*OCN	TOTAL
Veja	14	07	02	06	29
Época	11	28	02	04	45
Isto É	13	17	01	10	41
Total	38	52	05	20	115

* DDS: formados por descrições definidas (precedidas de artigo definido); DND: formados por expressões não definidas (sem artigo); DIS: formados por expressões indefinidas; OCN: outras configurações nominais. Ex: 'Em dois mundos' (*Isto é*); 'Do tango ao bolero' (*Época*); 'Até pão de queijo' (*Veja*).

Os títulos com verbos são poucos. Mais freqüentes em *Veja* (na proporção três em quatro, ficando as outras com um em quatro) , neles predominam verbos de ligação (ser, estar, permanecer, ficar) e os de processo (viver, morrer, aparecer). Observa, no entanto, Dittrich, que a mera referência a verbos não dá conta da realidade:

Mesmo o benefativo²⁰⁹ 'dar', que envolve ação, ganha sentido processual em 'dar as cartas', que significa 'estar no comando'. Como nesse caso, os verbos de ação, quando presentes, têm. No geral, sentido metafórico, sugerindo situações: 'A buzina tocou' não se refere a qualquer buzina que tenha tocado, mas a um estágio de risco comparável à crise no trânsito ou, mais remotamente, à interrupção de um show em tradicional de programa de TV e, antes, no rádio.

²⁰⁹ Na classificação semântica dos verbos, com o objetivo de descrever sua regência (as exigências e possibilidades com relação a sujeito e complementos), 'dar' tem sentido benefativo (que beneficia alguém), como emprestar, devolver, repassar etc.

Com a ressalva acima, eis a quantificação, nas 150 reportagens estudadas:

TABELA 04: Resumo dos títulos que incluem verbo:

REVISTA	DDS + Verbo	DND + Verbo	OUTROS	TOTAL
Veja	07	03	11	21
Época	00	01	04	05
Isto é	00	03	06	09
Total	07	07	21	35

De fato, o predomínio de títulos com locuções nominais ou que se reportam a estados de coisas é próprio dos magazines. Não há, em regra, notícia nova – salvo alguma reportagem ou entrevista exclusiva – e o jogo de palavras nas locuções presta-se mais ao uso de figuras de estilo como a paráfrase ('Dois para lá, dois para cá', *Veja*, sobre o câmbio) a possibilidade de recuperar um segundo sentido na memória ('a buzina tocou', *Veja*, sobre a cotação do dólar), a citação ('Admirável mundo novo', *Isto é*, sobre uma suposta violação da privacidade dos clientes de bancos) ou a metáfora ('A velha fábrica vira pó', *Veja*, sobre a mudança dos métodos de trabalho numa montadora de automóveis).
Escreve Dittrich:

As considerações anteriores a respeito das descrições definidas nas suas mais diversas configurações pretendem ter acentuado que, mesmo em situações à primeira vista 'neutras', o conflito entre referir e informar pode desencadear algum nível de argumentação: é a própria característica da linguagem em uso. As análises indicam que a manifestação dessas diversas dimensões nem sempre é controlável por quem produz o discurso.

Atribuições do copy-desk

Se há um divisor de águas entre jornalistas e jornalistas, esse divisor passa pelo conceito e atribuições do *copy desk*. Originalmente, à falta de escolas, esse corpo de redatores reescrevia boa parte dos textos de um jornal ou revista brasileiros.

O jornalista típico, experiente mas com plena consciência das limitações e fragilidades humanas, fica imensamente grato quando melhoram o texto ou corrigem um erro qualquer de informação na matéria que escreveu, e resmungo, se não concorda com a mudança feita. O pavão da espécie, no entanto, competitivo e apaixonado por si mesmo, sacode as penas, cheio de ódio, se lhes pespegam uma vírgula na obra prima – sempre a última matéria que redigiu.

Há dois objetivos possíveis para o *copy desk* em jornalismo:

A. Verificar a correção das informações incluídas no texto, particularmente daquelas que o repórter ou redator acrescenta para situar ou contextualizar dados que apura. Por exemplo:

- “A obra mais antiga da biblioteca é a primeira edição de um livro de Spinoza, filósofo português do século XVI” – Spinoza era português? Viveu no século XVI?
- “O petróleo iraquiano é transportado em caminhões até a Jordânia por uma estrada de rodagem construída em parte pela empresa brasileira Norberto Odebrecht, na década de 1980.” – Existe a estrada? A Odebrecht participou da obra? Quando? Dela toda ou de parte? A estrada segue até as Jordânia?

- “Herbert Schiller, seu filho Brian e Noam Chomsky são críticos da sociedade americana que, embora muito rigorosos em suas observações e conhecidos em todo o mundo, permanecem ignorados pela academia e pela mídia dos Estados Unidos, país onde nasceram.” – Os nomes se escrevem assim? O filho de Herbert chama-se Brian? Como e por quem Chomsky é desconhecido, se pertence aos quadros do prestigioso MIT?
- “Os moradores se queixam ...” – Quantos moradores foram ouvidos? As associações de moradores são realmente representativas? Existem antagonismos políticos entre as associações e o governo local? Foi ouvida a oposição a essas associações? As eleições locais de associações têm participação ampla? As diretorias têm antecedentes tais como grilagem de terras, estelionato, relações com o tráfico de drogas etc.?
- “Com o corpo moldado por lipoaspirações e próteses de silicone, os cabelos louros com raízes escuras, ela resiste ao tempo..” – Por que diabo o repórter terá sido tão deselegante? Será verdade isso? A perua é tão perua que mereça isso?

Esse tipo de *copy desk* é típico da imprensa americana, particularmente das revistas semanais, quinzenais, mensais. Assim, embora textos opinativos possam servir a interesses ocultos, os fatos costumam ser verdadeiros, ainda que cuidadosamente selecionados. Do ponto de vista deles, há nítida diferença entre mentir e omitir ‘o outro lado’ da informação.

B. Correção estilística – Essa foi a motivação que levou à introdução do *copy desk* no Brasil – primeiro no *Diário Carioca*, depois no *Jornal do Brasil*, na década de 50. As críticas sistemáticas ao *copy desk* do Jornal do Brasil, principalmente em *O Globo* (nas colunas de Nelson Rodrigues), expressavam a má compreensão do fenômeno: supunha-se que, ao colocar dentro de uma formatação diferente o texto de notícias e reportagens, o *copy desk* alterava, no sentido ideológico, as matérias. No quadro de paranóia da época, tratava-se de impor a objetividade a serviço do marxismo (“os idiotas da objetividade”), por mais absurda que essa composição possa parecer hoje.

Com o enxugamento das redações, principalmente a partir do “projeto *Folha*”, o *copy desk* foi suprimido (ou reduzido a raros subeditores) e se passou a exigir dos repórteres texto final, isto é, sem erros de informação e sem impropriedades estilísticas ou gramaticais. Muitos repórteres aprovaram a medida, considerando que os redatores do *copy* “mutilavam” suas matérias. É até possível que isso acontecesse: o *copy desk*, originalmente ocupado por pessoas bem qualificadas do ponto de vista da linguagem, perdeu essa característica com o tempo; provavelmente erros ou impropriedades foram acrescentadas aos textos, ao lado de outras tantas correções feitas. Como qualquer pessoa que costuma escrever sabe, os erros, em geral, não são percebidos na releitura do próprio texto, logo em seguida a tê-lo escrito.

Quando se deve reescrever

6. PARA RESUMIR - Inicialmente, cortam-se palavras: pela ordem, adjetivos, advérbios, qualificações intercaladas, detalhes descritivos etc. Depois, cortam-se informações de interesse secundário. Caso os cortes sejam insuficientes, ou dificultem o entendimento do texto, a solução é utilizar estruturas de frase mais compactas.

7. PARA CONDENSAR OU CONSOLIDAR UM TEXTO - Verificam-se as informações contraditórias, suprimindo a de menor confiabilidade (por exemplo, se se trata de nomes de feridos, a relação fornecida pelo hospital costuma ser mais confiável do que a obtida de policiais, no local de um acidente). Finalmente, reescrevem-se, se necessário, alguns desses grupos ou todos eles. O importante é passar para o leitor um relato consistente (não contraditório) do que aconteceu. Pode-se ter que incorporar informações de um *press release*²¹⁰ tardio a uma matéria do jornal, ou combinar textos de várias agências (internacionais, nacionais) em um mesmo enunciado, não contraditório.
8. PARA SITUAR EM PERSPECTIVA LOCAL - Trata-se, aí, de reordenar informações de matéria destinada originalmente a público maior ou público de outra região. Assim, devem ser destacadas (priorizadas, colocadas no *lead*) as referências a um autor local na cobertura de um seminário no exterior ou em outra região; a participação de parlamentares estaduais na cobertura do Congresso Nacional; a decisões nacionais ou internacionais que afetam a economia, o esporte, a política regional etc..
9. PARA AMPLIAR - Uma informação breve (por exemplo, de uma inovação tecnológica) pode gerar matéria extensa se combinada com informações de arquivo, obtidas em um banco de dados, ou pesquisadas em uma enciclopédia. Várias circunstâncias podem motivar a necessidade de ampliação de uma informação: uma é o aproveitamento de fotos; outra, a relevância local de um assunto. Na maioria das áreas de cobertura, é fundamental dispor de arquivos em bancos de dados; jamais faltará oportunidade de emprego a jornalistas que dispõem de grande acervo de informações, por exemplo, sobre violência urbana, estratégia militar e política, disponibilidade de água etc. E nem sempre o

²¹⁰ Comunicado distribuído por assessoria de imprensa.

repórter mais ágil na cobertura é também o mais metódico numa busca na Internet.

10. PARA ATUALIZAR - Uma informação pode alterar fundamentalmente o enfoque de matéria concluída. Por exemplo, uma entrevista quando sobrevém a morte do entrevistado; o relato de uma negociação quando se anuncia inesperadamente o acordo; o projeto de uma reforma urbana quando ocorrem cortes orçamentários etc. Trata-se de um tipo de condensação.
11. PARA CORRIGIR O ENFOQUE - Pode ocorrer de a matéria ter enfoque não adequado para publicação. Isto nem sempre resulta de erro do repórter. Uma hipótese é a de incorporação de uma notícia no contexto de cobertura mais ampla (a recuperação de determinado atleta como sub-retranca de reportagem sobre medicina desportiva); outra, a exportação da matéria de uma editoria (*economia*, por exemplo) para outra (*cidade*, por exemplo).
12. PARA SUPRIMIR ARGUMENTOS DE PROPAGANDA EMBUTIDOS EM UM TEXTO - É comum *press releases* e *press kits* conterem material de pura promoção da empresa ou instituição interessada: o destaque exagerado à marca, históricos impertinentes de êxitos comerciais, relevância indevida a diretores e gerentes etc. Esse tipo de inserção é eventualmente hábil e passa para o texto de repórteres inexperientes ou preguiçosos – quando não é o próprio *press release* a única informação disponível.
13. PARA MODIFICAR O ESTILO DA MATÉRIA - Uma entrevista em perguntas e respostas pode ser transformada em texto corrido, uma notícia em *feature* para suplemento, um perfil em documentação para uma notícia de premiação ou falecimento etc.
14. PARA CORRIGIR O TEXTO - Erros de linguagem ou de estrutura (estes mais freqüentemente) podem obrigar a reescrever o texto. A formação dos jornalistas é deficiente; saem das faculdades com pouca consciência do que é a profissão; o contato com o meio acadêmico tende a valorizar a complicação e a

obscuridade, bem como a arrogância e a auto-suficiência ; a leitura na tela do computador aumenta o risco de manutenção dos erros; as palavras são muitas vezes “adivinhadas” ou inferidas do contexto, mais do que efetivamente lidas

Alguns conselhos para reescrever

A – A não ser para os muito acostumados e com memória privilegiada, não se aconselha o uso de janelas na tela do computador para lidar com grandes volumes de texto: o original deve ser visto em sua inteireza, com possibilidade de remissão fácil, uma vez que se trata de reordenar proposições dispersas. O ideal é dispor em papel dos originais a serem reescritos ou condensados.

B – Deve-se ter cuidado ao modificar a estrutura de uma sentença ambígua ou de um texto sobre que tenha dúvida; provavelmente a escolha irá o sentido errado. A solução, neste caso, é consultar quem escreveu – ou apurar de novo.

C – A ambigüidade é muito mais comum do que parece. Quem escreve um texto geralmente não percebe construções ambíguas. Por isso, é sempre conveniente que o texto seja lido por uma segunda pessoa antes da publicação.

D – Critérios de redação – O cuidado com palavras como *vários, alguns, diversos; alto, baixo; rico, pobre; perto, longe* etc. elimina ou reduz bastante a vagueza de um texto. Mas não existem critérios que eliminem a ambigüidade, que pode ser semântica (expressões como ‘sair com’, ‘senhora generosa’, ‘comportamento liberal’) ou estrutural (por exemplo, ‘deixou a cidade escandalizada com os espetáculos imorais’).

E - Não se devem alimentar preconceitos quanto ao trabalho dos redatores. Reescrever matérias, quando necessário, e produzir

condensados de texto é função jornalística tão nobre quanto qualquer outra. Quanto mais experiente o profissional, mais ele será chamado a reescrever matérias. Tanto quem reescreve quanto quem apura está simplesmente processando informações. Numa estrutura produtiva competente, jornalistas de maior experiência costumam coordenar a produção de matérias; devem ser éticos o bastante para assinar, em regra, com os profissionais mais jovens ou menos aptos que trabalham com eles

F – Obedeça às normas de redação gerais e àquelas que o veículo adota. A normalização é um padrão de qualidade do produto editorial na indústria jornalística.

Textos na mídia eletrônica

Norbert Wiener, um dos criadores da era da informação, escreveu: “A sociedade da informação só pode existir sob a condição de troca sem barreiras. Ela é incompatível com o embargo ou com a prática do segredo, com as desigualdades do acesso à informação e sua transformação em mercadoria.”
[*Cybernetics or control of communication in the animal and machine*, 1948]

A evolução do texto na mídia eletrônica acompanha, por um lado, o avanço das tecnologias e, por outro, as demandas comerciais e políticas ao longo do Século XX e no início do Século XXI. Em alguns casos, o salto de qualidade foi impossível de conter; em outros, possibilidades tecnológicas foram postas de lado por algum tempo para permitir a sobrevivência de indústrias condenadas à obsolescência.

Um exemplo de salto magnífico foi o aproveitamento do *chip* pela indústria japonesa, após a destruição por bombardeio nuclear das fábricas de válvulas eletrônicas do arquipélago. Um exemplo de conduta oposta foi a demora de décadas na implantação de processos digitais de gravação e edição ou da TV de alta definição, em benefício de indústrias de filmes e equipamentos fotográficos e cinematográficos analógicos.

Não existem radiojornalismo, telejornalismo ou web-jornalismo, da mesma forma que não existem magazine-jornalismo, diário-jornalismo, agência-jornalismo, assessoria-jornalismo ou celulares-jornalismo. O jornalismo é atividade e serviço público que se adapta a diferentes meios tecnológicos e convive com os usos econômicos e culturais desses meios. No entanto, há diferenças importantes nos

mecanismos perceptivos de quem lê, contempla ou ouve; e as circunstâncias da percepção variam do segundo plano de quem dirige automóvel com o rádio sintonizado até o primeiríssimo plano de quem imerge no ambiente de um programa de TV em tela ampla.

O jornalismo trafega informação nova, ou, ainda que antiga, desconhecida do público – e, portanto, só então revelada. O critério de seleção é o interesse jornalístico, difícil de definir porque varia com o fluxo da história e a ideologia, entendida como a maneira como a sociedade ou grupo social representam a realidade para si mesmos.

A crise do jornalismo não reside na troca de mídias, na introdução da cor na televisão, na utilização do computador em todas as fases do processo criativo. Resulta da incapacidade de confrontar preconceitos, saberes entrincheirados e arcaicos; conviver com o fascismo que ressurge de várias formas; enfrentar a crença corrente de que a informação do mal é mais perigosa do que o mal em si.

O entendimento da mensagem jornalística depende, como o nome sugere (in+formação), da formação prévia. Quem não sabe que os organismos vivos macroscópicos são constituídos por estoques diversificados de células e, ao mesmo tempo, acredita nas tramas do diabo pode facilmente admitir que cientistas inspirados pelo demônio preparam-se para retirar embriões da barriga das mães, retalhá-los e enriquecer a si mesmos rejuvenescendo velhos milionários. Haverá pregadores para repetir esse (e qualquer outro) tipo de bobagem.

Onde quer que conjugue negócio privado e serviço público, a mídia enquadra-se em cenários imaginados ora por políticos (que concedem canais), ora por empresários, executivos e agências de propaganda. O desaparecimento do rádio *broadcasting* é típico; não ocorreu porque surgiu a televisão, mas porque os investimentos em TV mostraram-se mais vantajosos para esses senhores: o custo de produção e veiculação é maior e mais concentrado (o que eleva o ganho das agências de publicidade), a representação da realidade menos ambígua (o rádio abre enormes espaços à imaginação), o controle

estatístico de audiência fica mais fácil e a escala de custo-benefício torna-se plenamente adequada à grandeza das megacorporações.

Na verdade, o rádio não compete necessariamente com a televisão, pela simples razão de que se pode cozinhar o almoço, instalar um equipamento elétrico ou dirigir automóvel ouvindo rádio – coisa que alguém correrá sério risco se tentar fazer olhando para a televisão.

Rádio

O rádio é uma das muitas invenções que introduziram o mundo na era da eletricidade. A constatação, em 1887, por Henrich Rudolf Hertz²¹¹, de que existiam de fato as ondas eletromagnéticas imaginadas 24 anos antes por James Clerk Maxwell²¹² pode ser tomada como ponto de partida para o desenvolvimento da radiodifusão.

Mas os nacionalismos ingênuos selecionam, dentre os pioneiros de qualquer invento dessa época, seus próprios heróis e cérebros privilegiados. Assim, os americanos lembrarão Samuel Finley Breeze Morse²¹³, que desenvolveu o telégrafo na primeira metade do Século XIX; e Lee De Forest²¹⁴, que inventou o triodo, válvula constituída de um catodo, uma grade e uma placa; e os italianos não esquecerão as experiências de Guglielmo Marconi²¹⁵.

Se é assim, os brasileiros não devem deixar passar em branco a figura de Roberto Landell de Moura²¹⁶, que realizou a primeira transmissão da palavra falada, sem fios, em 1893, e repetiu o feito, do Bairro Santana ao alto da Avenida Paulista, em São Paulo, em 3 de junho de 1900. O invento foi patenteado no Brasil, em 9 de março de 1901. Com a ajuda de amigos, o inventor obteve patente americana para seu ‘transmissor de ondas’, em 11 de outubro de 1904, e para o

²¹¹ (1857-1894)

²¹² (1831-1879)

²¹³ (1791-1872)

²¹⁴ (1873-1961)

²¹⁵ (1874-1937)

²¹⁶ (1861-1928)

telefone sem fio e telégrafo sem fio, em 22 de novembro²¹⁷. Como ele, além de cientista, era padre e teve a ingenuidade de prever um futuro com raios l iser e sat elites artificiais, afirmando que as emissões radiofônicas poderiam talvez permitir no futuro a comunicação com seres inteligentes de outros planetas (implicação  bvvia do fato de se processar por ondas conceitualmente similares às da luz) nem mesmo no Brasil foi levado muito a sério.

Somente em 1906 a radiodifusão ficaria conhecida: Lee De Forest associou-se a Reginald Aubrey Fessenden para transmitir números de canto e solos de violino na noite de Natal. Outras transmissões pioneiras foram realizadas nos anos seguintes, mas o rádio teve principalmente uso militar, na Primeira Guerra Mundial.

No pós-guerra, a radiodifusão teve expansão rápida nos Estados Unidos. A partir dos aparelhos fabricados para uso nas trincheiras, a Westinghouse criou receptores para uso civil. Em 1921, havia no país quatro emissoras; no ano seguinte, 382.

Em 1923, Edgar Roquette Pinto²¹⁸ e Henrique Charles Morize²¹⁹ fundaram a primeira estac o de rádio brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que deveria ser mantida com a contribuição mensal dos ouvintes. O custeio pela publicidade começou nos EUA e chegou ao Brasil em 1932, quando um decreto autorizou a venda de espaço na programac o.

Estados imperiais interessaram-se principalmente pelas ondas curtas, que levavam mensagens e difundiam a cultura (e até a pronúncia das palavras) da metrópole pelas col nias e estados dependentes, – caso t pico da BBC, British Broadcasting Corporation, da Rádio França Internacional e da Rádio Nacional portuguesa. O mesmo ocorreria em países extensos, como a União Soviética, Canadá, China,

²¹⁷ As patentes obtidas por Landel de Moura tinham os nomes de teleauxiofono (telefonia sem fio), claoefono (telefonia com fio) Anemat fano (telefonia sem fio), teliliton (com o qual duas pessoas podiam comunicar-se sem ser ouvidas por outras) e o edifono (depurador da vibra o parasita da voz fonografada, reproduzindo-a ao natural)

²¹⁸ (1884-1954)

²¹⁹ Morize dirigiu o Observatório Nacional de 1908 até sua morte, em 1930.

Estados Unidos e Brasil. Ondas curtas serviram ainda como instrumentos de propaganda e meio para veiculação de instruções em código durante a Segunda Guerra Mundial²²⁰.

Ao propor, em 1936, a compra ao Presidente Getúlio Vargas da Rádio Philips, Lourival Fontes²²¹, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, comentava que uma nova guerra mundial era previsível e o mar, praticamente único elo entre as cidades brasileiras, se tornaria perigoso com a perspectiva da guerra submarina. Seria, então, necessário que uma emissora de rádio com elevada potência nos transmissores (de ondas médias e curtas) levasse a todo o território a mensagem da unidade nacional. Já se cogitava, na época, do perigo que representava para o Brasil a ocupação rarefeita da Amazônia e os bolsões de pobreza nos quais se assentavam, como ainda se assentam, as oligarquias nordestinas.

O Nordeste, de fato, se tornaria um problema sério e urgente quando os Estados Unidos, alegando que as tropas alemães comandadas pelo Marechal-de-campo Erwin Johannes Eugen Rommel²²² poderiam invadir a América desembarcando na indefesa costa brasileira, pleitearam, sem êxito, a cessão por comodato de todo o Nordeste ocidental. Getúlio Vargas negociou concessões menores e fixou prazos mais curtos. Na lógica peculiar do governo americano (“quem não está conosco está contra nós”), esse episódio não cairia no esquecimento.

A *Rádio Nacional*, PRE-8, foi inaugurada em 12 de setembro de 1936, numa noite de sábado, no Rio de Janeiro. Logo após a ‘Hora do Brasil’, noticiário oficial transmitido em rede por todas as emissoras brasileiras, ouviram-se algumas notas musicais e o locutor Celso Guimarães anunciou o nome da nova estação, que, a partir de 1939, teria como prefixo a melodia do *Luar do Sertão*, de Catulo da Paixão

²²⁰ Informação atualizada sobre aspectos técnicos do rádio está disponível (ou estava, em 07/05/2005) em <http://paginas.terra.com.br/arte/sarmentocampos>

²²¹ (1899-1967)

²²² (1891-1944)

Cearense e João Pernambuco, percutida em xilofone. O Hino Nacional foi executado, na solenidade de inauguração, pela Orquestra do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Ao contrário das rádios européias, a *Rádio Nacional* era uma emissora comercial, com programação diversificada na qual se constataavam algumas linhas editoriais: os programas humorísticos procuravam promover a ‘unidade dos diferentes’: trabalhadores rurais e urbanos, brasileiros e imigrantes. Diferentemente da *BBC* ou da *Rádio França Internacional*, respeitava e prestigiava sotaques e expressões de diferentes estados brasileiros, manifestações de culturas autóctones ou descendentes da Europa, da África. Empregava conjuntos regionais de várias partes do país, dispunha de uma orquestra sinfônica e de um setor de rádio-teatro tão popular que se podiam acompanhar as novelas (*Em busca da felicidade*, *O direito de nascer*) caminhando pela calçada do subúrbio e ouvindo o som que saía das casas. No período áureo só transmitia programação ao vivo ou gravações pertencentes a ela mesma.

O principal programa jornalístico tinha patrocínio da companhia petrolífera Esso e produção da United Press. As notícias eram lidas em frases curtas, na terceira pessoa, sem citações textuais ou entrevistas gravadas. A credibilidade do *Repórter Esso* chegou a tal ponto que, uma semana antes da capitulação alemã, um telegrama anunciando o fim dos combates – que, na verdade, prosseguiam ainda em Berlim – foi veiculado em edição extra pelo *Cacique no ar*, programa noticioso da *Rádio Tupi*, dos Diários Associados, a notícia foi recebida em silêncio; porém, quando a *Rádio Nacional* anunciou – e era verdade – o fim da guerra na Europa, badalaram os sinos de todas as igrejas, os automóveis buzinaaram e pessoas se abraçaram na rua, muito alegres.

Nesta receita de Luka Brajnovic para a linguagem do jornalismo radiofônico, há o espírito de um tempo que já não é exatamente o atual:

O cuidado de preservar a linguagem falada correta no rádio – coisa que se aplica me primeiro lugar aos jornalistas que

trabalham nele – é uma das tarefas principais neste meio de comunicação social. Seria triste que o jornalista usasse barbarismos que se ouvem, talvez, na rua. A influencia da linguagem empregada no rádio é muito grande. E o destaque porque falando tende-se a cuidar menos (não é necessário alinhar exemplos) do que escrevendo para a imprensa. (BRAJNOVIC, 1974: 252).

Em outros aspectos, as recomendações desse autor e de outros de seu tempo permanecem atuais:

(...) Temos que ter em conta que no rádio se emprega a linguagem falada. E se o rádio ‘fala’, o jornalista que trabalha nele deve *falar*, e não *ler* o que está escrito. Isto não significa – diga-se logo – que para o rádio nada se escreva e nada se leia, mas que é preciso escrever e ler segundo as exigências da linguagem falada, utilizando frases curtas, claras e concisas, sem temer repetições e, pelo contrário, evitando sempre expressões abstratas e confusas ou complicadas. (...) E é preciso expressar o pensamento, descrever realisticamente uma cena. Entende-se que não se trata da linguagem da poesia contemporânea, de um Kafka, Faulkner ou Joyce, mas de uma expressão clara em que ‘o escritor deve chamar as coisas pelo nome’ e ‘evitar as complicações de uma linguagem confusa’ (Hemingway). As características da boa linguagem falada são as mesmas que se deve utilizar no jornalismo em geral (veracidade, clareza e concisão), adicionando-lhes o estilo direto, falado, narrativo.

A diferença fundamental entre as normas da radiodifusão nos últimos anos e as recomendações de Brajnovic para “conservar no rádio a boa linguagem falada”, resulta dos meios tecnológicos que provocaram a abertura da programação “para uma larga gama de vozes e discursos”, como observa Meditsch:

No rádio, a intertextualidade polifônica do discurso jornalístico encontrou a sua forma atual de expressão numa segunda fase da história do meio, com a universalização do uso do telefone e da gravação magnética²²³. (...) No momento em que o telefone o gravador dão acesso a vozes vivas e pessoais às ondas, a insistência no locutor despersonalizado aparece como a ingenuidade da criança que, tapando os próprios olhos, julga estar escondida dos pais (...) Com a substituição das vozes, a palavra dominante no rádio foi aos poucos mudando sua natureza. (MEDITSCH, 1999, 225)

A intertextualidade ('o sentido polifônico, em que o jornalista mescla sua fala com discursos de outrem que reproduz') é apontada por Fairclough (FAIRCLOUGH, 1995: 87-89) como resultado da função mediadora que o jornalismo assume entre os diversos discursos produzidos na sociedade. Aplicando a metodologia de Goffman (GOFFMAN, 1981), Meditsch (MEDITSCH, 1999:182) considera que a linguagem do jornalismo radiofônico combina de maneira peculiar a recitação de textos memorizados (fórmulas fixas) com a leitura de textos e o improviso, este entendido como 'composição e codificação simultânea do texto'.

Questão suplementar é o caráter íntimo, de conversa, que boa parte da programação radiofônica incorpora. Ouve-se desde a estudante do ginásio ao secretário de educação do município, do prefeito ao adolescente que responde a um questionário disputando uma entrada em *show* de *rock*. Isso permite uma espécie de socialização, embora ameace o compromisso com padrões 'elevados' de linguagem ou com as expressões politicamente corretas – neste caso contrariando o idealismo pós-moderno.

Numa sociedade de classes e estamentos, as emissoras de rádio têm, naturalmente, que escolher a qual público se destinam. No Brasil, a preferência dominante das emissoras comerciais é pela base ou

²²³ N.A: provavelmente mais ainda com a difusão de minigravadores e telefones celulares.

porções intermediárias da pirâmide social: rádio de elite, tranqüilo, generalizante, impessoal, sério – em suma, de baixa estimulação – só nas grandes cidades e em emissoras públicas. Durante anos, a Rádio *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, e uma ou duas estações de São Paulo sustentaram programação com esse perfil, em AM e FM. O noticiário da *JB* em AM, às 18h30min, alcançou audiência apreciável e seleta, mas a crise da empresa liquidou o projeto, que jamais empolgou os homens de mídia das agências de publicidade.

A frequência modulada (FM) – nela, a amplitude da onda não se modula, e sim a frequência, em megahertz – caracteriza-se pela qualidade melhor de som e pelo alcance reduzido do sinal. Data da década de 1930, mas só se difundiu no pós-guerra, aliada à alta fidelidade e, logo depois, às transmissões em estéreo. Sua generalização, paralela à redução da audiência em ondas curtas (já não são comuns aparelhos receptores), a difusão dos CD-Roms e a formação de redes radiofônicas são sinais de avanço da globalização, com a crescente imposição dos padrões de gosto que interessam à indústria fonográfica e, em sentido mais amplo, de ideologia que se pode traduzir por um paradoxo de oxímoros: a democracia imposta ou a imposição democrática.

Um sintoma da tendência das rádios em frequência modulada é a substituição do conceito de ‘música’ pelo conceito de ‘som’. O adquirente de um aparelho receptor entusiasma-se com a profundidade dos sons graves, a distribuição dos naipes pelos alto-falantes, a potência (geralmente exibida em alto volume); a gritaria de guitarras, vozes aos berros, baterias de tambores e pratos, na qual se distingue, por exemplo, o percutir de um triângulo. A estética recua e a informação jornalística parece atrapalhar essa ‘viagem’, ‘mergulho’ ou ‘entrega’ lúdica.

A existência de grande número de emissoras perde um tanto de significado. Vitrinas de exposição dos discos, refêns das gravadoras, a maioria delas repete o punhado de melodias *pop* que as multinacionais

julgam mais promissoras ou lucrativas. A contingência varia do 'jabá' – corrupção consentida pelo empregador – à isenção de direitos autorais ou a alguma outra compensação. Operando em rede, o rádio privado manda às favas, em regra, a cultura regional. A manutenção de equipes jornalísticas é um ônus de retorno duvidoso, embora a lei a exija.

A expectativa do rádio digital, se de fato for implementado, é ampliar ainda mais essa concepção do rádio como complemento (mas não competidor) da TV, pano de fundo da malhação das academias, voltado para a porção mais jovem, com menores recursos e acesso a outros veículos de informação; trabalhadores domésticos, motoristas, vigias, policiais, bombeiros, plantonistas, pessoas com deficiência motora, gente que precisa ficar acordada ou não consegue dormir.

Além das emissoras *all-news*, também articuladas em rede e que geralmente pertencem a conglomerados de informação e entretenimento, uma fronteira que se avista é a das rádios que operam na Internet; nelas – em seus servidores – encontram-se repertórios musicais variados, acesso sem fronteiras ou limites, pregação religiosa, mas ainda escassa informação jornalística. A audiência, por ora, é pequena, até porque muitos computadores instalados em locais de trabalho sequer têm placas de som e a recepção só se torna confortável com acessos em banda larga – por exemplo, ADSL.

TV

Os princípios básicos da televisão datam do final do Século XIX, mas sua aplicação demorou quase meio século a se efetivar. Além da dificuldade operacional maior para transmissão simultânea de imagem e som, houve, no caminho, duas guerras, competição de tecnologias e certo desinteresse pela mídia, que exigia grandes investimentos para alcance apenas local.

Se desconsiderarmos o disco que fazia a varredura para compor a imagem, pequena e alaranjada, das emissoras-laboratório da década de 1920, a programação televisiva começou experimentalmente, durante a década de 1930, na Alemanha, Inglaterra, União Soviética, Itália, França, Estados Unidos e Holanda. O sinal vinha em preto-e-branco e lembrava de fato as sombras que os moradores da caverna de Platão imaginavam ser o mundo real.

A Inglaterra pagou um preço alto pelo pioneirismo. Os primeiros aparelhos obedeciam a um padrão de 405 linhas horizontais. Em 1967, foi introduzido, com a televisão colorida, um novo padrão, o PAL (Phase Alternative Line), com 625 linha. As emissões em 405 linhas só foram suspensas em 1986, quando existiam perto de 400 receptores no formato antigo.

Até o início da Segunda Guerra Mundial havia, nos EUA, menos de sete mil receptores. Tão logo a guerra terminou, reiniciou-se a disputa de mercado e uma apresentação de TV com tecnologia alemã foi promovida no Rio de Janeiro pela *Rádio Nacional*, que sonhava dispor da nova mídia. Mas quem trouxe a televisão para o Brasil foi Assis Chateaubriand: em 18 de setembro de 1950 inaugurou a *TV Tupi* de São Paulo e, quatro meses depois, a *TV Tupi* do Rio de Janeiro. Antes, em 3 de abril de 1950, houve uma pré-estréia, com a apresentação do Frei José Mojica; e, em 10 de setembro, foi exibido para os raros espectadores paulistas filme em que Getúlio Vargas anunciava seu retorno à vida política.

A televisão se espalhou rapidamente, como mídia local. Ainda em 1950, foram concedidos os canais da TV Record, de São Paulo, e da TV Jornal do Comércio, em Recife. Os receptores começaram a ser fabricados no Brasil, com a marca Invictus, pelo industrial Bernardo Kocubej. O clima do rádio-broadcasting foi importado pela televisão (Chateaubriand inaugurara em 1935 a *Rádio Tupi* e já dispunha de várias outras emissoras), das novelas aos noticiários lidos.

Tudo ia ao vivo – da novela *Sua vida me pertence*, transmitida duas vezes por semana pela TV Tupi, em 1951, ao primeiro telejornal, *Imagens do dia*, na Tupi Paulista, ainda em 1950. Externas poucas, colhidas em câmaras que rodavam a corda, sem som, e passavam em negativo; a conversão para positivo fazia-se no equipamento eletrônico quando o programa ia ao ar, cabendo ao locutor narrar os fatos. Em suma, rádio ilustrado.

Assim foi com o *Repórter Esso*, que migrou para a TV em 1953. A mobilização no estúdio lembrava operações militares de infiltração, silenciosamente processadas diante do praticável onde ficava o locutor ou na *switch* que comandava o espetáculo, trocando imagens conforme as deixas calculadas pelo número de linhas. Troca complicada porque, nos primeiros anos, não havia o zoom para aproximação da imagem ou o deslocamento lento (que dá a ilusão de movimento de câmara): a objetiva lembrava o revólver dos microscópios, o que significa que, para se passar de um *close* para um plano americano, por exemplo, era preciso cortar ou fundir imagens de mais de uma câmara.

Matérias com visuais de outras cidades ou de países estrangeiros entravam mesmo com atraso. Mais ou menos assim:

Locutor (ao vivo)		O Líbano se recupera da prolongada festa popular que marcou a retirada do país das tropas sírias, lá aquarteladas há 30 anos.
Roda TC ²²⁴	cut cut	Locutor (em off) A retirada começou na semana passada ... cruzando a fronteira

Tratava-se de ilustrar fatos novos com imagens de dias – às vezes semanas – antes. O videoteipe só chegaria ao Brasil em 1960: máquinas grandes, rodando pesados rolos de duas polegadas de largura, tudo muito caro – nada que pudesse ser usado em jornalismo. A primeira transmissão em rede (São Paulo-Rio), com antenas improvisadas com

²²⁴ Telecine: aparelho em que se processa a conversão de filmes ou slides para emissão em TV.

telas no litoral paulista e em Guaratiba, no Rio, mostrou, em 18 de setembro de 1955, o jogo entre Santos e Palmeiras, na Vila Belmiro, aos pouquíssimos cariocas que dispunham de receptores e, naturalmente, a seus televisinhos –praga da época.

O que importa é que o *broadcasting* do rádio migrou para a televisão. Os *shows* ao vivo conviviam com filmes e fitas em série ‘enlatadas’ americanas (uma brasileira pelo menos, Vigilante Rodoviário²²⁵ e algumas japonesas, como o *Nacional Kid*, que encantou as crianças com efeitos especiais tão modestos que hoje fazem rir).

Isso só começou a mudar timidamente quando se desenvolveram as câmaras CP, com tomada de som magnético acoplada. As vantagens – relevantes no contexto da guerra do Vietnam, em que foram utilizadas – é que dispensavam o técnico de gravação que acompanhava o cinegrafista; permitiam também a revelação colorida positiva. As desvantagens eram três: o filme *color reverse*, de 16 mm, submetido a revelação rápida, esmaecia com o tempo; o custo da película era muito elevado; e a montagem em moviola apresentava problema que praticamente inviabilizava entrevistas e *cabeças* do repórter. Como a passagem da película se fazia quadro a quadro, no ritmo de 24 por segundo, e o movimento uniforme do filme só se recuperava após a passagem por roldanas corretoras, a tomada de som na banda magnética ficava 18 quadros distante da imagem. Ao se cortar a declaração de alguém, os lábios continuavam se movendo por esses irritantes 18 quadros mudos.

O jornalismo do tipo ‘rádio-ilustrado’ continuaria por algum tempo e ainda se vê, atualmente, em certos casos. Mas a adoção de técnicas do documentário cinematográfico, em que uma linha narrativa sustenta a informação principal, começou a viabilizar-se com o lançamento dos gravadores portáteis em cartuchos de $\frac{3}{4}$ de polegada, pela Sony, em meados da década de 70 e, posteriormente, dos

²²⁵ A série começou a ser produzida em 1959, em Santos, São Paulo, com o ator Carlos Miranda; seu companheiro, o cão pastor alemão ‘Lobo’ e um Simca Chambord, o carro nacional mais charmoso da época. Foi ao ar pela *TV Tupi* a partir de 1961.

equipamentos analógicos de meia polegada, no sistema Beta (da mesma Sony) e Super-VHS, de suas concorrentes.

Desses dois sistemas, o Beta era mais caro e melhor; o VHS²²⁶ – ou Super VHS – , apesar dos aperfeiçoamentos que foi recebendo, apresentava perda bem mais acentuada de definição a cada cópia, o que significava limitações, particularmente na reprodução múltipla. No entanto, um e outro permitiam uma aproximação com as técnicas de documentário desenvolvidas por cineastas russos, ingleses, americanos e alemães.

Podia-se, finalmente, usar a língua natural como acompanhamento da informação da imagem e não o contrário. Era possível tomar um evento – o pouso de um pássaro preto sobre as traves de um gol – para construir a fábula de um jogo de futebol, ou o deslumbramento de uma jovem para relatar a excursão a uma base na Antártica. Essa possibilidade é talvez a mais evidente demonstração de que a comunicação é algo mais do que a transmissão de informações, já que se reporta não só a valores e crenças, mas a sentimentos e instintos.

Reportagens podem ser – e freqüentemente são, hoje, pequenos documentários que convocam o público a participar, acionando impulsos de defesa-agressão, erotismo-paixão, alimento-posse e proteção, projetando-se em pré-comportamentos ou motivações coletivas. O roteiro (a palavra espanhola *guión* bem mais expressiva), nada mais é do que um guia ou projeto, em que se especificam todas, narrações, elementos de sintaxe (corte, fusão – *fade in* + *fade out*), deixas, efeitos, entrevistas, duração ou pontos de corte.

Se o roteiro tiver a forma de pré-*script* (como se utilizam elementos da realidade, é impossível prevêê-los exatamente), a página será dividida em duas ou três colunas – se três, a do meio estreita. Na coluna da esquerda, a imagem; na da direita, o som (narrativa, ruídos

²²⁶ Vídeo Home System, marca registrada da JVC, com alguma tecnologia Sony embutida. Originalmente a sigla era de 'Vertical Helicoidal Scan' ou 'Victor Helicoidal Scan'.

ambientes e música, se for o caso); na do centro, se existir, operações conjuntas (corte, fusão, *fade*). Em um exemplo ilustrativo:

Video	video & som	Som
Plano geral da praia. Pessoas na areia olham jangadas que se aproximam. Fecha na primeira a chegar.	<i>Fade in</i> (Abertura) Corte	Narrador em off: Como acontece há séculos, a chegada das jangadas à praia de XXX é um momento mágico de reencontros.
Pessoas desembarcam das jangadas e confraternizam com as que estão na praia, Rostos e gestos.	Corte	Narrador em off: Já não se contam por dezenas de milhares, mas muitos jangadeiros ainda sustentam a tradição de afrontar o mar em barcos frágeis. Som em BG: Dorival Caymi
Outras jangadas chegam. Ao longe, retardatários se aproximam. Nuvens no céu. Arrebentação das ondas.	Fusão	Sobe som Som cai para BG (20s)
Ambiente de restaurante de praia, com turistas. Câmara desloca-se e mostra repórter em plano americano.	Corte	Vozes. Sobe e cai para BG Repórter: (15 s) Deixa: ...mesmo em restaurantes de luxo
VT sonoro Legenda: Maria Sardinha Socialite carioca	Fade 	Som do VT 12 seg.

Para o jornalismo de notícias, a função do repórter de texto é identificar temas de interesse jornalístico, formular um *flash lead* e nomear os objetos e eventos que a imagem registra. Já na reportagem elaborada como mini-documentário, ele deve trabalhar em íntima associação com o repórter cinematográfico para identificar e sustentar a linha narrativa.

Não existe regra fixa, mas algumas soluções são mais universais do que outras:

15. pode-se fazer da própria reportagem uma aventura narrada passo a passo;

16. pode-se localizar um personagem ou objeto e contar a história a partir da perspectiva dele;
17. pode-se tomar um ou mais depoimentos e, selecionando trechos significativos, relacioná-los a imagens;
18. pode-se construir a reportagem, no todo ou em parte, sobre a expressão do rosto dos personagens, deixando-os contar, simplesmente, sua experiência, e mostrar eventos ou o resultado de eventos de que participaram;
19. podem-se valorizar silêncios e emoção dos entrevistados, às vezes postos de lado nas notícias;
20. pode-se começar a contar uma história pelo seu terço final, prenunciando um clímax e voltar ao início em *flash back*. Essa técnica existe desde a tragédia grega.

Concebidas de que forma for, reportagens são trabalhos em que o jornalista interfere mais e interpreta os acontecimentos. Salvo no caso de um *vídeo-maker* – profissional que registra em câmara digital imagens e entrevistas para, depois, editá-las ele mesmo em computador, com habilidade e tempo bastantes – , há uma equipe envolvida, que deve participar ativamente não só da etapa correspondente a habilidade específica de cada um, mas também da concepção geral da matéria.

Apresentadores de televisão (aqui o ritmo é diferente dos do noticiário de rádio) falam algo entre 90 e 120 palavras por minuto; em roteiros, duas linhas na coluna de som são em geral calculadas como se ocupassem quatro a cinco segundos. Para uma previsão mais exata ou quando não se conhece o locutor, é bom utilizar o cronômetro; cada qual tem seu ritmo.

Recomendação importante é que não se descreva a imagem que está na tela: a informação analógica é sempre mais completa; ao narrador cabe apenas conceituar o que aparece. Se dois homens correm na calçada, pode ser uma perseguição policial; a disputa para ver quem

consegue chegar primeiro, digamos, a um ônibus parado no ponto; a vítima tentando escapar do assaltante etc. Mas que eles estão correndo, o ambiente em que o fazem, os trajés que vestem – isso o espectador vê na tela.

Outro aspecto da questão, em que muitos jornalistas fracassa – o mais das vezes para não desagradar as fontes – , é na tradução da linguagem técnica e do jargão profissional. Aqui, mais do que no texto para ser lido, carro não é ‘veículo’; preço não é ‘valor’; aumento não é ‘reajuste’, o espectador não é obrigado a saber o que é ‘spread’ ou ‘taxa básica de juros’; o mercado não ‘fala’, não ‘pensa’ e não ‘tem humor’; há diferenças acentuadas entre os conceitos de ‘média’ (depende, entre outras coisas, da abrangência da pesquisa, quando não do método utilizado), ‘mediana’, ‘percentagem de aumento/redução’ e ‘aumento/redução da percentagem’; ‘faturamento’, ‘lucro’ e ‘dívidas’ só se tornam significativas quando relacionadas a natureza, à grandeza do negócio e aos prazos considerados; desemprego, contas públicas e outros indicadores podem ser reais ou ‘expurgados’ por motivo político; balanços publicados tanto podem revelar quanto ocultar aspectos relevantes. Pobreza, enfim, não é ‘miséria’. E todo sujeito rico se diz de ‘classe média’ – conceito que, na prática, nada significa, ou significa muitas coisas ao mesmo tempo.

A imagem do apresentador ou do repórter aparece diante do espectador, em sua casa ou numa sala de espera. Deve ser amigável, simpática, correta, interpretando com discrição o texto projetado no *teleprompter*²²⁷. É sempre melhor que o espectador forme sua opinião a partir dos fatos e não de bordões agressivos ou expressões exageradas (de indignação, de entusiasmo) do jornalista. Contrapor fatos é sempre mais eficiente.

Embora seja estudada há décadas, a televisão de alta definição, com imagem similar às películas de 35 mm ou mais, apresenta o

²²⁷ Dispositivo invisível para o espectador que projeta o texto para leitura pelos apresentadores em estúdios de televisão (marca registrada)

mesmo problema que o registrado em 1854, quando se implantou a televisão colorida nos Estados Unidos: ou se abandonam progressivamente os receptores atuais ou se encontra meios de compatibilização dos sinais, respeitadas as limitações dos receptores.

Algo já decidido é que os televisores terão telas planas e alongadas no sentido horizontal (já estão sendo produzidos assim); isso resulta de estudos que comprovaram que essa ampliação coloca o espectador 'dentro' do espetáculo. É de se prever (a) nível alto de interatividade e (b) um *boom* de efeitos especiais incluindo, talvez, a substituição de alguns apresentadores ou personagens por figuras que atuariam como robôs virtuais.

Web e convergência

A Internet estreou como mídia de acesso público no início da década de 1990. Suscitou questões que variam do deslumbramento ao catastrofismo. Se podemos ir à fonte diretamente, por que manter intermediários (jornalistas, no caso)? Se não existe sítio seguro e um vírus pode apagar em segundos trabalhos que consumiram meses, vale o risco? Com a comunicação em viva voz, vão falir os serviços telefônicos interurbanos? Se podemos copiar com alta qualidade qualquer informação, quanto isso afetará o mercado da indústria da informação e do espetáculo? Com a certificação digital, como ficarão os cartórios? Poderemos trabalhar e estudar em casa, liberando escritórios e salas de aula?

Algumas dessas dúvidas persistem. No momento em que o livro foi escrito, o que se observava é a concentração dos internautas em portais ligados às empresas tradicionais de informação e entretenimento, sítios pornográficos, máquinas de busca e mídias sociais, que tenderiam a aglomerar pessoas em grupos de opinião e reforçar seus pontos de vista.

A tela do computador lembra mais um palco ou o filme projetado no cinema do que qualquer impresso. Nela pode-se inserir informação

em vários níveis em páginas que se abrem ao toque ou clique em pontos indicados ou por via de enlaces ou *links*. As conexões se estabelecem por diferentes percursos, da implicação à analogia

A Internet tende a incluir – em produtos integrados ou guardando semelhança com os suportes originais (gráficos, sonoros, imagens fixas ou em movimento). Suas implicações, ainda não avaliadas, desdobram-se nos universos psicológico e social e as linguagens, fortemente dependentes das mudanças aceleradas na tecnologia, estão ainda em processo.

Em suma

1. A gramática

Todo processo linguístico é de predicação.

Toda predicação estabelece uma função ($f(x)$)

Predica-se o nome próprio²²⁸ a um ente do universo do discurso.

Universo do discurso é a totalidade daquilo de que se fala, em dado momento.

Predica-se o nome genérico a conjuntos difuso (*fuzzy*) de entidades.

Pode-se rotular uma predicação com nome próprio, isto é, únicos para aquilo que designam, no universo de discurso considerado.

Na relação entre nomes, surgem funtores; são expressões relacionais, tais como verbos e preposições – estas geralmente ambíguas.

A ambigüidade pode ser eliminada pelo receptor, que escolhe o sentido mais provável.

Funtores – verbos em especial – definem a natureza semântica da função f , ao definir papéis temáticos, delimitam a sintaxe da sentença.

2. O mundo real

Temos acesso limitado ao mundo real

O que percebemos do mundo real são descontinuidades; elas delimitam os conceitos e funções – ações e estados.

Mas podemos imaginar mundos possíveis.

A língua transita entre mundo real e os mundos possíveis.

Imaginar mundos possíveis é o que guia nossos passos.

Não há como conceber mundos impossíveis.

3. Aparência e essência

Aparência é o que o mundo revela ao homem.

Essência é o que o homem atribui ao mundo.

O jornalismo trata de aparências.

Ciência e arte transcendem ao investigar essências.

É questão em aberto a essência das essências, se é que há.

²²⁸ Do ponto de vista semântico, designação de objeto único no universo do discurso.

4. O texto expositivo

O texto expositivo subordina o fato à versão, o singular ao particular. Nele, o espaço não segue o tempo, a conclusão costuma preceder a premissa, o abstrato organiza o concreto.

O texto sugere sabedoria, mas isso pode ser enganoso: É quase sempre possível alinhar fatos que suportem versões contraditórias dos fatos.

5. O texto narrativo

A narrativa articula os fatos em seqüências. Ao lado disso, mostra os atores e actantes²²⁹ cuja intenção e natureza se revelam ao longo da trama..

Forças da natureza, engenhos humanos, seres extraterrestres e porquinhos da Índia – tudo pode atuar, isto é, ser actante, numa narrativa.

Modulando fatos e entidades, discute-se: “isso é real”, “se não é real, é como se fosse”, “se está aqui é porque é ou vai ser importante”.

Entre as seqüências, há saltos para diante e para trás no tempo e espaço: *flashback*, *flash-forward*.

6. O limite estreito da teoria

No começo, o texto expositivo buscava convencer. A partir de uma versão da realidade, colecionava fatos que a comprovassem.

No entanto, toda versão é uma teoria e toda teoria submete-se à falsificação.

Se algo se passa como prevê a teoria, ela não está confirmada.

Se algo se passa em desacordo com a teoria, ou ela é falsa ou não se aplica àquela situação em particular.

Verdades absolutas, que não admitem refutação (ainda que falsa), não são científicas.

7. O texto noticioso

O texto noticioso canônico não quer convencer; pretende mostrar o que aconteceu.

Seu fundamento é a fala comum, o modo como contamos uns aos outros as novidades.

8. A evolução do texto noticioso

²²⁹ Entidades não antropomórficas que atuam na narrativa.

Alguém muito inteligente percebeu um dia que a materialidade dos fatos se perde quando o singular se inclui em categorias carregadas de juízos de valor.

Esse é um dos segredos da notícia.

Outro é a proposição completa – o mais breve relato integral de um evento, forma descrita primeiro por Aristóteles, depois por Cícero e finalmente reinventada por Laswell para o jornalismo americano. Quem, que, quando, como, onde, por que (ou para que) ...cada unidade dessas passa a constituir um papel temático referido ao funtor, o verbo. Papéis temáticos são retomados, um a um, nos parágrafos seguintes, completando a informação.

9. Jornalistas não são astros. A modéstia é virtude

O redator é oculto, suas palavras banais, tudo se passa para valorizar o conteúdo, o acontecimento.

Quando uma notícia chama a atenção para a forma, está mal escrita. Isso poderia distinguir jornalismo de literatura, não fosse o fato de que a literatura às vezes se esmera em copiar o jornalismo.

Nele, a informação é conteúdo, embora nem sempre visível.

Para a teoria da História, não importa a natureza moral dos feitos.

Importa que toda segurança baseada na força é ilusória.

10. Níveis e limites da realidade

Notícias não dão conta por inteiro da realidade.

Há quem se surpreenda com isso.

No entanto, nada dá conta por inteiro da realidade.

Ela é como um retrós de muitas linhas embaralhadas.

A ciência puxa um desses fios. Embora falível e com método imperfeito, é a melhor arma que temos para entender partes da realidade.

O limite para a validação empírica do conhecimento científico é que todo sistema de proposições em que uma se explica pelas outras conterá uma proposição ao menos que não se explica (Kurt Gödel, 1931).

Daí toda verdade científica comprovada ser existencial, submissa a circunstâncias.

11. As pirâmides tecnológicas

Nossa época, comparada às que nos antecederam, é medíocre em quase tudo: nada melhor que o direito romano, mais durável que as pirâmides do Egito, mais profundo que a filosofia grega, mais justo que a previdência social no império inca.

O único diferencial que temos é a ciência. E, a partir dela, tecnologias.

O medo generalizado da ciência é prova de que vivemos tempos conservadores.

O instrumento não pode ser culpado por seu uso.

12. As formas da arte do texto

Outra via de acesso à realidade é a arte.
Em regra, ela permite alcançar níveis de conhecimento interditados por algum motivo. Ainda assim, não há arte sem realidade.
Na arte, enfim, como na ciência e de maneira peculiar, buscam-se conteúdos e essências, enquanto o jornalismo se limita às aparências.

13. A fusão do digital e do analógico

Quanto à forma, o Século XX priorizou, sem dúvida, a imagem. Com isso, o texto adquiriu características que nunca teve antes. Fundiu-se ao gesto, no cinema, retomando a naturalidade da vida comum. Cuida de recriar e situações do mundo real ou criar mundos possíveis.
O romance volumoso, que ia do mergulho psicológico à descrição detalhada de trajes, ambientes e paisagens, perdeu público: o que é mais fiel ao objeto do que ele próprio, ou a réplica perfeita? Que traço psicológico um bom ator não consegue simular?
A expansão do ensino básico criou novas levas de consumidores, pouco afeitos às descrições não funcionais.
Gente que só leu romances por obrigação escolar ou para saber daquilo que não pode ser mostrado, por interdição ética, moral ou política – se tanto.
Os textos se ‘enxugaram’: não estavam úmidos; só emagreceram.

14. Todas as artes numa só arte

A cada etapa das transformações vividas pela forma e, em consequência, pelos conteúdos da informação houve quem gritasse de medo.
Assim, a fotografia mataria a pintura, o cinema mataria o teatro, o rádio mataria o jornal, a televisão mataria o rádio e o cinema...
Entre tantas mortes anunciadas, nenhuma ocorreu.
Todos mudaram e se ajustaram.
A tecnologia, hoje, traz possibilidades espantosas.
Os custos são mínimos, haverá infinidade de canais.
A questão é outra:
Quem tem algo a dizer? Poucos + Quem sabe dizer?

15. Se funciona, já está superado

Dizem que tudo o que funciona está obsoleto.
O que é novo ainda não funciona.

Bibliografia utilizada

- AMARAL VIEIRA, R. A. *O papel do intelectual na política*. Fortaleza. Demócrito Rocha, 2005.
- ANDRADE, Ana Maria R. & CARDOSO, José Leandro R. "Aconteceu, virou manchete". *Revista Brasileira de História.*, vol.21, nº.41, São Paulo, 2001
- ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira-INL-Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- BARCELLOS, Caco. *Abusado: o dono do morro Dona Marta*. Rio de Janeiro, Record, 2ª. ed., 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1992.
- _____. *Esthétique et théorie du roman*. Paris, Gallimard, 1978.
- BARBOSA, Marialva. "O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira". *Ciberlegenda*, no. 7, 2002, acessada em 1/03/2005. <http://www.uff.br/mestcii/marial6.htm>.
- BARRETO, A. H. Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- BARTHES, Roland. 'Structure du fait divers' In: _____ *Essais critiques*. Paris, Du Seuil, 1964.
- _____. "Introduction à l'analyse structurelle du récit". *Communications* 8, 1-27, Paris, 1966.
- BAUER, M. W. & GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa, contexto, imagem e som*. Petrópolis, Vozes, 2003, 2ª. ed.
- BECKER, v, & MONTEZ, C. *TV digital interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil*. Florianópolis, 12TV, 2004.
- BKSTS. *Dictionary of Audio-visual terms*. London, Focal Press, 1983.
- BONASIO, Valter. *Televisão, manual de produção & direção*. Belo Horizonte, MG, Editora Leitura, 2002.
- BONINI, A. *O conhecimento de jornalistas sobre gêneros textuais – uma contribuição à teoria dos esquemas cognitivos para textos* (tese de doutorado em Letras/ Lingüística; orientação de Leonor Scliar-Cabral). Florianópolis, UFSC, 1999.
- BOND, F. Fraser. *Introdução ao Jornalismo*. Rio de Janeiro, Agir, 1959.
- BRANVOVIC, Luka. *Tecnología de la información*. Pamplona, Universidade de Navarra, 1974.
- BREEN, M. Org. *Journalism, Theory & practice*. Paddington, Macleay Press, 1998.
- BURNETT, Lago. *A língua envergonhada e outros escritos sobre comunicação jornalística*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 3ª. edição, 1991.
- CAMPBELL, W. Joseph. 1987: "American journalism's exceptional year". *History* 29:4, 2004.
- CAMPOS, Humberto de. *A Serpente de Bronze*. Rio de Janeiro, Livraria Leite Ribeiro, 1921.
- CANN, Ronnie. *Formal Semantics*. Cambridge, University Press, 1993.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas*. São Paulo, Senac, 1999.
- CASTRO, Marcos de. *A imprensa e o caos na ortografia*. Rio de Janeiro, Record. 1998.
- CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque 1808-1964 – A História contada por jornais e jornalistas*. Rio de Janeiro, Record, vol. 1, 2001

- COOK, Walter A.S.J. *Case grammar theory*. Washington, Georgetown University Press, 1989.
- COMASSETO, Leandro. *As razões do título e do lead*. Concórdia (SC), UNC, 2003.
- COURCELLE, P. *História literária das grandes invasões germânicas*. Petrópolis, Vozes, 1955.
- DE CUSA, Nicolas. *De la docta ingorancia*. Buenos Aires, Lautaro, 1948.
- DENOYER, Pierre. *La Presse dans le Monde*. Coleção: "Que sais-je?". Paris, PUF, 1950.
- DEVITT, Michael. "The case for referential description". Acessado em dezembro de 2004 em <http://pwp.netcabo.pt/0154943702/case4.pdf>
- _____. "A shocking idea about meaning" *Revue Internationale de Philosophie*, 208: 449-72, 2001. Acessado em dezembro de 2004 em <http://pwp.netcabo.pt/0154943702/shocking.pdf>
- DITTRICH, Ivo. *Descrições definidas: referência, informação e argumentação na reportagem sobre economia em magazines de informação geral* (tese de doutoramento). Orientador: Nilson Lemos Lage. UFSC, Programa de Pós-graduação em Letras-Lingüística, 2001.
- _____. *Lingüística e Jornalismo: dos sentidos à argumentação*. Cascavel (Paraná), Edunioeste, 2003.
- DIXON, R.M.W. *Ergativity*. Cambridge, University Press, 1995.
- ESPEJO MURIEL, C. "El aedo homérico". *Floretia Iliberritana* 2, 1991: 161-170. http://www.dim.uchile.cl/~anmoreir/escritos/siglo_oro/trova.html, acessado em novembro de 2004.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Media discourse*. Londres, Edward Arnold, 1995
- FARIA, T.; LAGE, N.; RODRIGUES, S. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. *Estudos em jornalismo e mídia*, vol.1, n.1., Florianópolis, Insular, 2004.
- FARO, J. S. *Revista Realidade (1966-1998) – tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Porto Alegre, AGE-Ulbra, 1999.
- FAULSTICH, W. Mediengeschichte. In: _____. *Grundwissen Medien*. Munique, Fink, 2000, p. 17-53.
- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix-Edusp, 1978.
- GARCIA, Luiz. *O Globo – Manual de redação e estilo*. Rio de Janeiro, Editora O Globo, 1992
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Notícia de um seqüestro*, tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro, Record, 1996.
- GARCIA, O. M. *Manual em comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro, FGV, 1992, 15ª. Ed.
- GLEISER, Marcelo. *Retalhos cósmicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- GONÇALVES, A.C. B. *Revolução das imagens*. Rio de Janeiro, Ciênica Moderna, 2005.
- GRAÇA, Adriana da S. Critérios de Significação do Conteúdo. Acessado em outubro de 2004 em <http://pwp.netcabo.pt/0154943702/crit.pdf>
- GRANEZ, Márcio da Silva. *A face da língua portuguesa no jornalismo impresso: um estudo diacrônico dos jornais Diário do Interior e A Razão*, dissertação de mestrado. Santa Maria, , UFSM, 1997.
- FILLMORE, Charles. *Principles of case grammar: the structure of language and meaning*. Tóquio, Sanseido Publishing Company, 1975.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix-Edusp, 1978.

GÖEDEL, Kurt. *Göedel Incompleteness Theorem*, Acessado em junho de 2005 em <http://www.miskatonic.org/godel.html>.

GOFFMAN, Irving. *Forms of talk*. Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1981.

GRANEZ, J. *A evolução do texto na imprensa regional* (dissertação de mestrado). Santa Maria, UFEM, 1997.

GRICE, H. Paul. "Logic and Conversation", in: COLE P. and MORGAN J. Morgan (orgs.). *Syntax and Semantics*, vol. 3, Academic Press, pp. 41-58, 1975;),

GRICE, H. Paul. *Studies in the Way of Words*. Cambridge, Harvard University Press, 1989.

HAVELOCK, E. "La funzione politico-ideologica della poesia orale". In: CODINO, F. (org.). *L'Origine del estato nella Grecia Antica*. RFIC, Roma, 1975, p. 75.

HERD, Erica F. "O amigo da madrugada – uma análise da comunicação radiofônica do Grande Rio". In: ARAÚJO, Ari e HERD, E. F. *Um episódio antropofágico e O fenômeno Adelson Alves*. Petrópolis, Vozes, SEEC, 1978

HERSEY, J. *Hiroshima*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

HOHENBERG, J. *The professional journalist*. Nova York, Henry Holt and Co, 1960.

IPSEN, G. 'Evolution of Culture and the History of the Media'. (Department of Languages: Semiotic Section, University of Kassel, Germany. Acessado em 10 de outubro de 2004 em <http://www.library.utoronto.ca/see/SEED/Vol1-2/Ipsen.htm>.

JAEGER A., SCHOSSLER, T. & WAINER, R. "Estudo comparativo da aquisição de escrita em crianças e adultos". *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 11, n. 3, Porto Alegre, 1998.

JOHNSON-LAIRD, Philip N. *Mental models: toward a cognition science of language*. Cambridge, CUP, 1983.

_____. *The computer and the mind: an introduciton to cognitive science*. Cambridge, Harvard University Press, 1988.

KARAM, F. "A antiguidade greco-romana, o lead e a contemporânea narrativa jornalística". www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/karam-antiguidade.html, consultado em janeiro de 2004.

KARAM, F. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo, Summus, 1997.

KOCH, I. V & TRAVAGLIA, L.C. *Coerência textual*. São Paulo, Contextgo, 2002.

_____. *Coesão textual*. São Paulo, Contexto, 2003.

KARAM, F. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo, Summus, 2004.

KONZEN, P. C. Caminhos da crônica Brasileira. *Revista Brasil de Literatura*. www.rbleditora.com/revista/artigos/paulo%20konzen.html, acessado em outubro de 2004.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo - Norte e Sul*. São Paulo, Edusp-Friedrich Ebert, 1997.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis, Insular-Edufsc, 2001, 3ª. Ed.

_____. *Controle de Opinião Pública*. Petrópolis, Vozes-IPEJ, 1998.

_____. 'The computability of some Portuguese verbs'. Consultado em 23/03/2005 em <http://www.jornalismo.ufsc.br>

LAUAND, L.J. "Tomás de Aquino e a metafísica das línguas banto e tupi". <http://www.hottopos.com/notand6/jean.htm>, acessado em dezembro de 2004.

- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Crônicas escolhidas* (seleção de Fernando Paixão). São Paulo, Ática, 1992.
- MARANHÃO FILHO, Luiz. “O rádio-catástrofe: Welles e os antecessores”. In: MEDITSCH, Eduardo (org). *Rádio e Pânico – a guerra dos mundos, 60 anos depois*. Florianópolis, Insular , 1998.
- MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1992.
- _____. *O rádio na era da informação*. Coimbra, Minerva, 1999.
- _____. (org). *A guerra dos mundos, 60 anos depois*. Florianópolis, Insular-IPEJ, 1998.
- MEIRELLES, Domingos. *A noite das grandes fogueiras, uma história da coluna Prestes*. Rio de Janeiro, Record, 1995.
- MELLO, C. F. & RUBIN , M. A. “Mecanismos bioquímicos de memória”. <http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/17.shtml>, acessado em março de 2005.
- MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.
- MORO, Andrea. *The raising of predicate*. Cambridge, University Press, 1997.
- MEYER, P. The new precision journalism. Acessado em junho de 2004, <http://www.unc.edu/~pmeyer/book/>
- NELSON, K. *Language in Cognitive Development*. Cambridge, University Press.1998.
- NICOLACÓPULOS, a. t. *The holist case – and Introduction to Case Grammar*. Florianópolis, UFSC, 1992.
- ORTRIVANO, Guseka S. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo, Summus, 1985.
- PALMER, Sean B. *The semantic web: an introduction*. Acessado em março de 2005 em <http://infomesh.net/2001/swintro/#ontInference>.
- PAULOS, John A. *As notícias e a matemática ou de como um matemático lê o jornal*. Lisboa, Europa-América, 1997.
- PAVLOV, I. P. “Physiology of the Higher Nervous Activity”. In: ____ *Experimental Psychology and other Essays*. Nova York, Philosophical Library, 1957, p. 271-288.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo, Perspectiva, s/d.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- QUEIROZ, S.G. *Pera espelho de todos los uivos – a imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta* (dissertação de mestrado em História Medieval). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1997, p. 104.
- QUINE. W. O. *O sentido da nova lógica*. Curitiba, UFPR, 1996, 2ª. edição.
- RADFORD, A. *Syntax, a minimalist introduction*. Cambridge, University Press, 1997.
- _____. *Syntactic Theory and the Structure of English*. Cambridge, University Press, 1997.
- RIZZINI, C. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*. São Paulo, Imprensa Oficial-Inesc, 1988.
- ROBINSON, J.F. *Videotape recording*. Londres, Focal Press, 1982.
- ROSCH, E.; MERVIS, C.B; GRAY, W.D.; JOHNSON, D.M & BOYES-BRAEM, P. “Basic objects in natural categories”. *Cognitive Psychology* 8: 382-349.(1976.).

SAMPAIO, Fernando G. *Teoria da Mentira*. Escola Superior de Geopolítica e Estratégia. http://www.defesanet.com.br/esge/teoria_mentira.pdf, texto para debate em 27/12/2001, acessado em 20/03/2005.

SEGISMUNDO, F. *Imprensa brasileira: vultos e problemas*. Rio de Janeiro, 1962.

SERRES, Michel. "A comunicação contra a cultura: entre a Disneylândia e os aiatolás". *Alceu*, vol.4, n.8, jan/jun 2004

SHANON, C.A. *A Mathematical theory of communication*. Acessado em junho de 2004. <http://cm.bell-labs.com/cm/ms/what/shannonday/shannon1948.pdf>.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

TAMBOSI, Orlando. *O declínio do marxismo e a herança hegeliana*. Florianópolis, UFSC, 1999.

TARSKI, Alfredo. *Logique, sémantique, métamathématique*. Paris, Armand Colin, 2 vols., 1972.

TCHAKHOTINE, Serge. *Le viol des foules para la propagande politique*. Paris, Gallimard, 1952.

TRAQUINA, Nelson. *Terias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis, Insular/PósJor UFSC, 2004.

TERROU, F. *A informação*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.

VAN DIJK, La ciencia del texto. Barcelona, Paidós, 1996-2

VAN DIJK, Teun. *Cognição, discurso e interação* (textos selecionados por Ingidore Grunfeld Koch Villaça) São Paulo, Contexto, 1999.

VAN DIJK, Teun. *Ideology*. Kent (UK), Sage, 1998.

VAN DIJK, Teun. *La noticia como discurso*. Barcelona, Paidós, 1996.

VILAS BOAS, Sérgio. *O estilo magazine*. São Paulo Summus, 1996.

VOLTAIRE (François Marie Arouet). *Candide* (edição inglesa) tradução de John Butt. Londres, Penguin classics, 1990.

WEBER, Max. "Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa". Publicado originalmente como Alocução no Primeiro Congresso da Associação Alemã de Sociologia em Frankfurt, 1910 (pp. 434-441), em: _____ *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Socialpolitik*. Tübingen, J. C. B. Mohr [Paul Siebeck], 1924. <http://www.cedec.org>, acessado em abril de 2004.

YORK, I. *The technique of television news*. London, Focal Press, 1978.

ZACCHI, Fernanda Paula. *Manual de inglês para estudantes de jornalismo* (trabalho final de curso). Orientador: Prof. Dr. Hélio Ademar Schuch. UFSC, mimeo, 1997.

ZADEH, Lofti. "The Calculus of Fuzzy Restrictions", in _____ e alii.(org) *Fuzzy Sets and Applications to Cognitive and Decision Making Processes*. Academic Press, New York, 1975, p. 1-39.

ZADEH, Lofti. "Computing with words – a paradigm shift" (abstract).

<http://www.cs.wis.edu/areas/ai/aisem/abstracts/1996.1.spring/zadeh.html>.

Acessado em 9/11/2004.